

# PRAÇAMANI

**Paisagens tapajônicas na longa duração de  
Santarém - Pará**

**Luis Felipe Clemente Nunes**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Nunes, Luis Felipe Clemente  
Praça Mani: Paisagens tapajônicas na longa duração de  
Santarém - Pará / Luis Felipe Clemente Nunes; orientadora  
Renata Maria de Almeida Martins. coorientador Helena  
Aparecida Ayoub Silva - São Paulo, 2022.  
172 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura  
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo.

1. História. 2. Longa-duração. 3. Santarém. 4. Tapajós. I.  
Martins, Renata Maria de Almeida, orient. II. Silva, Helena  
Aparecida Ayoub, coorient. III. Título.

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

## PRAÇA MANI

Paisagens tapajônicas na longa duração de Santarém - Pará

Trabalho Final de Graduação apresentado para a  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo.  
São Paulo, dezembro de 2022

Luis Felipe Clemente Nunes

**Orientação:** Profa. Dra. Renata Maria de Almeida Martins

**Coorientação:** Profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva

*Em memória das muitas pessoas queridas que ganhamos  
e perdemos no caminho da vida*

*Minha homenagem aos povos tradicionais do Brasil*

## Agradecimentos

Sou grato a Deus, a meus pais, meu irmão, minha família e todos os meus amigos, pelos anos de apoio, proteção, carinho e amor;

Especiais agradecimentos aos meus queridos orientadores e amigos, professora Dra. Renata Maria de Almeida Martins e professor Dr. Luciano Migliaccio;

Saliento as valiosíssimas contribuições da profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva; da profa. Dra. Camila Pereira Jácome; e do prof. Dr. Mário Barata, para o projeto da Praça Mani;

Todo meu amor aos meus pais, Elisabete Aparecida Ferreira Clemente e Luis Manuel Clemente Nunes; e ao meu irmão, Lucas Clemente Nunes: sem vocês, nada teria sido possível;

Imenso amor também pela minha querida tia Marli Ferreira Clemente, por todo seu apoio antes, durante e após as viagens de campo e pesquisas;

Sinceros agradecimentos pela calorosa e aberta recepção, com todo o apoio de pesquisa, à população santarena; à profa. Dra. Camila Pereira Jácome; ao prof. Dr. Claude de Paula Moraes; ao Sr. Osmar Feitosa; ao prof. Dr. Jackson Fernando Rego Matos; à profa. Me. Franciane Aguiar Santana Matos; à profa. Me. Iza Tapuia; à profa. Dra. Luciana Carvalho; à Me. Natálya Pinheiro; à promotora Lilian Braga; ao técnico Ney Rafael Gomes Monteiro; e ao artista Paulo Cidmil e sua mãe;

Imenso carinho à Anna Heloisa Segatta; ao Eduardo Ivo Moraes de Melo; à Mônica André Bertoldi; à Mónica Christina Perestrelo; ao Pedro Ivo de La Costa; ao Fernando Malavasi; à Ana Paula Oliveira; à Jéssica Belo; e aos demais amigos do Grupo de Pesquisa Abya-Yala e da FAUUSP. Muito me ajudaram no meu trabalho e proveram valiosa inspiração e força;

Foram imprescindíveis à minha formação acadêmica a profa. Dra. Renata Martins, o prof. Dr. Luciano Migliaccio, a profa. Dra. Renata de Araújo, o historiador Paulo Rodrigues dos Santos, a querida amiga e antropóloga Anna Heloisa Segatta, o prof. Dr. Daniel Munduruku, a liderança Alessandra Munduruku, a profa. Dra. Bruna Cigaran da Rocha, o arqueólogo Me. Márcio Amaral, a profa. Dra. Cristiana Barreto, a profa. Dra. Beatriz Bueno, o prof. Dr. Eduardo Góes Neves, o arqueólogo Dr. Marcony Alves e a arqueóloga Dra. Edithe Pereira;

Deixo também registrado meu muito obrigado a todos os técnicos e funcionários dos departamentos administrativos e institutos de pesquisa de Santarém, Belém e São Paulo.



## Resumo

Este trabalho objetiva uma imersão socioespacial e histórica na longa duração das presenças e relações antrópicas na área histórico-cultural do Baixo Tapajós, no Estado do Pará, mais especificamente no território do atual município de Santarém. Adicionalmente, em vista de recentes problemáticas, concentra-se na Praça Rodrigues dos Santos, em Santarém, investigando potenciais norteadores de propostas de requalificação do local, também apresentadas. Entende-se a importância arqueológica, histórica, econômica, sociocultural e ambiental dessas localidades, que comportam múltiplas relações espaço-temporais e cosmológicas superpostas. Relações estas indissociáveis das milenares urbes tapajônicas, atualmente testemunhadas no Sítio Aldeia; e das lógicas e vivências das populações tradicionais amazônicas. A pesquisa enfoca ampliados trânsitos pan-amazônicos; reconfigurações e apagamentos coloniais; novas dinâmicas de mercado; e resiliências cotidianas.

O trabalho se apoia em fontes cartográficas, bibliografias e georreferenciadas, em arqueologia, antropologia, políticas públicas e história da urbanização, além de visitas de campo e entrevistas semiestruturadas. A aproximação à Praça Rodrigues dos Santos pretende contribuir para soluções que permitam a apropriação pública e democrática do espaço urbano; o turismo histórico e comunitário; a preservação arqueológica; a geração de renda; e o reconhecimento de demandas e memórias indígenas e tradicionais. Em suma, um projeto como proposta para participação comunitária e debate crítico horizontal.

O tema de trabalho surgiu de vivências anteriores, durante Iniciação Científica Fapesp, interdisciplinar, sobre espacialidade Munduruku e contextos geopolíticos do Vale do Tapajós, em aproximações arqueológicas e antropológicas. Adicionalmente, apoia-se em experiências de participação no grupo de estudos Abya-Yala FAUUSP; e suporte de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Universidade Federal do Oeste do Pará e do Instituto Mamirauá, através do Projeto Fapesp Barroco-Açu. Portanto, busca-se contribuir para o adequado estudo destes territórios, sob riscos e com potenciais de ordem biosférica.

Palavras-chave: arqueologia, paisagem, história, longa duração, Santarém



## Sumário

Introdução.....	11
Parte I - Entrelaço de fios históricos e humanidades contínuas..... 13	
1.1. Palimpsesto do Baixo-Tapajós: milenares redes de ocupação.....	15
1.2. Empreitada colonial mediada.....	37
1.3. Uma Missão Tapajônica transcultural.....	47
1.4. Missão interétnica, vila pombalina e a Mundurukânia.....	57
1.5. Viajantes, anexação imperial e a Cabanagem: 1800 a 1840.....	69
1.6. Mercantilismo e a borracha na segunda metade do séc. XIX.....	81
1.7. Paisagens híbridas e os futuros possíveis: séc. XIX ao XXI.....	91
1.8. Praça Rodrigues dos Santos: Contextos e potencialidades.....	105
1.9. Pesquisa de campo no Baixo Tapajós.....	117
Parte II - Um lar para a Santarém de todos os tempos..... 125	
2.1. Praça Mani.....	127
2.2. Programa.....	130
2.3. Paisagismo e piso.....	134
2.4. Relevo e cortes.....	138
2.5. Módulos construtivos.....	142
2.6. Edificações.....	146
Conclusão.....	157
Bibliografia.....	159



## Introdução

Este Trabalho Final de Graduação pretende aprofundar-se nas paisagens e nos territórios circunscritos ao município de Santarém e sua região histórico-cultural, na geografia humana do Baixo Tapajós. Desenvolve-se em método colaborativo e interdisciplinar, incluindo contribuições do cotidiano, dos saberes tradicionais, da sociologia, antropologia, geografia, ecologia, história, arqueologia, arquitetura, linguística, urbanismo e ciências políticas. Também se apoia profundamente em pesquisa de campo e subsídios fornecidos por meus orientadores e pesquisadores parceiros na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP); na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP); no Instituto Mamirauá (Tefé- Amazonas); e no Museu Paraense Emílio Goeldi. Estes contatos e trocas apenas foram possíveis através dos projetos Jovem Pesquisador (JP) I FAPESP *Barroco Cifrado* e Jovem Pesquisador (JP) II FAPESP *Barroco-Açu*.

Os partidos fundamentais deste trabalho são a opção pela decolonialidade (MIGONOLO, 2007) e a interdisciplinaridade, guiando a análise de longuíssima duração, apoiada na ecologia histórica (BALÉE, 2006). Partiu-se de pressupostos em favor da diversidade epistemológica; crítica à modernidade; reconhecimento de contribuições, continuidades e resiliências das sociedades tradicionais; atenção ao colapso promovido pelo antropoceno; e indissociabilidade entre território, meio ecológico e presença antrópica, conformadores de identidades, afetos, manejos ambientais-produtivos, sistemas políticos e muitas humanidades (KRENAK, 2020, 2021; KOPENAWA, 2015). Entende-se também locais como tendo aportes de origens globalmente conectadas; e contextos globais compostos por muitos locais (MARTINS; MIGLIACCIO, 2020), exigindo-se intercalar entre diferentes escalas de observação na análise de qualquer geografia ou produção material. Também se reconhece aqui a importância de uma arqueologia da paisagem: aprofundamento nos cotidianos, registros documentais e materiais, e suas diversas camadas, para entendimento de complexas paisagens históricas (BUENO, 2017). Tais proposições orientaram o processo investigativo e as análises das pesquisas, bem como informaram a sensibilidade e partidos que orientaram o projeto da Praça Mani, atual Rodrigues dos Santos.

Neste trabalho foi dada ênfase à Parte I, discussão teórica e delineamento do percurso por emaranhados de fios históricos, de presenças humanas, que passam pelo território do Baixo Tapajós. Os mapas e fotografias servem aqui mais a título de registro do processo do que detalhamento em alta definição. No entanto, o projeto de requalificação urbana e simbólica, informado por estas questões e ciente de conflitos urgentes, foi concluído na Parte II do trabalho como estudo preliminar e pretende-se enquanto contribuição sugerida aos santarenos. A estes deixo e apoio a responsabilidade de agência crítica sobre seu próprio espaço. Todo este TFG é

inspirado e ancorado pela arqueologia, que inicia e, simbolicamente, também conclui esta iniciativa. As principais bases teóricas e metodológicas neste sentido, discutidas no capítulo a seguir, baseiam-se principalmente em Neves (2015), que reconhece Santarém como localidade mais antiga continuamente habitada no atual território brasileiro; Rocha (2017, 2016), estabelecendo o Baixo Tapajós como um palimpsesto ocupacional e ambientalmente construído por grupos antrópicos através de manejos agroecológicos; Márcio Amaral (LIMA et. al., 2012), em processo sistemático de levantamento dos padrões de assentamento e uso do solo no Baixo Tapajós; e Barreto (2008), demonstrando processos de agenciamento de objetos em contextos de reprodução social, que resistem no tempo e são ressignificados (BARRETO, 2020).

Meu olhar e interesse por Santarém e o Baixo Tapajós surgem de um percurso pessoal e acadêmico de alguns anos, na Universidade de São Paulo e como integrante do Grupo Abya-Yala FAU USP, coordenado pelos professores Dra. Renata Martins e Dr. Luciano Migliaccio e inserido no Projeto JP II FAPESP *Barroco-Açu*, sob responsabilidade dos mesmos coordenadores do grupo de pesquisas mencionado. Iniciou-se a partir de um interesse meu pelas ciências humanas e territoriais, em especial antropologia, arqueologia, geografia crítica, fundamentos sociais do urbanismo e ciências políticas. Inicialmente movido pela curiosidade em olhar e entender o outro, fui compelido a refletir sobre mim mesmo, minhas vivências, memórias, afetos, processos cognitivos e pressupostos. Por isso, este trabalho é sobre mim e minha jornada tanto quanto é sobre Santarém e o Baixo Tapajós.

As sutilezas e surpresas do cotidiano, se bem aproveitadas, podem levar-nos a lugares inusitados. Foi de olho nisto e atento aos contatos que estabelecia na Universidade de São Paulo que, lentamente, assumi novos percursos. Sempre fui ansioso, curioso, crítico, preocupado em contribuir com meu melhor, questionador e dotado de um senso de justiça coletivo. Graças a meus professores do ensino médio, pude desenvolver um inconformismo crítico com certos aspectos da realidade. Porém, este ainda era superficial e limitado a uma gama específica de vieses de análise, mais próximos do senso comum. Talvez por minhas origens em circunstâncias conservadoras e marcadamente europeias, filho de portugueses, ainda que também latino-americanas e modernas, tendo vivido a minha vida toda predominantemente em ambientes paulistas privilegiados. Foi na universidade que tive a oportunidade de aprofundar em meu desenvolvimento crítico, incentivado a uma abordagem sensível e multidisciplinar por diversos professores, especialmente Renata Martins, Luciano Migliaccio e Helene Ayoub. Fui apresentado à Amazônia, aos seus conflitos, às suas potencialidades, aos seus passados e suas belezas únicas. Assim surgiu minha Iniciação Científica FAPESP e também meu TFG, ocasiões onde busquei tornar-me um aliado nas causas indígenas e de outras comunidades tradicionais, com quem espero poder trabalhar junto por outros futuros possíveis.

# **PARTE I**

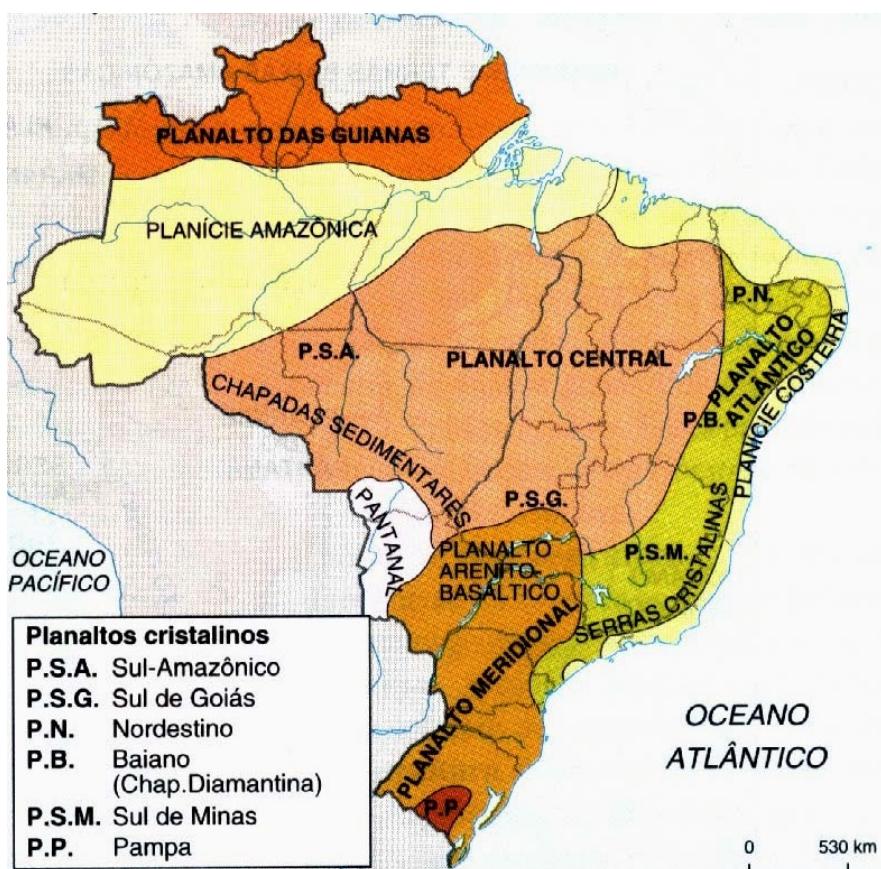
**Entrelaço de fios históricos e humanidades contínuas**



## 1.1. Palimpsesto do Baixo-Tapajós: milenares redes de ocupação

A etnografia amazônica, e das terras baixas americanas em geral, demonstra uma lógica da diversidade humana e cosmológica<sup>1</sup>, aplicável a Santarém<sup>2</sup>, onde distâncias identitárias e históricas são promovidas por divisas geográficas naturais e diferenciações internas espontâneas. Neste sentido, os corpos d'água atuam simultaneamente como fios condutores de contato e referências topográficas divisórias.

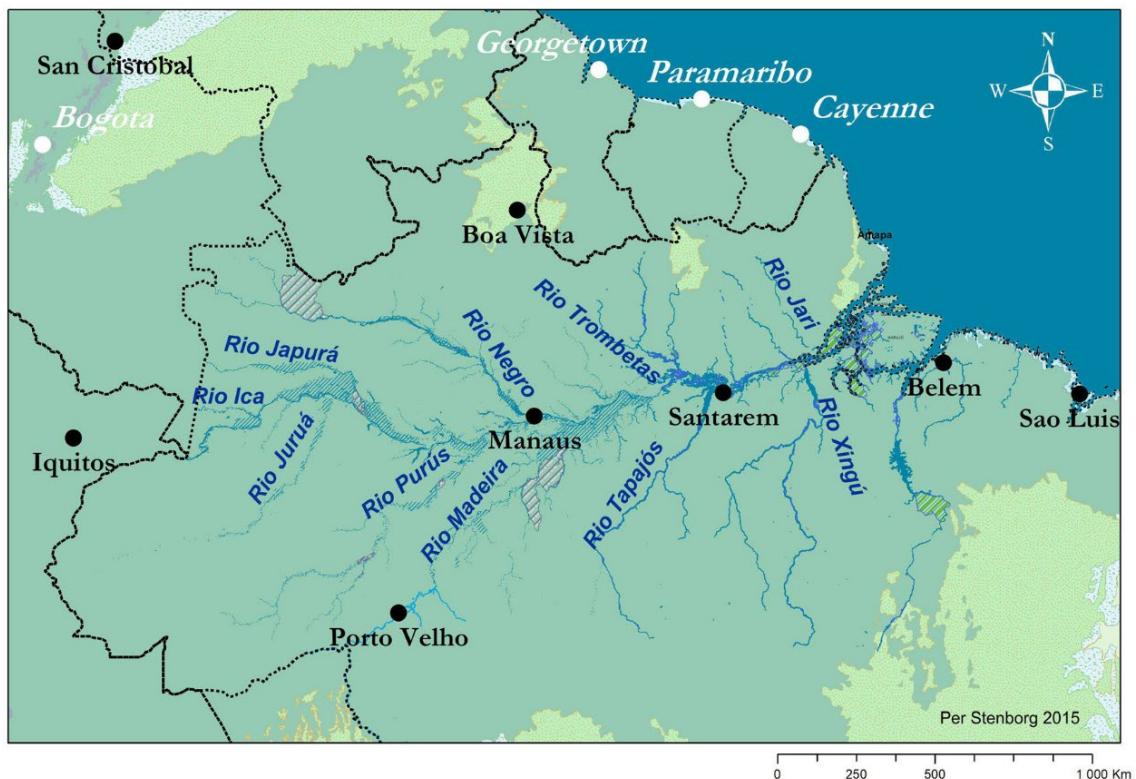
**Mapa 1:** Divisões do relevo brasileiro segundo Aroldo de Azevedo.  
Fonte: acervo cartográfico digital do IBGE.



<sup>1</sup> (VIVEIROS DE CASTRO, 1998; CESARINO, 2016; ALVES, 2018; BARRETO, 2009; CLEMENT et. al., 2015; SCHOCK et al., 2019; SAHLINS, 2004; HECKENBERGER, 2005; LIMA et al.; 2011; NEVES, 2010, 2011, 2016; SCHAAN, 2007; SILVA, 2017; STARK, 1998).

<sup>2</sup> (ROCHA et al., 2016; HARRIS, 2015; ARENZ et al., 2017; GOMES, 2011).

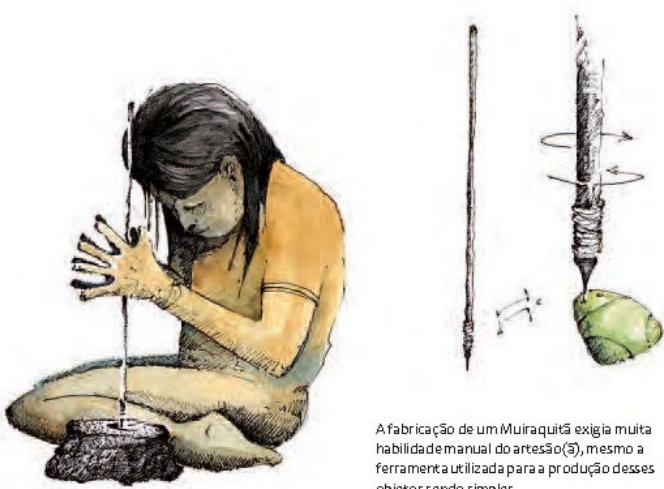
**Mapa 2:** Bacia do Rio Amazonas e principais tributários



Autoria de Stenborg, 2015. Fonte: STENBORG, 2016.

As bacias hidrográficas são essenciais à construção de geografias humanas e fluxos de deslocamento na Amazônia, definindo repertórios e identidades étnicas e políticas indissociáveis de toponímicas político-culturais, naturais e cosmológicas. Santarém historicamente esteve no entroncamento de redes de transmissão Tupi, Arawak, Caribe, entre outras, num conjunto de relações pautadas em disputas, trocas materiais e compartilhamento de saberes. Estas transmissões culturais são observáveis no registro arqueológico por meio de difusão de espécies, estilos cerâmicos, formas de sepultamento, manejo agroecológico, padrões de organização espacial-política e materiais compartilhados, como muiraquitãs e outros objetos líticos,

muitas vezes de origem exógena à região (ELLEN, 2013; GALLOIS, 2005; HARRIS, 2015; ROCHA, 2017; STENBORG, 2016).

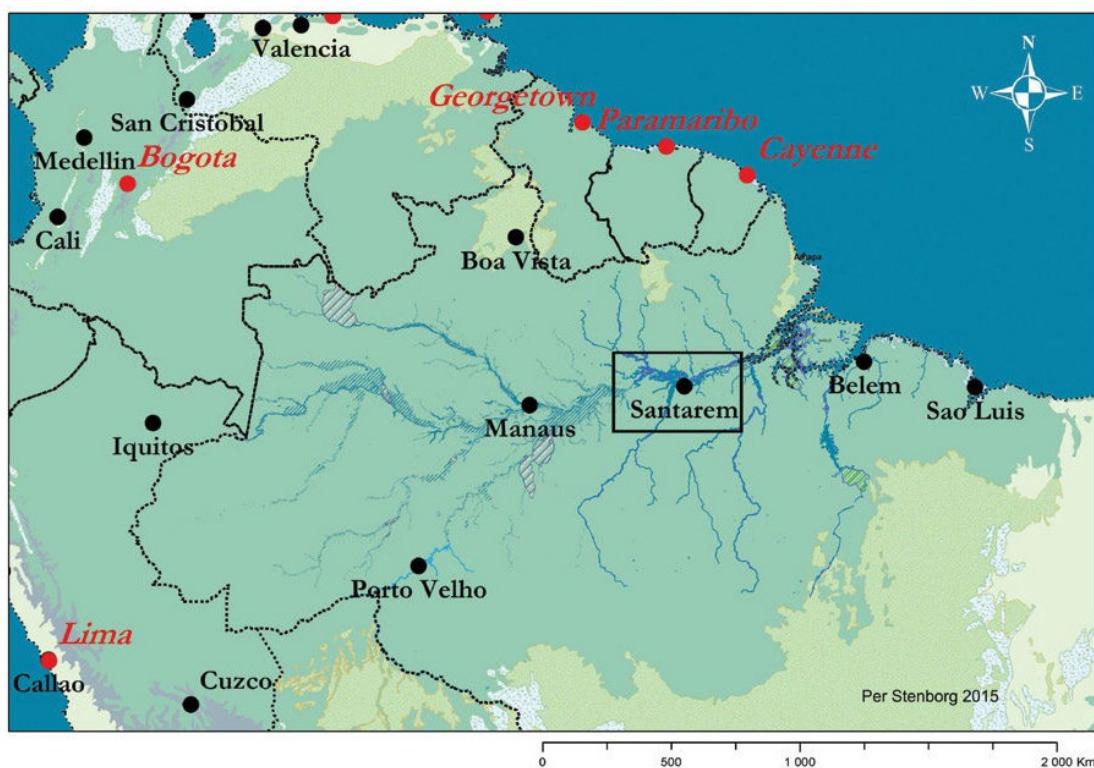


**Imagen 1:** Reconstrucción ilustrada de confecção de muiraquitãs por populações amazônicas antigas. Fonte: ARENZ et al., 2017.

Por isso, a principal tese aqui defendida é a de que a região de Santarém e o Tapajós sejam um heterogêneo palimpsesto ocupacional milenar (ROCHA et al., 2016; NEVES, 2015), conectado a uma extensa área de contatos, da Amazônia Central ao Xingu e do Trombetas ao Planalto Central (GOMES, 2011; ALVES, 2018). Isto é demonstrado pela recorrência de sobreposição de redes de ocupações, com ampla extensão de circulações e trocas - que se sucedem no espaço e se reconstroem de tempos em tempos entre hiatos (GOMES, 2011; NEVES, 2015).

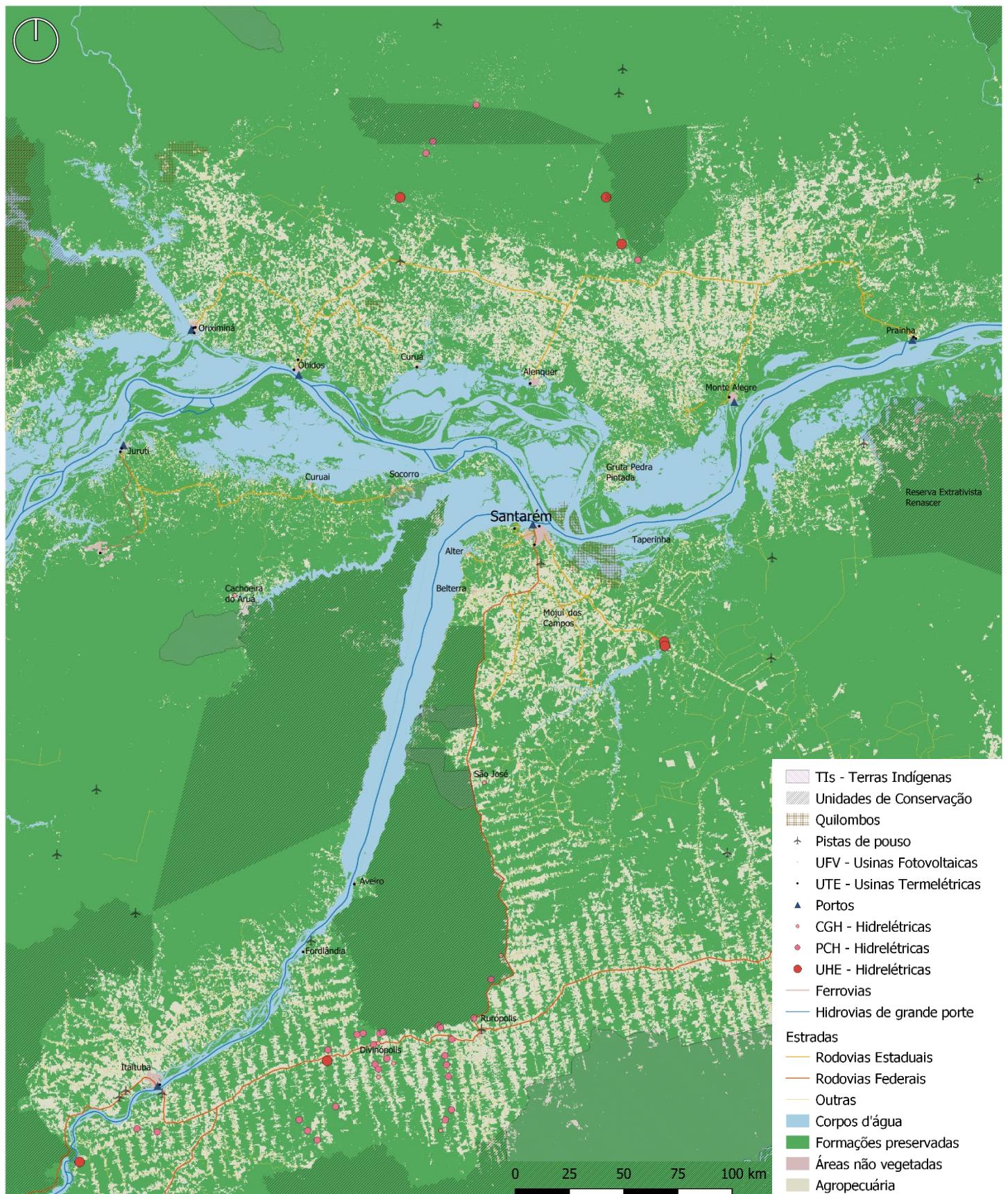
Sugere-se como explicação à recorrência espacial uma possível continuidade temporal do compartilhamento de saberes ancestrais – talvez concomitantemente de forma interétnica e associado a difusões dêmicas. Outra explicação para a recorrência espacial é em consequência das milenares práticas de manejos agroecológicos, geradores de territórios com atrativos que incentivam a reocupação de espaços anteriormente modificados (ROCHA et al., 2016; SCHOCK et. al., 2019). Por isso, este capítulo irá concentrar-se especialmente na cronologia histórica e distribuição geográfica de ocupações ao longo das margens do Tapajós (especialmente sítio Aldeia e margem esquerda), através de fases já determinadas e resultados observáveis na literatura arqueológica. Menos ênfase será dada a formas de reprodução social específicas ou descrição e análise estilística minuciosas de cerâmica produzida por essas populações aqui abordadas, por entender-se tratar de contextos mais locais, ao passo em que aqui se discutem proposições de escala regional.

**Mapa 3:** Localização de Santarém na Bacia Amazônica e América do Sul



Autoria de Per Stenborg, 2015. Fonte: STENBORG, 2016.

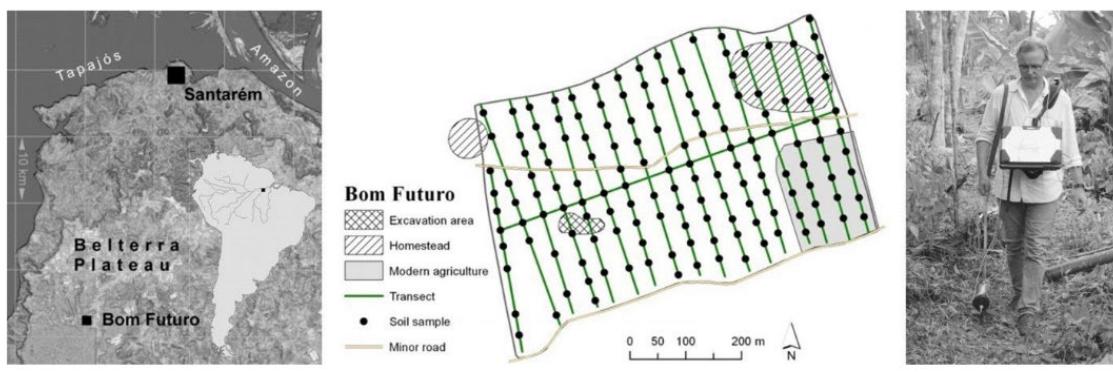
**Mapa 4:** Região de Santarém, Baixo Tapajós e adjacências - são identificadas as localizações de Taperinha e Gruta Pedra Pintada. Fonte: autoria própria.

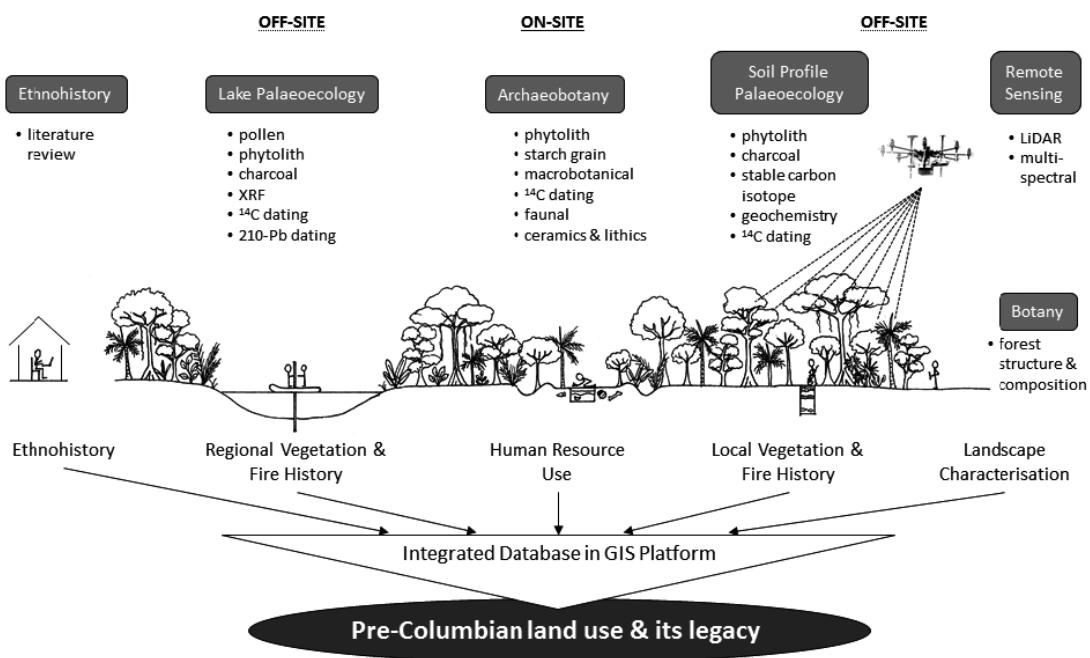


Aqui deter-se-á aos registros arqueológicos anteriores à invasão europeia, utilizando datações calibradas para periodizações aproximadas e arredondadas, em anos antes do presente. Além disso, nesta pesquisa, foram assumidos como verdadeiros os seguintes paradigmas:

- Presença comprovada de manejos milenares agroecológicos de longa duração em ciclos lentos, baseados em saberes ancestrais consolidados e continuamente atualizados e compartilhados até o presente, surgidos de experimentações agroecológicas e ligação identitária a toponímicas (ROCHA et al., 2016; SCHOCK et al., 2019);
- Existência do perspectivismo ameríndio, identificado no registro arqueológico pela continuidade de padrões territoriais, de manejos ecológicos, materiais, iconográficos e estilísticos associados a determinadas agências de ontologias relacionais (BARRETO, 2009; SILVA, 2017);
- Territorialização de identidades coletivas indígenas amazônicas, indissociáveis de toponímias e padrões de reprodução social, a nível material e cosmológico (ALARCON, 2016);
- Relevância de classificações em fases, tradições, horizontes e definição de culturas arqueológicas e áreas culturais para organização do registro arqueológico em cronologias históricas, política e socialmente pertinentes ao presente, demonstrativas de movimentos, permanências e alterações populacionais e de diferentes grupos. Porém, culturas arqueológicas não são aqui diretamente associadas a um grupo étnico ou família linguística específica necessariamente, mas a conjuntos antrópicos com produção material compartilhada (NEVES, 2010, 2011);
- Relevância dos métodos científicos e tecnológicos atuais de datação, prospecção, análise e geoprocessamento para seleção e interpretação dos vestígios arqueológicos (STENBORG, 2016); bem como relevância dos meios de transmissão cultural e seus métodos de associação no registro arqueológico (ELLEN, 2013; GALLOIS, 2005).

**Imagen 2:** Mapas, ilustrações e esquemas explicativos do contexto de escavações arqueológicas em levantamento sistemático-geométrico por transectos, em Bom Futuro, no Planalto de Belterra. Ilustração de Mats Soderstrom. Fonte: STENBORG, 2016.





**Imagen 3:** Esquema ilustrativo de métodos e fontes para bases de dados arqueológicos integradas no Projeto PAST. Autoria de José Iriarte. Fonte: STENBORG, 2016.

Em vista disso, propõe-se o conceito de *redes de ocupação*, aqui definidas como conjunto de sociedades amazônicas, distribuídas por extenso território, interligadas por determinada rede de circulação ou produção material, encontrada no registro arqueológico numa mesma fase ou período. Em alguns casos, essas redes formam áreas culturais, separadas por fronteiras ou barreiras geográficas. Apesar da conexão em redes para trocas e transmissão de saberes, não há entre estas sociedades necessariamente uma homogeneização de produção material e das formas de ocupação espacial ou de organização sociopolítica. Porém, muitas destas sociedades, em determinados períodos de concentração populacional e política em áreas circunscritas, podem ser positivamente correlacionadas a sociedades regionais.

O conceito “sociedades regionais” aqui foi usado com base em teorias propostas por Denise Schaan (2007), no Marajó; Márcio Amaral (LIMA et. al., 2012), em Santarém; e Michael Heckenberger (2001), no Xingu. Define-se “sociedades regionais amazônicas” como sociedades hierárquicas sem estado, abrangendo domínio de ampla região, onde se sugere a construção ideológica em torno de elites ou linhagens regionais. Essas são justificadas por suas mediações xamânicas no controle ou distribuição de recursos territorialmente circunscritos, produzindo certa coesão regional material e política, escala de monumentalidade construtiva e concentração populacional em assentamentos. É importante ressaltar que nestas sociedades o poder simbólico não pressupõe necessariamente acúmulo econômico, material. Todos os autores anteriormente mencionados demonstram que o surgimento de sociedades regionais altera padrões de produção material, visto especialmente em estilos cerâmicos, que assumem caráter regional, apesar de não abandonarem marcadores de identificação local.

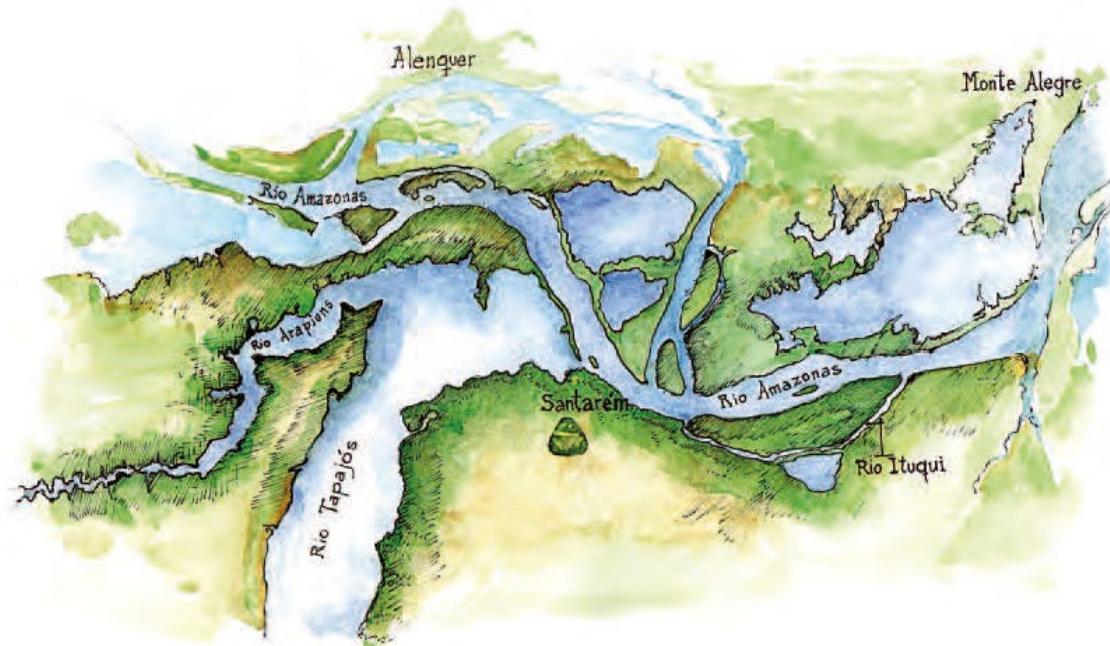
Especificamente em se tratando de sociedades nas várzeas do Baixo Amazonas, Denise Schaan (2007) sugere que a frequência na iconografia de fauna aquática pode indicar papel importante destes animais como recursos alimentares e na reprodução social. Poderiam, inclusive, indicar papel fundamental na formação destas sociedades regionais. Porém, a autora também argumenta que semelhanças estilísticas e estéticas entre sociedades de várzea no Baixo Amazonas possivelmente estavam mais ligadas a redes de alianças ou trocas regionais do que uniformidade de organização sociopolítica, não sendo, portanto, possível falar em um padrão homogêneo de organização sociopolítica de sociedades regionais para todas estas sociedades de várzea inseridas nas redes regionais de circulação material. Schaan, Quinn e Roosevelt apontam, especificamente a região de Santarém, para a importância alimentar do cultivo de milho, mais relevante aqui, no contexto da fase tapajônica após o século X, do que em outras localidades, como para os produtores de cerâmica Konduri na região de Trombetas. Milho, mandioca, outras raízes e cereais, nozes, frutas, pesca e caça formariam a base alimentar de muitas populações do Baixo Tapajós ao longo da história, com migrações sazonais entre várzea e terra firme e manejos agroecológicos de longa duração. (STENBORG, 2016)

Outra construção teórica refere-se à pertinência das barreiras geográficas do Tapajós para explicar diferenças populacionais, culturais e históricas ao longo da calha do vale. O trecho encachoeirado do Tapajós, dividindo Baixo Tapajós do Médio-Alto Tapajós, serviu tradicionalmente de fronteira ou barreira geográfica na história cultural desta região, inclusive posteriormente no período colonial (ROCHA et al., 2021). Portanto, pode-se assumir que a divisão entre Médio-Alto Tapajós e Baixo Tapajós os inseriu em duas áreas culturais distintas, ainda que interligadas, o que explicaria um trecho superior do Tapajós predominantemente Tupi (Subtradição Tupinambá da Amazônia) e ligado ao planalto central, tradicionalmente mais deslocado das redes de ocupação nas quais participou a região de Santarém e o Baixo Tapajós, que, contudo, também recebeu alguma influência e trocas com Planalto Central (GOMES, 2011).

A geografia física também ajuda a explicar a localização estratégica de Santarém como povoação e conexão a outras localidades: um planalto elevado (permitindo melhor defesa) não inundável (ponto estável de assentamento) próximo à confluência de grandes rios (trazendo facilidade de deslocamentos e trocas) em várzea extensa de solo arenoso (possibilidade de ocupações humanas variadas e numerosas, interconectadas), conformando praias às margens do rio em composição com terrenos recuados, de vegetação aberta, em lenta transição até a terra-firme de floresta.

Este conjunto de fatores cria uma região de horizontes seguros e atraentes, inclusive visualmente, com grande diversidade e fartura de fauna, flora, microclimas e ambientes característicos a curtas distâncias, o que possibilita às ocupações humanas locais formações sociais e materiais ricas, múltiplas, adaptáveis e resilientes. Além disso, a nível macrorregional, o encontro dos dois grandes corpos d'água é especialmente estratégico por permitir acesso facilitado a amplas regiões da bacia amazônica, pelo rio Amazonas, e planalto central brasileiro, pelo rio Tapajós. Isto intensifica e amplifica as possibilidades de contato interculturais e atuação geopolítica a partir de Santarém. (ARENZ et al., 2017; GOMES, 2011; ALARCON, 2016)

**Mapa 5:** Encontro dos rios Tapajó, Amazonas, Arapiuns e Ituqui e Entorno de Santarém, Baixo Amazonas e Tapajós. Autoria de Mário Barata. Fonte: ARENZ et al., 2017.



Definidas as condições de análise, pode-se passar à construção da cronologia das redes de ocupação, sugerindo o palimpsesto – recorrência de ocupação espacial. Num primeiro momento, tem-se a cultura Paituna, definida por Anna Roosevelt, com base nas cerâmicas da Pedra Pintada e pelas cerâmicas de Taperinha, ambas regiões próximas a Santarém e na área cultural comumente definida para estas geografias. As cerâmicas do sambaqui de Taperinha, datadas em 8000 anos, são as mais antigas já encontradas em sambaquis na América. Este momento de povoamento situa-se entre aproximadamente 11500 anos e 6000 anos A.P. (antes do presente). Os mais antigos sinais de presença antrópica encontram-se nas pinturas rupestres da Pedra Pintada, no município de Monte Alegre, próximo a Santarém.

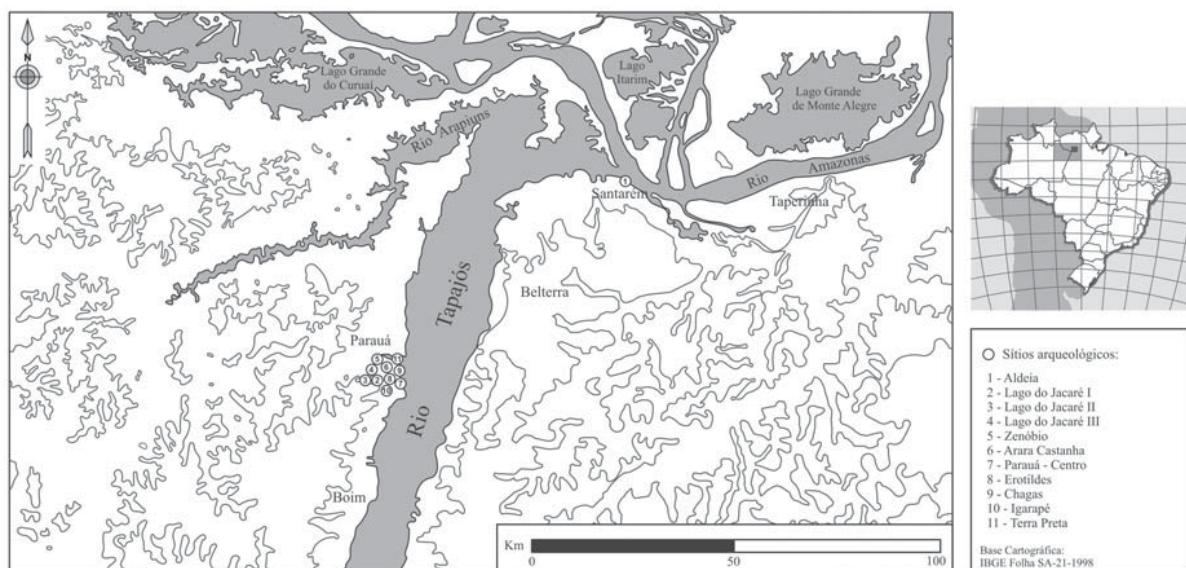
**Imagen 4:** Reconstituição ilustrada de sambaqui em uso por populações amazônicas antigas no entorno de Santarém. Fonte: ARENZ et al., 2017.



A seguir, como demonstra Eduardo Neves, há um grande hiato de pelo menos 1500 anos na ocupação de Santarém e região do Baixo Tapajós. Porém, segundo Denise Gomes (2011), o Baixo Tapajós, através de Parauá, Santarém e Boim, demonstra uma cronologia de ocupação relativamente contínua a partir de 4500 A.P. até o século XIII, em Parauá, ou XXI, em Santarém, diminuindo muitos dos hiatos. Isto se demonstra em contraste ao Marajó, onde um hiato significativo se observa entre 2800 A.P. e 2000 A.P.

O registro de presenças antrópicas em Parauá, Boim, Aldeia, Ituqui (Taperinha), Monte Alegre, Alenquer e Belterra, em diferentes contextos de ocupação, demonstra que nenhuma das fases arqueológicas ou dos períodos aqui definidos têm duração exata ou linear. Há sobreposições e interposições, sendo contemporâneas ou intercaladas em muitos séculos. Inclusive, de local para local, há significativas variações nas cronologias de ocupação, tendo sido aqui privilegiadas algumas regiões de várzea, como o sítio Aldeia, na margem direita, e Boim e Parauá, na margem esquerda, por sua representatividade de ocupações de várzea no Tapajós. Porém, outras regiões, pouco abordadas aqui, como a margem direita ao longo da FLONA - Floresta Nacional do Tapajós, e o planalto de Belterra, possuem especificidades próprias e cronologias um pouco distintas, o mesmo sendo aplicável a Ituqui, Monte Alegre e Alenquer, e ainda em outros contextos. No entanto, o importante é entender que todas essas regiões fazem parte de horizontes culturalmente interligados por Santarém e inseridos em redes de ocupação em comum. Outro ponto relevante a ser ressaltado é que muitas dessas sociedades, apesar de predominantemente em regiões de várzea, também se interiorizavam no vale do Tapajós, podendo ser encontradas ocupações antigas, mesmo do “período formativo”, a quilômetros de distância do Tapajó e outros cursos d’água.

**Mapa 6:** Inserção geográfica dos sítios escavados por Denise Gomes em Parauá e centro de Santarém (sítio Aldeia). Fonte: GOMES, 2011.

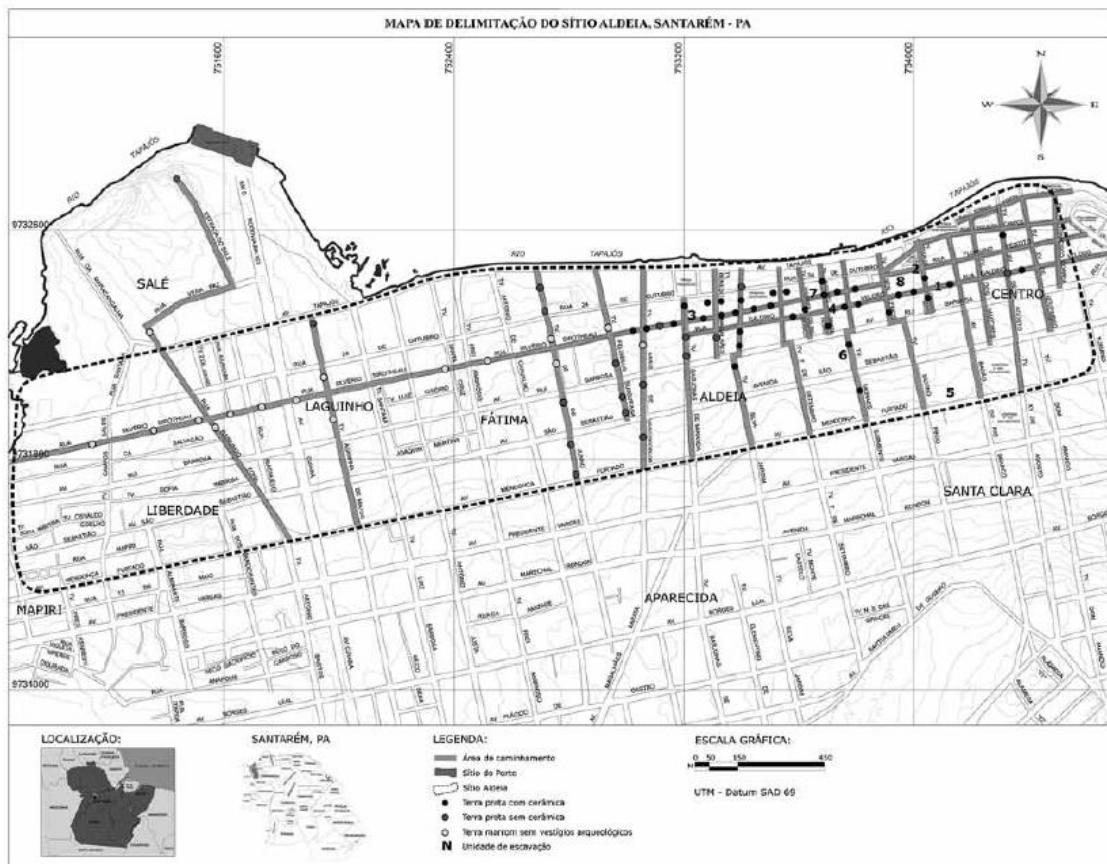


**Mapa 7: Inserção geográfica dos sítios na margem direita do Tapajós**



Análises arqueológicas por Per Stenborg, Denise Schaan, Márcio Amaral e José Iriarte.  
Autoria de José Iriarte. Fonte: STENBORG, 2016.

**Mapa 8:** Localização do Sítio Aldeia (Aldeia e Porto) em Santarém



Escavações de Denise Gomes e Symansky. Fonte: SYMANSKY et al., 2012.

Entre por volta de 4500 a 3400 A.P., segundo Denise Gomes (2011), há no Tapajós um período “Formativo”, onde cerâmicas Borda-Incisa são encontradas no Baixo Tapajós, identificadas tanto em Boim quanto em Parauá, Santarém, relacionadas à tradição Barrancóide (Amazônia Central), à região de Trombetas e Alto Xingu. Por sua vez, estas mesmas regiões apresentam cerâmicas e ocupações antrópicas sobrepostas e interpostas à fase Pocó-Açutuba.

Na região de Parauá, talvez um microcosmo representativo das cronologias sobrepostas e recortadas no Baixo Tapajós, além da cerâmica de Borda Incisa predominante no período “formativo” de 4500 a 3400 A.P., depois, entre aproximadamente 3400 A.P. e 2400 A.P., a região também apresenta outras fases de ocupação intercaladas à produção de Borda Incisa, como a cerâmica Hachurada Zonada. Este período de 3400 A.P. a 2400 A.P. também é contemporâneo à presença das cerâmicas Pocó no sítio Aldeia, em Santarém. Gomes conclui que, apesar do contato significativo entre Parauá e Santarém, a primeira região, ainda que culturalmente associada à segunda a nível regional, nunca teve suas povoações politicamente subordinadas à sociedade regional santarena, não havendo uma relação observável de hierarquia entre as regiões. Apesar da presença de cerâmica tapajônica em períodos de ocupação tardios em Parauá, esta é minoritária e até o século XIII

predominou ali a produção borda incisa. Sobre esta relação com a geografia humana do Tapajó, Gomes, afirma:

[...] a ocupação formativa inicialmente reconhecida na comunidade de Parauá, associada à tradição Borda Incisa, está presente em diversos outros locais da região de Santarém, tanto na margem direita quanto na margem esquerda do Rio Tapajós (GOMES, 2011, p. 284).

No entanto, em se tratando dos sítios Aldeia e Porto, Stenborg, Amaral e Schaan afirmam que Santarém estava de fato no centro de um sistema regional antigo, especialmente no período tapajônico a partir do século X. As últimas pesquisas encontradas salientam um crescente número de achados neste sentido, demonstrando que os santarenos estavam inclusos em rotas comerciais e redes de comunicação que cobriam extensas regiões amazônicas (STENBORG, 2016; LIMA et al., 2012). Na região do rio Ituqui e Paraná do Maicá, onde situa-se o sambaqui da Taperinha, observa-se também a presença de grandes assentamentos em terra preta<sup>3</sup>, possivelmente em contato ou pertencentes aos grupos tapajônicos santarenos.

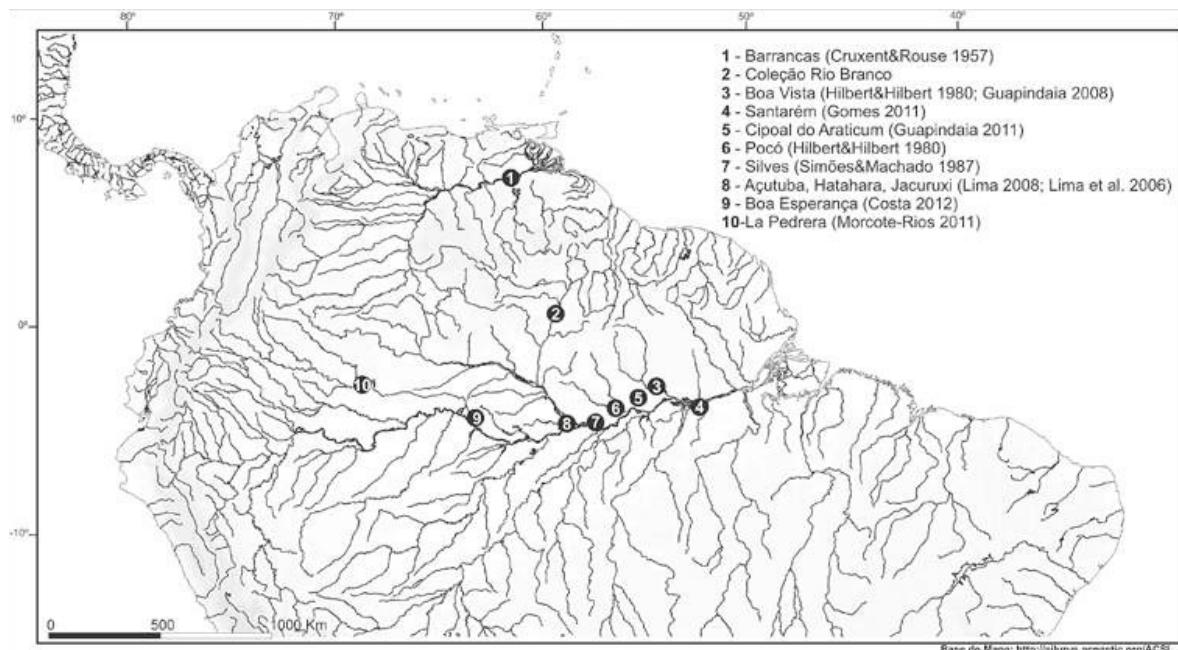
**Imagen 5:** Cerâmica Borda Incisa de Parauá, Santarém. Fragmentos com decoração diagnóstica, datados de 1320 A.P. a 910 A.P. Fonte: GOMES, 2011.



<sup>3</sup> TPI (Terra Preta de Índio). Conformação antrópica milenar, surgida a partir do manejo de dejetos orgânicos no solo (NEVES, 2020).

Apesar de em baixa frequência, já se encontrava na produção cerâmica borda incisa do Baixo Tapajós alguns apliques zoomorfos, que depois se tornaram mais frequentes no período tapajônico. Não se pode falar em acúmulo ou progressão temporal desta tecnologia ou que as populações Tapajônicas seriam descendentes de populações produtoras de cerâmicas borda-incisa, mas ainda assim é interessante observar formas de produção surgindo e ressurgindo ao longo da história. Como argumenta Eduardo Neves, o povoamento da Amazônia não foi cumulativo, mas tem continuidades de manejo ambiental e momentos de dispersão ou concentração populacional que se sucedem, de localidade para localidade, sem obedecer a padrões pan-amazônicos ou formas de reprodução social e geografias específicas.

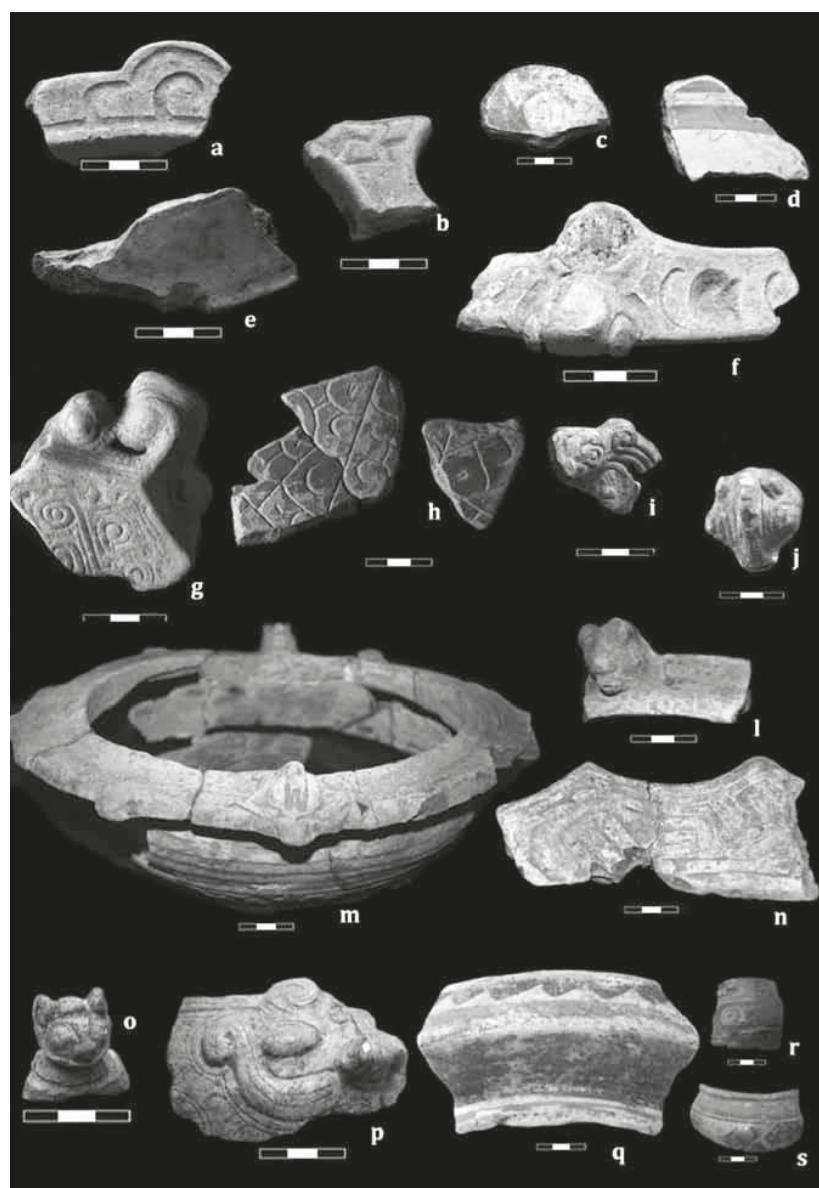
**Mapa 9:** Localização de alguns sítios arqueológicos com cerâmica da Tradição Pocó-Açutuba. Fonte: NEVES et al., 2014.



O período Pocó-Açutuba, de cerâmica incisa modelada, deu-se por toda a Amazônia, especialmente em localidades de várzea, entre aproximadamente 3200 e 1100 A.P., considerando datações cronológicas que variam significativamente de lugar para lugar e tiveram seu auge entre 3000 A.P. e 2000 A.P. No sítio Aldeia, as escavações de Gomes situam a presença Pocó entre aproximadamente 3000 e 1700 A.P. Esta fase está associada às primeiras modificações visíveis no solo por seres humanos antigos, as camadas de TPI (Terra Preta de Índio, de conformação antrópica milenar, surgida a partir do manejo de dejetos orgânicos no solo).



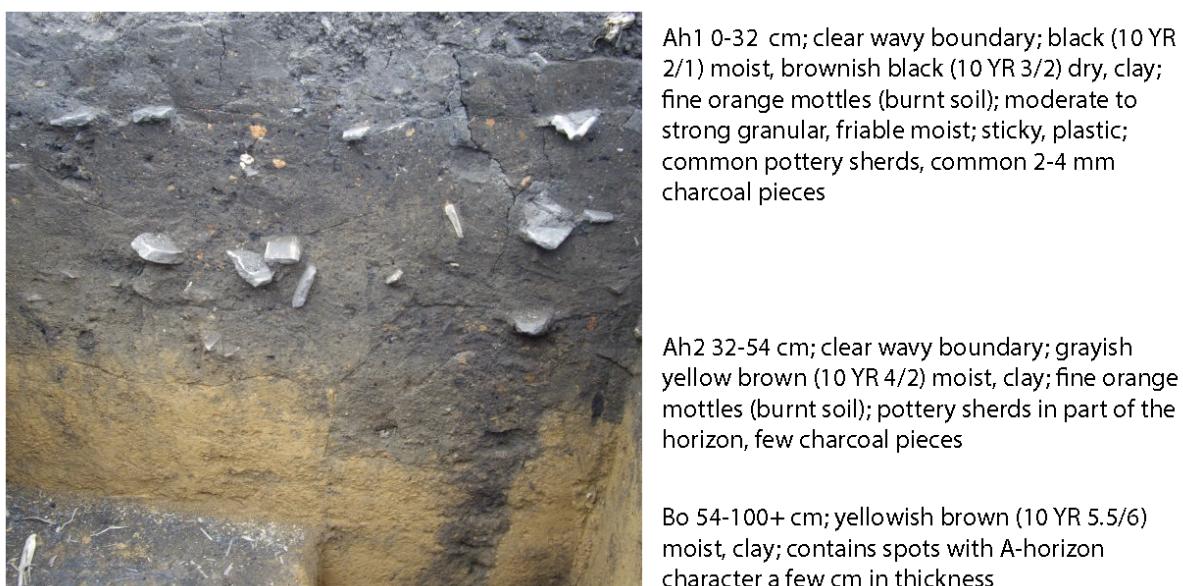
**Imagens 6 e 7:** Fragmentos cerâmicos associados à Tradição Pocó-Açutuba do Baixo Amazonas, retirados do Sítio Aldeia em Santarém, por Denise Gomes. Fonte: GOMES, 2011.



**Imagem 8:** Fragmentos cerâmicos associados à Tradição Pocó-Açutuba, em contextos de escavação arqueológica na Amazônia Central. Sítios de origem: a-f sítio Boa Esperança, baixo Japurá; g-j sítio Açutuba, baixo rio Negro; l-n sítio Jauray, rio Urubu; o-p, sítio Cipoal do Araticum, rio Trombetas; q-s, sítio Boa Vista, no rio Trombetas. Fonte: NEVES et al., 2014.

Não há indícios de que as primeiras formações de terra preta, sem dúvida de formação antrópica, teriam sido criadas propositamente para enriquecimento do solo. No entanto, é notório perceber que as populações posteriores não apenas perceberam a riqueza destes solos como ativamente selecionaram localidades que os continham para desenvolvimentos agroecológicos e fixação, além de, possivelmente, continuarem, no longo prazo, reconstituindo os meios de dejeto, continuando a criação de mais camadas de TPI. Não é possível pressupor que necessariamente todas, e apenas, as populações produtoras das cerâmicas Pocó eram responsáveis pela criação de TPI, já que muitas vezes estas cerâmicas encontram-se na base ou imediatamente antes destes solos, onde outros tipos de cerâmicas também são encontrados. No entanto, existe de fato uma relação de coincidência espacial e contemporaneidade ou precedência temporal entre fase Pocó e TPI por toda a Bacia Amazônica.

**Imagen 9:** Descrição de solo em perfil estratigráfico escavado. Presença de Terra Preta. Autoria de Jan Eriksson. Fonte: STENBORG, 2016.



Especialmente no Baixo Amazonas, a distribuição da Fase Pocó-Açutuba é associada por Lathrap à difusão de povos falantes de línguas da família Arawak pela Amazônia. Já Eduardo Neves, pelas semelhanças dessa produção, associa-a às fases Manacapuru, Paredão e Borda Incisa na Amazônia Central, talvez em transmissão de informações entre essas diferentes culturas arqueológicas, aqui entendidas como grupos antrópicos culturalmente interligados por uma produção material comum, ainda que possivelmente pertencentes a diferentes etnias e transitando por extensa geografia.

Já a cerâmica hachurada-zonada, identificada no sítio Aldeia, foi datada por Gomes entre aproximadamente 2150 e 1970 A.P. A autora sugere que estes grupos habitariam sambaquis fluviais, ou, mais provavelmente, estavam relacionados ao uso e construção de sambaquis fluviais na região. Sobre isso, Denise Gomes também acrescenta:

A julgar pela cerâmica do complexo Jauari (Hilbert, 1968), proveniente de um sambaqui de água doce localizado no Amazonas, próximo à confluência com o Rio Tapajós, é possível que tais populações estivessem interagindo com os grupos portadores de cerâmica Pocó do sítio Aldeia. Por fim, esta evidência adicional permite vislumbrar uma diversidade de grupos étnicos que ocuparam o espaço regional de Santarém durante o período formativo (GOMES, 2011, p. 290).



**Imagen 10:** Fragmento cerâmico Hachurado Zonado. Retirado por Denise Gomes do sítio Aldeia, em Santarém. Datado em 2040 A.P. Fonte: GOMES, 2011.

No Baixo Tapajós, ao longo da margem esquerda, o crescimento e densidade demográficos parecem ter sido maiores entre os séculos VII e XIII. Neste momento predominam ocupações sedentárias, especialmente maiores entre 900 d.C. e 1100 d.C., com a possibilidade de agricultura de floresta e manejo de recursos hídricos de forma intensiva. Já no sítio Aldeia e região Santarém-Belterra, o adensamento populacional parece ter se intensificado a partir do ano 1000, com auge possivelmente nos séculos XIII a XV. Talvez por isso, opondo o recorte de mais intenso povoamento, manejo e presença sedentária, de 1700 a 400 A.P. no Tapajó, ao período anterior de povoamento, aprox. 4500 a 3400 A.P., Denise Gomes tenha, numa estratégia semelhante a Roosevelt, optado por nomear o recorte mais antigo como “formativo”. Aí se nota menor densidade populacional, pouca ou nenhuma presença de TPI no Baixo Tapajó, levando a supor que o momento formativo teria sido uma transição em direção ao momento seguinte, supostamente consolidado.

Aqui questiona-se, contudo, tal nomenclatura e análise, que poderia fazer deduzir uma evolução demográfica linear, quase como estágio evolutivo. Porém, por falta de nomenclatura melhor, neste trabalho manteve-se a identificação como “período formativo”, ainda que sob ressalva. Não se pode afirmar até o momento que o período formativo tenha sido uma fase inicial de um mesmo povoamento posterior. No entanto, é possível admitir que as populações posteriores herdaram um espaço modificado, uma paisagem, talvez com conhecimento prévio disso. E, em consequência destas alterações milenares, obtiveram vantagens, reaproveitaram tais conhecimentos, constantemente se atualizaram e reformularam tecnologias e formas de reprodução social, como o fazem todos os grupos humanos.

Frequentemente a Fase Pocó-Açutuba sobrepõe-se ou encontra-se abaixo de áreas com distribuição de cerâmicas incisas, no Tapajós e Amazônia Central, revelando reocupação de espaços anteriores, mesmo que por populações que não compartilham necessariamente uma ancestralidade comum. Porém, de alguma forma, a recorrência de coincidências espaciais na ocupação ao longo de distantes eixos temporais

demonstra que esta distância foi encurtada talvez pela continuidade temporal de conhecimentos territoriais repassados, resistindo à passagem do tempo.

Em seguida, Santarém assiste ao período tapajônico, da cerâmica santarena inciso ponteada, também contendo conformações pintada-pintada e zonada-hachurada. As civilizações santarenses eram provavelmente uma sociedade regional de várzea, sedentária e multiétnica, com auge entre os séculos XIII e XVI d.C. O período tapajônico foi caracterizado por grandes aldeias, possivelmente de caráter ou densidade urbanas, ainda que em lógicas completamente diversas das urbes modernas ou europeias e asiáticas, sem a presença de estados. Tradicionalmente, continha produção material em terra, madeira e cerâmica; e, com menos frequência, em rocha. A rica elaboração iconográfica e material-estilística das cerâmicas tapajônicas lhes conferiu certa fama atual e mais fácil identificação.



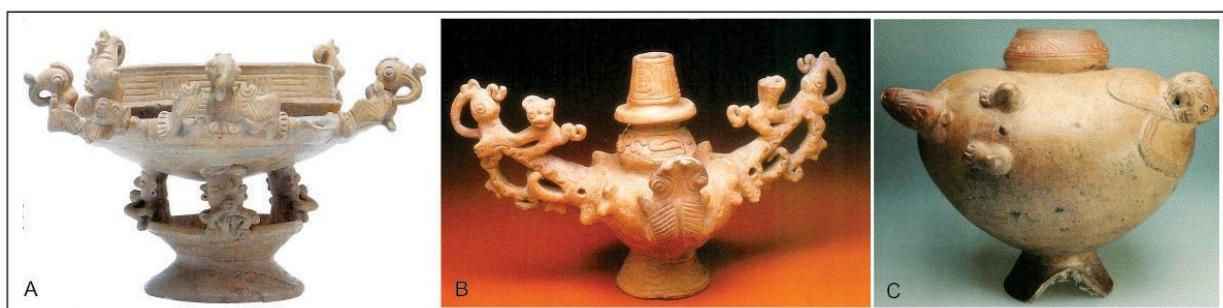
(Ao lado, à direita)

**Imagen 11:** Fragmento cerâmico de vaso de cariátides, provavelmente Tapajônico. Conta com apêndice modelado em formato de botão, como no estilo Barrancóide. Retirado do sítio Aldeia, Santarém. Fonte: GOMES, 2011.

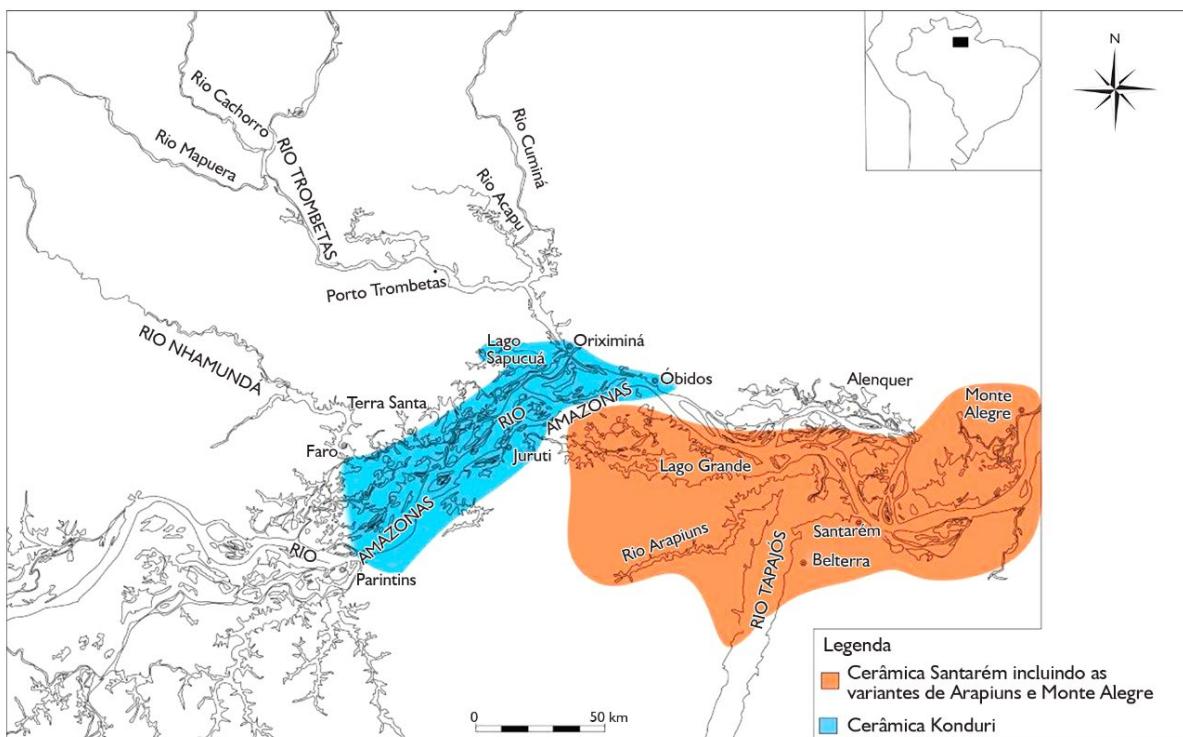


(Ao lado, à esquerda) **Imagen 12:** Ilustração de cerâmica tipicamente tapajônica. Fonte: ARENZ et al., 2017.

(Abaixo) **Imagen 13:** Exemplares de tipos de vasos tapajônicos identificados por Frederico Barata: A – vasos de cariátides (acervo MAEUSP), B – vasos de gargalo (acervo MPEG), C – vasos globulares (acervo MAEUSP). Autoria de Denise Schaa. Fonte: STENBORG, 2016.



**Mapa 10:** Dispersão territorial aproximada dos estilos cerâmicos Konduri e Santarém no Baixo Amazonas. Fonte: ALVES, 2018.



Na Foz do Tapajós, Santarém encontra-se próxima à calha dos rios Nhamundá e Trombetas, todos rios de águas claras, na confluência com o rio Amazonas, de água branca. Este encontro de águas cria um ambiente rico em fauna aquática e propício à pesca, possibilitando e incentivando o encontro de povos vindos de muito longe destes três vales. A enorme proximidade cultural e social, há pelo menos 3 mil anos, entre populações da Foz Tapajônica e dos rios Nhamundá e Trombetas também fortalece a hipótese de que ali eram faladas línguas parecidas, como sugerido por relatos de Orellana (ORELLANA apud ARENZ et al., 2017).

Marcony Alves demonstra que as sociedades Tapajônicas relacionavam-se fortemente às sociedades da região dos rios Trombetas e Nhamundá, onde observava-se a produção cerâmica Konduri (XI a XV d.C.), de tradição também incisa ponteada e que compartilha muitas semelhanças com a cerâmica santarena, inclusive na presença de gargalos:

O compartilhamento de um tipo cerâmico tão distinto em escala regional reforça as sugestões encontradas nos estudos etno-históricos e arqueológicos sobre a existência de interações sociais entre os coletivos produtores das cerâmicas Santarém e Konduri.” (ALVES, 2018, p. 11).



**Imagen 14** (à esquerda, acima): Vaso de gargalo, coleção Valentim Bouças, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Foto: Marcony Alves, 2015. Fonte: ALVES, 2018.

**Imagen 15** (à direita, acima): Vaso de cariátides, coleção Amazônia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Foto: Marcony Alves, 2015. Fonte: ALVES, 2018.



**Imagen 16** (ao lado, à esquerda): Vaso de cerâmica Konduri, retirado da região do rio Trombetas. Fonte: ARENZ et al., 2017.

Ambas produções (Santarém e Konduri) são associadas por Lathrap à dispersão de povos falantes de línguas da família Caribe, que mantinham redes de trocas por todo o Baixo Amazonas e Guianas. Paralelamente, é interessante notar que a produção Konduri muitas vezes se encontra em sítios multicomponenciais, ou seja, associados a outras cronologias, neste caso fases mais antigas, sobrepondo-se frequentemente às áreas com distribuição da fase Pocó-Açutuba na região do Trombetas (GUAPINDAIÁ, 2008). Também no Sítio Aldeia, onde encontra-se a produção Santarém, há a presença de cerâmicas de tradição Pocó-Açutuba desde 3000 A.P. Ambos casos salientam mais uma vez a reocupação dos mesmos locais estratégicos, de forma contínua ou após hiatos temporais, profundamente modificados em favor da presença humana por milênios, dificultando considerar tais coincidências como acidentais.

Considerando-se os assentamentos Tapajônicos, é importante ressaltar que suas verdadeiras dimensões e dispersão ainda não são completamente conhecidas.

De Bettendorff (1698) a Spix (1821), e depois em análises de Roosevelt (1991) e Gomes (2011), continuamente tem sido expandida a delimitação do que seria a ocupação antiga em Santarém, identificada como sítios Aldeia e Porto no centro da cidade. Gomes e Symansky descrevem o sítio como sendo “extenso e contínuo sítio de terra preta arqueológica, de formato linear, medindo 4 km X 0,7 km. Este se inicia logo após o Morro da Fortaleza, no atual bairro do Centro e continua por 2 km até o fim dos bairros de Aldeia e Fátima” (SYMANSKY; GOMES, 2012, p. 62). Segundo os mesmos autores, os vestígios são interrompidos no bairro do Laguinho, para ressurgirem nos bairros Salé e Liberdade, onde normalmente se enquadra o sítio do Porto.

Contudo, os mais recentes levantamentos de Márcio Amaral demonstram que esta área é maior do que se pensava anteriormente, havendo inclusive vestígios significativos no bairro do Laguinho, indicando que Porto e Aldeia na verdade tratam-se do mesmo extenso sítio arqueológico. Por suas dimensões, passado de denso povoamento, contínua habitação talvez há mais de 4 mil anos e localização urbana no presente, com vestígios arqueológicos que parecem quase “brotar” do chão, pode-se dizer que o Sítio Aldeia é de peculiar natureza e particular importância não apenas para entender a ecologia humana do Tapajó e sociedades regionais como em escala amazônica, em longa duração e largas dimensões.

**Mapa 11:** Localização atualizada dos sítios Porto e Aldeia, em Santarém.



Autoria de Ney Rafael Gomes Monteiro, com dados de Márcio Amaral.

Fonte: JÁCOME et. al., 2022.

Conclui-se, a partir desta cronologia, uma recorrência espacial de povoamento, ampliada por conexões internas e externas às redes de trocas (STENBORG, 2016; LIMA et al., 2012), sugerindo contexto de comunicações interétnicas e inter-regionais – com Xingu, Nhamundá, Trombetas, Planalto Central, Amazônia Central e Baixo Amazonas (GOMES, 2011) – e permanência temporal de transmissão de saberes, mesmo após períodos de ocupação e durante hiatos. Com relação à etnologia destas redes de ocupação e sociedades regionais, não há amplo consenso quanto à diversidade étnica interna destas sociedades, na escala dos assentamentos, se multiétnicos ou associados à difusão de povos de grupos linguísticos específicos. Neste trabalho, argumenta-se em favor de ambas possibilidades.

É provável, segundo apontam estudos em favor de dispersão de culturas arqueológicas em contextos variados (HECKENBERGER, 2001; LATHRAP, 1970; NEVES et al., 2014), que a distribuição de tecnologias, especialmente no caso de cerâmicas inciso modeladas e inciso ponteadas, esteja associada à introdução regional de saberes e comportamentos específicos por determinados grupos linguísticos. Sua comprovação é dificultada pela inconstância de grupos étnicos no tempo e sua profunda alteração após a invasão europeia.

Porém, pesquisas que salientam a pluralidade e lógica da diversidade destas ocupações, territórios e registros, interconectados a amplas redes de interação<sup>4</sup>, especialmente no caso de sociedades regionais amazônicas de várzea no Baixo Amazonas, como Marajó, Santarém e Konduri no segundo milênio, demonstram a profusão de tecnologias de produção material num mesmo local. Apesar de certos padrões a níveis regionais na constituição deste registro material, a diversidade destas localidades num mesmo período favorece entender semelhanças estilísticas e estéticas entre estas sociedades mais ligadas a redes de alianças ou trocas regionais do que uniformidade de organização sociopolítica ou identificação étnica (ALVES, 2018; GOMES, 2011; SCHAAN, 2007; STENBORG, 2016; LIMA et al., 2012; BARRETO, 2009).

Considerando a longa duração destas sociedades e cronologia de produções materiais, é possível assumir que técnicas e comportamentos inseridos por determinada expansão populacional, ligada a uma família linguística, em uma região, quando bem sucedidos, rapidamente podem ter sido assimilados por outros grupos étnicos posteriormente. Neste sentido, pode ser ilustrativo o contexto atual do Alto Xingu, onde observa-se certa padronização na produção cerâmica atual, em técnicas muito possivelmente introduzidas por povos Arawak, segundo Heckenberger (2001) e Lathrap (1970), mas que, atualmente, é compartilhada por variadas etnias no Alto Xingu, inclusive de muito diferentes famílias linguísticas. Assumindo tais possibilidades, tanto teorias de dispersão populacional quanto associações multiétnicas regionais demonstrar-seiam corretas em certa medida.

Em suma, o que todas estas pesquisas demonstram é a impossibilidade de classificação ou periodização comum a toda a Amazônia de formas de ocupação, reprodução social ou produção. Há em Santarém, como em toda a Amazônia, processos simultâneos de sedentarismo, nomadismo, manejo, coleta, caça, pesca, cultivo, domesticação de espécies, centralização política (como nos Tapajó), fragmentação populacional, construções monumentais, construções temporárias, etnogênese e consolidação identitária. Isso reflete-se também em formas variadas de relacionar elementos simbólicos e produção material, mas demonstrando em comum ocupações de longa data de espaços palimpsestos em ciclos dinâmicos. Acreditamos que sociedades complexas são aquelas que melhor se adaptam às condições e necessidades reais locais, do seu tempo e espaço, nas suas próprias lógicas,

---

<sup>4</sup> Caso emblemático das interações entre Caribe e Baixo Amazonas no contexto das cerâmicas Koriabo. Ver BARRETO et. al., 2021 e [https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/08/076-081\\_koriabo\\_307.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/08/076-081_koriabo_307.pdf)

possibilitando relações sustentáveis. Para isso, não dependem de modelos evolutivos ou categorias pré-definidas, podendo estas sociedades serem simultaneamente muitas coisas e por isso tão complexas e sofisticadas quanto em qualquer outro formato.

## 1.2. Empreitada colonial mediada

Na maior aldeia, às margens do Rio Tapajós, os espanhóis foram agasalhados, alimentados e abrigados em uma casa muito grande de madeira, com mantas de algodão coloridas e redes feitas de folhas de palmeira, também bordadas em muitas cores. (Alonso de Rojas [1639], apud SANTOS, 2019, adaptado)

A expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530, pode ser apontada como início de um programa político de “colônia de povoamento”, como forma de salvaguarda mais definitiva do território abarcado pela Coroa lusitana. Segue-se a isto a criação das Capitanias Hereditárias, em 1534, dividindo a “América Portuguesa” em cerca de 15 lotes. A Capitania do Maranhão representava duas seções, ao longo do litoral: do Rio Gurupi à Baía de Cumã, cedida a Aires da Cunha e João de Barros; e da Baía de Cumã à foz do Rio Paraíba, doada a Fernando Álvares de Andrade.

Os três donatários da Capitania do Maranhão organizaram uma expedição povoadora, com 900 colonos, liderada por Aires da Cunha, chegando ao Brasil em 1535. Porém, o navio naufragou pouco tempo depois de atracar no litoral, limitando futuros deslocamentos. Ali oficialmente fundaram a localidade de Nazaré, na Ilha de Trindade, atual Ilha de São Luís, no Maranhão, em 1536. Em virtude de relacionamentos tensos com alguns povos indígenas da região e disputas com outras potências europeias, a mesma empreitada ergueu três fortificações: na barra de Nazaré; na confluência dos rios Mearim e Pindaré; e ao longo do Rio Pindaré. Próximo àquela localidade há registro de importante aldeia tupinambá chamada Upaon-Açu, onde a adaptação excepcional dos nativos à localidade mostrava-se pela fartura e diversidade de alimentos, cultivados, coletados e caçados. Porém, o contato dos colonos com os povos originários da região parece ter sido muito escasso, ocasionando intenso isolamento, que se somou ao desconhecimento da localidade para contribuir ao fracasso da colônia, já abandonada em 1538.

No restante das Capitanias Hereditárias não era muito diferente: o despreparo, isolamento e imposição de um modelo colonizador insular a estas terras continentais renderia muitos insucessos nas primeiras expedições e colônias. A isto acrescenta-se certo desinteresse da parte da nobreza lusitana, a quem essas terras haviam sido forçadamente doadas sob condição de arriscadas empreitadas, levando a Coroa a abolir as Capitanias Hereditárias em 1548, com a criação do Governo Geral.

Anos antes, entre 1540 e 1541, o explorador espanhol Francisco Orellana atravessou a região andina junto de Gonzalo Pizarro, em expedição de exploração, assentamentos e “pacificação” de grupos indígenas previamente contactados ou não, incorrendo-se aí muitas batalhas. Porém, devido à falta de suprimentos a certa altura, Francisco Orellana, separadamente do restante da expedição maior chefiada por Pizarro, foi orientado a seguir adiante com frota menor, à procura de mantimentos e

possível ajuda, antes de retornar ao ponto de separação. Ao que parece ter acontecido, não tendo Orellana encontrado significativos povoamentos ou recursos às margens dos fluxos de água mais próximos, resolveu seguir percurso de pilhagem em direção a leste, nunca retornando ao encontro de Pizarro.

Assim, a famosa viagem chefiada por Orellana, registrada pelo Frei Gaspar de Carvajal (UGARTE, 2009), desceu em direção à Bacia Amazônica, alcançando o seu rio principal, identificado por estes viajantes espanhóis como “Rio das Amazonas”, Paráuaçu ou Rio Orellana. A viagem contou com inúmeras batalhas e saques a aldeias indígenas, sendo o primeiro registro definitivo de europeus navegando pelo Rio Amazonas. O nome faz menção à história narrada de poderosa nação guerreira, habitada exclusivamente por mulheres, que supostamente existia na região setentrional da Floresta Amazônica, tendo o bioma como seu domínio ou zona de influência. Não é de todo improvável que na Amazônia houvesse matriarcados influentes e bélicos com vastos territórios e pontos de contato. Contudo, na boca e pena dos viajantes espanhóis a história adquire contornos decididamente exagerados, idealizados, e traços europeus, pegando emprestado da mitologia grega as personagens amazonas. É da mesma feita o surgimento de lendas sobre grande quantidade de ouro e imensas cidades misteriosamente escondidas na floresta.

Concretamente, no entanto, em virtude de extenso conhecimento e tempo de ocupação por toda a América da parte de seus povoadores originários, a maior obra indígena coletivamente concretizada e ainda extante é a própria Floresta Amazônica. Seu clima, solos, hidrografia, relevo, fenômenos naturais, flora, fauna e potencialidades locais foram e são intensiva e detalhadamente mapeados, estudados, aproveitados e manejados de variadas formas por seus habitantes nativos, constituindo diversos saberes tradicionais, criando paisagens, inclusive cosmológicas, indissociáveis de suas identidades coletivas. Para além de manejos agroecológicos, tem-se notícia histórica e registro arqueológico de grandes construções por intensa movimentação de terra: fortificações, estradas, fossos, campos elevados e complexos sistemas de irrigação e cultivo. Intrincadas alianças sociopolíticas, redes de trocas e habilidosas capacidades tecnológicas completando este quadro.

Sabe-se hoje que, apesar de lógicas completamente diferentes da urbanização moderna atual, à época da invasão europeia a Floresta Amazônica já era, havia muitos séculos, povoada intensamente tanto em áreas de várzea quanto interflúvios, contando com até mesmo com adensadas urbes. Além disso, estas populações amazônicas não estavam isoladas, estando comprovadamente em significativo contato com outras terras baixas da América e a região dos Andes, além do Caribe. É também sabido da presença de objetos de pedra ou incrustados, e até mesmo em ouro, entre aldeias amazônicas, devido à riqueza de algumas jazidas minerais na Bacia Amazônica e trocas com os Andes. Contudo, são claramente inverossímeis os relatos exagerados de cidades amazônicas de ouro, grandes complexos construtivos em pedra etc.

Na mesma viagem registrada por Carvajal (UGARTE, 2009) é narrado o contato dos viajantes espanhóis com aqueles impetuosos guerreiros provavelmente

Tapajônicos, em localidade que, pela descrição, muito se assemelha à foz do Rio Tapajó e ao entorno. De acordo com o autor, eram liderados pelo chefe Chipayo. Em mais de uma ocasião os invasores foram recebidos com letais chuvas de flechas envenenadas, investidas por número sem igual de embarcações e guerreiros. As localidades descritas também coincidem em proximidade às serras do atual município de Monte Alegre, à época identificadas como Gurupatuba, contando com povoados em formatos assemelhados a fortalezas.

De volta à tentativa de domínio lusitano na Amazônia, mesmo sob nova direção do Governo Geral, ainda demoraria algum tempo para que surgissem na região Amazônica alguns entrepostos coloniais tornados povoações permanentes sob domínio efetivo da Coroa Portuguesa. Uma segunda expedição, sob comando de Luiz de Melo, também naufragou próximo à Barra de Nazaré em 1554. A região via-se crescentemente frequentada por exploradores franceses, que estabeleceram diversos pontos de contato com povos indígenas e exploração de recursos no litoral amazônico e ao longo de alguns dos principais rios da região próximos ao litoral. Em 1572, D. Sebastião dividiu a colônia portuguesa americana em dois Governos Gerais: Governo do Norte e Governo do Sul. O Governo do Norte, com sede em Salvador, incluía as capitâncias de Maranhão à Bahia. Acreditava-se que assim seria mais favorável proteger o litoral e planejar a invasão rumo ao interior.

Até a primeira metade do século XVII, toda a região de florestas a oeste do Rio Gurupi – hoje marcando a fronteira entre Pará e Maranhão – era conhecida como “Império das Amazonas” pelos europeus. O início, em sentido leste a oeste, destes “místicos domínios”, correspondendo hoje à porção nordeste do estado do Pará, era chamado terra do Pa’ra, território indígena até então não dominado pela Coroa. A região da atual cidade de Belém era comumente conhecida como Mairi, dominada especialmente pelos Tupinambás e Pacajás. O contato lusitano com estas localidades alçou-as à condição de entreposto comercial português por volta de 1580, com a expedição militar de Feliz Lusitânia, comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco.

Segundo Spix (1821), os cronistas Carvajal e Acunã (UGARTE, 2009) mencionam que antes da primeira expedição de Pedro Teixeira, de 1626, outros viajantes e expedições – portuguesas, inglesas, espanholas, francesas e holandesas – já teriam navegado pelo Rio Amazonas e afluentes, constantemente circulando pela Amazônia extraoficialmente, em incontáveis contatos esporádicos e acordos com indígenas. Parte disto, como defende Ermelinda Pataca (2015), era provavelmente exagerado, usando-se de conspirações para justificar patrulhas, viagens exploratórias, descimentos e expedições de extermínio. Até onde se tem notícia, são concretamente registradas apenas duas expedições pelo Amazonas explicitamente identificadas, anteriores a 1626: de Orellana (em 1542) e Pedro de Orsúa (em 1560). Ambas constam nas anotações de Spix (1821).

Entre 1570 e 1611 estiveram em vigência decretos reais que inviabilizavam a escravidão de indígenas por vias legais. Porém, a partir de 1611, Dom Filipe III permitiu aos colonos a compra de indígenas previamente aprisionados por outros indígenas, seja em virtude de guerra ou vingança. Além disso, flexibilizou as condições que

justificassem legalmente a escravidão de indígenas presos em batalhas travadas por portugueses. Desta forma, responde-se a um interesse, da parte dos colonos americanos, pela intensificação de escravização indígena legalizada, incentivando a exploração de escravizados indígenas em colônias agrícolas e para posição de remadores, guias, guerreiros, amas de leite e serviços em geral.

No Maranhão, em 1612, foi oficialmente fundada a cidade de São Luís pelos franceses, presença de um assentamento definitivo que simbolizava o fracasso português em garantir monopólio sobre seus domínios, levando a coroa a investir mais pesadamente no domínio daqueles territórios. De 1612 a 1616, então, é um período especialmente incerto para o Maranhão e a Amazônia lusitana, com acirradas disputas entre portugueses e franceses pela região norte da colônia, denominada pelos franceses como França Equinocial. Em 1616 Portugal retoma São Luís de forma mais consistente e oficializa a criação do povoado de Feliz Lusitânia, junto ao Forte do Presépio e Capela de Santa Maria de Belém. Administradores provisórios passam a estar efetivamente em poder do Maranhão desde 1616, sendo o Estado do Maranhão criado oficialmente em 1621. Desde 1616 estava criada também a Capitania do Grão-Pará, com sede em Feliz Lusitânia, sob domínio do Estado do Maranhão.

De 1615 a 1621 tem-se a “conquista do Pará”, período de avanço decisivo das tropas portuguesas, comandadas por Alexandre de Moura, sobre a região do Pa’ra, a partir daí denominado território colonial, em processo de dominação. São organizadas aí as primeiras incursões sistemáticas de “pacificação” e assentamento ou guerra declarada a nações indígenas na região norte. Neste ínterim, tem-se as Revoltas Tupinambás de 1617 a 1619 contra o Forte do Presépio, com levantes de nativos, liderados pelo *tuxaua* (líder indígena) Guaimiaba, em oposição aos abusos portugueses. Em 1622, Bento Maciel Parente assume o cargo de capitão-mor da Capitania do Grão Pará, organizando mais intensamente as primeiras ondas sistemáticas de “expedições/tropas de resgate” e expedições de extermínio, praticadas em menor escala legalmente desde 1611. Em 1626, em sucessão a Bento Maciel Parente no cargo, assume Manuel de Souza d’Eça, organizando ainda mais intensas empreitadas destrutivas de “resgate”.

Cinicamente denominadas “tropas de resgate”, estas expedições em pequenas frotas partiam de assentamentos coloniais em direção aos arredores e interior da Amazônia buscando aldeias indígenas. Nestas localidades, os mercenários navegadores operariam suposto “resgate” de indígenas feitos prisioneiros por outros indígenas, em virtude de guerra ou vingança. No entanto, estes prisioneiros “resgatados”, quando transferidos às colônias, eram escravizados e severamente abusados, efetivamente tornados mercadoria em condição desumana e servindo a interesses meramente econômicos expropriatórios. Normalmente, os padres arbitravam sobre a legalidade de escravização dos “resgatados”. Além disso, vale ressaltar que os prisioneiros em aldeias indígenas não entravam na mesma lógica europeia de escravidão. Seu aprisionamento inseria-se em complexos contextos cosmológicos e políticos de guerras, vinganças e outros rituais esperados, muitas vezes consensuados, de forma que estes prisioneiros ou eram sacrificados ou eram

provisoriamente tornados servos, lentamente integrados à nova comunidade. Em ambos casos de cativeiro era comum o consenso do cativo, devida nutrição e até mesmo reprodução com os locais.

A partir de 1650 estas tropas de resgate, numa mistura com expedições de extermínio, tornar-se-iam em frotas maiores e devidamente militares, operando os famosos “descimentos”, retirada em massa de indígenas dos vales amazônicos interiores em direção ao Baixo Amazonas, levados como escravizados. Segundo padre João Daniel (1776), apenas do Rio Negro, entre 1650 e 1750 mais de três milhões de indígenas teriam sido escravizados por meio destes descimentos. 1650 a 1850 foi o período de mais intensos descimentos.

Seja por comportamento menos receptivo de determinadas nações indígenas aos invasores portugueses ou por interesses econômicos e políticos, era comum que determinados povos ou aldeias fossem declarados pelos colonos como especialmente “hostis”, “vis”, “sanguinários” etc. Uma vez marcados com este rótulo, e sob condições convenientes, eram então organizadas expedições de extermínio para forçadamente “pacificar” estas localidades identificadas como inimigas. Via de regra, estas frotas eram especialmente armadas para confronto sangrento e total submissão dos indígenas na localidade ao domínio português, muitas vezes causando extermínios completos. Os sobreviventes destes massacres, quando não fugidos, eram aprisionados e escravizados.

Todo o período colonial, mas especialmente os séculos iniciais do contato com indígenas, foi marcado por grande mortandade entre os nativos, em frequência e abrangências exponenciais, largamente em virtude de novas doenças introduzidas ao continente pelos invasores, como no caso da varíola e zoonoses às quais os povos originários não tinham qualquer resistência. Acredita-se serem estes os principais motivos para a estimativa de que a população indígena das Américas tenha se reduzido em pelo menos 90% de seu tamanho original, quando do primeiro contato, até meados do século XVII. Neste ínterim, definitivamente não contribuíram para menor mortalidade as batalhas de conquistas travadas pelos portugueses contra os indígenas.

Mesmo nos casos em que o contato não era de todo bélico, comumente, como fora com os Tapajônicos, os portugueses repetidamente exigiam das nações “amigas” numerosa, e crescente, cota de prisioneiros locais a serem “resgatados” das aldeias. Não poucas vezes, relata o historiador, etnólogo e linguista Curt Nimuendajú (1953), para cumprirem com as enormes quantidades de prisioneiros ordenadas, os Tapajó apontavam aos portugueses povos vizinhos rivais para escravização. Isso quando os próprios Tapajônicos não se viam obrigados a guerrear com rivais das redondezas com o explícito intento de garantir fornecimento de escravos aos portugueses, que dominavam jogando povos contra povos. Esta foi a estratégia desesperada de muitas nações indígenas para escaparem ao extermínio ou escravidão, que, no entanto, não seria bem sucedida por muito tempo.

É neste contexto que se organiza a tropa de resgate de 1626 comandada por Pedro Teixeira, pelo Rio Amazonas, narrada e acompanhada pelo frei franciscano

Cristovam de São José (SANTOS, 2019), que também detinha poder sobre os indígenas “mansos” participantes na expedição. Entre 1623 e 1625, o frei franciscano capuchinho participou de outras excursões, com Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente, contra os holandeses na foz do rio Amazonas e até o Xingu. Frei Cristovam tinha experiência com os tupinambás e o respeito de muitos deles, além de ser conhecido por povos do Xingu e Tocantins, onde teria missionado. Pelo intenso contato entre povos Xinguanos e Tapajônicos, o frei funcionou como intermediador entre os Tapajônicos e os portugueses nesta viagem, tornando-se o religioso indispensável à tropa de 1626.

Nesta viagem, a passagem pelo Tapajós, em visita à aldeia onde hoje é Santarém, foi amistosa. No entanto, devido à estima dos Tapajós por seus prisioneiros, segundo relatado por Cristovam (SANTOS, 2019), foi possível aos viajantes conseguir poucos escravos neste encontro, tendo sido efetuadas mais trocas de objetos e mantimentos. De acordo com o historiador Bernardo Pereira Berredo (SANTOS, 2019), a expedição “se deteve alguns dias em amigável correspondência”, tendo depois partido para o Rio Paru. Porém, na década de 1630 os domínios Tapajônicos passaram mais frequentemente a serem tidos por algumas autoridades locais como inimigos da Coroa, estas alegando estagnação da conquista do vale amazônico, entre outros fatores, por conta das “tribos Tapajós”. Ao que mencionam historiadores e cronistas (SANTOS, 2019), naquela época a maior das aldeias dos Tapajó era aquela situada no atual bairro Aldeia de Santarém.

Do lado espanhol, entre 1635 e 1636, o capitão João Palácios dirigiu expedição que desceu de Quito ao Rio Napo, porém ali foi morto em combate, de modo que sua frota debelou, em grande parte retornando a Quito. Todavia, seis soldados, dois indígenas e dois frades leigos franciscanos, Domingos de Brieva e André de Toledo, decidiram seguir viagem em direção ao Amazonas, pensando encontrar “El Dorado” e “Casa do Sol”. O percurso dos dez homens consta nos registros de Bettendorff (1698), sendo apelidado de “viagem dos leigos”, que durou de 1636 a 1637 e foi registrada também pelo frei franciscano Laureano da Cruz (UGARTE, 2009) e pelo jesuíta espanhol Alonso de Rojas (SANTOS, 2019), com versões conflitantes sobre o encontro dos viajantes com os Tapajônicos. O interesse dos frades, segundo relatado (SANTOS, 2019), teria sido o de converter indígenas, que sabiam ser numerosos na bacia abaixo.

Segundo Laureano da Cruz (SANTOS, 2019), os Tapajônicos – descritos como “Trapajosos” – teriam desrido os viajantes e lhes tirado todos os pertences antes da fuga destes forasteiros até o Forte do Gurupá, onde encontraram ajuda dos portugueses. Da parte de Alonso de Rojas, no entanto, o encontro entre os Tapajônicos e os viajantes na verdade foi amistoso (SANTOS, 2019). Na maior aldeia, às margens do Rio Tapajós, os espanhóis foram agasalhados, alimentados e abrigados em uma casa muito grande de madeira, com mantas de algodão coloridas e redes feitas de folhas de palmeira, também bordadas em muitas cores. O historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019) acredita que a segunda versão é mais provável que a primeira. Também nesta segunda menção os viajantes relatam terem visto caveiras de homens, pistolas e outros artigos, que, segundo os portugueses, teriam sido os restos de uma

expedição holandesa pelos domínios Tapajônicos. Já segundo Acuña (SANTOS, 2019), seriam estes os despojos de uma nau inglesa que estivera por ali.

A viagem dos leigos termina com sua chegada a Belém em janeiro de 1637, onde relatam sua aventura e são encaminhados a São Luís para terem com o governador do Estado do Maranhão, Jácome Raymundo de Noronha. Este último, interessado nos relatos, decide então organizar uma expedição exploratória em direção a Quito, passando pelo Grande Rio, Parauaçu, o Rio Amazonas. À época o rio era também chamado de “Santa Maria del Mar Dulce”, por Pinzón. Entre 1636 e 1637, há também notícias dos primeiros jesuítas a chegarem no Estado do Maranhão, com planos para conversões, possivelmente atraídos pelos relatos, cada vez mais populares, acerca da Amazônia, e os recentes sucessos dos franciscanos na região. 1637 é também ano da criação da Capitania do Cabo Norte – parcialmente correspondente ao atual Amapá – assim mencionada desde 1621. As terras da capitania foram doadas a Bento Maciel Parente, empossado localmente em 1639, como dignatário.

Entre 1637 e 1639, então, ocorreu a segunda expedição de Pedro Teixeira, que liderou em direção a Quito e de volta a São Luís, idealizada pelo governador Jácome Raymundo de Noronha (1635-1638). A viagem, segunda passagem de Pedro Teixeira pelo Tapajós, entre soldados, remadores, serviços e anexos, teria contado com mais de duas mil pessoas, sendo pelo menos mil e duzentos destas, indígenas, segundo o padre Alonso de Rojas (SANTOS, 2019). Foi em parte guiada pelo frei leigo Domingos de Brieva e teve seu retorno narrado pelo jesuíta Cristóbal de Acuña (UGARTE, 2009; SANTOS, 2019), tendo entrado na viagem já em Quito, enviado pela Real Audiência de Quito para averiguação da Região Amazônica. Os padres Alonso de Rojas e Manoel Rodriguez participaram da viagem e também contribuíram com seu registro (UGARTE, 2009). Maurício Heriarte, que também esteve na expedição, escreveu sobre a viagem em 1662 (SANTOS, 2019), quando retornou ao Tapajós em viagem pela Amazônia.

É possível que Pedro Teixeira tenha sido escolhido nesta empreitada por sua grande influência no Maranhão e extensa experiência bem sucedida de navegações pela região, tendo sido o primeiro navegador, em capacidade oficial, a seguir Rio Amazonas adentro depois da foz do Xingú, em 1626. Os registros de viagem demonstram a incrível adaptação dos povos Tapajó aos seus extensos territórios de domínio, além do contato próximo com todas as regiões do Trombetas ao Xingú. Isto se verifica também no registro arqueológico, demonstrando que toda esta região era interconectada por redes interétnicas há milênios. Todos os cronistas descrevem como amigável o segundo encontro entre as tropas de Pedro Teixeira e os Tapajônicos (SANTOS, 2019). Após esta viagem, Pedro Teixeira faleceu aos 71 anos de idade, em Belém, em 1641. Segundo o historiador Rodrigues dos Santos (2019), o explorador era conhecido entre os indígenas como “Cariua-catú”, ou seja, “branco bom, amigo”, sempre bem recebido no Tapajós e arredores.

Porém, estas boas relações logo mudariam. Entre 1639 e 1640, Bento Maciel, sargento-mor a serviço de seu pai, donatário em Cabo Norte, chefiou a campanha de extermínio contra os Tapajó. Os mercenários possivelmente estariam movidos pelo

interesse em mais escravos e acesso desimpedido a novos territórios. No caminho de ida ao vale, encontram a expedição de Pedro Teixeira, em retorno de Quito, que tenta desencorajar Bento Maciel e seus capangas de tão sangrenta investida contra os locais Tapajônicos, porém sem sucesso, de acordo com Acuña (SANTOS, 2019). Ao que são unâimes os cronistas (SANTOS, 2019), os nativos foram pegos de surpresa após amigável visita e sofreram grave mortandade e provisório desmonte. De 1638 a 1641, Bento Maciel Parente ocupou cumulativamente os cargos de governador regente da Capitania do Maranhão e regente dignatário na Capitania do Cabo Norte. Ao mesmo tempo em que crescem as pressões escravistas sobre os indígenas, em 1652 D. João VI é mal sucedido na tentativa de estabelecer liberdade indígena da escravidão, encontrando forte oposição nas colônias.

Atraído pelos recentes acontecimentos e notícias, em 1653 o Padre Antônio Vieira aporta em São Luís, em trabalhos oficiais ao Estado do Maranhão, onde organiza missões a serem estabelecidas na região norte. Permaneceu aí até 1662, quando foi deportado junto dos outros jesuítas, expulsos do Maranhão e Grão Pará por levante de colonos locais contrários à interferência jesuítica, especialmente em questões pertinentes à escravidão indígena e o suposto controle temporal dos indígenas aldeados em missões, argumentado pelos missionários. Ganhando força o interesse pelo Grão-Pará e crescendo sua notoriedade no Norte do Brasil, em vista de riquezas variadas atrativas aos colonos e Coroa, em 1654 o Estado do Maranhão passa a ser chamado de Estado do Maranhão e Grão-Pará. A esta altura já era muito importante, e tornar-se-ia ainda mais, a exploração das chamadas “drogas do sertão” na região: pau-fava, pau-cravo, madeiras de lei, guaraná, anil, salsa, nozes, castanhas, gergelim, cacau, baunilha, urucum, entre tantos outros produtos.

Se inicialmente, entre 1580 e 1620, as primeiras prospecções portuguesas foram atraídas à Amazônia pela presença de indígenas a serem escravizados, com o passar do tempo estes exploradores encontrariam outros potenciais, como drogas do sertão, madeira, minérios, rotas e localizações estratégicas. A convivência e os conhecimentos prévios dos povos originários ali é que viabilizaram a presença portuguesa naqueles territórios. Em tudo os colonos e missionários dependiam da contribuição, sabedoria ancestral e boa vontade indígena: navegação, geolocalização nas matas, informações estratégicas, comunicação entre diferentes grupos, acordos políticos, proteção de perigos variados, ajuda em batalhas, alimentação, tratamento de problemas de saúde, encontro de recursos naturais estimados, prospecções em geral, fabrico, agricultura, entre tantas outras necessidades.

As roças e aldeias indígenas guiaram o assentamento de colônias e missões, utilização de terras férteis e aproveitamento de recursos hídricos e vegetais. Para além de missões implantadas em aldeias indígenas preexistentes, que passavam a ser aldeamentos, não houve assentamento colonial bem sucedido sem proximidade ou mesmo sobreposição a ocupações e presenças indígenas, agindo em parceria, ainda que geralmente em posição muito assimétrica de poder. Conforme cresciam e solidificavam-se as colônias também aumentava a dependência destas em relação às agências indígenas, e tão logo posteriormente também africanas e caboclas. Estas

contribuições faziam-se sentir em todos os aspectos, do ensino, ajuda e realização à manutenção em: cuidado dos jovens, idosos e adoentados; produção de farinha e beijus; produção oleira e caireira; cultivo, caça, coleta e preparo de alimentos locais e para exportação; limpeza e códigos de higiene; guia, deslocamento e navegação; produção comercial; fabrico material; extração de recursos; proteção etc.

Não seria exagero, portanto, dizer que toda a empreitada colonial dependeu da presença indígena, que era, assim, alvo central nos interesses políticos e comerciais pelos diversos agentes coloniais. E no que foi possível os diversos grupos e indivíduos indígenas tentaram usar a seu próprio favor sua influência e presença, criando complexos e intrincados relacionamentos com os agentes da invasão, a seu específico local e momento. Neste sentido, os esforços missionários jesuítas pela Amazônia seguiam em sentido duplamente econômico e catequizador em relação aos indígenas, ainda que muitas vezes críticos a alguns abusos coloniais que considerassem excessivos, como escravidão, agressões físicas severas e extermínio. As diversas ordens católicas operaram intensamente e conjuntamente na Amazônia, obtendo maior destaque os jesuítas e franciscanos entre os séculos XVI e XVII.

Jesuítas tendiam à dedicação a devotos dogmas católicos, valorização do trabalho, seriedade e condições básicas de vida, mas muitas vezes, como em toda a empreitada colonial, demonstravam profunda capacidade de adaptação a cenários específicos e “empecilhos” aos seus interesses. Alguns eram mais tolerantes a desvios dogmáticos e amistosos a particularidades e vivências indígenas, enquanto outros demonstravam-se mais rígidos e, geralmente aí, menos eficazes em seus intentos. Surgiam aí muitas situações de transculturalidade e sincronismo próprias do encontro de diferentes mundos. De forma geral, os jesuítas demonstraram maior propensão à dominação pela integração cultural – ainda que fortemente pressionada – do que pela força física, ou por vezes numa mistura de ambos. Interessava à Coroa ter seu braço militar, fisicamente agressivo, e outro braço aglutinador. Os indígenas em geral entendiam serem menos abusados sob a direção de missionários, onde tinham certa flexibilidade de movimentos e mobilização, do que como escravizados em assentamentos coloniais. Outros, ainda, não injustamente, preferiam o total isolamento.

Em 1657, o padre Antônio Vieira organizou expedição em direção ao Rio Negro, para fundar a missão de Tarumã, acompanhado dos padres Francisco Veloso e Manuel Pires. No ano seguinte, a viagem seria repetida por Francisco Gonçalves e Manuel Pires. Não se sabe se nestas ocasiões fizeram parada no Tapajós, mas certo é que Antônio Vieira visitou o vale e especificamente a Aldeia dos Tapajós em 1659, levando consigo também o noviço Antônio Pereira (BETTENDORFF [1698]2010). Desta viagem prospectiva surgiram as ordens de Antônio Vieira a João Felipe Bettendorff<sup>5</sup> em 1661, de fundar ali uma missão jesuíta, mandando roçar e limpar o outeiro – elevação onde seria futuramente construída a Fortaleza dos Tapajós – para edificação, no alto, da igreja e colégio da missão. Antônio Vieira também menciona uma maloca central à

---

<sup>5</sup> Padre Galo-Belga que entrou para a Ordem dos Jesuítas em 1647, transferido para a Amazônia em 1660. Ver LEITE (1953, pp. 130-133).

aldeia (BETTENDORFF, 1698) e recomenda a Bettendorff, missionário jesuíta luxemburguês, levar o aldeamento para a base do outeiro, já que até então a aldeia encontrava-se um pouco afastada.

Esta maloca central, coração da principal aldeia Tapajônica, possivelmente estava localizada numa clareira onde depois viria a ser a primeira Igreja de N. S. da Conceição, na atual Praça Rodrigues dos Santos. Segundo o Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (G1, 2022), o atual local da Praça Rodrigues dos Santos seria depois também chamado por Ocara-Açu. Combinando os achados do sítio Aldeia no contexto arqueológico do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas, descritos no capítulo anterior, com os registros de crônicas e historiadores (UGARTE, 2009), é possível afirmar que a aldeia e seus terreiros ritualísticos estavam inseridos numa rede interétnica abrangendo pelo menos grande parte do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas. Mas estas ligações eram provavelmente mais extensas, chegando à Amazônia Central, Xingu, litoral, Guianas e planaltos ao sul. Mais concreto é dizer que Ocara-Açu era parte de um conjunto de espaços agenciados. Uma grande paisagem que une identidades variadas, manejos agroecológicos de longa duração, terreiros secretos, lugares ancestrais, longos tempos cíclicos infinitos, gentes e entidades de universos cosmológicos intrínsecos e aparentados. Tudo isto unido por variadas e complexas redes de relações políticas.

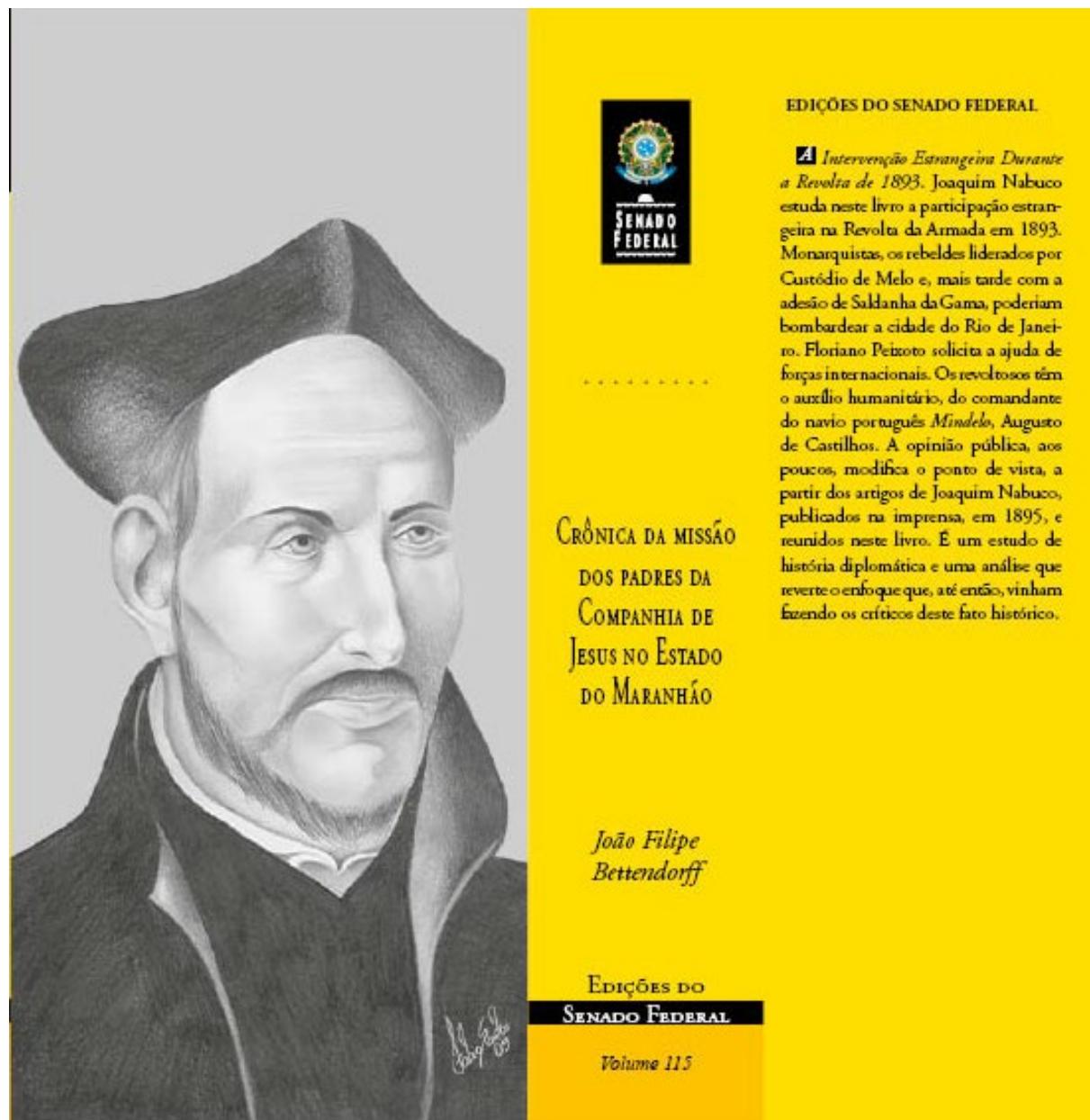
### 1.3. Uma Missão Tapajônica transcultural

O historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2009) afirma que no Tapajós os jesuítas foram apresentados aos indígenas, por seus mediadores, como uma opção efetiva de proteção aos avanços de mercenários e escravistas, o que não se concretizou realmente. Regressado de suas viagens, Antônio Vieira requisitou aos missionários jesuítas de Xingú e Gurupá que visitassem a Aldeia dos Tapajós, assim o fazendo os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch em maio de 1661, sendo recebidos também pelos *tuxauas* das aldeias, e talvez até mesmo alguns povos, vizinhos, ali em reunião, onde houve muitas trocas de objetos e alimentos, além de celebração da missa.

Sendo convocado a fundar a missão de Nossa Senhora da Conceição, na Aldeia dos Tapajós, Bettendorff assim realizou em junho de 1661. Como não falassem ali tupinambá nem a língua geral tupi, Bettendorff (1698) relata ter efetuado missa nas línguas tapajônica e urucucú, de origem vizinha. No entanto, nenhum registro linguístico o fundador da missão fez, restando apenas os nomes *Tapajó*, *Orucurá* (chefe local) e *Aura* (divindade local). Segundo Nimuendajú (1953), estas palavras não são associáveis ao tupi, em afirmação que parece corroborar com a sugestão de que os Tapajônicos seriam falantes de línguas Arawak ou Carib. Mas, Bettendorff teve pouco tempo de agir em favor da missão, estabelecendo algumas regras e preparações apenas, antes de partir novamente para levar Sebastião Teixeira, seu auxiliar de missão que ficara muito doente, à localidade de Cametá. João Felipe relata que teve tempo de convencer, ainda que um tanto forçadamente, os principais – assim chamadas as lideranças indígenas locais, provavelmente homens – a abandonarem a poligenia em favor de relacionamentos monogâmicos definitivos. Neste ínterim, Bettendorff menciona a “princesa dos Tapajó”, Maria Moaçara, que se torna esposa definitiva de um dos principais. Ela detinha grande influência entre os Tapajônicos e foi crucial na mediação com os jesuítas.

O missionário relata sobre um grande terreiro escondido, secreto, provavelmente afastado da aldeia, onde os indígenas locais realizavam suas principais reuniões, cerimônias e rituais. Também era sabido que ali ficavam guardados alguns de seus elementos mais sagrados, como estatuetas e múmias ancestrais, que, segundo Bettendorff (1698), eram chamadas de *monhangaripes*. Adicionalmente, Bettendorff (1698) também comenta de um outro terreiro ritualístico, dentro da aldeia dos Tapajó, chamado “Mofama” pelos brancos. Partindo de Cametá, após deixar seu companheiro em cuidado de amigos, Bettendorff vai a Belém informar Antônio Vieira, onde encontra-o em situação muito delicada, do começo do levante.

**Imagen 17:** Capa do livro *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, disponível online. Fonte: BETTENDORFF[1698], 2010.



Aconselhado por Vieira, o padre luxemburgoês retornou à sua missão, ao passo que seu superior e confrades eram logo em seguida presos e deportados. No retorno ao Tapajós, por indicação de Vieira, Bettendorff vai ao Xingu para reunir-se com seu novo auxiliar, o alferes João Corrêa, conhecido entre os indígenas dos vales vizinhos, retornando juntos ao Tapajós, onde são bem recebidos. De volta à missão, opera-se catecismo em diversas línguas, especialmente na língua geral, predominante nas missões e conhecida pelos missionários. Tratou-se também de fazer igreja e casa do colégio, em taipa de mão, não revelando, no entanto, o local destas construções. Certo, no entanto, que não foram construídas no local planejado por Vieira, por serem provisórias. Descreve também a confecção de um retábulo em morutim (*mauritia flexuosa*) para a igreja, pintado com N.S. da Conceição pisando um globo e serpente

enrolada no pé. Organizaram-se festividades e casamentos, batismos e roça do platô identificado por Vieira. Mas pouco tempo tiveram para realizar mais coisas, porque logo vieram notícias de rebelião entre os indígenas escravizados na fazenda de João Corrêa no Xingú. Partem, então, João Corrêa e Bettendorff ao Forte do Gurupá, na tentativa de rever esta situação. João Corrêa é auxiliado por um pequeno número de soldados para ir ao encontro dos indígenas fugidos, que é bem sucedido. No entanto, pouco tempo depois o fazendeiro é assassinado pelos mesmos indígenas que escravizara.

Tendo ficado no Forte de Gurupá, e recebendo notícias pelo Superior padre Francisco Veloso, de Belém, alertando sobre o levante e ordens de prisão, Bettendorff logo abandona a fortificação para ir refugiar-se em local isolado no Xingú, com alguns de seus companheiros. Não resistindo as provisões de farinha por muito tempo, porém, o grupo regressa algum tempo depois a Gurupá, onde são levados presos a Belém e, em junho de 1662, deportados para Lisboa. Até onde se teve notícias, este foi o destino de todos os missionários jesuítas à época no Maranhão e Grão-Pará. Porém, com a desaprovação da Coroa, o banimento dos jesuítas pouco depois foi revertido, a maioria destes retornando a seus postos. Não foi o caso de João Felipe, que retornou ao Brasil, mas não à missão dos Tapajós, ocupando outra função na Companhia de Jesus. Na Missão de N.S. da Conceição o luxemburguês foi substituído pelo estimado padre português Manuel Pires, também conhecido por “Clérigo de Paredes”, por sua história de origem, na localidade do norte de Portugal. Havia sido previamente pioneiro em diversas missões, inclusive pelo Rio Negro.

Em 1663, entrou em vigor lei régia que dava a capitães seculares, nomeados pela Câmara, o controle civil das aldeias e missões, onde caberia aos padres tão somente controle espiritual. Provavelmente tal medida foi uma contrapartida da Coroa ao retorno dos jesuítas, como forma de contemplar os colonos. Neste sentido, a administração secular teve especial efeito negativo sobre a Aldeia dos Tapajós, que passou a ter seu componente indígena crescentemente desmantelado e escravizado, ao passo em que aumentavam as fileiras de colonos portugueses e mestiços, crescendo também em influência na localidade. Crescentemente desertada pelos nativos originais, estes eram substituídos por indígenas escravizados ou servis, trazidos de outros pontos da Amazônia, quase sempre nos descimentos. O historiador Bernardo Pereira Berredo (SANTOS, 2019) afirma que com o levante dos Caboquena e Guanavena, parte dos Tapajônicos abandonaram sua localidade por medo dos rebeldes, mas foram reunidos novamente por Pedro da Costa Favella para empreender uma expedição contra os indígenas do Rio Urubu em 1664.

De acordo com o historiador Serafim Leite (1939), em 1665 a Missão dos Tapajós já havia se constituído na mais importante das missões do Pará, em rota essencial aos portugueses pelo Amazonas. Após sua última visita à Aldeia dos Tapajós, em 1693, Bettendorff (1698) lamentou profundamente seu despovoamento de habitantes originais “pela muita cobiça dos moradores brancos do Estado”. 1665 é também ano de criação oficial da Capitania de Ilha Grande de Joanes, no Marajó, que ganhava proeminência pela proximidade a Belém e produção agropecuária.

À medida que se consolidava a localidade tapajônica como importante entreposto comercial e nódulo político ligado à escravidão, drogas do sertão, expedições e roças, aumentavam também os embates entre colonos, especialmente soldados, e missionários jesuítas. Estes últimos se esforçavam para manter, tanto quanto possível, os extantes locais longe da escravidão, ao passo em que cresciam as pressões em favor. Após seu trabalho no Tapajós, Manuel Pires ainda participou de diversas entradas pela Amazônia, acompanhado em 1671 pelo padre Gorzoni. Pires foi substituído por Gaspar Misch, dentre outros padres, que, no entanto, tinham residência fixa no Xingú, com visitas periódicas ao Tapajós. Por talvez duas décadas esta foi a situação dos missionários na localidade, que recebeu, entre 1668 e 1674, e de 1690 a 1693, também algumas visitas de Bettendorff. (SANTOS, 2019; BETTENDORFF, 1698).

Por decreto real, a partir de 1679 é renovada mais intensamente a proibição do tráfico de indígenas escravizados, restabelecendo oficialmente os jesuítas ao Grão Pará e Maranhão. A partir daí voltaram a ter maior apoio legal no controle temporal dos nativos, catequizados e usados pelos missionários em prósperas colônias agrícolas, com relativo grau de liberdade. Por isso, a historiadora Ermelinda Pataca (2015) identifica no período de 1679 a 1759, uma época de intenso embate entre mercenários escravistas, muitas vezes operando ilegalmente, e missionários. Identifica-se nesta mesma fase o predomínio, na Amazônia, do modelo de cidade-fortaleza, com início do “projeto educador civilizatório”, ainda em construção. Neste sentido, Tapajós era um exemplo claro destes fenômenos. Apesar disto, a historiadora ainda define o intervalo de 1679 a 1759 como época de relativa estabilidade para a situação indígena na Amazônia, em comparação ao período de 1759 a 1850, que viu auge de massacres e escravidão, especialmente na segunda metade do século XVIII (PATACA, 2015).

Sob influência de Pernambuco, com crescente relevância da costa nordestina, em 1680 a Capitania do Ceará passa para o controle do Estado do Brasil, desvinculando-se do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Talvez reflexo da tentativa da Coroa de diminuir a escravização indígena na Amazônia e implementar um modelo de colonização mais parecido com o que ocorria na costa nordestina, entre 1682 e 1685 operou-se a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Ganhou exclusividade comercial e diversos privilégios e incentivos econômicos. Contradictoriamente, no entanto, ganhou a liberdade de realizar descimentos de indígenas, apesar de ter como um dos seus principais objetivos o transporte de escravizados africanos da Costa da Guiné para a Amazônia, numa possível substituição da fonte de escravização. Estava prevista uma cota de dez mil pessoas a serem traficadas das colônias africanas ao longo de 20 anos, que definitivamente não foi cumprida. Outros objetivos da Companhia eram o fomento da agromanufatura por linhas de crédito e transporte triangular entre Costa da Guiné, Amazônia e Lisboa. Por uma série de grandes abusos e descumprimentos da parte da Companhia, no entanto, o descontentamento com o monopólio cresceu, culminando na Revolta de Beckman em 1684 e na extinção da Companhia em 1685. (LEITE, 1939).

Em 1682 o padre Antônio Pereira foi instalado na missão de N.S. da Conceição. De caráter mais rígido, foi conhecido pelo combate às “mancebias”, bebedeiras e rituais tradicionais, inclusive tendo obrigado os Tapajônicos a queimarem suas múmias ancestrais e desfazerem-se de suas estátuas sagradas. Apesar da renovação da presença missionária e do decreto de 1679, aumentavam continuamente as pressões escravistas no Vale do Tapajós, especialmente no povoado colonial anexo à Missão de N.S. da Conceição, com número crescente de violações e atendimento de demanda exponencial por escravizados. Em 1684, durante a Revolta de Bequimão na Região Norte, contra os jesuítas, muitos missionários são levados presos. As duras viagens de deportação, no entanto, são fracassadas por humilhantes encontros com piratas. Pouco depois, os mesmos jesuítas retornam à Amazônia. Em 1685, Antônio Pereira foi convocado a outra função e retirou-se do Tapajós, voltando a ficar o aldeamento novamente apenas sob direção secular. Bettendorff (1698) atribuiu à represália indígena, pela queima das múmias sagradas, a morte violenta de Pereira e seus companheiros, assassinados em 1687, em missão na Capitania de Cabo Norte.

Segundo Curt Nimuendajú (1953), em 1686 os Tapajônicos participaram de nova expedição a serviço dos portugueses, unindo-se aos “Aruryucuzes”. Chefiados por Orucará e junto às tropas do capitão-mor Hilario de Souza, fazem guerra contra os Aroaquiz e Carapitena. No entanto, para desafeto de certos mercenários e autoridades seculares, em dezembro de 1686 a Coroa lança o Regimento das Missões, ordenando o retorno de jesuítas e franciscanos ao controle total das aldeias. O documento também buscou reverter questões vigentes no processo de escravização indígena, como a garantia de liberdade aos escravizados casados com indígenas livres, ao invés do mais comum, que era também escravizar a pessoa indígena livre casada com escravizado.

Por falta de missionários, porém, a missão de N.S. da Conceição permaneceu apenas com visitas periódicas de padres residentes em Gurupatuba. Enquanto isso, no Solimões o jesuíta e cartógrafo Samuel Fritz descia o alto Amazonas em pequena frota prospectiva e catequista, em viagem que durou de 1689 a 1691. Abria-se, assim, nova fronteira da colonização portuguesa Amazônia adentro, com a fundação, na mesma viagem, de diversas missões ao longo do Solimões, como N.S. de Guadalupe (atual Fonte Boa), São Paulo dos Cambebas (atual São Paulo de Olivença), Santa Teresa do Tape (hoje em Tefé), Santana de Coari (atualmente, Coari), entre outras localidades. Logo, isto fortaleceria ainda mais as rotas transamazônicas que passavam pelo Tapajós, interiorizando a presença colonial.

De volta ao Tapajós pela última vez em 1693, Bettendorff (1698) faz algumas descrições gerais da localidade antes de recomendar ao capitão Manoel da Motta Siqueira que fosse construída para a aldeia a igreja definitiva. Manoel era filho de Francisco da Motta Falcão, e ficou responsável pela conclusão da fortaleza, detendo grande influência na aldeia não apenas entre os brancos como também entre os indígenas, comandando empreitadas Tapajós adentro. No mesmo ano, uma nova Carta Régia da Coroa dividiu a catequese das principais regiões amazônicas entre as diferentes Ordens: aos jesuítas, margem sul do Amazonas; franciscanos no Cabo Norte

e norte do Baixo Amazonas; e aos piedosos, margem norte do Amazonas a oeste do rio Trombetas, até o Rio Negro. A missão de N.S. da Conceição, na foz do Tapajós, localizava-se onde viria a ser o atual centro de Santarém. Por sua influência, já ao final do século XVII, servia de ponto de apoio para missões ainda não consolidadas junto a aldeias indígenas pelo vale e entornos, com catecismo dependente de N.S. da Conceição, de onde partiam padres para visitas esporádicas às aldeias do entorno. Como exemplos podemos mencionar Santo Inácio dos Tapajós (atual Boim), Aldeia dos Borari (hoje, Alter do Chão), Aldeia dos Baré (atual Alenquer), e Aldeia de Arapiuns (atual Vila Franca, na confluência do rio homônimo com o Tapajós).

Francisco da Motta Falcão foi rico empreendedor da época que ofereceu à Coroa custear e realizar a construção de algumas fortalezas no Baixo Amazonas, sob a condição deste e seus descendentes comandá-las à serviço de Portugal. O plano foi aceito pelo Estado e assim procedeu-se. Uma das fortalezas a serem concretizadas seria a do Tapajós. No entanto, Motta Falcão faleceria consideravelmente antes de sua conclusão, ficando sob responsabilidade de seu filho, Manoel da Motta Siqueira, a finalização do forte. Paralelamente a este projeto, na década de 1660 Motta Falcão também tinha assumido responsabilidade pela construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, que também fora concluído por Manoel de Motta Siqueira. (SANTOS, 2019)

Localizada onde atualmente viria a ser a cidade de Manaus, a fortaleza fora encomendada pela Coroa, buscando o controle do baixo curso do Rio Amazonas. Optou-se, assim, pelo estratégico encontro do Rio Negro com o Rio Solimões, região ocupada pelos Manaó e Mura, impetuosas nações guerreiras com muito influentes tuxauas. Com a mediação de colonos e missionários jesuítas, carmelitas e franciscanos mais próximos das lideranças indígenas, foi possível estabelecer a fortaleza e assentamento português de tamanho modesto. Em 1695, o assentamento, conhecido como Lugar da Barra, já era importante entreposto militar e missionário. Até 1730, seriam constantes as reviravoltas e disputas entre a presença portuguesa e os Manaó no Lugar da Barra e entornos. Ali, como em tantos outros pontos na América lusitana, a instável fixação europeia era permitida apenas pela tolerância das chefias indígenas e contribuição de seus povos para manutenção diária daqueles exploradores. Estes arranjos eram sustentados por complexos acordos políticos, forjados em contextos de violentas investidas coloniais e desavenças internas de ambos lados.

Nesta mesma época é enviado à aldeia Tapajônica o padre João Maria Gorzoni, mencionado por Bettendorff (1698) como “bom velho”, de “passados 71 anos de idade”, que trabalhava “com fervor de moço na Missão dos Tapajós”. Gorzoni dedicou-se à reativação da missão junto aos indígenas locais e presenciou a inauguração da Fortaleza do Tapajós em 1697<sup>6</sup>, ainda que esta tenha pouco servido a seu propósito

---

<sup>6</sup> A fortaleza ainda passaria por uma série de reconstruções em 1762, 1801, 1854 e 1867. Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), os seis últimos canhões de Santarém, chegados em 1867, nunca foram levados até o topo da Fortaleza. Em 1926, Antônio César de Siqueira comprou propriedades no entorno do forte, que já se

de controle de tráfego, pela localidade que se mostraria inconveniente para controle do fluxo entre Tapajós e Amazonas. João Maria e o Capitão Manoel da Motta Siqueira supervisionaram a reconstrução da capela de pindoba e instituiu grande trabalho junto aos jovens locais, indígenas e colonos, com grandes procissões em louvor, festa, dança, canto e música instrumental, especialmente com as crianças. Foi grande seu sucesso em reunir diferentes grupos em prol de celebrações que tornar-se-iam tradicionais locais, como a festa do Sairé, procissões anuais de Nossa Senhora, o coral local e missas semanais. Tudo isto de forma transcultural, adotando elementos de diversos setores e as línguas locais, misturando tapuia, língua geral e português. Amigo das autoridades coloniais locais e respeitado pelos indígenas e colonos, criou profícua escola infantil para todas as crianças da aldeia, prezando pelo catecismo e alfabetização. Iniciou diálogos mais intensos com aldeias e povos indígenas do entorno, tentando, com certo sucesso, aproximar os povos da missão, mencionando-se os Guaxinaze. Mas não conseguiu fazer com que ali na missão se fixassem pela justa desconfiança destes povos em relação aos colonos. João Maria também iniciou a construção da primeira Igreja de N.S. da Conceição, na atual Praça Rodrigues dos Santos, em taipa de mão, que seria terminada pelo missionário sucessor, Manoel Rebêlo, chegado à Aldeia dos Tapajós em 1698.

Manoel Rebêlo foi talvez o missionário mais profícuo, dentre os jesuítas, no trabalho junto à Aldeia dos Tapajós, a ponto de ser mencionado como exemplo nos escritos de outros padres, como atesta Bettendorff (1698). Atraiu dezenas de povos e aldeias indígenas vizinhos para fixarem-se em definitivo na missão; orientou a conclusão da primeira Igreja de N.S. da Conceição e do colégio, casa dos missionários; oficializou e expandiu a escola de João Maria; e contribuiu para o surgimento da primeira olaria colonial na aldeia, permitindo cobrir à igreja, até então coberta de palha, com telhas cerâmicas. A primeira olaria surgiu por convite de Rebêlo a um velho amigo que era mestre ceramista em olaria próxima a Belém, possivelmente Icoaraci, atual zona oleira. Posteriormente surgiram na região caieiras e mais olarias. Destes esforços de confecção cerâmica e caiação, ambos em quase totalidade da parte dos indígenas da aldeia, surgiu primorosa produção que ficou conhecida e instituiu tradições cerâmicas existentes no presente. Muito disso vem também de prévia habilidade e experiência indígena com cerâmica e aglutinantes, sendo prova disso o milenar e vasto registro arqueológico da região, como descrito em capítulo anterior neste trabalho.

Segundo o historiador Serafim Leite (1939), o período de Manoel Rebêlo foi o mais próspero da Aldeia dos Tapajós, de 1698 a 1723. Contudo, exatamente nesta época começou a crescer mais intensamente, como nunca dantes ali, as pressões escravistas contra indígenas, da parte de soldados, mercenários e alguns colonos. Estes últimos aproveitavam-se de brechas no Regimento das Missões para requisitar intenso número de indígenas, seja para serviços domésticos, de exploração ou

---

encontrava parcialmente tomado por construções particulares. Siqueira as demoliu e fez erigir uma vivenda para sua moradia. Anos depois sua propriedade seria vendida ao Governo do Estado, que reformou o prédio e ali instalou o grupo escolar Frei Ambrósio, atual escola pública homônima.

navegação, sem, contudo, que se fizessem os devidos pagamentos ou fossem respeitados os direitos indígenas previstos no regimento. Sob trabalho para colonos, soldados, mercenários navegantes e Estado, os salários devidos aos indígenas eram pouco ou nada pagos; a grande maioria dos indígenas requisitados era impedida de retornar, uma vez “cedidos” pela missão; e as condições de trabalho eram indignas e escravocratas para a imensa maioria dos nativos. Crescentemente ancorada no trabalho indígena, surgia na aldeia numerosa, parasitária e abastada colônia escravocrata, de vocação extrativista e comercial, em confronto cada vez mais acirrado e violento com indígenas livres e missionários. Neste sentido, Rebêlo fora implacável em suas constantes reclamações à Coroa, que intercedia em favor dos missionários, mas, em vista da distância, pouco fazia efetivamente pela resolução das situações além do envio de alguns emissários.

Em vista deste contexto, as mencionadas aldeias indígenas e missões no entorno da missão de N.S. da Conceição, da qual dependiam, lentamente passaram a ser mais atrativas aos indígenas livres, em virtude de maior isolamento, segurança e estabilidade em relação às ameaças escravistas. De tal forma que em 1719, a aldeia de Arapiuns já era consideravelmente mais povoada por indígenas que a Aldeia dos Tapajós. Segundo o jesuíta Jacinto de Carvalho (SANTOS, 2019), em viagem pela região em 1719, a população indígena total da região, sob direção de Rebêlo, seria de mais de trinta e cinco mil pessoas. Não fica claro se este número é referente apenas aos aldeados ou conta também os isolados. Apesar de crescentes investidas coloniais, esta estimativa parece alinhada aos anteriores números de Heriarte, que em 1640 estimava em pelo menos sessenta mil o número de guerreiros indígenas da nação Tapajônica.

O historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019) considera esta soma exagerada, apontando para dados oficiais de 1730 que indicavam apenas cerca de dois ou três mil indígenas aldeados na região. Aqui há que se discordar do historiador, afirmado, com base em registro arqueológico referente ao período imediatamente anterior à colonização, que não só as estimativas de Jacinto eram mais prováveis, como também talvez fossem inclusive ainda conservadoras. Argumenta-se, assim, tendo em base o atual conhecimento de que toda a calha amazônica era muito densamente povoada antes da colonização. Mesmo com redução populacional em mais de 80%, é provável que no início do século XVIII a vasta área do Baixo Tapajós e entornos ainda contasse com dezenas de milhares de nativos, a julgar também por relatos de cronistas como Jacinto de Carvalho (SANTOS, 2019).

Profundamente incomodado com os crescentes assédios escravistas, em 1723 Rebêlo conseguiu transferir grande parte dos indígenas livres da Aldeia dos Tapajós para a aldeia dos Arapium, de nome Cumaru. Para lá, teria levado, além dos Tapajó propriamente ditos e Urucucú, também os Comandy, Goanacuá, Marxagoara, Apuatiá, Arapucú, Andirágóari - talvez Sateré-Mawé de Andirá - entre outros. Porém, apesar de muitas transferências em massa bem-sucedidas, Rebêlo não teria tempo de concluir o desligamento completo da nova missão dos Arapium em relação à de N.S. da Conceição, porque faleceu naquele mesmo ano de 1723. É incerto em que momento

Arapiuns tornou-se uma missão independente, mas deve ter sido antes de 1731, ano em que faleceu ali o padre Felipe de Borja, talvez o primeiro apontado para a missão. No entanto, é inegável que com tal manobra o jesuíta tenha permitido aos Tapajó e nativos da região transferidos ganho de mais tempo e melhor preparo para as investidas que viriam nas décadas seguintes. Parece ser consenso entre cronistas e historiadores (SANTOS, 2019; UGARTE, 2009) que este fora o acontecimento final no longo processo de despovoamento indígena progressivo da maioria das aldeias na foz do Tapajós e entorno.

Também é apontado este evento como marcando o fim dos Tapajó enquanto povo específico, assim organizado e reconhecido. Distorções sociais, causadas pelos inúmeros choques coloniais; e a miscigenação, seja com outros indígenas – nativos da região e os trazidos pelos descimentos – ou não indígenas, seriam apontados como principais motivos para este suposto desmantelamento dos Tapajó originais às margens do rio. Isso se é que algum dia “Tapajós” se referiu a apenas um povo, o que muito parece improvável. O que é certo, no entanto, é que ao menos alguns destes nativos de origem local sobreviveram aos séculos de colonização, seja vivendo na região entre os atuais municípios de Juruti e Prainha ou Tapajós adentro. Um pouco mais afastados da localidade que futuramente viria a ser Santarém, resistiram com resiliência, apesar de abusos, miscigenação e grandes apagamentos frutos de integração forçada, em número suficiente para hoje contarem como seus herdeiros muitos dos atuais quinze povos indígenas do Baixo Tapajós.<sup>7</sup> Sobre a origem dos Tapajós, Nimuendajú (1953) afirma estar ligada a uma série de outros povos e localidades, visivelmente dominantes ao longo do Amazonas e da costa norte do Brasil, com nomes terminados em “jó” e “yú”, hoje com línguas extintas, anteriores à expansão tupi.

Já no Lugar da Barra, a quase totalidade dos Manaó enquanto povo reconhecível seria assimilada e desmembrada até meados do século XVIII. Isto se deveu a casamentos políticos com portugueses – especialmente após a Guerra dos Manaus, encerrada em 1728; genocídios coloniais repetitivos; e associação a outros povos indígenas, especialmente em vista dos massivos desarranjos culturais promovidos pelos descimentos. No entanto, até a atualidade permanecem na região os Mura e incontáveis comunidades tradicionais: extrativistas, ribeirinhos. De volta ao Baixo Tapajós, a declaração do “fim” dos Tapajó, já em 1762, pelo então bispo do Pará D. José de São João de Queiroz, repercutiria o que viria a ser um frequente discurso ideológico de vitória do “progresso”, superior, moderno – neste caso, a colonização – frente à “selvageria”, o que é inferior, local, não-branco.

Tal mentalidade e discurso lentamente levaria à paulatina negação de presenças indígenas no que se tornou a Vila de Santarém, e viria a ser um município

---

<sup>7</sup> São estes: Apiaká, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Cumaruara, Munduruku, Jaraqui, Maytapú, Tapajó, Tupaiú, Tupinambá, Tapuia, Maruara e Sateré Mawé. Muitos destes povos constituem-se enquanto retomadas, em alguns casos com língua original perdida. Mantiveram, no entanto, sem exceções, parte considerável de sua cosmovisão, tradições e saberes ancestrais.

republicano. No século XVIII, seriam os Tapajó, Borari e Arapium; depois, do XIX ao XX, a vez dos Munduruku, Sateré Mawé e Tupinambá, de terem suas vivências, memórias, saberes, contribuições, lógicas, afetos e vozes relegados a passados vencidos. Abri-se, assim, espaço para expansão e consolidação quase irrestritas do processo colonial e moderno supostamente justificado. O que o sistema, os discursos hegemônicos e as elites nunca conseguiriam, no entanto, seria negar as fortes presenças ribeirinhas, tradicionais, extrativistas, caboclas, mestiças, em Santarém e todo o Baixo Tapajós, apesar de todas as investidas e do volume de migrantes brancos em variadas épocas. O discurso da mestiçagem serviu duplamente para, por um lado, justificar o apagamento de presenças indígenas e africanas; quanto, por outro, identificar neste elemento mestiço local uma unidade autóctone genérica moldável a planos modernos, com apenas superficial reconhecimento e celebração de elementos tradicionais.

#### **1.4. Missão interétnica, vila pombalina e a Mundurukânia**

Em substituição a Manuel Rebêlo, foi para a missão de N.S. da Conceição e arredores designado o padre Aníbal Mazzolani, com experiência pelo Xingu. Sua gestão durou apenas três ou quatro anos. Por este missionário, foi consagrado o padre José da Gama em 1725, na primeira Igreja de N.S. da Conceição. Gama depois foi missionário em Arapiuns e também fundou a missão de S. José de Mataipus, no Vale do Tapajós, atualmente uma localidade de Pinhel. Por ser amigo do governador Mendonça Furtado, quando da expulsão dos jesuítas, Gama foi levado a Lisboa em 1760, mas não foi preso. Mazzolani foi substituído na missão por Sebastião Fusco, também com experiência prévia pelo Amazonas e Xingu, especialmente entre os Tupinambarana. Nas décadas de 1730 a 1750 muitos seriam os padres fixados, ainda que por pouco tempo, na missão de N.S. da Conceição. Além dos registros missionários da Companhia de Jesus (LEITE, 1939), na metade daquele século foi criado detalhado compilado de informações locais em “Anais Históricos do Maranhão”, por Bernardo Pereira de Berredo, em ano desconhecido (SANTOS, 2019). Ambas fontes primárias foram recuperadas pelo historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019) para retratar acontecimentos de Santarém.

Em 1737, evitando a malária e outros problemas, o padre José Lopes transferiu a Aldeia dos Tupinambarana (entre Parintins e Rio Madeira) para a Missão de Santo Inácio, efetivamente tornando-a independente de N.S. da Conceição. De volta a esta missão, de acordo com o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), padre Manuel Ferreira pode ter sido substituto de Sebastião Fusco. Ferreira acreditava que o número de indígenas na missão era excessivo para a qualidade das terras próximas, argumentando que os indígenas estariam melhor em Borari, onde as terras seriam mais férteis e havia mais espaço. E assim o fez em 1638, quando Ferreira transferiu boa parte dos indígenas de sua missão para Borari, oficialmente criando uma missão independente, N.S. da Purificação. Acompanhando o desenvolvimento futuro destas duas missões, parece que esta tendência de transferência se consolidaria ainda mais, tanto que no século XX os únicos assentamentos indígenas próximos à área urbana de Santarém, identificados por Curt Nimuendajú (1953), encontravam-se em Alter do Chão (antigo Borari, N.S. da Purificação) ou no planalto.

Em 1740, José Lopes seria substituído por Manoel Afonso na Missão de Santo Inácio, atraindo novos indígenas isolados, da região, para o aldeamento. Já na Aldeia de Borari assumiria comando o padre Manuel dos Santos, que em 1752 fundou a missão do Javari, no alto Solimões, e em seguida trabalhou em Aricari, no Xingu, até ser deportado em 1760. Manuel Ferreira regressaria depois a Belém entre 1744 e 1748, retornando ao Tapajós em 1750, percorrendo o vale até as primeiras cachoeiras, fronteiras que marcam o fim do Baixo Tapajós e início do Médio Tapajós. Regressou a Belém em 1752 e faleceu em 1760, pouco antes da expulsão. Outro dos padres que missionaria em N.S. da Conceição e Arapiuns foi Júlio Pereira, de forma intermitente, primeiro antes de 1741, depois entre 1745 e 1748, e novamente após

1751. Há cartas de Júlio Pereira na missão, de 1755 e 1756, endereçadas ao governador Mendonça Furtado. Seria também preso em 1760.

Em provável substituição a Manoel Afonso, Antônio Moreira assumiu a missão de Santo Inácio em 1750. Em seu tempo, também atraiu muitos indígenas para a missão, de sorte que se tornou muito povoada por indígenas. Seria substituído por Joaquim de Carvalho naquela mesma missão. Anteriormente, Carvalho esteve em missão em N.S. da Conceição, onde trabalhou na reconstrução do colégio que ficava ao lado da primeira igreja de N.S. da Conceição, na Praça Rodrigues dos Santos. Anteriormente a 1753, o padre Domingos Antônio esteve no controle da Aldeia dos Tapajós, em N.S. da Conceição, mas depois foi residente na missão de São José de Mataipus. Já em Borari assumiria controle o padre Silveira de Oliveira, que em 1756 também escreveu ao governador Mendonça Furtado. Foi deportado durante a expulsão dos jesuítas, mas não permaneceu na prisão. Neste ínterim foi muito relevante o padre João Daniel, que deixou como principal registro seu “Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas”, escrito no cárcere entre 1772 e 1776. Foi missionário em Arapiuns e muito viajou pelo Tapajós e suas aldeias, deixando rico e extenso registro. Também foi preso e deportado em 1757. Luís Álvares foi o último missionário em N.S. da Conceição, tendo sido ali coadjutor em 1735 e 1742, antes de comandar a missão, entre 1750 e 1757 como residente. Durante seu comando conseguiu atrair muitos indígenas isolados para a Aldeia dos Tapajós, entre os quais os Ariquena e Caianá, novamente fazendo crescer a população indígena da missão. Muito disso retrocedeu a partir de 1757, com sua prisão e a expulsão dos jesuítas.

Desde 1750 cresciam de forma escancarada as tensões entre escravistas e jesuítas, agora paulatinamente perseguidos pelo Estado Português nas colônias, especialmente na Amazônia. Isto corresponde às políticas pombalinas de busca pela expansão da influência lusitana, aumento de arrecadação nos negócios e cristalização de seu domínio exclusivo e irrestrito sobre colônias. Durante boa parte do reinado do rei D. José I de Portugal esteve Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, na posição de secretário de Estado. Logo depois do destrutivo terremoto que atingiu Portugal em 1755, desestabilizando fortemente seu poder e mobilizações, especialmente com o arrasamento de Lisboa, Pombal assumiria seu cargo de secretário geral, em 1756, assim permanecendo até 1777. Nesta posição, Pombal ampliaria a influência e poderes do seu cargo, tornando-se efetivamente quase tão poderoso quanto o próprio rei de Portugal. Dеспota e adepto do iluminismo, Pombal era implacável em suas posições, articulações e objetivos, perseguindo fortemente seus opositores políticos. Orientou a reconstrução de Lisboa e grandes obras de infraestrutura sob parâmetros mercantilistas e iluministas.

Sem raízes particularmente nobres, Pombal desprezava a nobreza portuguesa, enxergando-a como parasitária e improdutiva. Apenas receberia o título de marquês em 1770. Em sua grande ambição de centralização de poderes estatais, limitou os poderes da Igreja e da nobreza. Como afirma a historiadora Renata de Araújo (2012), os missionários, especialmente os jesuítas, com seu domínio político sobre missões e temporal sobre indígenas, ofereciam uma espécie de contraponto ao poder da Coroa

nas colônias, quase como um poder paralelo em alguns casos. Isto preocupava Pombal, em sua busca por consolidação irrestrita dos poderes reais, influenciando a Coroa a paulatinamente adotar o lado dos colonos, autoridades locais e mercenários escravistas na disputa com jesuítas, cada vez mais isolados politicamente nos domínios portugueses.

Nas colônias americanas, para garantir o poder do Estado, as políticas pombalinas adotaram como principais medidas a concentração de poderes na burocracia estatal; imposição de lógicas mercantilistas; forte militarismo e pragmatismo despótico, com estado de vigilância constante; rígidos controles fiscais, especialmente no contexto minerador; e obras de infraestrutura. Seu traço mais marcante, no entanto, seria a busca pelo controle total dos territórios coloniais, através da submissão e assimilação forçadas ou aniquilação de grupos menos receptivos ao estado colonial. Isto incluía a integração e conversão forçadas de indígenas, quilombolas e caboclos à sociedade colonial.

Em 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a ser chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, demonstrando aumento da influência e prestígio do Grão-Pará, que ganhava notoriedade e interesse comercial e estatal, especialmente da parte de Portugal e colonos. Desde 1737, a capital do Estado fora transferida de São Luís para Santa Maria de Belém (atual Belém), sinalizando esta tendência. Para garantir seus interesses na Amazônia, Pombal indicou para o posto de governador seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Mendonça Furtado permaneceria no cargo entre 1751 e 1759, tendo especial incumbência de orientar a secularização da administração das aldeias, declaração de “liberdade” indígena e compilação de provas supostamente incriminatórias contra as políticas jesuíticas na região.

Mendonça Furtado criou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755. Amparada na justificativa de suposta proibição da escravização de indígenas, a Companhia foi idealizada em petição de 1752 pela Câmara Municipal de São Luís, requisitando uma fonte local para tráfico de africanos escravizados. Com vistas na ligação Portugal-Américas-Ásia-África e ampliação dos empreendimentos de exportação, Pombal aprovou a ideia em 1755, incentivando a adoção massiva da escravidão, especialmente de africanos escravizados e seus descendentes, que já ocorria em outros territórios da América Lusitana. Com privilégios e incentivos econômicos monopolistas também sobre o transporte de insumos e produtos agrícolas, a Companhia ameaçava os empreendimentos agrícolas jesuítas e de alguns outros produtores locais na Amazônia, com concorrência desleal. Qualquer crítica ao monopólio foi severamente punida, aumentando os desafetos entre jesuítas e o governo pombalino.

A administração pombalina também dedicaria muito esforço à demarcação de fronteiras e investidas militares sobre territórios até então relativamente periféricos ao poder colonial, como o vale do Rio Negro. Isto alinhava-se à conclusão do Tratado de Madri de 1750, que buscava resolver disputas fronteiriças entre as Coroas portuguesa e espanhola na América. Para tais intentos, Mendonça Furtado, sob ordens de Portugal, organizou e supervisionou longas viagens por toda a Amazônia, efetuando-as

em 1755 e de novo em 1758. Prospectivas, exploratórias, descritivas e objetivando demarcação de fronteiras definitivas, as viagens contaram com extensas equipes de cartógrafos, engenheiros, geógrafos, astrônomos, escritores e botânicos preparadas pela Coroa para os trabalhos ao redor dos domínios lusitanos. Um dos resultados destas iniciativas prospectivas e demarcadoras foi a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, com sede em Mariuá – atual cidade de Barcelos. A nova capitania era vinculada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. (SANTOS, 2019)

Em termos de contribuições geográficas, iconográficas e descritivas, merece especial destaque a presença do cartógrafo e geógrafo alemão Johann Andreas Schwebel nestas viagens, deixando extensa documentação iconográfica, disponível, por exemplo, na Biblioteca Brasiliiana Mindlin da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na viagem de Mendonça Furtado de 1755, também estava presente o arquiteto italiano Antônio Landi. Em 1756, a expedição do governador passaria por N.S. da Conceição, interagindo com alguns dos jesuítas e autoridades seculares da missão. Nesta mesma ocasião, Landi teria desenhado, a pedido do governador, um projeto para construção de uma nova igreja matriz na aldeia.

Nestas expedições, Mendonça fiscalizou pessoalmente os diversos territórios, missões e aldeias sob domínio português, abarcando também as informações de que necessitava para fazer cumprir novas ordens. Ao retornar a Belém em 1759, Mendonça foi substituído como governador por Manuel Bernardo de Melo e Castro. Durante suas viagens, Mendonça Furtado continuamente requisitou das missões, sem aviso prévio, grande quantidade de provisões e indígenas, lentamente exaurindo-as. Suas exigências exageradas às missões, desnecessariamente alongando tempo e custos da própria viagem do governador, causaram grandes danos locais. Nos casos em que a pobreza e exaustão da missão já não mais permitia corresponder às demandas do governante, a recusa ou demora dos jesuítas era tomada como prova de insubordinação dos missionários. Acrescendo-se a isto outras acusações, infundadas ou não, de heresias, acúmulo indevido de riquezas e intriga, contra os jesuítas, lentamente Mendonça Furtado cercava-se das “provas” de que necessitava. Estas culpabilizações serviram de justificativa para leis sucessivamente contrárias aos jesuítas e missionários em geral. (SANTOS, 2019).

Em 1757, D. Miguel de Bulhões, bispo do Pará, e Mendonça Furtado colocaram em execução as leis de 1755 que definitivamente secularizavam a administração das missões e aldeias. Cessavam a autoridade temporal dos missionários, decretavam “liberdade” aos indígenas e estabeleciam aparato burocrático estatal às localidades, convertidas em “vilas” ou “lugares”. Estas novas centralidades reconhecidas, institucionalizadas, receberam nomes lusitanos, em geral fazendo referência a localidades portuguesas. Seus nomes indígenas foram substituídos por uma toponímia europeia que em grande parte permanece até a atualidade.

Segundo Renata de Araújo (2012), esta decisão tinha um caráter simbólico, estatal e político muito forte, consciente da parte do governo pombalino. A intenção era assinalar o domínio territorial e civilizatório da Coroa, indicando aos habitantes a integração completa desta região americana, a Amazônia, à civilização portuguesa, seu

governo, religião, ritos, língua e economia. Disposições do Diretório Pombalino de 1755 recomendaram também proibir nomes e línguas indígenas entre as populações nativas nas vilas e lugares, incentivadas a adotarem nomes e sobrenomes portugueses. Isto dificulta grandemente saber se as pessoas mencionadas em documentos eram indígenas, contribuindo para adicional apagamento historiográfico e de memórias.

Em 1757 também se procedeu à primeira leva de expulsão dos jesuítas. A última leva concluía-se em 1760, encarcerando todos os missionários jesuítas em Portugal. 1759 foi marcado como ano de definitiva derrubada da Companhia de Jesus nas colônias portuguesas. O barco que levou os jesuítas prisioneiros a Portugal em 1760 era um navio negreiro da frota da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Operando de 1755 a 1778, a Companhia fazia parte das políticas pombalinas de incremento e controle da atividade comercial na Amazônia, a ser integrada ao comércio ultramarino.

Além da introdução anual de centenas de escravizados africanos ao Grão-Pará e Maranhão, a administração espiritual das missões e aldeias passou a ficar a cargo do bispado de Belém, sendo transformadas em freguesias ou paróquias, com padres majoritariamente seculares. Tal medida, consolidada em 1760, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, facilitava novas ondas de escravização de indígenas e retirava as maiores barreiras institucionais ao controle da região pela Coroa. Em N.S. da Conceição assumiu em 1757, por ordem do bispo, o padre ex-jesuíta Antônio da Silva. Nesta linha de reformas seculares na administração religiosa das localidades amazônicas, em 1761 deu-se início à construção de uma igreja no local da atual igreja matriz de Santarém, a Catedral Metropolitana N. S. da Conceição, de frente à contemporânea Praça Monsenhor José Gregório. Foi pensada para ser a nova sede do poder religioso em Santarém, em substituição à localidade original, na atual Praça Rodrigues dos Santos. A Igreja foi inaugurada com duas torres laterais, mais baixas que as atuais. Não se tem na historiografia um consenso para o ano em que a nova catedral foi inaugurada e quando a igreja original foi abandonada. No entanto, segundo os arquivos da arquidiocese de Santarém (IBGE, 2021), a igreja com obras iniciadas em 1761 foi inaugurada em 1819.<sup>8</sup>

Sob a direção pombalina, as localidades maiores passariam a ser “vilas”, enquanto as menores, “lugares”. Nas vilas previa-se construção de pelourinho na praça principal e criação das casas de câmara, justiça e cadeia. Os cargos previstos para as vilas seriam os de juízes ordinários, procurador, chefias indígenas (membros respeitados entre brancos e nativos para mediações), vereadores, meirinhos, alferes, escrivão, sargentos, capitães, oficiais de justiça e diretor, este último sendo a autoridade maior na administração e ordens de sua respectiva vila. Os vereadores

---

<sup>8</sup> Posteriormente a Catedral de Santarém passaria por diversas mudanças até o presente. Em 1851, as paredes laterais foram reforçadas e as torres laterais, reconstruídas. Sua cruz de ferro no alto, exterior, data de 1880. O altar-mor foi substituído em 1881, com respectiva reforma da igreja nos mesmos anos. Alterações e reformas posteriores ocorreram ainda em 1895 e 1965. Com rico acervo, em 2003 foi inaugurado um museu sacro, vizinho à igreja. Informações disponíveis na biblioteca digital do IBGE.

eram eleitos pelos “homens bons” – brancos de posses – e homens adultos em cargos ou que haviam exercido cargos, independentemente da origem, inclusos indígenas. Aos “lugares”, em sua maioria aldeias indígenas com pouca presença de colonos, previa-se organização administrativa mais flexível, a cargo das lideranças locais já existentes, geralmente os tuxauas indígenas. (SANTOS, 2019)

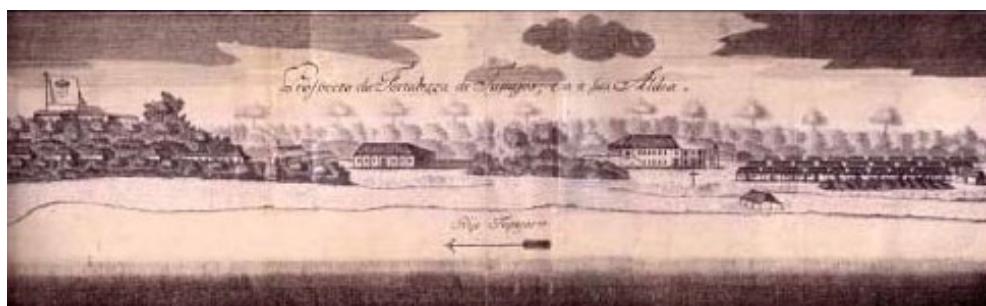
Porém, mesmo as aldeias deveriam criar cargos de sargento-mor, capitães, alferes e meirinhos, escolhidos também entre os indígenas. No entanto, estas transições para governos seculares, na imensa maioria das localidades, não saiu como planejado. A maioria das vilas e lugares não tinham à disposição recursos e pessoas capacitadas suficientes para os cargos e funções administrativos, em decorrência de burocracia, formação acadêmica e gerência formal tradicionalmente associadas e confiadas aos missionários e sua experiência. Os modelos burocráticos, administrativos e de tomada de decisão estatais, nos moldes europeus e militarizados, verticalmente impostos pelas novas leis de cima para baixo, não só não faziam sentido para os locais como não eram convenientes aos contextos específicos. Todo este rígido aparato de governança previsto era excessivamente engessado e sem possibilidade de representatividade. Mesmo padres seculares estavam em falta, com algumas localidades permanecendo por certo tempo como paróquias ou freguesias sem padre secular.

No dia 14 de março de 1758 a aldeia de N.S. da Conceição oficialmente passou a ser a vila de Santarém, com oficialização em cerimônia pública na então única praça: o largo da igreja, atual Praça Rodrigues dos Santos. Na prática, a “liberdade” dos indígenas significou maior susceptibilidade destes à escravidão ou servidão involuntária, com precárias e indignas condições de vida, trabalho e reproduzibilidade social tradicional, significativamente pioradas em relação ao período missionário. Também a maioria das aldeias e vilas passaria por períodos variados de estagnação – como se observou em Santarém – ou mesmo declínio, até mesmo populacional. Os três poderes nas vilas – justiça e senado da câmara, diretor e paróquia – dificilmente agiam em consonância em Santarém. Os cargos não eram remunerados e a maioria dos oficiais de justiça e vereadores tinham papel meramente figurativo. Pouco capacitados para as funções prescritas, compareciam às sessões sem discussões, acatando ao que decidisse o diretor e sem apresentar propostas.

Os diretores de Santarém em geral eram militares locais ou colonos portugueses com empreendimentos na cidade, negócios estes que a esta época, em geral, não costumavam ser bem sucedidos nem prósperos. Contudo, passados os choques iniciais, Santarém voltara a enriquecer e crescer na passagem do século XVIII para o XIX, cada vez mais integrada ao estado do Grão-Pará, à máquina estatal provincial e ao Império Português. Mostras deste crescimento são perceptíveis nos números populacionais e econômicos dos registros estatais da época, que também aumentavam em frequência. Pelo aumento da demanda na vila, em 1776, Santarém assiste à inauguração de olaria oficial, voltada a telhas e potes. Para além da integração comercial e burocrática, a elite de Santarém e do Grão-Pará era fortemente lusitana e mantinha-se no controle em todos os quesitos dos assentamentos e dos empreendimentos coloniais.

Apesar de significativamente esvaziado pela febre escravista pombalina, o componente indígena manteve-se em Santarém, com talvez cerca de 400 indivíduos na década de 1750, nas estimativas do historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019). Em recuperação lenta, o recenseamento dos assentamentos indígenas anexos à vila contou 737 indígenas em 1777, sendo 55% adultos. Estas famílias indígenas viviam provavelmente entre os bairros Aldeia e Fátima da atual Santarém. Nos séculos XVII a XIX, isto correspondia às proximidades do assentamento colonial português, a vila propriamente dita, onde viviam brancos e mestiços. Em relação à década de 1780, Rodrigues dos Santos (2019) relata ausência de pessoas negras, ou de origem parcialmente africana, na cidade e boa parte da região. De fato, na região, africanos escravizados ainda eram em número muito pequeno, estando concentrados em Belém e nos latifúndios algodoeiros. Havia certo descontentamento entre colonos do restante do Grão-Pará pela indisponibilidade de africanos escravizados para seus empreendimentos no interior. Do início da missão colonial até o final do século XIX, indígenas e colonos viviam em assentamentos separados, com radicalmente diferentes morfologias. O componente considerado branco, na estimativa de Paulo Rodrigues dos Santos (2019), seria de poucas centenas em 1750, habitantes na vila colonial. Tal situação bipartida é confirmada nas descrições dos missionários e dos viajantes, como Bettendorff (1698), Schwebel (SANTOS, 2019), Alexandre Rodrigues Ferreira (2006) e Carl Friedrich Philipp von Martius (SPIX et. al., 1821).

**Imagem 18:** Gravura realizada por Schwebel em 1756, representando o assentamento colonial, a Fortaleza do Tapajós e a aldeia indígena da Missão de N. S. da Conceição, à beira do rio Tapajós. Fonte: SYMANSKI et. al., 2012.



O lado indígena era formado por construções para famílias grandes, sem arruamento, misturadas a pequenos roçados. Os cronistas, mencionados acima, criticam a aparente concentração populacional em organização espacial diferente das lógicas europeias, que definem, em oposição, espaços mais claramente delimitados e divididos por função. Marcando a clara divisão entre a aldeia indígena e a vila colonial estava o largo da igreja da cidade, com o pelourinho, espaços localizados na atual Praça Rodrigues dos Santos. O cronista Alexandre Rodrigues Ferreira (2006), passando por Santarém na década de 1780, descreve a vila às margens do Tapajós como fileiras de construções brancas estendendo-se da fortaleza até o largo da igreja. Do largo partiam três ruas mal alinhadas, em direção paralela ao rio, indo terminar na encosta do monte. Eram cortadas por cinco ou seis travessas perpendiculares, a primeira destas estando rente às faldas do outeiro da fortaleza, já com significativo avanço de algumas casas subindo o morro.

Paralelamente, era crescente a prosperidade mercantilista, agrícola e manufatureira das elites e colonos do Grão-Pará e Maranhão, especialmente a partir de 1760, com o ciclo do algodão. Este fenômeno latifundiário administrado pelos poderes e mediadores brancos era inteiramente baseado no trabalho de africanos, indígenas e seus descendentes escravizados. Destas pessoas, relegadas na historiografia tradicional a “mão-de-obra”, partiam as principais contribuições para permanência e manutenção destes assentamentos e empreitadas, que vão desde as práticas de reprodução social em seu nível mais básico até o conhecimento e adaptação aos locais. Inevitavelmente surgiria uma cultura em sua totalidade influenciada por estes diferentes contingentes populacionais e trocas ultramarinas globais, com ricas centralidades em Belém e São Luís.

O crescimento econômico tornar-se-ia mais pungente especialmente a partir de 1771, com um aumento na ordem de trinta e nove vezes em relação ao volume de arrobas de algodão exportado em 1760. Em vista do crescimento econômico e político das respectivas sedes do Grão-Pará e Maranhão, em 1772 o estado seria desmembrado, com fundação do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém. Já São Luis, passou a ser sede do Estado do Maranhão e Piauí. Tão bem-sucedido foi este novo ciclo, que se expandiu também por todo o nordeste da América Iusitana e partes do centro-sul. Belém e São Luís aumentaram ainda mais sua proeminência como centros coloniais na rede ultramarina portuguesa, diretamente submetidos e intimamente conectados a Lisboa, consolidando-se como centros globais. Fornecendo a Lisboa uma nova fonte de riquezas na forma de exportação, este novo ciclo somou-se ao ciclo do ouro e viria a tempo de substituir o já decadente ciclo do açúcar da costa nordestina, do século anterior.

Neste contexto, tornou-se mais expressiva ainda a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com respectivo incremento no transporte de produtos e tráfico negreiro, ambos sob significativo monopólio da Companhia nos estados do norte. A esta altura encontrava-se escravizados africanos e seus descendentes na casa dos milhões pela América Iusitana, agora com especial relevância da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão nesta infeliz contribuição. No entanto, possivelmente em vista da maior facilidade na escravização de indígenas, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro receberia menor número de escravizados africanos neste período, ainda que em volume muito significativo, com dezenas de milhares de novos escravizados. Apesar da riqueza e poder desta empreitada comercial monopolista, a Companhia teria sua duração ligada à continuidade de Pombal. Após o falecimento de D. José I, em 1777, Marquês de Pombal foi deposto e confinado em sua vila de Pombal, lá falecendo em 1782. Assim encerrava-se o período pombalino e a Companhia, com atividades finalizadas em 1778, frente à forte oposição ao monopólio na colônia.

Ainda assim, o ciclo do algodão continuaria forte na região por algumas décadas, atingindo auge entre 1790 e 1820. A demanda pelo algodão aumentaria nos mercados franceses e ingleses em decorrência da rápida industrialização experienciada por ambas potências europeias concorrentes. E a guerra norte-

americana pela independência criou uma ausência de fornecimento, aproveitada pelos produtores da América lusitana.

Neste mesmo período podemos assinalar as importantes viagens prospectivas de Alexandre Rodrigues Ferreira (2006) pelo Brasil, entre 1783 e 1792, com especial interesse pela Amazônia. Sua principal contribuição é a grande soma de dados sobre os mais amplos aspectos ambientais e sociais na Região Amazônica (FERREIRA, 2006). Devido ao encargo oficial de registro para a Coroa, além de perceptível meticulosidade e detalhismo da parte de Rodrigues Ferreira, estas fontes primárias são consideradas fragmentos muito confiáveis de realidades locais à época, ainda que sob a visão do cronista. Preservam-se em seus registros referências importantes a outras fontes e memórias sobre muitos grupos indígenas, especificamente identificados, atualmente resistentes ou desmantelados, além de importantes coleções de objetos (MARTINS, 2016). Seus encargos oficiais para a viagem eram os de demarcação de fronteiras, recolha de materiais vários, revisão e análise de situações pelo território colonial e descrição geográfica. Nisto assemelha-se a outros registros oficiais de funcionários e apostólicos em viagem descritiva, como os relatos do ouvidor Ribeiro Sampaio (1774-1775) e do vigário-geral Monteiro de Noronha (1768), os três em contato breve com diversos povos, incluindo-se os Munduruku.<sup>9</sup>

Os Munduruku são um povo indígena amazônico da família tupi, autodenominados Wuyjuyu- “formigas vermelhas”, em tradução livre. De tradição guerreira, estão localizados na região centro-amazônica do Vale do Tapajós e adjacências. Têm como principal local de origem os Campos do Tapajós, área de savanas de terra firme a sudeste do alto-curso do Rio Tapajós, próximo ao Rio Cururu, onde hoje se encontra a Terra Indígena Mundurukânia. Seus domínios atuais e tradicionais estendem-se ao longo do Rio Madeira; Rio Canumã, onde hoje se localiza a Terra Indígena de Coatá-Laranjal; e Rio Abacaxis, entre o Madeira e o Tapajós. Sua história, origens, cosmologia e paisagens ocupadas demonstram constante contato com povos vizinhos, especialmente os Sateré Mawé, nação a norte também originária do Tapajós, com quem incontáveis memórias são partilhadas.

Não se sabe ao certo quando surgiram os Munduruku enquanto povo assim organizado. Esta nação de tradição guerreira faz parte da expansão tupi pelo vale do Tapajós, que ali já se dava há séculos antes da invasão europeia, como demonstram os registros arqueológicos da região, com cerâmicas de culturas tupi da Amazônia. No entanto, até o século XVII, no Baixo Tapajós parece ter sido mais proeminente, pelo

---

<sup>9</sup> Os Munduruku são mencionados frequentemente na história (PORRO, 2007) a partir dos primeiros contatos com a colonização, no século XVIII, além de possuírem significativa influência e contribuição cultural. Dentre os registros de cronistas, são mencionados também por Spix e Martius (SPIX et. al., 1821). No século XX, foram estudados principalmente por Robert Murphy, Curt Nimuendajú e Yolanda Murphy. O autor deste TFG tem Iniciação Científica concluída acerca do significado, construção, alteração e ocupação dos espaços físicos e simbólicos Munduruku. Alguns resultados desta pesquisa podem ser encontrados em:

[https://www.academia.edu/81397195/Espa%C3%A7o\\_Munduruku\\_S%C3%A9c\\_XVIII\\_a\\_XXI\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_etnicidades\\_UFBA\\_conclus%C3%A3o\\_de\\_IC](https://www.academia.edu/81397195/Espa%C3%A7o_Munduruku_S%C3%A9c_XVIII_a_XXI_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_etnicidades_UFBA_conclus%C3%A3o_de_IC).

menos desde o ano 1000, o domínio Tapajônico e de seus aliados, como demonstrado pela relativa coesão de ocupação antrópica por toda esta região, nas cerâmicas deste período de 1000 a 1700 da Era Comum. É possível que a maior exposição dos Tapajônicos aos choques coloniais, por conta de sua localidade estratégica no encontro de grandes fluxos d’água, tenha aberto espaço para expansão, em direção ao Baixo Tapajós, de povos tupi que habitavam o alto curso do rio. Em verdade que as cascatas que separam o Baixo Tapajós do Médio Tapajós sempre foram um divisor natural na geografia humana do vale, e isto se tornaria ainda mais claro no período colonial.

Repetindo-se a história de séculos coloniais passados, atualmente o Médio e Alto Tapajós sofrem os mesmos, porém atualizados e aprimorados, assédios, choques e agressões de expansão espoliativas pelos quais já passou o Baixo Tapajós. Este alto curso do vale, com navegação dificultada pelas corredeiras, tinha, até o século XX, em boa parte sido preservado de maiores incursões, em todos os sentidos. Isto permitiu aos Munduruku, guardiões do alto curso, um tempo adicional para adaptação e amortecimento de choques, que gradualmente tornaram-se mais intensos desde 1768, quando houve o primeiro contato documentado de europeus com esta nação. Hoje estes assédios seguem os Munduruku até suas aldeias mais isoladas. Nos séculos XVII a XIX, a situação era diferente: eles estavam em expansão e dominavam sobre extensa região que se estendia do Rio Madeira e Abacaxis até a calha leste do Tapajós. O domínio e reclusão do Alto Tapajós permitia aos Munduruku dedicarem-se a incursões bélicas em outras localidades, como o Baixo Tapajós, e depois retornar em relativa segurança ao Alto Tapajó (SANTOS, 2019; ALARCON, 2016).

Entre 1755 e 1825, seguiram-se diversas expedições que buscavam melhor conhecer estes vastos territórios, até então menos oficialmente explorados pela Coroa. À medida que ganhavam importância as rotas de navegação pelo Rio Madeira e a conexão entre planalto, Bacia do Paraguai e Amazônia (ARAÚJO, 2012), aumentou a demanda portuguesa pela exploração dos territórios entre os grandes cursos d’água. Isto corresponde a uma guinada exploratória, por parte de colonos, aparatos religiosos-institucionais locais e Coroa, de mais intensa e agressiva escravização indígena, fixação econômica-militar e projetos civilizatórios por toda a Amazônia adentro neste período. Isto incluía a multiplicação exponencial de choques com povos indígenas até então pouco contactados. Segundo a historiadora Ermelinda Pataca (2015), no período de 1759 e 1850, os descimentos atingiram seu auge mais devassador. Em poucas décadas, do Rio Negro ao Xingu, centenas de povos surgiram e em seguida desapareceram dos registros, frente a ondas de extermínio, assimilação forçada e desmantelamento social. A historiadora também aponta para o auge da implantação do modelo de cidades-médicas e consumação dos modelos de urbanismo civilizatórios.

Contudo, a resistência, adaptação e resiliência indígenas não seriam nada insignificantes no mesmo período. Por conta da extensa área de ocupação Munduruku, cada cercania desenvolveu diferentes relações políticas com as frentes coloniais. Inicialmente, quase todos os primeiros encontros foram muito rápidos, mas embates sangrentos não demoraram a acontecer. Entre 1769 e 1793, foram frequentes excursões indígenas contra assentamentos pelo Baixo Tapajós, por parte dos Mura e

Munduruku, atingindo também Santarém. Neste contexto, por mais que admita que em alguns momentos a fortaleza do Tapajós tenha sido útil na proteção durante ataques, resistindo a invasões, o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019) descreve a construção como tendo a função de espantalho na maior parte do tempo, sem real utilidade no caso de ataques coordenados. A fortaleza esteve em estado de ruína por grande parte de seu tempo de existência, apenas após breves reestruturações mantinha-se resistente, pouco tempo depois retornando ao estado de ruína. Assim, os principais historiadores (SANTOS, 2019) explicam parcialmente a suscetibilidade de Santarém a ataques. A localização estratégica da vila, de fácil acesso no encontro dos grandes rios, também era uma fraqueza. Além disso, devem ser reconhecidas a ousadia e maestrias bélicas e táticas indígenas.

Os primeiros contra-ataques vieram dos Mura, que chegavam de surpresa. Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), seus ataques eram especialmente fatais, atacando pessoas nas vilas, sítios e canoas indiscriminadamente, fazendo pilhagem e sequestro de mulheres. Na ausência de brancos e mestiços, faziam a outros indígenas vítimas. Avançando pela boca do Tapajós, eventualmente os Mura encontraram os Munduruku, sofrendo grandes e definitivas derrotas, que terminaram por repelir os Mura em definitivo, fazendo-os se aproximarem dos portugueses. Firmaram logo em seguida acordos de trégua e proteção com os brancos do Solimões, cessando os ataques e revoltas em larga escala. Isto abriu espaço para definitivas investidas Munduruku sobre o Baixo Tapajós, substituindo os Mura nos ataques a Santarém. Os Munduruku eram mais arrojados, aplicando ataques ocasionais a aldeias indígenas, estabelecimentos brancos e vilas na extensão do Madeira ao Tocantins, ficando o Vale do Tapajós sob seu domínio bélico, apenas contestado por forças portuguesas em assentamentos coloniais. Nestes ataques, costumavam deixar feridos e alguns mortos, tomando como troféus de guerra as cabeças de certos prisioneiros.

Duas vezes os Munduruku revidaram, atacando Santarém em 1773 e 1793. Na primeira vez, a vila foi pega desprevenida, provocando grande fuga dos habitantes indígenas. Na segunda investida, o ataque mirou a fortaleza, onde não obtiveram vitória, sofrendo significativas baixas, resultando em debandada. Alarmado, o governo organizou expedição com 300 homens contra os Munduruku. O destacamento em canoas subiu o Tapajós e alcançou as aldeias, onde foram descobertos os reais grandiosos números desta nação e sua capacidade bélica. A expedição fracassou retumbantemente, fugindo em disparada, mas também aplicou duras perdas e baixas aos Munduruku, que teriam perdido mais de mil guerreiros, segundo Martius (SPIX et. al., 1821). Depois destes trágicos eventos, no mesmo ano de 1793, chefias Munduruku firmaram acordos de trégua com o governo santarenense, lentamente passando a serem, ao mesmo tempo, aliados e resiliência no Baixo e Médio Tapajós. Atualmente os Munduruku estão entre os maiores protagonistas na luta contra hegemônica, resistindo à perpetuação das colonizações contemporâneas.

**Imagen 19:** Guerreira Munduruku, na aldeia Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku. Por Mauricio Torres, out. 2014. Fonte: ALARCON et. al., 2016.



## 1.5. Viajantes, anexação imperial e a Cabanagem: 1800 a 1840

Ao longo do século XIX muitos Munduruku lentamente migraram para o Baixo Tapajós, fixando-se às margens do rio principal e afluentes. Em 1871 o município de Santarém já contava com duas aldeias Munduruku consolidadas, afastadas da cidade. Neste mesmo século muitos membros deste povo também se instalaram no aldeamento indígena santareno anexo à vila, como demonstram os relatos e desenhos de Hercule Florence (1825-1829) e Spix e Martius (SPIX et. al., 1821).

No século XIX ficaria a cargo dos franciscanos estabelecer imensa rede de missões pela calha do médio-alto curso do Rio Tapajós, com quem os Munduruku estabeleceram complexas, e por vezes instáveis, relações, entre momentos de tolerância pacífica e colaborativa, lento abandono, revoltas ou guerras. No Baixo e Médio Tapajós, as aproximações pacíficas, ainda que assimétricas, entre os Munduruku e agentes coloniais parecem se intensificar após a virada do século XVIII para o século XIX. Neste período, frequentemente as tropas Munduruku da região teriam estreitas colaborações com os exércitos coloniais. Estes nativos foram os principais aliados dos portugueses em diversas ocasiões, especialmente no lidar com outros povos indígenas rivais. Aproveitando-se de disputas entre povos do Tapajós, os colonizadores costumavam tomar partido conforme lhes interessava, costumeiramente optando pelos Munduruku, o que a curto prazo era visto como protetivo pelos líderes deste povo. A estratégia de incitar indígenas a agir contra outros para poderem sobreviver sob melhores condições foi amplamente empregada também no Tapajós e redondezas.

Depois de idas e vindas, a sede da Capitania de São José do Rio Negro passou a ser Lugar da Barra em 1808. Neste mesmo ano, a invasão napoleônica a Portugal obriga a corte portuguesa a mover-se para o Rio de Janeiro, que seria a nova sede do Império Português. O Estado do Brasil (que não incluía o Estado do Grão-Pará e Rio Negro nem o Estado do Maranhão e Piauí) deixou de ser colônia e tornou-se parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Enquanto isso, os estados do norte mantiveram-se colônias, sem grandes alterações na configuração política. Porém, a mudança de status do Estado do Brasil fortemente beneficiou econômica e politicamente a elite local do Estado do Brasil.

Entre 1817 e 1820, inspirados pelas viagens de Humboldt, os naturalistas alemães Carl Friedrich Philipp von Martius (botânico) e Johann Baptist Spix (zoólogo) coordenaram grande expedição prospectiva pela América Iusitana, a serviço do rei Maximiliano José I, da Baviera. O principal objetivo do rei era a criação de extenso acervo e detalhados registros sobre as terras americanas para seu recente reino. Assim o fez a grande expedição, que levou a Munique imenso inventário, compilados de viagens e relatórios, bem como gigantesca coleção. Parte considerável do acervo, hoje em Munique e outros centros alemães, também inclui extenso material etnográfico. Além de animais empalhados e plantas conservadas, também foram levadas para Munique seis pessoas indígenas vivas, das quais quatro sobreviveram à

viagem. Povos indígenas apareciam nos estudos naturalistas, demonstrando uma classificação epistemológica, referente a povos originários, mais próxima da natureza, selvagem, do que de outros seres humanos tidos como civilizados.

Os dois viajantes percorreram mais de dez mil quilômetros por diversos biomas brasileiros: cerrado, caatinga, pampas, mata atlântica e Amazônia. Não restritas a estudos ecológicos, suas contribuições também são fontes para estudos históricos, geográficos e sociais. A viagem deu-se no contexto do casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina, dos Habsburgo, com D. Pedro I, príncipe herdeiro português, filho de D. João VI, sediados no Rio de Janeiro à época. Como parte do acordo de casamento, a viagem dos naturalistas foi permitida e apoiada pela Coroa portuguesa. Spix e Martius estiveram por longo período na Amazônia, especialmente ao longo de seu principal rio, registrando detalhadamente todos os acontecimentos, personagens e elementos.

Em 1819, estiveram em Santarém, onde descreveram filas de casas de um pavimento formando a rua principal e suas travessas laterais. As casas eram construídas com esmero e tinham condições sanitárias julgadas adequadas à época. Os cronistas aprovaram a nova igreja, mas avaliaram que ainda não estava com a construção terminada (SANTOS, 2019; SPIX et. al., 1821). As casas eram de taipa de mão caiada de branco ou amarelo, com tabatinga, retirada junto ao rio. A frente das casas poderiam ser salas ou armazéns, às vezes alternando em uso. Os cômodos eram arejados e amplos, iluminados por lampiões de latão. Estimou em não muito mais de 2000 os habitantes da vila, constando na lista da igreja. No distrito como um todo, estimou a população em 4000 pessoas, incluídos os fazendeiros dispersos e famílias indígenas fixadas nos arredores, a serviço da vila. Alguns indígenas foram entrevistados pelos viajantes alemães, interessados em saber mais sobre os muiraquitãs. No entanto, Martius escreveu não ter conseguido maiores informações acerca disto entre os indígenas de Santarém (SPIX et. al., 1821).

Os naturalistas preocuparam-se em retratar em detalhes, inclusive com desenhos, alguns membros das principais nações indígenas encontradas em sua viagem. Além disso, foi grande o esforço de anotar todos os povos indígenas de que aqueles alemães tinham ciência estar presentes nas localidades visitadas. Em Santarém e entornos, incluindo o Baixo Tapajós, os viajantes nomearam a presença de dezenas de nações, localmente originárias ou vindas de outras regiões amazônicas. Hoje a maioria destes povos não vivem mais no Baixo Tapajós ou foram incorporados a outras identidades étnicas. No entanto, dentre as nações registradas, não necessariamente sob mesma grafia, persistem até a atualidade no Baixo Tapajós os Munduruku, Sateré-Mawé, Cara Preta, Apiaká, Arapium, Borari, Cumaruara, Jaraqui, Maytapú, Tupinambá, Tapuia e Maruara. Martius (SPIX et. al., 1821) relatou ser grande também o número de brancos fixados em Santarém, muitos deles casados com mulheres não brancas. Algumas figuras destacadas da cidade tinham contato direto ou experiência com Belém, o Império Português e as colônias ultramarinas.

O aumento do tráfico negreiro direcionado ao interior da Amazônia no século XIX seria confirmado por Hercule Florence (2007) e Spix e Martius (1821). No início daquele século, estes viajantes já assinalavam como significativa, ainda que pequena,

a população negra em Santarém, estando presentes africanos, descendentes diretos e mestiços. Desta época até a atualidade, estas presenças aumentaram gradual e constantemente em números e proporção. Esse crescimento contínuo, sob diferentes contextos, contribuiu para e relaciona-se a importantes legados culturais, históricos, sociais, políticos e econômicos na região. Não apenas relacionados à escravidão, mas também à vivência, resistência e adaptação destas pessoas. Ainda que inseridos em posição assimétrica, desempenharam e desempenham relevantes papéis históricos em diversos processos de Santarém, das lutas de independência e cabanagem aos ciclos econômicos e manifestações culturais mais recentes. Desde pelo menos o final do século XVIII há registros de “mocambos”, comunidades quilombolas, ao longo do Baixo Amazonas, de Parintins a Monte Alegre. Em seu auge, no século XIX, chegaram a ter mais de três mil pessoas, mas sofreram imensos massacres por parte de tropas estatais e aliados. Hoje persistem dezenas de comunidades quilombolas nesta região, inclusive no nordeste do município de Santarém, majoritariamente formadas por afro-brasileiros descendentes das sucessivas levas migratórias, fugindo da escravidão. (SANTOS, 2019)

Conforme se fortaleceram assentamentos coloniais, intensificando descimentos e escravização indígena e africana, cresceu o desmonte aos sistemas sociais originais específicos de etnias indígenas no entorno de Santarém, ao longo dos leitos do Baixo Amazonas e Baixo Tapajós. Martius (SPIX et. al., 1821) relata ter observado nesta região uma população mais ou menos homogênea em costumes e língua, em comunidades indígenas mestiças. Seus diferenciadores étnicos tradicionais passaram a misturar-se entre si, incorporando também outros indígenas (em sua maioria, vindos do Xingu, Tapajós, Japurá), mestiços e ex-escravizados, advindos ou fugidos de assentamentos coloniais. Formava-se o componente caboclo da região, que tem fortes raízes e lógicas indígenas. Estas comunidades, presentes por toda a Amazônia, seriam conhecidas por muitos nomes: ribeirinhos, brasileiros da terra, caboclos, cabanos. À época, viviam predominantemente em assentamentos ribeirinhos nas proximidades das vilas consideradas consolidadas, oficiais. Até hoje, habitam os igarapés, campos e margens dos grandes rios. Junto aos quilombos e indígenas, são os principais responsáveis pelo extrativismo, agricultura, pesca, aquicultura e pecuária locais, familiares ou de pequeno porte, formadores da base alimentar e artística amazônica nos centros urbanos.

Apesar de seu poder, a presença colonial-imperial consolidada não incluía sob sua posse ou controle efetivo boa parte do território do Grão-Pará e Rio Negro. Porções significativas ainda se encontravam sob supervisão territorial e social de etnias indígenas e, gradualmente, cada vez mais também de comunidades indígenas mestiças, ribeirinhas ou quilombolas. A maioria destas comunidades respondia ao estado, ou ao menos interagia com ele através de mediações, trocas comerciais e conflitos, mas crescentemente se opunham ao domínio da elite lusitana e do império. Eram vaqueiros, costureiros, pescadores, trabalhadores rurais em plantações, sítios e lavouras maiores. Trabalhavam em seus próprios territórios e também nas propriedades rurais dos senhorios, colonos e habitantes urbanos. Ocionalmente, também eram mobilizados para trabalhos urbanos. Por isso, este contingente populacional podia ser altamente móvel.

Em 1820 deu-se em Portugal a Revolução Liberal do Porto. A burguesia e a baixa nobreza em Portugal exigiam o retorno da monarquia e corte a Lisboa. Também se demandava um governo monárquico constitucional, abandonando o absolutismo em favor de maior autonomia burguesa e liberal. Adicionalmente, demandavam que o Estado do Brasil voltasse a ser colônia. A nova constituição portuguesa seria aprovada naquele mesmo ano, conferindo poderes adicionais à elite comercial e instituições estatais. Temendo deposição, D. João VI regressou a Lisboa em 1821, junto de parte da corte, reconvidada. Este processo foi apoiado também pela ampla população em Portugal, que se sentia abandonada e desamparada, sob administração parcial britânica de 1810 a 1820. Permaneceu no Rio de Janeiro D. Pedro I. A família imperial sabia que as elites brasileiras não aceitariam retornar à posição de colônia, havendo risco de que os brasileiros almejassem independência sob comando de outrem. D. Pedro I, apoiado pelos locais, brasileiros e alguns portugueses, declarou, então, que não apenas permaneceria no Rio de Janeiro como não acataria automaticamente todas as ordens vindas de Portugal. Com o aumento da pressão legal e econômica para que retornasse, e com apoio tácito extraoficial de seu pai, D. Pedro I declarou independência do Estado do Brasil em relação a Portugal - evento que foi consolidado no calendário brasileiro em 7 de setembro de 1822.

Imediatamente após a declaração de independência, as camadas mais desfavorecidas ou nativas, no Pará, fizeram esforço deliberado para aderir ao Estado Brasileiro e expulsar os portugueses, que ainda controlavam as rotas de comércio na região. Este esforço ganhava ressonância e apoio de parte da elite e burguesia paraenses, nas esferas oficiais de poder político. A este grupo se denominava “nacionalistas”, “patriotas”, ou “filantrópicos”, fortemente opositos por outros setores da elite e burguesia regional, autoproclamados “constitucionalistas” ou “moderados”, mas informalmente conhecidos como “caramurus”. Os caramurus, ou lusitanos, eram setores burgueses e da elite com forte ligação direta a Portugal e ao status quo. Eram acusados por seus adversários de serem absolutistas, autoritários e submissos a Portugal.

Por sua parte, os nacionalistas eram promotores de elites e outras classes sociais locais brasileiras. Estas classes sociais nativas, em assentamentos consolidados, eram formadas por brancos e mestiços identificados com a causa da autonomia brasileira, formando uma espécie de baixa burguesia. Os membros politicamente mais atuantes no diverso grupo nacionalista tinham alcançado posições privilegiadas na política e negócios, mas em muitos casos ainda estavam relativamente afastados dos postos políticos mais elevados e principais oligopólios, de origem colonial lusitana, controlados por dinastias, clérigos e burocratas portugueses. Obviamente tendências gerais não significavam regra para todos os casos individuais. Muitos brasileiros apoiavam a permanência do elemento português no poder. Da mesma forma, diversos portugueses também simpatizavam sinceramente com as causas por maior autonomia nativa, e juntavam forças a estes.

Paralelamente, guerras de independência foram travadas em toda a América Portuguesa. Os últimos soldados a serviço de Portugal foram rendidos no início de 1824, concluindo a independência em termos militares. Também no Grão-Pará houve resistência à independência e à anexação pelo Brasil. Essa resistência deu-se na forma de conflitos armados e sabotagem à reestruturação administrativa. As elites santarena

e paraense lusitanas preocupavam-se em demonstrar claro apoio à Coroa portuguesa, pleiteando por seus interesses junto à Corte de Lisboa (MUNIZ, 1912, apud SANTOS, 2019). Ignorando as declarações de D. Pedro I, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, tornado Província do Grão-Pará em 1821, voltou a cumprir ordens vindas de Lisboa quando D. João VI retornou a Portugal. Em 1821 a Capitania do Rio Negro havia sido tornada província, independente da província do Grão-Pará. No entanto, na Constituição de 1824 não constou a Província do Rio Negro, que ficou com caráter político indefinido, anexo à Província do Grão-Pará. Apenas em 1833 foi oficializada a Comarca do Rio Negro, submetida à Província do Grão-Pará. A comarca assim permaneceu até 1850, quando ganhou autonomia e foi definitivamente tornada Província do Amazonas.

Efetivamente, as províncias do Grão-Pará, Maranhão e Piauí mantiveram-se leais à Coroa metropolitana até a metade de 1822. Mas a lenta, perturbada e custosa transição de colônia portuguesa para província anexada ao Império já estava em curso, da parte de apoiadores da independência, buscando reestruturação política. Nesta linha, em agosto de 1821, sediada em Santarém, o bispo diocesano Sousa Coelho instituiu a Vigaria Geral do Baixo Amazonas, que englobava todo o trecho do Baixo Amazonas de Parintins a Macapá. E já ao final de 1822, foi deposta a junta governativa da província, sediada em Belém, assumindo a junta constitucional. Buscava-se difundir junto às vilas e capitâncias as notícias e adesão à nova administração e à Monarquia Constitucional. (MUNIZ, 1922, apud SANTOS, 2019).

Apenas em 1823, oficialmente, as províncias restantes na América portuguesa seriam forçadamente anexadas ao Estado do Brasil, que passou a Império do Brasil. A esta data, a Província do Pará tinha 35 municípios legalmente estabelecidos. Obedientemente, no mesmo ano, o Senado e a Câmara de Santarém também oficializaram sua adesão ao novo império, procedendo à risca com todos os procedimentos de reforma administrativa. A configuração político-administrativa da província paraense passou por algumas reformas, em certos casos de forma desalinhada, mas a elite lusitana permaneceu no poder. Em 1823 foi criada a Comarca do Baixo-Amazonas, com sede em Santarém. Em 1833, passou a ser chamada Comarca de Santarém.

No entanto, as duas primeiras décadas do Império foram muito instáveis. Estava em andamento o nascimento de um novo sistema de poder, conformado de estruturas coloniais prévias, mas transitando de agentes de poder lusitanos para uma elite luso-brasileira. Durante o reinado de D. Pedro I, por conta de políticas centralizadoras e oligárquicas, o Brasil viveu conflitos internos, como a Confederação do Equador, em Pernambuco, em 1824; e o movimento separatista da Província Cisplatina, iniciado em 1825. A inauguração da Assembleia Geral, poder legislativo da época, também foi muito conturbada, desorganizada e confusa quanto ao modelo de governo. Mas após a consolidação da Assembleia Geral, este congresso entrou num ciclo de disputas políticas com a monarquia, em busca de controle pelo poder sobre o Império. Durante o primeiro reinado, as divergências entre as elites paraenses ainda não eram tantas que impedissem de concordar na necessidade de uma transição ordenada e manutenção de estáveis estruturas estatais, o que foi também o caso em Santarém. Mas já cresciham as disputas que se tornaram insolúveis na década seguinte. Até mesmo em Santarém, a anuência e subordinação ao novo governo e império

distanciava-a de Portugal, o que gerou “francas inimizades”, nas palavras do historiador Rodrigues dos Santos (2019).

Neste ínterim, germinava a instabilidade das primeiras revoltas populares, causadas pela insatisfação popular com injustiças da tutela lusitana na região. Muitos indivíduos mestiços, filhos de portugueses, figuravam entre as mais ferrenhas lideranças contra o domínio das famílias lusitanas, pregando a revolta armada da população e a morte aos opressores. As revoltas tinham caráter popular e ideológico, formando coalizões políticas dinâmicas e diversas, somando parcelas vindas de comunidades tradicionais a mestiços simpatizantes em assentamentos consolidados. Em 1823, parte da população revoltosa de Cametá pegou em armas e tomou a vila, movimento ao qual aderiram outras vilas e locais pelo Pará. Representantes do movimento eram enviados a novas localidades para semear e angariar apoio. Quando este chegava a um ponto crucial, formavam-se tropas de ataque para tomar o local.

Este modelo permitiu que as lutas armadas populares se espalhassem e consolidassem em diversos pontos do estado. Entre 1823 e 1824, Gurupá, Porto de Moz, Monte Alegre e Alenquer foram sucessivamente tomadas por revoltosos populares, com pouca ou nenhuma resistência. Após a tomada violenta com saques e alguns acertos de contas, por vezes sangrentos, parte da população se retirava ou fugia, enquanto os apoiadores e inertes permaneciam. O sucesso dessas tomadas de poder aumentava à medida que nações indígenas e comunidades quilombolas das redondezas somaram apoio, contribuindo para mais efetividade, arrojadas manobras e intensidade.

Santarém, o mais consolidado ponto de comando estratégico, militar, legal e estatal na região oeste do Pará, não experienciou essa onda de revoltas. Por isso, recebeu apoio do governo para formar juntas armadas provisórias, em defesa do status quo. Conforme cresciam ao redor de Santarém grandes mobilizações contrárias, os destacamentos militares oficiais também se tornaram progressivamente mais ativos. Além de assegurar a posição da vila, passaram a atacar as vilas e lugares tomados pelos revoltosos. Assim, Santarém travou conflitos armados com Alenquer e Monte Alegre. Em vista da superioridade tática, financeira e armamentista, o aparelho estatal seria bem sucedido na retomada dessas localidades já em 1824. No entanto, não sem antes grande letalidade de lutas armadas, com baixas significativas em ambos lados. Tal foi o caso que por meses depois Monte Alegre teve dificuldade de lidar com os muitos corpos dos combatentes.

Em 1827, o Império Brasileiro instituiu um cargo adicional: os juízes de paz, com função judicial e policial, representando localmente os interesses do e deveres ao Império. Em 1828, novas reformas administrativas foram efetuadas nos municípios e vilas, alterando cargos e câmaras. Foi criada a Câmara Municipal, com sete vereadores para vilas e oito para cidades, com duração de quatro anos. O primeiro pleito de Santarém, após eleições, entrou em vigência em 1829. Esta série de mudanças e realocação de pessoas em todas as esferas era um esforço para criar estáveis estruturas governantes leais ao Império Brasileiro. Mas ao longo destes anos, sob o

aparente véu de cordialidade nos principais centros, fermentavam intensos ressentimentos entre grupos opositos. No início de 1835, assumiu em Santarém o Dr. Joaquim Rodrigues de Sousa como juiz de direito da Comarca de Santarém.

Em 1831, frente a uma crise sucessória no trono português, D. Pedro I retornou a Portugal, deixando em seu lugar regentes, que tutelaram pelo trono brasileiro até que o príncipe, D. Pedro II, chegasse à maioridade. O vácuo de poder deixado pela monarquia, apesar dos regentes, permitiu à Assembleia expandir seus poderes, escancarando, contudo, suas divisões internas, com acirramento entre liberais e conservadores. Neste cenário, o poder imperial passou a concentrar sua atenção mais ao Rio de Janeiro, em relativa autonomia às províncias, especialmente com a publicação do Ato Adicional de 1834. Com a diminuição da tutela imperial, cresceu a instabilidade política e social nesta década, com explosão da violência, revoltas e guerras civis. Pautas republicanas, abolicionistas e economicamente liberais figuravam entre as mais recorrentes. No Grão-Pará, este distanciamento da sede imperial permitiu à província concentrar-se em e consolidar suas divergências políticas internas, entre caramurus e nacionalistas. Os dois grupos tinham opiniões opostas sobre projeto de país, organização do poder interno e relações externas.

Entre 1831 e 1835, predominou a vontade dos caramurus no Pará, efetivamente em poder, amparados em leis e estruturas do sistema criadas sob véu de civilidade. Independentemente de quem ocupasse os cargos provinciais, arbitrários e repressivos comandos dos bastidores políticos oligárquicos lusitanos davam as cartas. Desta forma, o Pará manteve grande proximidade com Portugal, econômica e politicamente. Havia até mesmo planos de união com Portugal, em graus variados de submissão e autonomia do Império Brasileiro. A transição de poder das forças portuguesas, ainda muito influentes na região, para as forças brasileiras ainda estava longe de concluída. Caramurus tomavam para si o título de brasileiros, voz da razão, em prol da Assembleia Geral e Regência imperiais. Defendiam uma suposta união e ordem. União, no entanto, gravemente excludente de todos que não tinham posses, especialmente negros, indígenas e caboclos rurais, que mal entravam na conta da “maioria” brasileira que alegavam representar. Usavam codificação racista em seus adjetivos, acusando oponentes de perturbadores da ordem estabelecida, implicitamente colocada como natural e legal. Também alegavam que seus rivais eram selvagens, golpistas, mentirosos e sanguinários.

Os mesmos caramurus eram os mais ávidos defensores da manutenção dos descimentos, da escravidão e das duras políticas de integração aplicadas a negros, indígenas e mestiços. Agindo por subterfúgios, também aplicaram golpes contra líderes nacionalistas localmente eleitos ou apontados pelo Império; estimulavam virulentas milícias de portugueses justicieros; e orquestravam rígidas sentenças legais a opositores, taxados como exaltados, radicais, anarquistas. Do outro lado, os nacionalistas utilizavam-se de retórica xenofóbica para acusar seus oponentes colonizadores. Também apontavam clientelismo e autoritarismo repressivo no comportamento dos caramurus, adicionando acusações de imoralidade, monstruosidade e armamentismo. Este contexto gerava grande insatisfação entre o excluído povo paraense, habitantes rurais ou urbanos sem posses, contrários ao monopólio lusitano. Mantiveram-se frequentes demonstrações de desagrado e revoltas populares, duramente repreendidas pelos governos provinciano e regencial.

Pertencentes à baixa burguesia e elites urbanas, apesar de preocupados com a escalada de violência popular e perda de seus próprios privilégios, os nacionalistas paraenses, ocupados em seu ódio aos caramurus, assumiram uma posição ambígua frente às crescentes revoltas populares armadas. Quanto mais instável se tornava a situação política oficial, frente às disputas internas das elites, mais avançavam as revoltas populares. Aproveitavam-se de brechas para escalada de ousadia, tornando-se sangrentos levantes com violência quase indiscriminada. Essa situação fez aumentar ainda mais o autoritarismo do governo provincial, especialmente após 1833, com a posse de Bernardo Lobo de Souza. Apontados e apoiados pelos regentes, os governos provinciais explodiram em rejeição, gerando mais repressão, levando a mais revolta popular, e assim sucessivamente.

Esta crescente e duradoura crise política no Pará era piorada pela grave crise econômica na região, com a decadência do ciclo do algodão e do comércio de especiarias. Se somava a isto insatisfação geral com condições de vida entre a população e exigências pelo fim da escravidão e de descimentos. Entre 1833 e 1841, por parte de nacionalistas, esteve em vigor um decreto do Conselho Presidencial que alterava os nomes das localidades do Grão-Pará, ganhando seus nomes indígenas originais. Santarém passou a "Vila do Tapajós". Óbidos, a "Vila do Pauxis", e assim sucessivamente. Havia funcionários e políticos, no entanto, que neste período mantiveram os topônimos lusitanos em sua comunicação, até mesmo documentos oficiais. Após 1841, voltou-se a adotar os nomes lusitanos universalmente. Para evitar confusões, no entanto, aqui se irá referir às vilas e cidades apenas por seus topônimos atuais para narrar o período da cabanagem.

Em Santarém, entre 1831 e 1835 os ânimos estavam cada vez mais exaltados, com portugueses e opositores fazendo preparativos de guerra precavidos. Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), em Santarém eram muito numerosos ambos grupos. Lentamente, ambos lados foram armando-se e tornando-se mais odiosos. Santarém era um barril de pólvora a ponto de explodir com qualquer fagulha, o que levou famílias a crescentemente se retirarem para os campos. Acompanhando desenvolvimentos políticos na capital, os nacionalistas apenas aguardavam um momento oportuno para ação, quando as chances de represália vinda da capital fossem menores. Apesar do alvoroço de ambas partes, em termos de maior acirramento, permaneciam em defensiva, preparo, boatos e cautela.

Tentava-se viver sob aparente naturalidade. Com a crise econômica, novas alternativas surgiram, como o aumento da extração e produção de cacau na Amazônia, bem como a pecuária e a pesca. Isso aumentou ainda mais a interiorização econômica e crescimento populacional consolidado no interior da Amazônia, diminuindo a megacefalia de Belém. Em vista disso, em 1832, o Lugar da Barra foi elevado à categoria de vila, sendo oficialmente a Vila de Manaus. Com o decaimento dos descimentos e latifúndios na costa, a economia tornou-se mais diversificada. Após a década de 1850 os descimentos praticamente cessaram. No entanto, a escravização de africanos e seus descendentes seguiu intensa na Amazônia até a década de 1880. Ao longo destas décadas, em Santarém predominou economicamente a produção agrícola, pecuária e extrativista, bem como manufaturas relacionadas a caieiras,

olarias e navegação. Tudo isto consolidou a importância mercantil de Santarém e o protagonismo de seu porto. Ligado ao restante da Amazônia e à costa, este crescentemente também se conectava aos mineradores do planalto central, no Mato Grosso, que desciam o rio Tapajós para comércio em Santarém (ARAÚJO, 2012).

Em meio à crescente discórdia, os conflitos entre setores da elite paraense tornaram-se insustentáveis em 1835, ocasionando levantes de nacionalistas contra os caramurus em Belém. Porém, alimentando-se da profunda indignação geral, os já há anos bem organizados revoltosos populares, denominados cabanos, aproveitaram o vácuo de poder para avançar sobre Belém e tomar o controle da cidade. Assim, a crise política logo passou ao protagonismo do povo, tornando-se rebelião em escala sem precedentes, em questão de dias tomando todo o Pará: a Revolta da Cabanagem. O nome faz referência à origem de seus líderes, participantes e simpatizantes: os cabanos, advindos da população, majoritariamente cabocla, ribeirinha, somados a numerosos aliados indígenas e quilombolas. No entanto, à medida que se radicalizou em sua violência indiscriminada, especialmente após 1834, o movimento cabano passou a ser formado especialmente pelos componentes mais descomedidos e agressivos, levando ao descolamento das comunidades tradicionais e suas famílias. Contudo, as mulheres mantiveram-se influentes no movimento, em termos políticos e de organização prática, eram responsáveis pela comunicação entre tropas e fornecimento de suprimentos.

Estes grupos impetuosos e armados, largamente masculinos, apesar de engenhosamente organizados e assíduos combatentes, eram pobres, analfabetos e desprovidos de pólvora. Armados com facas, facões, armas de chumbo e paus, eram efetivamente de origens oprimidas e nunca tiveram capacidade bélica para enfrentar as tropas imperiais. Foi, por isso, fundamental às suas vitórias de 1835 a 1836 a fragilidade estatal e demora para chegada de reforços imperiais. Com amplas demandas, os cabanos, aliados aos nacionalistas e simpatizantes urbanos, tomaram de assalto a maior parte dos centros urbanos paraenses, a começar por Belém. Lobo de Souza foi deposto pelo povo, assumindo em seu lugar Félix Clemente Malcher, um dos líderes cubanos.

Porém, não demoraria muito para que os líderes do movimento se desentendessem, com traições, golpes internos, prisões e sucessão de novos líderes. Para conter a revolução em curso, o Império enviou à província muitos destacamentos militares. Um dos mais intempestivos foi comandado pelo almirante britânico John Taylor, a serviço imperial, conseguindo tomar Belém de volta. Mas a situação logo seria revertida pelas tropas cabanas de Eduardo Angelim, líder muito popular e respeitado entre as populações mais pobres. Angelim assumiu o governo autoproclamado republicano ainda em 1835. Seu comando favoreceu grandemente questões sociais, correspondendo ao único caso de revolta na história brasileira não democrática que efetivamente levou representantes das classes desfavorecidas à posição de poder.

No início de 1835, em Santarém, o juiz de direito Rodrigues dos Santos energeticamente estruturava efetivos planos preparatórios, como a criação do Quartel Sol, para os combates que, todos sabiam, se aproximavam. No entanto, a constante sabotagem por nacionalistas e simpatizantes dos cabanos em todas as esferas

santarenas minaram quaisquer esforços de salvaguarda da vila à cabanagem. Cresciam rapidamente os assentamentos cabanos na região, que aos poucos foram tomando as vilas e lugares da região, a seguir mirando Santarém. Com deserções em massa do lado legalista e a partida do juiz de direito com outras tropas, a Câmara santarena aumentou suas negociações com os assentamentos cabanos, inclusive chegando a reconhecer oficialmente o novo governo cabano em Belém. Mas, vulnerável, Santarém eventualmente cedeu aos cabanos e pacientemente aguardou pela chegada das tropas cabanas, que invadiram a vila com insignificante resistência, dias depois. Apesar de certa desconfiança por parte da população santarena, os cabanos invadiram, saquearam e tomaram Santarém com mais violência do que se esperava os que permaneceram na vila.

Boa parte dos habitantes, especialmente as famílias mais ricas, já havia se retirado para propriedades rurais na Prainha ou para fortificações mais resilientes à cabanagem, como Gurupá. Com ímpetos de vingança, os cabanos mataram mais de 30 pessoas em Santarém, especialmente homens brancos mais velhos e de posses, com atenção aos senhorios portugueses. Mais de trezentas pessoas foram espancadas ou mutiladas, principalmente negros escravizados nas casas de famílias coloniais. A maioria das famílias legalistas restantes, em geral lusitanas e abastadas, conseguiu retirar-se em segurança, partindo do porto de Santarém em embarcações com apoio das forças imperiais. Neste cenário de guerra, até mesmo famílias abastadas simpatizantes aos cabanos retiraram-se de Santarém às pressas. Após a dominação violenta, a Câmara santarena intercedeu junto ao assentamento cabano central na região, requisitando que líderes cabanos mais moderados substituíssem as tropas violentas na vila. E assim foi feito, o que deu a Santarém, mesmo sob os meses de ocupação cabana, passada a crise inicial, certa estabilidade. Os próprios cabanos passaram a um discurso e comportamento moderado e mais pacífico.

Em vista de seu governo social em Belém, porém, Angelim foi isolado politicamente nas esferas da elite. Isto provocou grande instabilidade em seu governo, que terminou em abril de 1836. O exército imperial, em luta contra os cabanos, conseguiu retomar Belém, assumindo sua direção. Angelim foi preso e deportado, assumindo em seu lugar um presidente a mando dos regentes. Com isso, as tropas cabanas debandaram de Belém e passaram a resistir aos ataques imperiais no interior da província, por mais quatro anos. Retomado o poder legalista imperial na capital da província, foi prometida anistia aos cabanos que quiserem se entregar. As tropas imperiais, então, adentraram o interior amazônico já no final de 1836 para retomar controle sobre todo o Pará, a começar pelas vilas maiores e assentamentos no curso do Rio Amazonas.

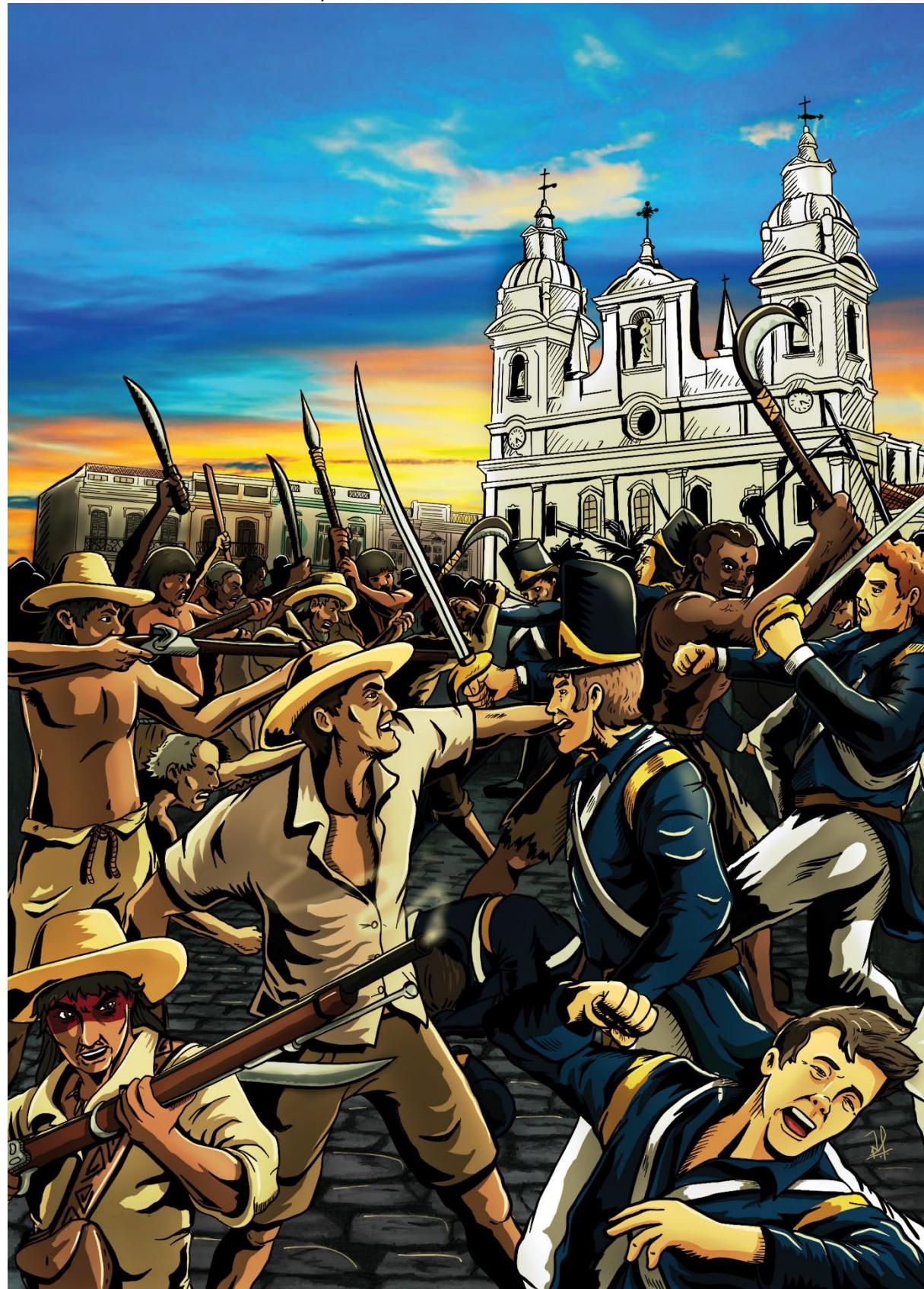
Em Santarém, os cabanos, uma força de talvez oitocentas pessoas, aguardaram pela chegada das forças imperiais com poucos preparativos. Subiam o Amazonas bem armadas tropas imperiais de mais de mil homens em embarcações militares. Ao chegarem a Santarém, a luta com os cabanos foi especialmente sangrenta, mas rápida. Em outubro de 1836, Santarém retornou ao controle imperial, com prisões em massa e debandada dos cabanos restantes. Sabendo que os cabanos retornariam para novo ataque, o controle legalista armou e entrincheirou fortemente Santarém. Meses depois, o ataque cabano de fato retornou, mas foi completamente ineficaz e rapidamente massacrado. Desta vez, o governo imperial não fez prisioneiros dos

feridos, executou-os. A partir de 1837, as investidas imperiais tornaram-se ainda mais violentas e incisivas por toda a Amazônia, culminando em sua vitória em 1840.

Em julho de 1837, os principais assentamentos cabanos do Baixo Amazonas e Baixo Tapajós foram destruídos e tomados pelos legalistas. Os cabanos ainda resistiriam em pequenos amontoados na região até 1840. O fim definitivo da Cabanagem em 1840 coincide com o golpe da maioridade de 1840, que levou D. Pedro II ao trono, buscando consenso em torno da centralização de poder que pudesse supostamente pacificar e estabilizar o Brasil.

**Imagen 20:** Ilustração de uma batalha cabana em Belém

Fonte: Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores do Pará. Autoria de Paulo Magno. Disponível: <http://cstpsol.com/home/index.php/2020/01/08/185-anos-do-triunfo-do-movimento-cabano/>



## 1.6. Mercantilismo e a borracha na segunda metade do séc. XIX

A partir de 1841, Santarém recebeu o segundo reinado inaugurando uma fase política relativamente mais estável, que abriu espaço para efetiva modernização das formas de produção, forças de trabalho e exploração de recursos em massa na região. Entre 1840 e 1841, foram efetuadas prisões dos últimos oponentes ao regime político-econômico moderno dispostos a tentar derrubar o sistema em escala amazônica. As cadeias foram lotadas muito acima de suas capacidades, expurgos políticos foram feitos. Aos poucos, os regimes constitucionais, político-administrativos, econômicos e sociais foram retornando a uma certa normalidade, entre sobressaltos. Entre 1840 e 1888 os inimigos eleitos como maior ameaça à “civilização” em Santarém foram as comunidades quilombolas da região.

Os escravizados fugidos eram provavelmente a maior preocupação das famílias brancas escravistas, em termos de segurança. Ainda que pilhagens por parte dos quilombolas tenham ocorrido, eram raros os acontecimentos e nunca chegaram a representar real ameaça à segurança de qualquer fazendeiro ou cidadão. A ameaça imaginada era em geral principalmente fruto de lendas e histórias exageradas, que, até certo ponto, foram protetivas à garantia de isolamento quilombola. De Parintins a Monte Alegre, nas margens e afluentes do Baixo Amazonas, estava uma das maiores concentrações destas comunidades na Amazônia. No município de Santarém, os principais quilombos eram e estão até hoje localizados na várzea dos rios Ituqui e Curuá. Houve também uma comunidade quilombola pequena ao sul da cidade de Santarém, na Serra do Mararu. Eram especialmente comuns, em relação ao resto do Brasil, as fugas de escravizados, mesmo sendo mal sucedidas em muitos casos. No entanto, raramente eram apanhados aqueles que escapavam por canoas e sumiam na vastidão dos grandes rios, com destino certo para sigilosa localização. Os que fugiam por terra, mesmo que chegassem longe, como em Cuiabá, podiam ser apanhados (SANTOS, 2019).

O governo provincial e municipal santareno frequentemente organizou expedições, geralmente mal sucedidas, contra quilombos, que eram previamente avisados por aliados. Estes destacamentos repressores em muitos casos contaram com o apoio de guerreiros Munduruku, aliados ao governo como força de proteção e guia. Mas aumentavam as comunidades quilombolas pela primorosa capacidade de comunicação, adaptação e recepção de fugidos, em ritmo crescente. Estas sociedades tinham acordos de proteção com nações indígenas e comerciantes, não escravistas. A maioria dos quilombos tinha ricas lavouras de farinha, milho e arroz, além de extensa extração de recursos variados, como borracha, castanhas, salsa, pesca e caça. Estes produtos eram comercializados com os mercadores urbanos e abasteciam os principais centros urbanos do Baixo Amazonas, especialmente Santarém. Até hoje grande parte das comunidades quilombolas sobrevive pelo extrativismo, ainda que em bases precárias de exploração por terceiros.

Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), em certos momentos havia mais negros em comunidades quilombolas do que escravizados no Baixo

Amazonas. Isto seria especialmente verdadeiro ao final do século XIX, quando crescia em Santarém e por todo o Baixo Amazonas pressões abolicionistas na sociedade civil, inclusive entre os jovens membros da burguesia e elite. As alforrias tornavam-se exponencialmente mais frequentes, inclusive com decisões judiciais em favor da libertação de escravizados. Na década de 1870, a maioria dos testamentos de falecidos patriarcas da elite deixavam alforria a todos os escravizados sob seu comando. No entanto, entre 1840 e 1870, foram muito intensos os ataques governamentais aos quilombos dos rios Ituqui e Curuá. Em 1880, o quilombo do Curuá foi dizimado pelo ataque dos Anembé. Conforme o abolicionismo crescia em Santarém, a proporção da população negra oficialmente escravizada reduziu-se lentamente nas décadas de 1870 e 1880. O Município de Santarém deu alforria aos seus 1147 escravizados, outros fazendeiros e escravistas seguiram na mesma linha. Em 1883 foram alforriadas as últimas pessoas. Quando foi passada a Lei Áurea, o primeiro passo abolicionista já estava concluído em Santarém.

No entanto, existe uma diferença muito grande entre ser alforriado e efetivamente passar a ter todos os direitos civis respeitados. A segunda necessidade ainda não foi atendida, nem mudou tão significativamente a mentalidade e funcionamento escravistas em Santarém e no Brasil em geral. Após o fim da escravidão, a maioria dos ex-escravizados permaneceram morando nas propriedades das famílias brancas em troca de serviços ocasionais, algumas vezes pagos. Os abonos financeiros aos antigos escravistas foram muito generosos em Santarém, mas nunca existiram para os escravizados e seus descendentes. A figura da pessoa negra ainda é associada a posições de inferioridade e grandes fossos socioeconômicos persistem. Em Santarém, quando da alforria dos últimos escravizados, estes organizaram um banquete para seus antigos “senhores”. Por mais que o cotidiano comportasse, mesmo em contextos de escravidão, camadas de afeto entre escravista e escravizado, a demoradíssima alforria muitas vezes foi colocada como um favor digno de gratidão, o que é sintomático de uma naturalização social da escravidão e supremacia branca.

Apesar do temor branco pelos quilombos, no restante do século XIX e até o início do século XX, a cabanagem ficou especialmente marcada na memória coletiva do povo santareno, especialmente temeroso deste precedente. Por isso, a cidade reforçaria seu lado militar e consolidaria a busca constante pela manutenção da ordem, evitando a todo custo distúrbios de qualquer tipo à “normalidade”. Demonstrativo disso foi a instituição, em 1852, de um comando geral da Guarda Nacional específico da Comarca de Santarém. Essencialmente, Santarém tornou-se um bastião de moderação conservadora e cautelosa, ciente da fragilidade de sua força armada e contando com a capacidade de estabilidade e negociação nas estruturas de poder. Estruturas de poder estas que mantiveram velhas tradições de negociatas, clientelismo, provincialismo e elitismo, atualizadas continuamente. Na segunda metade do século XIX, se consolidou no Pará a dualidade entre liberais e conservadores, mas sem grandes diferenças ideológicas. Em boa parte, as disputas davam-se em vias de oposicionismo superficial, pelo poder. Portanto, foi possível, na maior parte do tempo, a estas duas vertentes da elite regional, manter a cordialidade e continuidade de regime.

Num esforço de recuperar um estado de normalidade, facilmente qualquer envolvimento na cabanagem foi apagado do passado pessoal dos que compunham a

pequena burguesia e alta sociedade santarenas. A exemplo, a anistia política foi relativamente mais efetiva em Santarém do que em Belém, para o desgosto de certos comandantes militares legalistas na capital da província. Também na década de 1840 Santarém esteve ocupada lidando com um forte surto de varíola, que era relativamente frequente na cidade, mas, neste momento, especialmente fatal. Também era comum a lepra. Em 1848 as vilas de Santarém e Manaus foram passadas à categoria de cidade. Também estiveram nestas décadas de 1840 e 1850, em Santarém, diversos naturalistas norte-americanos e britânicos, onde realizaram importantes trabalhos que os tornaram notáveis cientistas. Pode-se mencionar, entre outros, Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace e Richard Spruce. Estes jovens pesquisadores contaram com apoio governamental, a presença do capitão Hislop – velho morador de Santarém, e grandes equipes de guias indígenas, os maiores especialistas botânicos e geográficos na região, bem como os melhores navegantes.

Àquele tempo de 1850, o centro urbano de Santarém não contava muito mais de dois mil habitantes, em sua maioria indígenas, africanos, afrodescendentes e mestiços. Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), apesar de muito numerosos, nem mesmo na urbe oficialmente consolidada os brancos eram a maioria da população. Ainda não havia iluminação elétrica pública nem privada. As casas utilizavam-se de lampiões. Apesar da ausência de hospitais, os tratamentos médicos eram disponibilizados em farmácias locais. A população crescia num ritmo constante, ainda que lento, e símbolos de “progresso” positivista eram celebrados a cada novo mandato. A maioria dos edifícios e casas eram agora de taipa de pilão ou alvenaria, cobertos por lajes cerâmicas. Os casarões mais proeminentes, da pujante elite local, ostentavam-se como sobrados ricamente adornados. Em relação a 1820, a urbanização havia se estendido um pouco territorialmente, com adição de duas largas avenidas paralelas ao rio, atualmente denominadas avenida Rui Barbosa e avenida São Sebastião, sendo esta última próxima ao limite sul da cidade oficial. Em termos gerais, a área urbana oficial de Santarém tinha à época limites muito similares ao atual bairro Centro. Anexo a esta área estava o bairro ocupado majoritariamente por indígenas, que consolidara o nome “Aldeia”, permanecendo o nome até hoje.

Em Aldeia, as principais ruas eram as atuais ampliadas rua vinte e quatro de outubro e rua Silvério Sirotheau Corrêa. Na metade do século XIX, Aldeia ainda tinha predomínio de moradores indígenas em construções de palha, mas cada vez mais via brancos e mestiços avançando pelo bairro, comprando terrenos e construindo casas e sobrados de alvenaria. Ao longo dos séculos seguintes esta tendência se consolidou ainda mais, fazendo a população indígena local dar lugar em boa parte a moradores brancos e mestiços socioeconomicamente favorecidos, inclusive alguns pertencentes a prestigiadas famílias tradicionais. Em 1850, a população do município como um todo era de em torno de sete mil pessoas (SANTOS, 2019). É provável que indígenas aldeados e quilombolas tenham sido subestimados em número nesta estimativa oficial da época.

Com o crescimento da produção agrícola, pecuária, extrativista, comercial e manufatureira em Santarém, tornou-se mais movimentado e importante o porto da cidade, com incremento da frota. Durante boa parte do século XIX, o cacau era o principal produto exportado pela cidade. Na Comarca de Santarém, funcionando como centralidade político-econômica e logística exportadora, contavam ainda os municípios

de Alenquer, Monte Alegre, Vila Franca, Óbidos e Faro. Também na metade do XIX, instalou-se em Santarém a agência da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, denotando a importância do porto. Pouco depois também seria estabelecida agência da Capitania dos Portos do Pará, onde depois viria a ser o antigo mercado público. Surgiam embarcações a vapor, com maior capacidade e velocidade de carga, reduzindo o percurso a Belém para quatro ou cinco dias, de ida. Mas a carga e descarga do porto ainda se dava “ao largo”, com grandes canoas que iam até a praia. As embarcações do porto de Santarém aumentaram de 54 para 86 unidades entre 1846 e 1855. Em 1859, já eram 163 barcos, representando mais de um terço das embarcações de grande porte do Pará.

Com a falta de hospitais, maior fluxo de pessoas e aumento de áreas abertas na floresta, a malária tornou-se especialmente endêmica em Santarém a partir do início do século XIX. As melhores opções locais eram os tratamentos caseiros, as farmácias, os terreiros e pajés, que parecem ter sido efetivos em alguma medida. O pietismo e promessas católicas também eram muito frequentes, estando na história de origem da Igreja de São Sebastião e da cruz doadas por Martius à catedral (SANTOS, 2019). A epidemia de febre amarela do Pará por sorte e preparação local terminaria não atingindo a área urbana de Santarém, que escapou por pouco em 1850, aplicando quarentena a barcos forasteiros na Ponta do Mapirí. No entanto, Santarém seria dramaticamente atingida em 1855 pela epidemia de cólera, que deixou fatalidade em escala não especificada. Serviços de infraestrutura e segurança pública ou para emergências também ainda não existiam em Santarém e quase totalidade da Amazônia, contando com a boa vontade de cidadãos e destacamentos militares. No “inverno” amazônico de 1859, a bacia amazônica, especialmente no Baixo Amazonas, incluindo seus afluentes, encheram sobremaneira. Além de vidas perdidas pelo Pará, foram notáveis os prejuízos a estruturas urbanas, casas e campos agropecuários.

Similar às precariedades na saúde, havia grande carência em serviços educacionais, que mal existiam: a primeira escola enquanto instituição foi inaugurada em 1800, e era exclusivamente masculina e particular. A primeira escola primária feminina no mesmo perfil foi criada apenas em 1849. Por todo o século XIX, Santarém não teve locais de instrução secundária, à qual apenas a elite tinha acesso, enviando seus filhos a Belém. Apenas em 1900 foi inaugurado o primeiro grupo escolar santarenense, público. No entanto, isto em nada impedia a cidade e seu entorno de contarem com ricos registros escritos e arcabouço cultural, poético, literário. Em 1853 foi instalada a primeira oficina tipográfica santarena, dando lugar ao jornal *O Amazonense*. Seguiu-se a esta, uma segunda, para o jornal “*O Monarquista Santarenense*”. Ao longo dos séculos XIX e XX, muitos jornais e veículos de informação surgiram na cidade, muitas vezes adotando interesses partidários específicos. No contexto de modernização tecnológica impulsionada pelo ciclo da borracha e imperialismo global, em 1896 foi instalado o *Amazon Telegraph*, primeiro telégrafo sub-fluvial a passar por Santarém, quase instantaneamente conectando-a a Belém, Manaus e outras cidades amazônicas.

Até a metade do século XVIII, os únicos condecorados dos encauchados e produções em borracha eram povos indígenas do Caribe e Amazônia. No entanto, após inúmeras expedições europeias ao longo do XVIII, pouco a pouco os emborrachados tradicionais passaram a ser conhecidos pelos europeus. Em 1743, por exemplo, La

Condamine levou a Paris descrições da seringa (*Hevea brasiliensis*) e amostras de borracha coagulada. Tempos depois, os europeus também entrariam em contato com o caucho (*Castilloa elastica*). A exploração de ambas espécies levaria ao ciclo da borracha na segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Quanto mais estudavam as propriedades das borrachas, mais os europeus maravilhavam-se com sua versatilidade de utilizações, praticidade e propriedades físicas.

Em 1850, o interesse das grandes potências do Norte Global já era muito grande, iniciando-se aí, segundo Victor von Hagen (1946), as investidas inglesas para traficar mudas e sementes de seringueira para colônias britânicas. Segundo o mesmo autor, por anos o Império Britânico tentou, através de Richard Spruce, naturalista anglo-saxão sediado em Santarém, ter acesso a tais mudas e sementes, sem, no entanto, obter sucesso. Com o ritmo acelerado da Segunda Revolução Industrial e a Guerra Civil Americana, a demanda pela borracha rapidamente explodiu, fazendo o ritmo exploratório, os preços e lucros crescerem exponencialmente. Segundo Hagen (1946), entre 1850 e 1875, aproximadamente, a população de Manaus passou de três mil a cem mil pessoas. Sangrento, financeiramente próspero de forma desigual e ganancioso, o ciclo da borracha trouxe profundas modificações à Amazônia para além da duração de seu ciclo, entre cerca de 1850 a 1920, com auge entre 1880 e 1910.

Nestas décadas, diversos centros urbanos amazônicos viveram um apogeu arquitetônico, financeiro, demográfico, que lentamente se estabilizaria na primeira metade do século XX. Também se observa aumento no número de novos centros urbanos pela região. Talvez o exemplo mais dramático seja Manaus, pelo ritmo de crescimento populacional, econômico, construtivo, comercial. Os transportes explodiram em operação na Amazônia nesta época, inserindo os barcos a vapor. Apesar de muito desigualmente distribuído, os dividendos da exploração da borracha, concentrados nos centros urbanos, aumentaram exponencialmente o poder aquisitivo e a demanda por luxos que antes eram impossíveis na região. Milhares de pessoas, advindas de todo o Brasil, mas especialmente de estados do atual nordeste, migraram para a Amazônia. Atraídos por promessas de enriquecimento rápido, esses pobres trabalhadores foram submetidos às piores condições de trabalho e pagamento, com altíssima fatalidade. Muitos desses trabalhadores usados para a pior parte da exploração eram maranhenses e cearenses, que terminaram por fixar-se em definitivo na Amazônia, especialmente em centros urbanos e em comunidades ribeirinhas ao longo dos rios.

Populações pobres e desamparadas, muitas vezes vindas de regiões propositalmente expostas a secas e desabastecimento crônico ao redor do Império, posteriormente república brasileira, foram sacrificadas pela riqueza da borracha. No processo, para eliminar barreiras à exploração, muitos povos indígenas Amazônia adentro foram massacrados, e até extermínados, em nome do “progresso” econômico e submissão modernas. Populações de comunidades tradicionais e indígenas em diversos vales amazônicos, como no Tapajós, foram mobilizadas e para sempre alteradas pelo ciclo, que forçadamente as engoliu e modificou suas estruturas territoriais. Depois da forçada repressão à Cabanagem, o ciclo da borracha encontrou amplo espaço estável para manobra e expansão com poucas barreiras. Afora os centros urbanos, a Amazônia era, e seria por muito tempo depois, vista como um espaço vazio, sem utilidade, a ser ocupado, explorado, dominado. Tão lucrativa era a

empreitada que em virtude da exploração seringueira o território do Acre foi comprado pelo Brasil da Bolívia, em 1903. Tão contundente é esta percepção da floresta como uma terra a ser dominada, explorada, conquistada e "povoada", que depois da segunda metade do século XX a Amazônia passou a ter incursões modernas mais incisivas, numa segunda colonização de fato.

A exploração dos cauchos e seringueiras no Vale do Tapajós, a todo vapor no final do século XIX e início do XX, viu profundas modificações em sua geografia humana. Para além de fluxos migratórios e incremento tecno-econômico, aumentou a entrada exploratória Tapajós adentro, em direção ao Alto Tapajós, transpostas as últimas barreiras naturais para alcançar as maiores concentrações de cauchos. Neste contexto, os Munduruku e maranhenses foram os mais empregados, geralmente compulsoriamente, no trabalho para concretização da exploração da borracha no vale. Os conhecimentos dos Munduruku foram profundamente utilizados para navegação, extração, seleção dos locais mais apropriados e proteção. Uma vez engatada a ocupação não-indígena no Alto Tapajós, este ciclo tornou-se irreversível e abriu espaço para definitiva penetração expropriatória ao longo da calha, com expansão do comércio e navegação, inclusive em definitiva interligação entre Cuiabá e Santarém. O contato externo também levou epidemias aos Munduruku, alterando fluxos migratórios tradicionais, aproximando mais estas populações das margens dos principais rios. Contudo, como descrito por Henri Coudreau entre 1895 e 1896 (1899), nos campos do Alto Tapajós, longe dos rios, ainda permaneciam significativas comunidades Munduruku pouco contactadas, com situação alterada apenas ao final do século XX.

O avanço sobre o Médio e Alto Tapajós, no entanto, de fato, seria irreversível, com incrementos populacionais explosivos e consolidação de centros urbanos como Itaituba e Jacareacanga. Também solidificou o fluxo minerador vindo do planalto central em direção à região, com crescente fixação e expansão. Adicionalmente, no rastro dos franciscanos e capuchinhos, foi criada a Prelazia de Santarém em 1903, reforçando a presença religiosa missionária no Tapajós. No percalço, instalou-se a Missão Franciscana no Rio Cururu em 1911, que traria mudanças definitivas às populações Munduruku no Alto Tapajós. A isto se somaram os postos de atração Kayabi, no Rio São Manoel; e Munduruku, no Rio Cururu, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1940 e 1942, respectivamente. Segundo o Instituto Socioambiental (2021, n.p.), todas estas incursões "exerceram papéis importantes na solidificação do trabalho de extração de caucho e borracha entre os indígenas", além de modificarem padrões de reprodução social tradicionais<sup>10</sup>. No Alto Tapajós, os ciclos mais intensos de extração deram-se de 1880 a 1920 e durante a Segunda Guerra Mundial.

Sobre os fluxos migratórios, para além do papel econômico mais óbvio no trabalho de exploração da borracha, para o qual seriam muito pouco recompensadas, as populações migrantes têm importante contribuição, relevância e presença na Amazônia até a atualidade. Sucessivas ondas migratórias, após o ciclo da borracha,

---

<sup>10</sup> Contudo, é também notável que, apesar de parte do sistema expropriatório, instituições como SPI e Missão Franciscana foram estratégias menos incisivas que tornaram menos recorrentes no Tapajós incursões significativamente mais brutais. Também segundo o Instituto Socioambiental (2021), essas instituições "contribuíram para a manutenção do espaço territorial do Munduruku face ao assédio da frente de expansão de caráter extrativista".

mantiveram a chegada de mais migrantes à Amazônia, levando a um ritmo populacional explosivo em determinados contextos urbanos e rurais. Estas populações trouxeram novos elementos às culturas locais e, em muitos casos, foram completamente assimilados, tornando-se locais. Suas contribuições linguísticas, culinárias, econômicas e sociais em geral são notáveis.

Já no século XX, seria a vez de Santarém receber mais intenso fluxo migratório, especialmente cearenses, vindos em contextos variados e em diferentes levas. A primeira destas ocorreu na década inicial do século XX, com a chegada de famílias, algumas relativamente abastadas, brancas ou mestiças. Lentamente estas famílias fixaram raízes na cidade, aumentando sua população e influência, com diversificados graus de assimilação e mistura à população, culturas e padrões locais e tradicionais. Ao longo do século XX, estas contínuas migrações cearenses em Santarém, para além de aumentarem significativamente a população urbana e rural, engrossaram as camadas populares, burguesas, comerciantes, brancas e mestiças santarenses. Parte do componente demográfico cearense, em certa medida, criou específicas identidades culturais locais que se mantêm distintas, por vezes intencionalmente, de grupos demográficos de origem mais antiga na região. Em muitos casos, adaptaram-se bem às tradições culturais locais, ainda que seja significativa também a adoção ao conservadorismo, clientelismo, formações oligárquicas e militarismo familiares à história santarena.

Incentivada por generosos incentivos econômicos estatais brasileiros, deu-se também a imigração de significativo contingente de estadunidenses para Santarém. Entre 1865 e 1866, veio a primeira leva de famílias, sob comando do major Hastings. Eram empresários e fazendeiros brancos sulistas escravistas, em boa parte saídos do Mississipi, buscando alternativas baratas e rentáveis aos Estados Unidos, em outros estados das Américas. De orientação racista, saíram da América do Norte após a guerra civil que encerrava a escravidão e obrigou os confederados a permanecerem na união federativa. Este êxodo buscava oportunidades de manutenção de seu status oligárquico, encontrando amplo apoio no Império Brasileiro. Orientados por políticas de supremacia branca positivista, os políticos do império incentivaram fluxos migratórios de brancos que trariam “progresso”. Na prática, trouxeram a manutenção e aprimoramento do sistema latifundiário e moderno escravista que o Brasil já conhecia, com adição de inovação tecnológica e injeção de capital.

Em termos de repovoamento, a imigração foi um fracasso. Em 1868, quase todas as famílias já haviam retornado para a América do Norte. Em 1873, apesar de pesados investimentos estatais, a colônia contava com apenas seis famílias. No entanto, novos fluxos imigratórios pequenos se seguiram. Em 1878, em Santarém havia 74 norte-americanos e 14 ingleses. A maioria se estabeleceu no planalto de Belterra ou em Taperinha. Investiram em plantações, engenhos, estradas, construção naval, construção civil, serraria, carpintaria, fabrico de materiais de construção, casas comerciais e pecuária. Poucos também entraram na política local. Ao longo do tempo, grande parte deste contingente que permaneceu criou raízes locais, casou-se com brasileiros e deixou considerável descendência. O primeiro hospital de Santarém, o S. José, foi construído com doações de estadunidenses, organizadas pelo bispo Amando Bahlmann. Com os fundos angariados pelo bispo, em viagens à Europa e Estados

Unidos, foram construídos em Santarém orfanatos, escolas, centros de saúde e igrejas entre os séculos XIX e XX.

**Imagen 21:** Fotografia da primeira Igreja Batista de Belterra, marcando a história da presença norte-americana na região. Autoria própria, 2022.



No embalo da inserção na escala global macroeconômica, em 1865, através do comando geral da Guarda Nacional do Baixo Amazonas, os municípios da região reuniram voluntários e recrutados para a Guerra do Paraguai. A participação do Império Brasileiro, sob interesses da Inglaterra, mostrou-se destrutiva para a América do Sul nas décadas e séculos seguintes. Apesar da suposta vitória brasileira e de seus aliados, a guerra veio com grandes custos financeiros e, acima de tudo, desnecessária perda de vidas. Dentre as centenas de jovens santarenos enviados, poucos retornaram à terra natal. A participação e as repercussões diretas do conflito, para boa parte de Santarém, no entanto, permaneceram algo à distância.

Mais conectada e atraente a forasteiros, entre 1867 e 1868, Santarém recebeu o historiador Domingos Soares Ferreira Pena, que nesta época viajava pela região, com a publicação de seu trabalho em 1869: “A Região Ocidental da Província do Pará”. Entre 1872 e 1874, também estiveram de passagem por Santarém o naturalista Herbert H. Smith e o arqueólogo Charles Frederick Hartt, em viagens que forneceram subsídio para publicação, em 1879, do livro “Brazil, the Amazons and the Coast”. Hartt foi um dos primeiros pesquisadores a atentar para as cerâmicas antigas de Taperinha

e descrever a presença de terra preta antrópica em locais de antigos assentamentos, além de ter registrado as pinturas rupestres de Monte Alegre. Porém, pouco se dedicou à cerâmica tapajônica, que à época era basicamente desconhecida e relegada ao colecionismo popular curioso ou brincadeiras de crianças com os cacos ornamentados, chamados de “caretas”. Apenas depois, com Curt Nimuendajú, em pesquisa prospectiva por Santarém em 1923, é que a cerâmica tapajônica passaria a ter seu reconhecimento internacional e valorização científica. No primeiro recenseamento geral brasileiro, de 1872, Santarém contou 9270 pessoas em seu município, com 2304 moradores na cidade, divididos entre 262 moradias de alvenaria e 68 “palhoças”. As moradias de palha concentravam-se na Aldeia e parecem ter sido habitadas predominantemente por indígenas.

Desde a década de 1870, mais de uma dúzia de navios a vapor passavam mensalmente pelo porto de Santarém. Em resposta à necessidade por agilidade, frente ao crescimento do fluxo naval, em 1883 foi inaugurado o primeiro trapiche na enseada da cidade. Era particular, bancado pelo capitão Francisco Caetano Corrêa. Logo surgiram outros trapiches e cais ainda, com explosão de lanchas particulares e grandes barcos mercadores. Na linha do ciclo da borracha e imigração estadunidense para a cidade, também foi intenso o surgimento de novas embarcações, manufaturadas pela crescente construção naval originada em Santarém. De insumos básicos, encomendas e correio a manufaturas, tudo circulava pelo porto, especialmente produtos agrícolas diversos, aguardente, açúcar, sal, materiais construtivos e borracha. A construção dos trapiches foi contratada a empresas construtivas comandadas por estadunidenses localmente sediados.

Também em se tratando do crescimento da cidade, desde pelo menos 1850, Santarém contava com grupos cênicos e dramáticos, com participação de tradicionais famílias da velha elite santarena e artistas forasteiros, brasileiros ou estrangeiros. Pequenas salas adaptadas faziam exibições de teatro, dança, espetáculos de marionetes, comédia, piromania, ventriloquia e mágica, além de jogatinas usuais. Entre 1875 e 1878, funcionou na cidade o Teatro Conceição. Em 1896, foi inaugurado o importante Teatro Vitória, em frente à atual Praça Rodrigues dos Santos. Foi por muitos anos um grande sucesso de público, vivendo ainda na herança de riqueza material, ainda que modesta em Santarém, do ciclo da borracha. Renomados grupos teatrais apresentavam-se no Vitória<sup>11</sup>, com disputadas cadeiras, entretendo as classes médias e abastadas. Nascido de iniciativa particular coletiva, o teatro logo passou para administração municipal.

---

<sup>11</sup> A partir de 1912, o Teatro Vitória, em recuperação ao surto de febre amarela, passou a apresentar também cinema mudo. Diversificou-se também a natureza dos espetáculos, com concertos e conferências além das antigas opções de entretenimento. A partir de 1927, passou a cinema arrendado e grupo cênico com orquestra local. Anos depois o Vitória passou a ser salão de banquetes e bailes carnavalescos e escolares. Também operou como uma distinta hospedaria. Em sua última fase antes das reformas de 1965, foi depósito de juta. O peso da fibra causou sérios danos estruturais ao prédio. Neste meio tempo, durante a quase-revolução de Jacareacanga, também foi quartel militar. A partir de 1965, após reformas, o edifício foi adaptado para biblioteca pública e repartição municipal. Atualmente funciona como espaço de eventos e repartição do Ministério Público.

Com a proclamação da república, similar ao ocorrido durante a independência, houve reformas político-administrativas significativas. Também em paralelo com a independência, não ocorreu significativa alteração nas estruturas de poder e conformação social locais especificamente causadas pela mudança de status político. A maior parte das mudanças sociais, políticas e econômicas podem ser atribuídas a amplos contextos de fluxos migratórios; de novos ciclos econômicos; de reformulações tecnológicas; de novas demandas sociais; de cenários macrossociais nacionais e globais; e de modificações às formas de produção. Diferentemente do período de independência, no entanto, as readaptações administrativas foram postas em prática sem significativa instabilidade. Em 1890 foram extintas as Câmaras Municipais, substituídas pelo Conselho Municipal de Intendência. Com o estabelecimento da república, eleições e o elemento militar passaram a figurar mais influentemente na política santarena e nacional, inaugurando a República Velha, que conservou os aspectos mais oligárquicos de políticas tradicionais para todas as escalas de poder.

A continuidade destas oligarquias regionais e locais, entre abusos, privilégios e golpes, permitiu a continuidade e operabilidade de regimes econômicos modernos entre diferentes ciclos. Também deram preferência à concentração de novas empreitadas aos mesmos grupos sociais, apenas repaginados. A isto observa-se que as principais novidades institucionais e de infraestruturas foram ditadas politicamente pelos interesses privados de elites oligárquicas antigas e conservadoras, que tradicionalmente operam privatizando ganhos e socializando prejuízos. Mesmo o voto popular, até boa parte do século XX, não era universalizado. Isto não quer dizer, no entanto, que as populações urbanas e rurais, com destaque para comunidades indígenas, afro-brasileiras e mestiças ribeirinhas, não tiveram significativa agência social, política e econômica, como tratado ao longo de todo este trabalho. Muito além de mão-de-obra, estas presenças não apenas contribuíram para a sociedade brasileira como a são de fato, apesar de todas as contradições que isto pode significar. A multiplicidade de vivências e universos cosmológicos, apesar de conflitos, sempre foi a maior virtude do moderno território brasileiro, que é antes território indígena, quilombola, mestiço e, no caso amazônico, ribeirinho e caboclo.

## 1.7. Paisagens híbridas e os futuros possíveis: séc. XIX ao XXI

Santarém costumava, mesmo com as lógicas mercantilistas modernas empregadas pelos portugueses na conformação da “cidade oficial”, ser uma cidade de morfologias<sup>12</sup> tipicamente ribeirinhas. Estas morfologias tradicionais, aproveitadas – em certa medida adaptadas ou modificadas pelos portugueses e colonos com outras lógicas em mente – ainda demonstravam na Santarém mercantilista-colonial a capacidade de incorporação da natureza aos processos produtivos de forma resiliente<sup>13</sup>. A cidade mercantilista dos séculos XVIII e XIX ainda se colocava paralela ao rio e respeitando barreiras naturais do relevo, cursos d’água e formações vegetais densas, elementos dos quais, mesmo durante a colonização, a maior parte da população sempre dependeu, aprendendo com indígenas, ribeirinhos e quilombolas a ter interações menos destrutivas.

**Imagens 22 e 23:** Construções históricas em estilos diversos, reminiscências da Santarém mercantilista do séc. XIX e matrizes culturais diversas. Fotografias de autoria própria, 2022.



<sup>12</sup> Segundo Oliveira, 2018 (apud VALE GOMES et. al., 2019), morfologia urbana refere-se à análise da forma física das cidades, seus principais agentes e os processos de configuração das materialidades e formas urbanas, incluindo-se composições de diferentes camadas históricas, matrizes culturais e lógicas socioespaciais. Na busca pela reconstituição dos processos que constituíram e compuseram as urbes, com posteriores modificações, podem ser utilizados diferentes métodos e alternação entre escalas. Partindo da “escola inglesa” (Conzen, 1988, apud VALE GOMES et. al., 2019), aqui se atenta especialmente aos planos de cidade, especificidades do tecido edificado e padrões de uso do solo para analisar, de escalas maiores para escalas menores, a conformação literal do espaços urbanos, do sistema mercantilista para o urbano-industrial, definidos por Lefebvre (1999).

<sup>13</sup> “Resiliência” nas definições de Gonçalves, 2017 (apud VALE GOMES et. al., 2019), refere-se tanto à capacidade de absorver perturbações (naturais ou antrópicas) sem significativas alterações às estruturas originais; quanto à capacidade de resistir no tempo a assédios coloniais, modernos e pós modernos, mantendo identidades, lógicas não capitalistas e estruturas sustentavelmente integradas e indissociáveis da natureza.

As morfologias urbanas ribeirinhas, quilombolas e indígenas incorporam elementos naturais ao tecido social e material urbano, indissociáveis e interdependentes. Através dos elementos de transitoriedade e coletividade, viabilizam-se estruturas resilientes e adaptadas a impactos e instabilidades políticas; e eventos naturais cíclicos longos e curtos (VALE GOMES et. al., 2019). Estruturas estas base aos manejos hídricos, geológicos e agroecológicos de longa duração, milenares, que valorizaram continuidade de recursos, equilíbrios por mediações e moderações, diversidade e afeição à paisagem e elementos constitutivos (Heckenberger, 2016; Neves, 2015; Schaan, 2007; Shock et. al., 2019). Nessas sociedades, a importância dada aos corpos, conservação de macroestruturas socioambientais e condições tradicionais de reprodução social e política sempre deu prioridade às latentes necessidades produtivas materiais/econômicas para manutenção destas lógicas e sistemas. A produção material e inovação tecnológica nestes contextos nunca foram submetidas a interesses de acúmulo econômico pessoal, individual ou familiar, nas terras baixas da América do Sul (Heckenberger, 2005). Nestes cenários, as forças políticas locais e regionais são opostas a estruturas de conformação estatal<sup>14</sup> e desassociadas de acúmulo econômico.

**Imagens 24 e 25:** Continuidade de formas de construção e produção material tradicionais, no município de Belterra, Pará, 2022. Fotografias de autoria própria.



Mais recentemente, as técnicas tradicionais também têm sido empregadas em contextos turísticos de luxo na região.

<sup>14</sup> “Estado” definido como estrutura política centralizadora burocraticamente estruturada e especializada, em escala definida de poder consensual junto a elites dominantes, geralmente também hegemônicas nas definições econômicas, com tendências ao acúmulo material e de prestígio (CLASTRES, [1974]2020). Portanto, estrutura política com monopólio sobre a violência, força política e ordenamento socioeconômico, amparada por discursos ideológicos justificativos e consolidação dos símbolos de poder confluindo dominação econômica e política. Símbolos de poder que criam centralidades e periferias, com específicas delimitações territoriais e estruturas monumentais (NEVES, 2022).



**Imagens 26 e 27:** Fotografias de complexo turístico em Alter do Chão, 2022. Autoria própria.

Os assentamentos quilombolas incorporaram as lógicas indígenas e africanas, conformando sistemas dependentes e também em equilíbrio com fatores naturais e ambientais. Porém, em virtude dos constantes ataques, as morfologias quilombolas adotaram maior aglomeração e posicionamento estrategicamente defensivo em relação às aldeias indígenas coloniais (VALE GOMES et. al., 2019). De outro lado, os assentamentos coloniais oficiais inseriram forte matriz portuguesa a prévias localidade indígenas, mas adotando muitos dos saberes e conformações estratégicas, inclusive adaptadas ao clima, relevos, vegetação e contextos políticos. Contudo, os componentes portugueses, ainda que bem adaptados aos locais, corromperam as lógicas originais, sendo bem-sucedidos na introdução de mecanismos sociais, políticos e mercantilistas europeus à Amazônia.

A Santarém dos séculos XVIII e XIX empregava lógicas mercantis e modernas sobre estratégias indígenas e ribeirinhas. Apropriou-se dos sítios indígenas no entroncamento de grandes rios navegáveis, que garantiram fácil acesso a recursos, outras urbes e grandes contingentes populacionais indígenas, absorvidos ao sistema sob a forma da mestiçagem e assimilação forçada. O rio passou a vetor de escoamento no assentamento oficial, que também cristalizou um padrão de propriedade privada, ainda que em pequena escala, tipicamente europeu, acoplado à especialização do uso da terra e sistema de grelha ortogonal. Esta imposição de ordenamento espacial trazia as fundações estatais de concentração do poder político em centralidades institucionais: igrejas, largos e edifícios estatais. Mas a cidade paralela ao rio ainda não tinha ritmo industrial e produção em mega escala, respeitava as formas hídricas, escalas do corpo humano e ausência monumental. A urbe conformava-se em torno de marcadores como igarapés, colinas e densa vegetação, considerados e não alterados significativamente. Até o início do século XX, estes elementos da paisagem serviram também como barreiras à consolidação de extensa malha urbana consolidada e totalmente integrada aos processos hegemônicos, com manutenção da maior parte da população não completamente e intimamente absorvida, mais dependente de ciclos naturais para continuidade de sua produção.

Estas condições, no entanto, foram contínua e crescentemente alteradas no século XX, conforme Santarém, e a Amazônia como um todo, eram forçadamente

integradas ao sistema produtivo nacional-global urbano-industrial<sup>15</sup> (LEFEBVRE, 1999), aplicando-se uma morfologia urbana intimamente ligada ao processo de urbanização extensiva<sup>16</sup>. O ciclo da borracha demonstrou a capacidade de Santarém para centralidade regional no sistema agroexportador e de sustentar acúmulo de capital político da elite regional-local. Entre 1900 e 1950, a introdução de novos contingentes populacionais migrantes, especialmente nordestinos, foi uma primeira tentativa de alteração das lógicas de uso do território. No entanto, apesar de servirem também a empreitadas agroexportadoras e de industrialização incipiente, a maior parte deste fluxo migratório fixou-se na forma de pequenas colônias de agricultura familiar, incorporando lógicas e estratégias ribeirinhas. Esta parcela da população migrante efetivamente adicionou-se ao componente tradicional regional, em sistemas produtivos dependentes do respeito e permanência da natureza.

Neste contexto, em 1912, Santarém experienciou especialmente letal surto de febre amarela e o motim dos pescadores tradicionais. A revolta dos locais deu-se em resposta às novas práticas pesqueiras predatórias de novos pescadores lusitanos, atraídos à cidade pelo aumento de consumo e localidade estratégica e comercial. As práticas predatórias dos portugueses eram contrárias e afetavam as estratégias extrativistas das populações tradicionais, que tinham maior cuidado em relação ao impacto ambiental e íntimo conhecimento dos métodos e localidades mais apropriados. O levante terminou com a expulsão dos pescadores lusitanos. No mesmo ano, 1912, foi publicado o Volume IX nos anais da Biblioteca e arquivo público do Pará, escrito pelo historiador Palma Muniz. Destaca-se pela grande importância do esforço em tentar compor a história de cada município paraense a partir da recuperação de muitas fontes primárias disponíveis sobreviventes dos séculos XVI-XIX. Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), Palma Muniz encontrou grandes dificuldades no acesso à documentação primária. A própria administração santarena não respondeu aos primeiros pedidos de Muniz e pouco colaborou de forma espontânea.

---

<sup>15</sup> Eixo espacial-temporal identificado por Lefebvre (1999), segundo o qual, a partir do século XIX, os sistemas produtivos hegemônicos da humanidade passam a compor uma urbanidade homogeneizante, pelas dominações técnicas, legais e de elites vigentes, indissociáveis do estado moderno liberal e do capitalismo industrial global. Lefebvre (1999) descreve como um estágio intermediário entre suposta ruralidade pura e a urbanização absoluta, do que discordo por se tratar de uma perspectiva que não vê como possível a desassociação entre poder político e poder econômico, que naturalmente seriam, respectivamente, estatal/elitista/centralizador e hierárquico/acumulador. Aqui considera-se que qualquer sociedade com significativa concentração espacial populacional, de alterações antrópicas e respectiva mobilização produtiva especializada pode ser considerada urbe. O adensamento de relações políticas em meios urbanos não implica necessariamente formação estatal e acúmulo econômico pessoal, ainda que se reconheça a tendência de diferenciação e especialização produtiva e social.

<sup>16</sup> Definição de Monte-Mór (1994): “uma urbanização que se estende para além das cidades em redes, penetrando virtualmente todos os espaços regionais, integrados a malhas mundiais”. Representa conformação socioespacial da hegemonia capitalista, com apoio estatal, que simultaneamente define manifestações diversas hierarquizadas e interdependentes, “desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros, subcentros e sub subcentros”. Este sistema totalizante não apenas admite como exige a definição de desiguais e combinadas centralidades e periferias, levando a uma internalização, no Sul Global, das contradições sistêmicas capitalistas (DEÁK, 1991).

Em 1919, no lugar da agência da Capitania dos Portos do Pará, foi construído em Santarém o primeiro mercado público. Em relação a 1870, a cidade havia quase dobrado de tamanho, havendo em 1920, nas estimativas do escritor Paulo Rodrigues dos Santos (2019), cerca de quatro mil residentes. Em 1924, a Amazônia brasileira, especialmente o Baixo e Médio Amazonas, viveu a breve Revolta Militar do Amazonas, liderada por insatisfeitas parcelas do exército. Apesar do receio de violências e ataques, em Santarém manteve-se relativa estabilidade. No entanto, o destacamento saído de Manaus, em passagem pelo Tapajós, sequestraria o, à época, intendente santareno e médico Waldomiro Rodrigues dos Santos. Em vista dos maus-tratos sofridos, o político viria a falecer em Paris em 1926. Como homenagem, a Praça Rodrigues dos Santos ganhou seu nome oficial atual.

Na década de 1920, a presença de Curt Nimuendajú impulsionou a prospecção arqueológica em Santarém, trazendo atenção ao registro e cerâmica antigos da região. Isto aumentou um colecionismo arqueológico silencioso que já vinha acontecendo na Amazônia desde o final do século XIX. Muitas vezes este fenômeno levava à exportação de coleções para Europa e Estados Unidos, seja por vendas ou doações para museus estrangeiros. O registro arqueológico que permaneceu no Brasil, até a primeira metade do século XX, foi concentrado no Museu Nacional. Felizmente, no entanto, muitas das coleções regionais seriam desconcentradas do Museu Nacional no final do século XX, formando centralidades de musealização regionais. Na Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi passou a responder por grande parte do patrimônio arqueológico na região.

Aproveitando-se dos fluxos migratórios, crescimento populacional, portuário e mercantil, entre 1920 e 1960 a região de Santarém e Vale do Tapajós viveu intensamente a exploração de juta nas várzeas. Nos anos de 1920 a 1945, Belterra, na época ainda pertencente ao município de Santarém, também experienciou um reavivamento, em menor escala, do ciclo da borracha. Ali foram implantadas, com a base produtiva nordestina e gerenciamento norte-americano, empreitadas de exploração do látex, com especial envolvimento do conglomerado Ford. Até hoje é notável o legado urbano, arquitetônico e de infraestrutura deixado por este momento histórico de relativa prosperidade e escala com baixos impactos ambientais. Atualmente o patrimônio histórico, arquitetônico e urbano encontra-se firmemente enraizado e incorporado a comunidades e tradições locais, com relativa preservação e manutenção de alguns dos elementos originais do empreendimento fordista, ressignificados e adaptados aos modos de vida de comunidades tradicionais.

**Imagens 28 e 29:** Edifícios do empreendimento fordista reincorporados ao cotidiano de Belterra, 2022. Fotografias de autoria própria.





**Imagens 30 a 35:** Fotografias de habitações do período fordista de Belterra, 2022. Hoje são predominantemente habitadas pela população de comunidades tradicionais, oriundas de nativos e trabalhadores migrantes para a Amazônia na primeira metade do século XX, incorporados à população autóctone.

Ambos ciclos da borracha e juta complementavam-se e alavancaram ciclos econômicos, extrativistas e agrícolas menores, conformando consolidação do modelo mercantilista no local, que já se encontrava em transição para bases, escalas e ritmos industriais imaturos. A infraestrutura e reordenamento territorial compatíveis a lógicas industriais surgiram paulatinamente após a década de 1940, com foco inicial na introdução de grandes infraestruturas logísticas para escoamento e exportação, a

exemplo de portos, estradas e pistas aeroviárias. Diferentemente do modelo do Norte Global, no entanto, em Santarém, e em boa parte do Brasil, a urbanização consolidada precedeu a industrialização. O modelo urbano-industrial já chegou obsoleto quando passou a ser de fato implantado na Amazônia, com as políticas de integração nacional após a década de 1960, como a criação da Zona Franca de Manaus. Neste intervalo, de 1950 a 1970, o Baixo Tapajós teve auge da mineração em escala industrial, estendendo-se de Santarém a Itaituba. A decadência desta atividade se confirmou na década de 1990, a tempo de ser substituída pelas atualmente fortes atividades de mineração, no médio-alto Tapajós; e monocultura de soja, no leste e sul do município de Santarém e planalto, incluindo Belterra e Mojuí dos Campos. Ambos municípios se emanciparam de Santarém na década de 1990 e hoje conformam a chamada “região metropolitana de Santarém” – RMS.

Estas incursões promovem desigualdades latentes e conflitos, além de descaso pelas condições de reprodução da força de trabalho. No início do século XX, surgiram em Santarém, primordialmente voltadas à elite tradicional local e setores burgueses ou urbanos selecionados, os primeiros serviços institucionalizados voltados à educação, saúde, lazer, segurança e infraestrutura urbana. Porém, eram de curto alcance, sem um plano consistente de oferecimento, predominantemente privados e dependentes de inconstantes colaborações em pequena escala. Até mesmo a produção alimentar e abastecimento locais tiveram prejuízos significativos, com desmonte da autossuficiência alimentar que a região tinha anteriormente. Ainda hoje o abastecimento alimentar é sustentado pela produção da agricultura tradicional familiar regional, de colônias rurais, comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Mas, em vista dos conflitos e destruição das bases tradicionais, bem como forte ligação comercial ao território nacional, hoje Santarém tem parte significativa do fornecimento alimentar vindo de fora da região.

Apenas muito depois da chegada de capital e meios eficientes de apropriação, acúmulo e escoamento da produção massiva – clara prioridade – é que passou a ser considerada a criação de um sistema integrado, ainda que muito insólito, de estruturas voltadas à saúde, educação, intervenções urbanas, entre outros. Ainda assim, esta demanda é desproporcionalmente apropriada a serviço de elites e setores sociais locais difusores de e integrados ao sistema vigente<sup>17</sup>. Estes setores vivem constante contradição entre seguir paradigmas modernos desatualizados e não se descolar

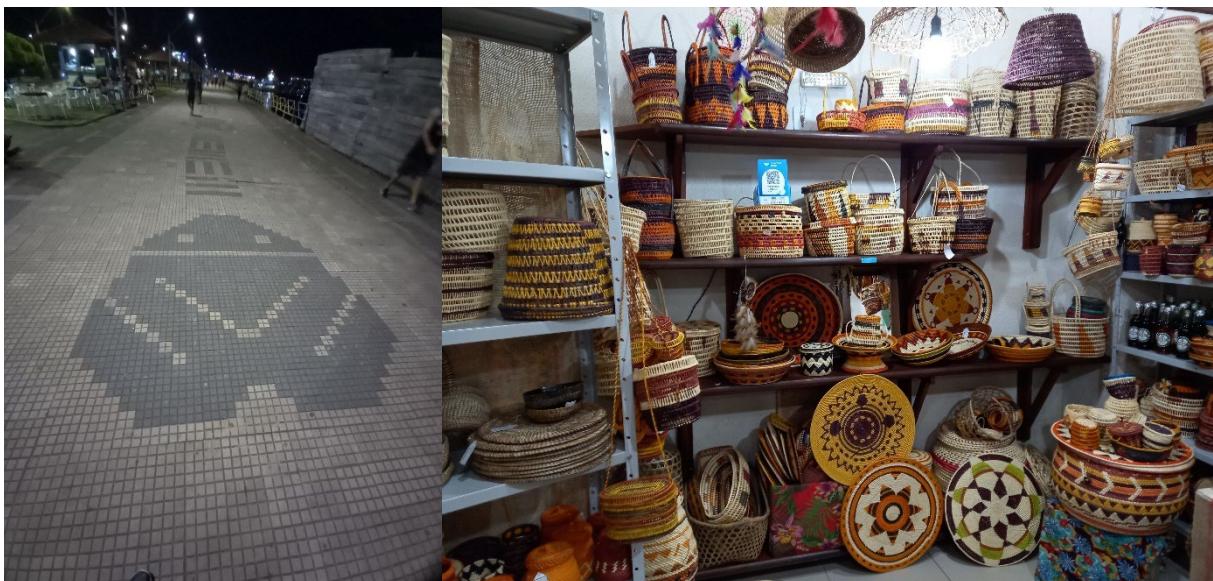
---

<sup>17</sup> Segundo Silva (2018), a partir da análise da captura desigual no uso do solo, de equipamentos urbanos e recursos político-econômicos, pode-se apreender distâncias socioambientais dentro do espaço extensivo do sistema urbano santarenense e regional, identificando conflitos, desigualdades e vulnerabilidades socioambientais. Contextos naturais do bioma amazônico e de localidades santarenas afetam de formas variadas a população, que tem se demonstrado capaz de mobilização, resiliência e demanda por intervenções urbanas. Contudo, estas intervenções são aplicadas de forma desigual pela cidade e provendo especialmente a determinados grupos privilegiados pelo sistema. Ademais, muita energia política e financeira é voltada a empreitadas contrárias aos sistemas produtivos tradicionais e mais sustentáveis, focando no agronegócio industrial, na mineração, em grandes obras de energia e estruturas logísticas de exportação. Para além de danos ambientais inviáveis ao próprio sistema e aos modos tradicionais, também são sensíveis os impactos da muito má distribuição dos ganhos destas iniciativas urbano-industriais de bases primárias. Geram pouco valor agregado, dependem da espoliação de recursos de populações tradicionais e mantêm uma força de trabalho em condições necessariamente precárias, desqualificadas, de baixa produtividade e alienadas.

demais da realidade local. O inegável colapso ambiental e insatisfação entre populações marginalizadas exigem que os grupos dominantes façam eventuais concessões, impostas também por grupos da sociedade civil organizados, aparelhos democráticos e organizações do terceiro setor. Desde o século XX, elites regionais e nacionais configuraram, através de motivos arqueológicos selecionados como mais notáveis, um projeto identitário nacional, com formulações regionais. No Brasil como um todo, como também em Belém e Manaus, os motivos marajoaras<sup>18</sup> foram empregados no cotidiano para a construção, afirmação e justificação de um imaginário nacional, convenientemente amparado na herança de povo indígena considerado extinto e mais “avançado” que outros povos que resistem.

Apesar da tentativa de valorização de aspectos da vida indígena, esta disposição era superficial, fetichizada, com heroificação tupi e animalização de outras nações. Não se pode negar, no entanto, que esta aproximação também teve agência sobre o imaginário identitário amazônico em sua forma mais sincera, criando relações cotidianas de afeto e pertencimento, entre populações locais e objetos, motivos arqueológicos. Em Santarém, especialmente nas últimas décadas, o projeto político de identitarismo regional trazido pelas elites tradicionais é reforçado pelas iniciativas populares locais de retomada identitária, valorização de povos tradicionais e atuação frente a disputas com forças modernas globais-industriais. Neste ínterim, os motivos arqueológicos Tapajônicos têm sido revisitados, valorizados e introduzidos no cotidiano santareno. Estes esforços têm tido forte repercussão em iniciativas educacionais locais, bem-sucedidas na conscientização da parcela mais jovem da sociedade do Baixo Tapajós.

**Imagen 36** (abaixo, à esquerda): representação de muiraquitã na calçada da orla de Santarém. **Imagen 37** (abaixo, à direita): arte no trançado de Arapiuns, tradicional do Baixo Tapajós, à venda no mercado Cristo Rei. Fotografias de autoria própria, 2022.



<sup>18</sup> Ver BARRETO, Cristiana. Do teso marajoara ao sambódromo: agências e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. Belém: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(3), e20190106. Doi:10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0106.

Estes processos de retomada tradicional, ambiental e democrática identitária são em resposta à herança colonizante e moderna no país. O Brasil do século XX viveu a mais intensa imposição do regime urbano-industrial, em integração socioeconômica forçada por todo o território, especialmente após o Golpe de 1964. São políticas de assentamento colonial em massa, grandes infraestruturas e introdução de empreendimentos econômicos com lógica industrial expropriatória e espoliativa, especialmente no norte, nordeste e centro-oeste brasileiros. Coadunam-se descasos pelas condições de reprodução da força de trabalho num modelo de urbanização extensiva obsoleto e negador da natureza, com indiscutível dominação metropolitana. Apesar de certos sucessos produtivos, ganhos financeiros e vantagens de um território mais integrado nacional e internacionalmente, surgiram grandes sequelas nestes processos. Além de desigualdades combinadas necessárias ao capitalismo industrial, foi ineficiente na sua capacidade de inserção da população e em sua qualificação produtiva, especialmente nas regiões relegadas à periferia da periferia do sistema.

Na Amazônia, grandes contingentes de povos tradicionais permaneceram e permanecem deslocados do sistema vigente. Não bastasse, consolidou-se descaso por formas de vida, produção, identidades e memórias não modernas hegemônicas e capitalistas, que chegaram ao Brasil em negação a contextos locais e ambientais. Portanto, além da incapacidade de absorver e dar agência qualificada às populações tradicionais no sistema. Este dificulta que as matrizes excluídas continuem suas contribuições seculares, ao expropriá-la dos meios originais de produção e vivência, especialmente pelos danos ambientais, apropriação desigual de recursos e conflitos de terra. As matrizes tradicionais amazônicas estabeleceram uma relação de interdependência com meio-ambiente natural, dependendo da saúde e continuidade deste último. E graças à melhor adaptação às condições locais, as lógicas, vivências e elementos tradicionais resistem e continuam marcantes, ainda que continuamente ameaçados.

Santarém chega ao século XXI promovendo-se artificialmente como uma Região Metropolitana, apesar de não atender a critérios brasileiros para tal definição<sup>19</sup>. Santarém pretende-se uma cidade moderna apesar da total falta de recursos, justificativas e coerentes resultados. Esta configuração política foi concebida num contexto político de interesse às elites urbano-industriais promotoras de bases primárias para o grande capital. Estes grupos, em total apropriação do poder local, defendem a divisão do Estado do Pará para mitigação de barreiras a seus planos de modernização irrestrita, em certa medida opostos pela moderação do governo paraense e políticas federais instituídas<sup>20</sup>. Em Santarém, demandas de sociedades tradicionais, ONGs e grupos progressistas costumavam ter acolhimento em instâncias como Incra, Ministério Público, MMA, ICMBIO e FUNAI. Portanto, a elite local aparelhada ao sistema vigente usa-se de propostas regionalistas para consolidar sua apropriação sobre formulação de políticas pertinentes ao oeste paraense. Nisto incorre

<sup>19</sup> VALE GOMES et. al., 2017: “observa-se que a RM de Santarém não atende às gerações de critérios estabelecidos institucionalmente por órgãos governamentais na década de 1970 e em 2013, [também] não apresenta o processo de conurbação nem possui políticas urbanas em comum entre os três municípios que a compõem.”

<sup>20</sup> Ainda que seja notável a ingerência recente e convivência de estruturas políticas nas escalas estaduais paraenses e federais brasileiras, em termos de abertura ao capital predatório.

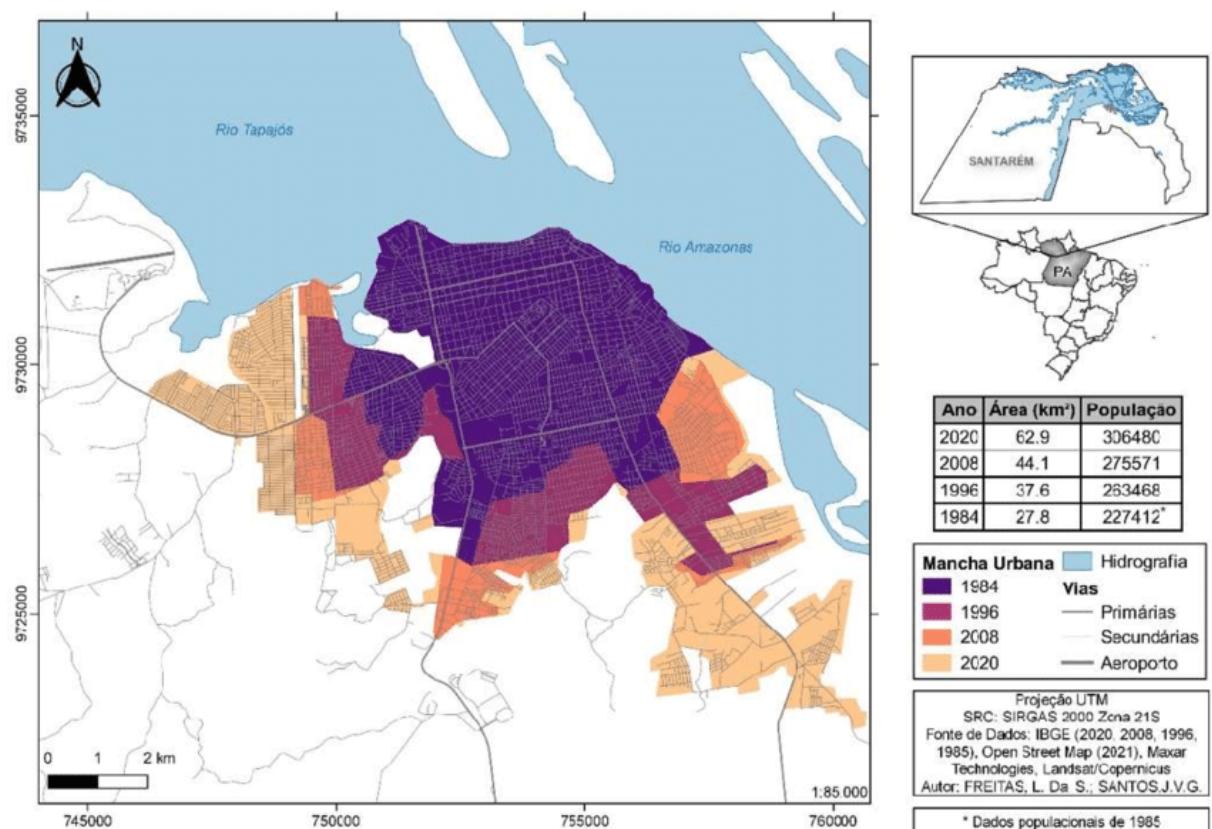
adicional camada de desconsideração pelo atendimento a condições adequadas de reprodução social-ambiental, especialmente no que tange aos modos de vida e produção tradicionais. (FERREIRA et. al., 2018)

Apesar de significativas melhorias em métricas básicas de desenvolvimento humano, estruturação institucional e de infraestrutura em Santarém nas últimas décadas, estas questões ainda se encontram com grandes deficiências. Principalmente por estas melhorias terem se dado unicamente em preocupação de viabilizar mínima manutenção de Santarém como polo regional. Ou seja, garantia da produção primária, à revelia de todo restante. Adicionalmente, não tem havido recente avanço em termos de qualidade ambiental. Faz-se necessário, portanto, sustentável aprimoramento da gestão ambiental e de políticas de ordenamento territorial; qualificação de cadeias produtivas, com maior valor agregado localmente; e universalização do acesso a serviços de qualidade em saneamento básico, fornecimento de energia elétrica e água encanada (FERREIRA et. al., 2018).

Os recentes ciclos mais intensos, amplos e extensivos de capital primário exportador e predatório (concentrado e de grandes proporções, como mineração, monoculturas sojeiras, madeireiras e pecuária), não apenas consolidaram políticas específicas de apropriação de recursos como de ordenamento territorial. Isto inclui a expansão de grandes infraestruturas danosas, necessárias à continuação e escoamento de excedentes, como portos, rodovias, hidrelétricas e aeroporto. E tais medidas tornaram-se intensas a ponto de definitivamente instaurarem novos regimes urbanos em Santarém, especialmente a partir da década de 1980. Até então, a expansão horizontal da cidade consolidada era mais lenta, paralela ao rio e em sentido norte-sul, respeitando barreiras ambientais. Seu rápido crescimento demográfico ainda previa bairros estruturados em termos de infraestrutura básica, concentração populacional e de serviços, com usos mistos e estruturas governamentais. No entanto, nos últimos quarenta a cinquenta anos esta lógica foi modificada (VALE GOMES et. al., 2019).

Entre 1960 e 1980, a região viveu outro fluxo migratório massivo, de nordestinos e sulistas, para colônias agrícolas, grandes empreendimentos econômicos e zonas urbanas. Os massivos empreendimentos passaram a uma ocorrência mais intensa, movimentando crescentes conflitos por terras, violência e desigualdade, conforme exaurem-se as terras já abarcadas. Tais movimentações expelem a população rural local em direção às zonas urbanas. O êxodo rural tornou-se mais intenso a partir da década de 1970. Com foco nos recursos públicos direcionados à fixação desse novo capital, a expansão horizontal da mancha de Santarém, que a partir de 1980 passou a um ritmo muito acelerado, não foi acompanhada por qualificação. Nos novos bairros das últimas décadas o estado propositalmente eximiu-se mais claramente de seu papel ordenador e garantidor de infraestrutura básica e equipamentos sociais. Este espraiamento urbano desqualificado, engolindo pequenos assentamentos tradicionais do entorno, fez mais do que dobrar a área urbana de Santarém desde então, sem respectivo incremento populacional, ainda que grande, que justificasse as proporções de espraiamento urbano (FREITAS et. al., 2021).

**Mapa 12:** Expansão da mancha urbana de Santarém entre 1984 e 2020  
Fonte: FREITAS et. al., 2021.



Estas novas áreas urbanas, de uso residencial, foram formalmente colocadas numa situação de periferia precária por omissão estatal planejada. Expandem-se em três eixos, acompanhando a orientação das rodovias Santarém-Curuá-Una e Santarém-Cuiabá, além da avenida Fernando Guilhon. Conforme este modelo de suburbanização era incentivado e a cidade crescia para proporções que perdem de vista a escala humana, mais forte passou a ser a lógica rodoviária, que hoje permeia todos os aspectos da vida santarena. A maioria dos assentamentos formou-se em ordem invertida: primeiro a fixação populacional, apenas depois a tentativa tardia e lenta de inserção das mais básicas estruturas e equipamentos. Unem misto de conformação orgânica sem interferência estatal; carimbos de conjuntos habitacionais em escala repetitiva; e núcleos de comunidades rurais tradicionais desterradas, engolidas pela invasão urbana. Estes bairros são os últimos na lista de prioridade estatal para oferta de serviços e intervenções urbanas. Portanto, os mais afetados por vulnerabilidades sociais e problemas ambientais, especialmente recorrentes<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Segundo Rodrigues et. al. (2018): “O avanço da urbanização vinculada ao aumento de impermeabilização do solo ocasiona a diminuição do tempo de concentração [hídrica] e o aumento da vazão de pico, parâmetros que podem gerar a ocorrência de alagamentos de ruas quando atrelados a um sistema de drenagem pluvial mal dimensionado”. Outros problemas recorrentes são o assoreamento de rios e erosão do solo, provocados pelo desmatamento desmedido.

Apesar das pressões pela homogeneização moderna, a Santarém atual tem um tecido urbano multifacetado e híbrido, com descompassos. As tipologias encontram-se descontínuas, entre a recente suburbanização extensiva; formas periurbanas; modelos coloniais de vila; configurações urbanas ribeirinhas; colônias rurais familiares; e comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas) (VALE GOMES et. al., 2019). Permeando todas estas facetas de diferentes matrizes culturais, há campos de monoculturas, macroestruturas, pequenas plantações familiares, igarapés, resquícios de matas, reservas extrativistas e florestas preservadas. As diferentes Áreas de Proteção Ambiental (APA) demarcadas, gerenciadas de forma participativa e coletiva, são ganhos institucionais, frutos de mobilização popular tradicional com vias à sustentabilidade. Estas iniciativas somam-se às Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)<sup>22</sup> e Reservas Extrativistas do município e região, instrumentos e propostas de necessárias e bem sucedidas resistências contra hegemônicas.

Neste sentido, as resiliências tradicionais que as elites locais julgam como atraso demonstram-se o verdadeiro potencial de futuro agroecológico para a região, Amazônia e o mundo. São comunidades com meios de produção indissociáveis do território natural, em gestão coletiva. Seu compromisso não é pela maximização produtiva, mas pela garantia da reprodução coletiva da vida (VALE GOMES et. al., 2017). Ciente do colapso ambiental e social eminentes, num sistema insustentável a longo prazo, no século XXI parte do Norte Global tem se unido a setores da periferia do sistema para progressivo questionamento dos modelos vigentes. A própria produção da cidade urbano-industrial extensiva, produzida pela e para o consumo e lucro, tem sido discutida frente a novos paradigmas, que buscam consertar problemas resultantes de omissões e contradições sistemáticas, estruturais. Dentre as principais questões, figuram proeminentemente o retorno a um contato harmonioso com a natureza; saúde coletiva e individual; universalização de serviços essenciais; combate às desigualdades e segregação; soluções de mobilidade acessível, eficiente e sustentável; democrática participação social; produção habitacional acessível de qualidade e sustentável; e não predatória produção econômica em geral. Para isso, tem sido essencial o retorno a valores tais como território urbano na escala do corpo; valorização da diversidade; multifuncionalidade e vitalidade de espaços; contato com a natureza; consciente desaceleração do ritmo de vida e consumo cotidianos; e priorização do valor de uso frente ao valor de troca (HARVEY, 2011; MONTE-MÓR, 2015, apud VALE GOMES et. al., 2019).

Com a preponderância da valorização da vida, sustentabilidade e saúde, em dimensão coletiva e democrática, tem havido tentativa de mudança do repertório de intervenções urbanas e agendas políticas. Estas priorizam qualidade urbana; distribuição de poder; universalização do acesso a serviços e equipamentos; e direito à diversidade. Nada mais justo, portanto, que reconhecer as contribuições das

---

<sup>22</sup> Criados pela Lei Arouca (Nº 9.836), são unidades federais de responsabilidade sanitária, integrando melhor o Sistema Único de Saúde às políticas indigenistas em saúde. Neste ano de 2022 foi criado o DSEI Baixo Tapajós, após muita luta indígena, somando-se ao já existente DSEI Tapajós. Ambas regiões foram severamente atingidas pela pandemia e desassistidas. Ver: <https://amazoniareal.com.br/indigenas-tupinamba-do-baixo-tapajos-acumulam-incertezas-na-pandemia/>

populações tradicionais, que nos ensinam como seguir adiante, distanciando-se do crescimento econômico a todo custo e da separação entre humanidade e natureza:

Atualmente, poder encontrar\manter áreas tradicionais na área urbana equivale a garantir áreas verdes, rios com potenciais de apropriação real pela população, permeabilidade do solo, microclima local ameno e suporte a um modo de vida que sempre retirou sustento da biodiversidade e que difere das manifestações clássicas das periferias de metrópoles brasileiras (VALE GOMES et. al., 2019, p.15).

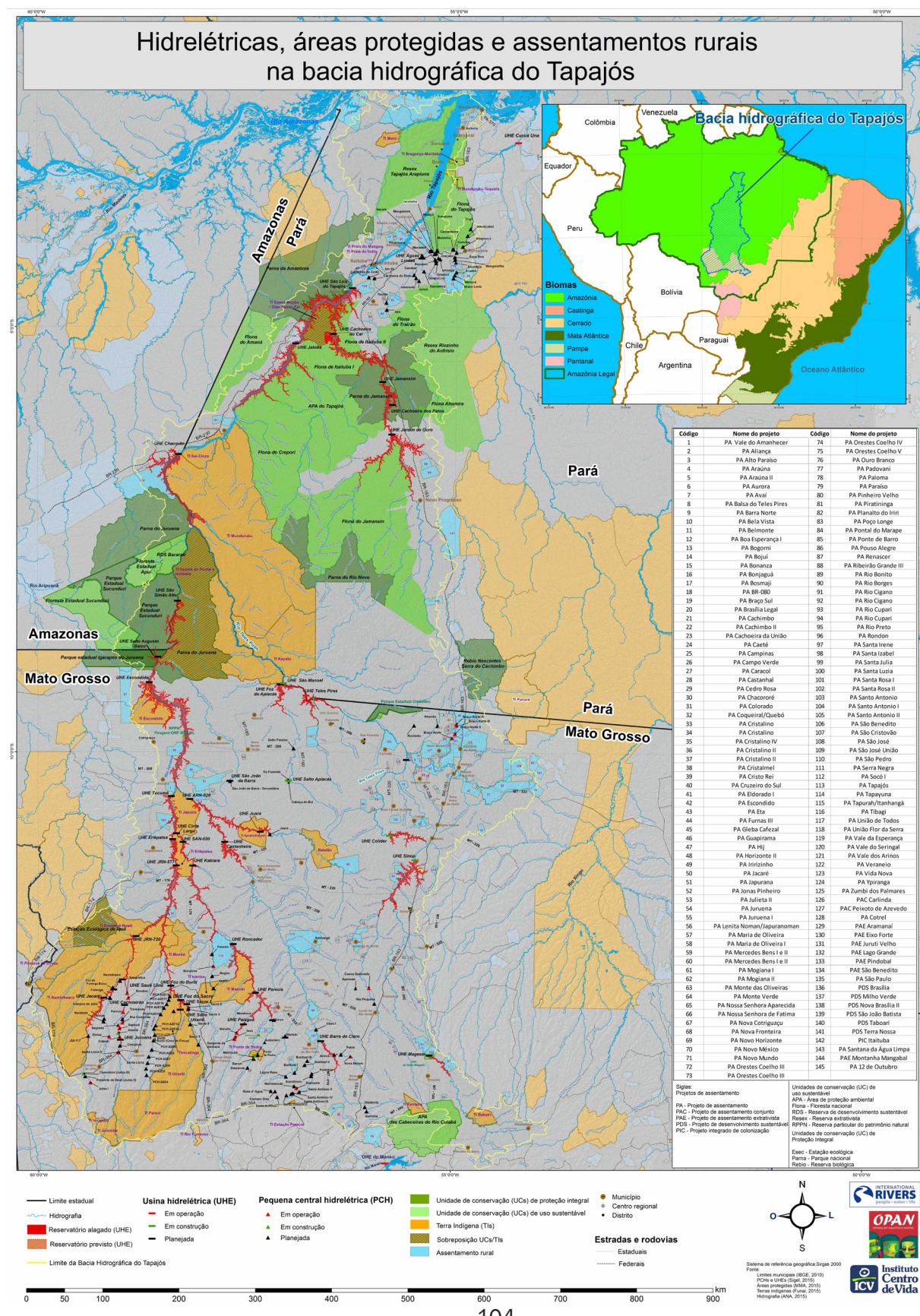
**Imagen 38:** Fotografia da orla de Santarém em 1935, antes da destruição das praias do centro, atualmente concretadas para expansão da cidade.

Fonte: Instituto Histórico Geográfico do Tapajós - IHGTap. Publicação de Ignacio Neto em Blogspot “Você Lembra?”



*Orla de Santarém - 1935*

**Mapa 13:** Áreas de resiliência tradicional e ambiental frente a impactos de hidrelétricas. Fonte: ALARCON, 2016.



## **1.8. Praça Rodrigues dos Santos: contextos e potencialidades**

Aqui concentra-se no papel histórico-social da atual Praça Rodrigues dos Santos, para investigar potencialidades territoriais e informar possíveis intervenções urbanas no local. A praça atual fica localizada entre a travessa João Otaviano de Matos, a travessa Senador Lemos e a rua Wilson Dias da Fonseca, no bairro Centro do município de Santarém, Estado do Pará. Retomo uma breve imersão na história de longa duração deste território, explorando seus significados; importância regional; conflitos atuais envolvidos; e processos e resultados do esforço de pesquisa envolvidos neste trabalho.

Como demonstrado em capítulos anteriores, a região do Baixo Amazonas, especificamente dos atuais municípios de Oriximiná até Monte Alegre e Prainha, tem uma longa e profunda história milenar, datada em pelo menos 11500 anos, com hiatos populacionais. A pesquisa de Anna Roosevelt (GOMES, 2011) demonstra ligações entre as cerâmicas de Pedra Pintada (Monte Alegre) e Taperinha (sambaqui fluvial no Rio Ituqui, Santarém) no período de 11500 a 6000 anos atrás. Alguns dos mais antigos sinais de presença antrópica na Amazônia estão nas pinturas rupestres da Pedra Pintada, como demonstra a extensa produção científica de Edith Pereira. Após hiato milenar, os registros dos últimos 4500 anos conformam uma cronologia de ocupação relativamente contínua até o século XXI no Baixo Tapajós, com sinais de interação entre o local da atual cidade de Santarém e a região circundante.

Apesar de padrões regionais observáveis no registro arqueológico destas populações indígenas antigas, a natureza multicomponencial destas localidades, com significativa diversidade num mesmo período temporal, demonstra que semelhanças entre estas sociedades estão mais ligadas a redes de alianças e trocas do que uniformidade de organização sociopolítica ou identificação étnica (ALVES, 2018; GOMES, 2011; SCHAAN, 2007; STENBORG, 2016; LIMA et al., 2012; BARRETO, 2009). Também por isso, é possível afirmar que a etnografia das terras baixas americanas, da Amazônia e de Santarém demonstra uma lógica de valorização da diversidade humana, cosmológica e ambiental (VIVEIROS DE CASTRO, 1998; CESARINO, 2016; ROCHA et al., 2016; ARENZ et al., 2017), inclusive no processo de manejos agroecológicos e relacionamentos antrópicos, afetivos e práticos, com a paisagem (SHOCK et. al., 2019).

Portanto, como já mencionado, a região de Santarém e Baixo Tapajós é aqui entendida como conjuntos de heterogêneos palimpsestos ocupacionais (ROCHA et al., 2016) milenares (NEVES, 2015), conectados a extensa área de contatos, da Amazônia Central ao Xingu e do Trombetas ao Planalto Central (GOMES, 2011; ALVES, 2018). Santarém historicamente esteve no entroncamento de redes de transmissão Tupi, Arawak, Caribe, entre outras, num conjunto de relações pautadas em disputas, trocas materiais e compartilhamento de saberes (HARRIS, 2015; ROCHA, 2017; STENBORG, 2016).

Estas condições, entendidas em paralelo com a antropologia atual, demonstram que as identidades coletivas indígenas da Amazônia eram e são territorializadas, ou

seja, indissociáveis de toponímias e padrões de reprodução social, a nível material e cosmológico (ALARCON, 2016). Territórios estes recorrentemente ocupados e significados, mesmo após hiatos, pela provável continuidade temporal de transmissão de saberes ancestrais, ao longo de muitas gerações, migrações e contatos interétnicos (ROCHA et al., 2016; SCHOCK et. al., 2019). No caso do sítio arqueológico Aldeia, no centro da atual Santarém, estamos falando de uma estratégica e atraente localidade, que há milênios tem estado em evidência e protagonizado a centralidade de redes humanas. É facilmente defensável; resistente a inundações; e na confluência de grandes rios de extensa várzea e beleza natural. As inúmeras reentrâncias e terrenos recuados criaram uma lenta transição até a terra-firme de floresta, permitindo incrível diversidade e fartura de fauna, flora e microclimas a curtas distâncias. E o fácil acesso da localidade a amplas regiões da bacia amazônica e planalto central brasileiro amplificou as possibilidades de contatos interculturais, políticos (ARENZ et al., 2017; GOMES, 2011; ALARCON, 2016).

No sítio Aldeia e região Santarém-Belterra, o adensamento populacional parece ter se intensificado a partir do ano 1000, com auge nos séculos XIII a XV. Neste período de cinco séculos, nos espaços do atual sítio Aldeia, sucederam-se sociedades regionais<sup>23</sup> de várzea, sedentárias, urbanas<sup>24</sup>, multiétnicas, sem estado<sup>25</sup> (STENBORG, 2016). Eram dependentes de comércio, milho, mandioca, outras raízes e cereais, nozes, frutas, pesca e caça, com migrações sazonais entre várzea e terra firme e manejos agroecológicos de longa duração (STENBORG, 2016). Estavam no centro de um sistema regional antigo de rotas comerciais e redes de comunicação, cobrindo extensas regiões amazônicas (LIMA et al., 2012). Bettendorff (1698) e a viagem de Pedro Teixeira (SPIX et. al., 1821) demonstram que o período tapajônico foi caracterizado por grandes aldeias, possivelmente com milhares de moradores. Tinham produção material predominantemente em terra, madeira e cerâmica.

---

<sup>23</sup> Sociedades indígenas das terras baixas, hierárquicas e sem estado, cultural e economicamente abrangendo o domínio de ampla região (HECKENBERGER, 2001). Suas construções ideológicas davam-se em torno do poder de elites ou linhagens, justificadas pela capacidade de liderança, sua ancestralidade e possibilidade de mediações xamânicas (SCHAAN, 2007). Estes processos informavam o manejo e distribuição de recursos territorialmente circunscritos, produzindo certa coesão regional material e política, com possibilidade de construções em escala monumental e formação de assentamentos com grande concentração populacional. É importante ressaltar, contudo, que nestas sociedades o poder simbólico não pressupunha acúmulo econômico, material (NEVES, 2020).

<sup>24</sup> “Urbe” como sociedade com densa concentração populacional em assentamentos, ligados a intensificação de alterações antrópicas e mobilização produtiva especializada (SCHAAN, 2007; STENBORG, 2016; HECKENBERGER, 2001). O adensamento de relações políticas em meios urbanos indígenas não implicava formação estatal e acúmulo econômico pessoal como em cidades modernas, ainda que houvesse tendência de hierarquização social.

<sup>25</sup> “Estado” definido como estrutura política centralizadora, burocraticamente estruturada com gestão especializada, numa escala hierárquica bem definida de poderes e funções (SCOTT, 2017). É uma estrutura consensualizada junto a elites dominantes, comumente também economicamente hegemônicas, visando ao acúmulo material e de prestígio. Estados costumam ter o monopólio sobre a violência justificada e o ordenamento socioeconômico, amparando-se em discursos ideológicos e formação simbólica. Para tanto, instituem-se centralidades e periferias sistêmicas e espaciais, com específicas delimitações territoriais e estruturas monumentais (LEFEBVRE, 1999).

A rica composição material, cromática e iconográfica das cerâmicas deste período são hoje o principal símbolo de identidade e história da região, remontando às presenças indígenas e valorização de suas memórias, contribuições e continuidades até o presente. Não apenas indígenas em senso estrito, mas também referente a todas as populações tradicionais locais: extrativistas, ribeirinhas, mestiças e quilombolas. Estes grupos nativos enraizados são também herdeiros dos modos de vida, manejos e saberes ancestrais indígenas, continuamente atualizados. Além disso, setores locais de populações de origem europeia, asiática, africana e descendentes de migrantes nordestinos também desenvolveram afeto, identidade e pertencimento por Santarém, sua história antiga e herança cultural tradicional. Apesar dos flagrantes insucessos sistêmicos modernos na região, há também grandes potencialidades e motivo para esperança. Além dos ganhos institucionais, construção acadêmica e mobilização para resiliência, da parte de diversos agentes sociais populares, tem sido promissora a conscientização crítica e valorização das heranças tradicionais entre os jovens santarenses.

Como antes visto, os mais recentes levantamentos do arqueólogo Márcio Amaral demonstram que os sítios Aldeia e Porto são parte de um mesmo extenso sítio arqueológico, aqui denominado Sítio Aldeia em sua forma mais ampla, território de antigas, multivariadas e extensas ocupações indígenas. Este sítio é de peculiar natureza e particular importância científica e simbólica. É uma janela para a antiguidade, em meio urbano, de grandes dimensões, com denso registro “brotando” do chão. Além disso, é o local de mais antiga habitação contínua no atual território brasileiro (NEVES, 2015). Permite-nos entender o povoamento do Tapajós e sociedades regionais, bem como o povoamento amazônico em longa duração e largas dimensões. Ainda que alterado e remexido por séculos de destruição e colonização, este sítio é um marco de especial potencial simbólico para valorização de contribuições ancestrais e reafirmação crítica da história santarena em longa duração.

Mais especificamente, o território da atual Praça Rodrigues dos Santos é o ponto focal simbólico do Sítio Aldeia e da história indígena pós-invasão; marco inicial dos processos e conflitos coloniais; e, nas palavras do historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), o berço da cidade<sup>26</sup> de Santarém, local de sua formação. O espaço da atual praça era um terreiro grande e aberto, à beira do rio Tapajós, em suave descida que encontrava a praia. Era circundado por matas com árvores frutíferas e palmeiras, roças e construções indígenas menores. No centro desta enseada sombreada, que reunia a vida social da principal aldeia Tapajônica, ficava a maloca central. Construída em madeira, era usada para assembleias, concentrações bélicas e recepção de forasteiros. Acredita-se ter sido ali o cenário retratado pelo cronista Alonso de Rojas (Alonso de Rojas [1639], apud SANTOS, 2019), descrevendo a recepção Tapajônica à improvisada expedição espanhola, conhecida como “viagem dos leigos”, de 1636 a 1637. Na maior aldeia, às margens do Rio Tapajós, como destacado na citação que abre o capítulo 1.2. *Empreitada colonial mediada*, os espanhóis foram agasalhados, alimentados e abrigados em uma casa muito grande de madeira, com mantas de

---

<sup>26</sup> Definição moderna de assentamento antrópico urbano e sedentário, presente na América após a colonização (LEFEBVRE, 1999).

algodão coloridas e redes feitas de folhas de palmeira, também bordadas em muitas cores.

Esta maloca central era o nódulo principal de um conjunto de terreiros ritualísticos locais, pela aldeia e nos campos e florestas do entorno. Por sua vez, este conjunto local de espaços sagrados inseria-se numa rede interétnica de contatos, rituais, trocas e acordos políticos abrangendo o Baixo Tapajós, Baixo Amazonas, Amazônia Central, Xingu, litoral amazônico, Guianas, Planalto Central e Bacias dos rios Trombetas e Nhamundá. Neste terreiro que viria a ser a atual Praça Rodrigues dos Santos, Bettendorff desembarcou em 1661 (BETTENDORFF, 1698), estabeleceu os primeiros contatos permanentes e fez missa, iniciando a missão jesuítica de N.S. da Conceição. Ali, centro da missão e contato com os indígenas, foi também construída a primeira igreja da futura Santarém, Igreja de N. S. da Conceição, acompanhada do colégio dos padres. A construção inicial durou pouco tempo e depois teve de ser refeita, no mesmo lugar, sob supervisão do padre João Maria e do Capitão Manoel da Motta Siqueira. Foi terminada cerca de 1698, com os padres Manoel Rebêlo e João Maria Gorzoni. Ao longo do século seguinte passou por novas reformas.

Segundo o Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (G1, 2022), o atual local da Praça Rodrigues dos Santos seria chamado de Ocara-Açu e Tupana-Ocara durante o funcionamento da missão (1661-1749). Até hoje o local conta com um cruzeiro em homenagem à presença do padre João Filipe Bettendorff. Também já recebeu esculturas homenageando outros personagens históricos e, atualmente, ali figura um marco indígena do “Brasil 500 anos”, por cinco séculos de resistência indígena<sup>27</sup>. Depois de consolidado o assentamento colonial à beira da fortaleza, o atual espaço da Praça Rodrigues dos Santos marcava o encontro, as interações e conflitos entre indígenas e portugueses, funcionando como fronteira entre o assentamento “branco” (no atual bairro Centro) e a aldeia indígena (atual bairro Aldeia). Ocara-Açu era o ponto de choque e mediação entre as duas lógicas conflitantes, entre contatos, transculturação, submissões, trocas, catequização e acordos. Era também o espaço social de circulação de informações e ponto de transmissão dos comandos coloniais para os indígenas.

Após tornar-se Vila de Santarém em 1748, o “largo da igreja” recebeu pelourinho e edifícios governamentais no entorno. Ali eram realizadas as principais celebrações públicas, festas e missas. Também era o local para punições a indígenas e negros escravizados; e enforcamentos públicos de réus condenados. Por conta disso, a praça é também um ponto simbólico de resistência. Em 1761 deu-se início à construção da atual igreja matriz de Santarém, a Catedral Metropolitana N. S. da Conceição, inaugurada em 1819. Não se sabe exatamente quando deixou de existir a antiga capela, mas parece certo que ainda resistiu pelas primeiras décadas do século XIX. A esta época, era chamada “Largo da Igreja Velha”, “Praça/largo do pelourinho” ou “Praça do cruzeiro”. Do século XVII ao início do XIX, o entorno da antiga igreja serviu

<sup>27</sup> Parte de um amplo processo latino-americano de reorganização política de povos indígenas. No Baixo Tapajós, isto deu-se com a realização de encontros intercomunitários e interétnicos. O marco Brasil 500 anos deu-se no contexto do I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Tapajós. Ver:

<<https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2021/04/01-resistencia-mobilizacao-indigenas-baixo-tapajos.pdf>>.

também de cemitério aos cristãos mais proeminentes do assentamento colonial. Desde a introdução do pelourinho, e posteriormente com a cabanagem, o atual local da Praça Rodrigues dos Santos tem sido um importante marco local e regional da luta e resistência de movimentos pretos e quilombolas.

Com a independência, seu nome foi mudado para “Praça da Imperatriz”. Além das procissões e festas usuais, passou a receber paradas e exercícios militares. Diversões públicas também eram frequentes: cavalhadas, torneios, jogos. Até hoje está na proximidade do centro comercial e financeiro de Santarém, próximo a repartições públicas, grandes sobrados imperiais, bancos e sedes comerciais, heranças que remetem ao século XIX. Atualmente ainda constam nas proximidades o Correio de Santarém; espaços de eventos; parte do Ministério Público; o centro comercial e financeiro da cidade; a Catedral Metropolitana de Santarém; a orla; e a sede da Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES). (SANTOS, 2019)

Também ali perto já sediou a Associação Comercial do Amazonas, os Telégrafos e o antigo porto de Santarém. A praça foi palco central durante a Cabanagem em Santarém, com muitas revoltas, lutas e alguns massacres no local e redondezas, onde na época foi instalada a base legalista “Quartel do Sol”. Entre 1850 e 1950, a “Praça da Imperatriz” passou a “Praça da República” e ainda recebeu muitos outros nomes. Nessa época, consolidou-se como centro cultural e social de Santarém, conforme lentamente a cidade oficial expandia-se e tomava o local da antiga aldeia e roçados indígenas. Até pelo menos 1870 o largo da antiga igreja ainda fazia a separação entre cidade oficial e aldeia indígena. (HARTT, 1879; SANTOS, 2019)

Entre 1850 e 1950 a praça viveu seu auge de prestígio e centro social, político, econômico e cultural da cidade. Nesta época, sua principal função era como espaço multifuncional agregador, muito movimentado. Periodicamente havia ali grandes atrações de entretenimento: shows dos mais variados, bailes, festas e circos com grandes animais. A praça também nunca deixou de ser importante centro religioso: aos pés do antigo cruzeiro de madeira, que durou até 1920, acendiam-se velas, eram feitas rezas e pagas as promessas. Durante boa parte do século XX, a praça foi denominada também “Praça das Missões”, recebendo em 1953 a festa do Primeiro Cinquentenário da Prelazia de Santarém. Em 1960 a praça foi brevemente conhecida como “Praça do Congresso”, pela realização do pomposo Primeiro Congresso Eucarístico de Santarém. Até o final do século XX a praça também contou com pequeno altar católico. Até o presente, as procissões do Círio de N. S. da Conceição passam nas proximidades da ou pela Praça Rodrigues dos Santos. (SANTOS, 2019)

Entre 1850 e 1856 a praça contou com um poço, mas que durou pouco tempo pela má qualidade da água. Na década de 1940 outras tentativas de fazer poço no centro da praça também foram mal sucedidas. O largo abrigou por muito tempo mangueiras frondosas e o principal estaleiro da cidade, onde lanchas eram construídas ou reparadas. Ao final do século XIX as árvores já haviam sido substituídas por majestosas amendoeiras, cujas sombras, segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), eram motivo de grande felicidade. À época, a praça passou a ser chamada por “Largo das Amendoeiras” ou “Praça da República”. (SANTOS, 2019)

O período dourado da praça como centro de entretenimento e festa deu-se aproximadamente entre 1898 e 1940, durante o funcionamento do Teatro Vitória. A partir daí, o largo passou a ser conhecido como “Praça/Largo do Teatro”. Pouco a pouco as amendoeiras foram desaparecendo, tornando a praça um “deserto” em dias muito quentes. Em 1922, na praça, às margens do rio, foi erguida uma usina de beneficiamento de arroz, à qual foi posteriormente anexada o gerador elétrico para iluminação pública da cidade. Nesta altura a praça era conhecida também como “Praça da Usina”. Com a morte do intendente Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos, o nome da praça passou oficialmente, em homenagem, a ser “Praça Rodrigues dos Santos”, em 1927. Entre 1935 e 1938, a usina de arroz foi transferida para outro ponto da cidade. Na mesma época, para conter a erosão, foi construído um cais de arrimo, que se estendia defronte a toda a Praça da Matriz e Praça Rodrigues dos Santos. O aumento dos desmatamentos e circulação, bem como o avanço das construções e ruas sobre a margem do rio, passou a provocar fortes deslizamentos de terra, enchentes e erosão na localidade. A estrutura do cais de alvenaria depois foi substituída pela ampliada orla de concreto, na segunda metade do século XX. (SANTOS, 2019)

Imagen 39: Teatro Vitória em 2022. Fotografia de autoria própria



Novos “beneficiamentos” modernos à praça se seguiram, com reformas entre 1955 e 1970. Entre 1955 e 1959, foram criados e concretados os passeios internos da praça, cujo desenho do percurso continua até o presente. Na mesma época passaram a ser concretadas também as ruas do entorno da praça, recebendo grandes movimentações de terra. A usina de energia foi transferida para o bairro da Prainha nos anos 1960, inaugurando no lugar do antigo edifício o Mercado Modelo de Santarém, em 1967. Na mesma época foram realizadas as reformas do Teatro Vitória, transformado em Biblioteca Pública no mesmo ano de inauguração do mercado. O Mercado Modelo foi motivo de grande orgulho pelo sucesso de sua época, tornando-se referência na venda de peixes e ampliando o potencial mercantil da cidade. A partir daí, a praça passou a ser conhecida como “Praça do Mercado” e “Praça do Relógio”. (SANTOS, 2019)

## MAPA 14: PRAÇA RODRIGUES DOS SANTOS NO TECIDO URBANO DE SANTARÉM

PÁGINA 111

MAPA DE AUTORIA PRÓPRIA



MAPA SANTARÉM URBANA

ESCALA: 1:20000

ESCALA GRÁFICA DE 100 EM 100 M.



Entre 1967 e 1970, a Praça Rodrigues dos Santos recebeu sua última grande reforma, dando-lhe seu aspecto mais conhecido. O nível da praça foi rebaixado ao da rua 24 de Outubro. Foi aberto o atual estacionamento de veículos e dado o paisagismo atual ao miolo da praça, bem como arborização de acáias por todo o perímetro. O jardim, estacionamento e arborização foram aparentemente bem recebidos pelo público, com o projeto de Renato Sussuarana. Por pouco tempo a praça também contou com chafariz. Em 1970 a praça já estava concluída, e pelas décadas seguintes foi bem cuidada e usada. Contou por mais algumas décadas com eventos culturais e celebrações religiosas. (SANTOS, 2019)

**Imagens 40 e 41:** Os entornos da praça ainda guardam parte da morfologia urbana da cidade mercantilista híbrida, com matrizes amazônicas e lusitanas dos séculos XVIII e XIX. Fotografia de autoria própria, 2022.



Com a consolidação da vocação comercial popular do centro da cidade, nas últimas décadas multiplicaram-se pelo bairro novos pontos comerciais, inclusive ambulantes. Paulatinamente, o complexo comercial do Mercado Modelo foi sendo

expandido, acrescentando-se anexos de vendas formais e ambulantes. A seguir, foi mais recentemente construído pela prefeitura, ao lado do Mercado Modelo, um conjunto de edificações, com centenas de cubículos, para abrigar espaços de vendas de camelôs. Progressivamente este conjunto de camelôs expandiu-se com lonas e passou a tomar, com pontos de venda, todo o quarteirão triangular voltado para o rio. Paralelamente, também explodiu a presença de camelôs na Praça da Matriz, vizinha à Rodrigues dos Santos. Na Praça da Matriz, estes vendedores trabalham em pontos temporários, cobertos de lona e mantidos com armações metálicas, que devem ser montadas e desmontadas todos os dias. Trabalham, portanto, em condições muito precárias e custosas, expostos ao tempo e trabalho cotidiano de grande movimentação de mercadoria. Além disso, pela transitoriedade do ponto de venda, torna-se caro alugar armazéns para guardar as mercadorias nos horários não comerciais.

**Imagens 42 e 43:** Abaixo, à esquerda, tipologia comercial recente, no entorno da Praça Rodrigues dos Santos. Abaixo à direita, camelôs na Praça da Matriz. Fotografias de autoria própria, 2022.

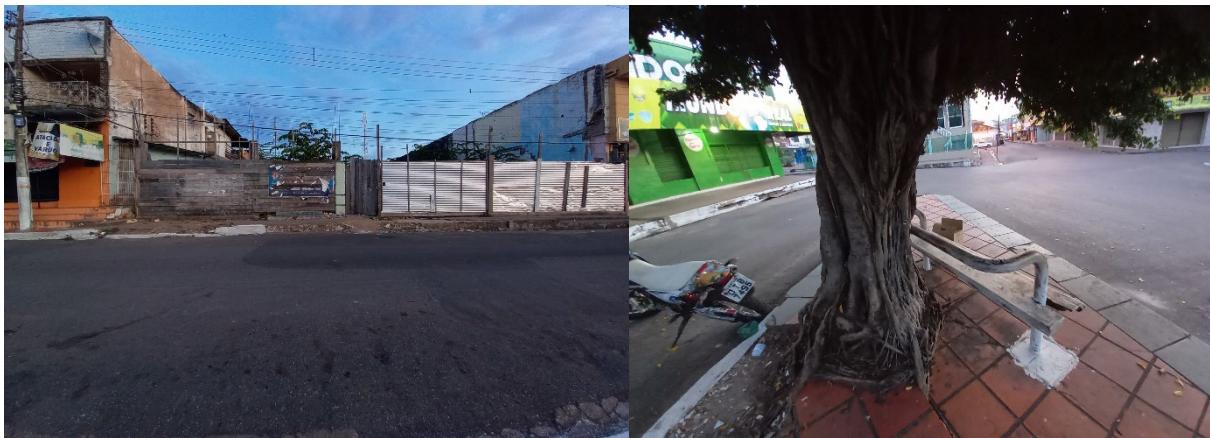


Ao mesmo tempo, nas últimas duas décadas o centro, em seu uso predominantemente comercial, passou a ser abandonado pelas elites, com particular omissão estatal na manutenção de infraestrutura pública. Lentamente, a qualidade urbana da praça passou a decair. Nos últimos anos, no entanto, o interesse dos setores privilegiados pelo centro de Santarém parece experimentar uma renovação. Observando o potencial de lucro com a reestruturação desta região da cidade considerada “velha”, “decadente”, recentemente as elites têm se unido ao poder público local para propor mudanças ao centro, o que inclui os entornos da Praça Rodrigues dos Santos. Muitas “maquiagens” desde então têm surgido, procurando revalorizar o bairro e prepará-lo para os planos de especulação imobiliária a serem postos em ação num futuro próximo.

Há atores urbanos que planejam beneficiar-se desta captura de valorização pública, movimentando o mercado imobiliário residencial na cidade. Com planos de empreendimentos residenciais e comerciais para gentrificação do centro da cidade, têm surgido projetos de remodelação urbana, com viés higienista, para as áreas alvo do Centro. Uma destas áreas na mira da especulação é o entorno da Praça da Matriz

- Monsenhor José Gregório, situado num eixo linear de localidades-chave de grande potencial que se estende até o Centro Cultural João Fona. O mercado imobiliário pretende, portanto, reconfigurar todo esse circuito ao gosto do urbano pós-moderno segregador, buscando eliminar “elementos indesejados”, à imagem de centro metropolitano dinâmico que a elite local pretende projetar.

**Imagens 44 e 45:** Obras, terrenos vazios e poucos investimentos em manutenção dos equipamentos urbanos. Fotografias de autoria própria no entorno da Praça Rodrigues dos Santos, 2022.



É neste contexto que surgiu o plano de transferir os vendedores ambulantes atualmente sediados na Praça da Matriz para um “shopping” popular, originalmente planejado para ser erguido no centro da Praça Rodrigues dos Santos. O plano foi concebido na Associação Comercial e Empresarial de Santarém, reunindo apoio e interesses dos maiores agentes imobiliários, empresariais e comerciais da região. Com amplo poder de influência destes atores, o projeto logo foi aceito pela prefeitura da cidade, que conseguiu verba federal para tal realização. Em janeiro de 2022 surgiram as primeiras movimentações efetivas, da parte da prefeitura e suas secretarias, para tirar o projeto do papel. Já em 2021 tinha-se trabalhado no convencimento dos camelôs da Praça da Matriz, que aceitaram a proposta de transferência e o projeto para onde seriam realocados, uma replicação dos cubículos já existentes ao lado do Mercado Modelo.

Este modelo de pontos de venda a ser construído compõe centenas de cubículos minúsculos, construídos em concreto e encerrados com portas de aço enroláveis. Nada ergonômicos ou atrativos para exposição, estes cubículos no máximo respondem eficientemente à função de armazenamento, enfileirados sequencialmente por longos e estreitos corredores mal ventilados e iluminados. Apesar de todas as precariedades e abusos na alocação destes espaços, este modelo ainda é considerado melhor do que as estruturas transitórias atuais na Praça da Matriz, na opinião dos camelôs. Portanto, em vista de restrições orçamentárias e elevada demanda, a proposta de prover espaço permanente para estes vendedores ainda se justifica e permanece nos planos.

Contudo, em janeiro de 2022 o poder público executivo deu início às obras na Praça Rodrigues dos Santos, para construção do camelódromo, sem o devido amparo

legal e democrático (JÁCOME et. al., 2022). Desconsideraram a presença ali de um sítio arqueológico com registros de contínua habitação milenar, inclusive de presença antrópica colonial. Para além dos materiais anteriores à chegada europeia, há mapeamento, encabeçado pelo arqueólogo Márcio Amaral, de registro arqueológico posterior a 1661. Têm sido encontradas cerâmicas coloniais de matriz indígena, africana e europeia por todo o perímetro da praça. Além disso, é documentada a presença de remanescentes humanos enterrados.

Além do descaso pela condição arqueológica, não foi feito licenciamento ambiental apropriado, nos moldes legais vigentes. O licenciamento apresentado pela prefeitura dava conta apenas da retirada de duas árvores. No entanto, diversos pés foram ilegalmente cortados, acompanhados de ampla escavação indevida. Também não foi feita consulta prévia, livre e informada à população santarena, muito menos aos grupos indígenas e outras populações tradicionais afetadas, a quem diz respeito o uso e proposição de novos projetos no local, que guarda elementos ancestrais e simbólicos para estas comunidades. O direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas e tradicionais é parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, à qual o Brasil é signatário. Em verdade, com exceção dos camelôs, não houve transparência nenhuma, da parte da prefeitura neste processo, perante a sociedade.

Com o início das escavações surpresa em janeiro de 2022, membros da sociedade civil mobilizaram-se para protestar e denunciar o ocorrido e o projeto. Em pouco tempo o caso foi noticiado pela mídia e questões envolvendo o projeto e seus danos vieram a público. A denúncia foi aceita pelo Ministério Público de Santarém, que desde então embargou a obra, situação que perdura até o momento de escrita deste trabalho. Neste ínterim, pela parceria entre o Ministério Público e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), o departamento de arqueologia da universidade foi acionado para avaliar a questão, elaborando detalhado laudo técnico acerca da situação na praça.

**Imagens 46 e 47:** Cenas de destruição da Praça Rodrigues dos Santos, com o início das escavações. Fotografias de autoria própria, 2022.



Participaram da análise e formulação do laudo, consultado para este trabalho, os arqueólogos Márcio Amaral, Camila Pereira Jácome, Raoni Valle, Bruna Rocha e Natálya Pinheiro. O laudo conclui que o local tem grande concentração de material arqueológico pertinente para estudo e preservação, demonstrando que as intervenções recentes na praça causaram muito significativos danos a diversas camadas. Assim, corrobora-se a necessidade de reavaliação do curso de medidas planejadas pela prefeitura. Ao mesmo tempo, tem sido também muito atuante o Instituto Histórico e Geográfico de Santarém (IHGTap), promovendo discussão crítica e visibilidade nacional ao ocorrido. Neste momento, o debate tornou-se mais amplo, envolvendo inclusive pesquisadores da USP, como o arqueólogo Eduardo Góes Neves (MAE USP). É neste momento que eu, autor deste trabalho, tomei ciência dos fatos e passei a me interessar pelo conflito.

Movido pelos anos de pesquisa acerca do Baixo Tapajós, tomei a problemática e a geo-história humana de Santarém como temas do meu Trabalho Final de Graduação, buscando investigar o cenário local-global da praça e urbe, concluindo com a busca por alternativas de qualificação urbana. Recentemente, este debate ampliado foi levado à FAUUSP, por minha iniciativa, na disciplina de pós-graduação sobre a Amazônia, AUH-5876, sob a responsabilidade dos professores Renata Martins e Luciano Migliaccio, e com a colaboração da profa. Cristiana Barreto. Desta forma, foram incluídos no debate arquitetos e urbanistas de todo Brasil, pesquisadores da USP e de outras universidades, em diálogo com professores da UFOPA, Bruna Cigaran da Rocha e Jackson Fernando Rego Matos; a professora Franciane Aguiar Santana Matos; e o arqueólogo Márcio Amaral.

Ao mesmo tempo, o poder público local, em conflito com parte da academia e Ministério Público, passou a reformular sua narrativa e projetos. Seus discursos ideológicos disfarçam as reais intenções especulativas e culpabilizam arqueólogos e historiadores contrários à proposta. Também tem se utilizado de provocações variadas e tentativas de burlar as normas, adicionalmente inflamando os vendedores ambulantes contra membros da academia, acusados de interesses escusos dos mais diversos. Ao longo do ano de 2022, procurando cumprir promessas e viabilizar a alocação de recursos já separados, a prefeitura e suas secretarias, percebendo o impasse, buscaram formas de remediar a situação. Reformularam o projeto, no mesmo modelo de cubículos, posicionando-o sobre o trecho da Travessa Senador Lemos em frente à praça. Para a praça em si, propuseram alterações mínimas, mantendo o estacionamento e o miolo vegetado. Contudo, não foi atentado para o fato de que a nova proposta continua sobre o Sítio Aldeia, local onde deve ser realizado devido processo de salvamento arqueológico, licenciamento ambiental e consulta prévia, livre e informada. E, até então, a prefeitura negava-se a cumprir com estas regulamentações. É neste contexto que foi feita a pesquisa de campo, a ser tratada no capítulo seguinte.

## **1.9. Pesquisa de campo no Baixo Tapajós**

Entre os dias 26 de julho e 4 de agosto de 2022, eu e minha tia, Marli Clemente, estivemos em viagem por Santarém e região, para pesquisa de campo relativa a este trabalho. Nos hospedamos no centro da cidade, por onde exaustivamente percorremos a pé, todos os dias de viagem. Com a ajuda do amigo e taxista Osmar Feitosa, também circulamos de carro por ampla região. Conversamos em detalhes com professores, estudantes, técnicos e especialistas em arqueologia, antropologia, geografia, políticas públicas, história e engenharia ambiental atuantes na UFOPA. Também tivemos construtivos encontros com intelectuais e artistas atuantes na cidade, incluindo membros do IHGTap. Fomos também informados e auxiliados pela promotora Dra. Lilian Braga e seu assessor, Michael Nogueira, atuantes no caso da praça pelo Ministério Público.

Junto a estas dezenas de pessoas, fomos muito bem recebidos e amparados. Vale aqui mencionar as importantes contribuições de Claude de Paula Moraes, Camila Pereira Jácome, Jackson Fernando Rego Matos, Franciane Aguiar Santana Matos, Bruna Cigaran da Rocha, Luciana Carvalho, Cristovam Sena, Ney Rafael Gomes Monteiro, Paulo Cidmil, Márcio Amaral, Edithe Pereira, Cristiana Barreto, Eduardo Góes Neves, Marcony Alves, Gefferson Ramos Rodrigues, Florêncio Almeida Vaz, Alessandra Munduruku, Iza Tapuia, Natálya Pinheiro e Jamile Conceição Silva. Todas essas pessoas contribuíram valiosamente antes, durante ou depois da viagem, a quem deixamos nosso mais sincero agradecimento. Sem a participação deles, esta pesquisa não teria sido possível.

Infelizmente, a maioria das instituições católicas e membros do clero contactados não estava disponível, como no caso do Museu de Arte Sacra, ou definitivamente não se mostrou receptiva. Foi possível ter construtivo e amigável contato com a população local, muito aberta, incluindo-se muitos dos vendedores ambulantes interessados. Também visitamos instituições como o Ministério Público, os departamentos de arqueologia e antropologia da UFOPA, a reserva técnica do departamento de arqueologia da UFOPA, o Instituto Cabana do Tapajós, o Instituto Boanerges Sena, o Museu Fona, o Museu Dica Frazão, o Cristo Rei e o Teatro Vitória (em evento do Instituto Sebastião Tapajós). Percorremos boa parte da orla e dos bairros Aldeia e Centro, onde concentrarmos nossas pesquisas de campo. Porém, também visitamos Belterra, Alter do Chão, Mercado 2000, Praia Ponta de Pedras e outras localidades.

Junto ao poder executivo local, contactamos e visitamos as secretarias de Infraestrutura (SEMINFRA), Urbanismo (SEMURB) e Habitação (SEHAB) do município de Santarém. Apesar da morosidade burocrática e estatal, foi possível estabelecer trocas construtivas com alguns funcionários receptivos, ter acesso a materiais necessários e informar-se de situações correntes. Fizemos uma ponte entre a UFOPA e a SEMURB/SEMINFRA, compartilhando arquivos e informações entre as instituições. Foi possível perceber que, apesar da disposição e aparato técnico, as Secretarias operam com certa precariedade de gestão e recursos, concentrando-se apenas nas

questões urbanas mais primordiais, como incipiente fornecimento de infraestrutura urbana básica. A prefeitura tem muito limitadas bases internas de informação digitais ou geográficas; e nenhum banco de dados urbanos facilmente acessível. A imensa maioria das escrituras e regularizações fundiárias ainda se encontra em formato físico impresso, e não são facilmente cruzáveis. Além disso, o levantamento topográfico disponível é bem limitado e os mapas são pouco atualizados.

Durante nossa viagem, a prefeitura contratou dois arqueólogos locais para conformar a equipe da secretaria de urbanização, com a questão da praça em vista. Infelizmente, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santarém (CREA Santarém), a Construtora R. Branco e Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES) não se mostraram acessíveis, interessados ou disponíveis para contato. Não se sabe se de fato está planejado, por parte da prefeitura, realizar consulta prévia, livre e informada, licenciamento ambiental adequado e salvamento arqueológico nas áreas afetadas pelo projeto aqui em discussão. Até o último contato, o poder público executivo alegava restrições orçamentárias e de cronograma para explicar a não realização de salvamento arqueológico. Por diversas vezes, sugeriram que o departamento de arqueologia da UFOPA se responsabilize gratuitamente pelo salvamento, o que parece não ser possível e definitivamente não ser de sua alçada. A maioria dos movimentos sociais progressistas, em favor da valorização do patrimônio arqueológico e legado sociocultural tradicional, tem atuação fragmentada, inclusive internamente.

Além de todos estes procedimentos em viagem, também foi possível realizar entrevistas semiestruturadas junto à população local, num total que abrangeu trinta e quatro pessoas, com distribuição etária e de gênero proporcional ao perfil demográfico do eleitorado do município de Santarém. Adicionalmente, anotações, fotografias e levantamentos topográficos básicos também foram concluídos. Até a escrita deste trabalho, a praça ainda se encontrava esburacada e com obras paralisadas, usada primordialmente como estacionamento e para pequenas oficinas móveis de sapateiros locais. Movidos por discursos da prefeitura, a maioria dos comerciantes é favorável ao prosseguimento do projeto, que aguardam com ansiedade. Alguns comerciantes locais já instalados no entorno da praça temem aumento da concorrência.





Acima, **imagens 48 a 51**: deserto de carros e poeira na Praça Rodrigues dos Santos. Fotografias de autoria própria, 2022.

Com a recente perda de algumas árvores, trechos rotineiramente alagados e precariedades de infraestrutura gerais no entorno, a praça é hoje pouco apropriada pela população local. No entanto, ocupantes ocasionais ainda podem ser vistos, incluindo-se algumas pessoas em situação de rua. O miolo vegetado da praça segue, ao menos, sendo um espaço agradável e parcialmente acolhedor. Resultados da pesquisa de campo demonstram que a sociedade santarena, especialmente o poder público, tem uma relação multifacetada e contraditória com sua história e patrimônio material. Parece ser consenso a necessidade de valorização de parte do patrimônio dito “imaterial”, mas, ao mesmo tempo, a cidade tem caminhado para posições frontalmente opostas à continuação dos modos de vida tradicionais e valorização da cultura local.

A cidade segue dominada por uma lógica militarista, pendendo à imobilidade do status-quo e manutenção superficial da ordem. Enquanto isso, segue vigente a hegemonia da elite do atraso, promotora de modernização forçada irrestrita e descompromisso com a preservação do patrimônio urbano e arquitetônico. Pequena também é a atenção a questões ambientais ou de reprodução social qualificada da população local. Muitas intervenções urbanas tendem a certa autoridade, ineficiência, despreparo ou desqualificação. Diversos projetos de edificação ou infraestrutura têm sua construção adaptada *in loco* para a topografia local. Também é notório o recalque histórico-cultural de raízes e memórias não dominantes, bem como o apagamento de abusos e processos históricos. As figuras do colonizador missionário e do militar local seguem sendo idealizadas, adicionando narrativas pouco críticas.



**Imagem 52:** Capô de carro estacionado na orla de Santarém, 2022. Fotografia de autoria própria. Dizeres similares são frequentes pela cidade, que hoje conta com fortes redutos bolsonaristas, alavancados pela monocultura de soja, garimpo e madeireiras na região, bem como grandes projetos de energia e logística.

O seguinte questionário foi aplicado em entrevistas a membros da população santarena, totalizando respostas de 34 residentes ouvidos:

## FORMULÁRIO DE CONSULTA PÚBLICA

### IDENTIFICAÇÃO

Nome e idade \_\_\_\_\_

Ocupação \_\_\_\_\_

Onde nasceu e cresceu? \_\_\_\_\_

Em que bairro, aldeia ou comunidade vive hoje?

Se identifica com alguma dessas origens?

- Indígena
- Beiradeiro(a), varzeiro(a) ou ribeirinho(a)
- Comunidades extrativistas
- Comunidades quilombolas
- Outra(s) comunidade(s) tradicional(is). Qual?

### PRAÇA, BAIRRO, RIO E CIDADE

Quando costuma vir/usar a praça (frequência)?

\_\_\_\_\_

Como costuma usar a praça? O que faz aqui?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Gosta da praça? O que mudaria nela?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que mais gostaria de fazer na praça? (tivesse)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Memórias e sentimentos associados à praça

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Principal(is) problema(s) do bairro e praça?

- Rua e praça com asfalto, piso ou terra ruins
- Saneamento/esgoto ruim, em falta, com vazamento
- Falta de água, má qualidade ou vazamento
- Poluição do ar, do rio, lixo ou sujeira acumulados
- Espaços mal iluminados à noite
- Falta de espaço para as atividades ou pessoas
- Poucas áreas verdes ou opções de lazer
- Conexão de internet ou celular ruins
- Violência
- Serviços/comércio do entorno muito ruins/insatisfat.
- Muito barulho ou movimento
- Falta de oportunidades, preços das coisas e pobreza
- Não tem problemas significativos
- Outros: \_\_\_\_\_

Principal(is) vantagem(ns) do bairro e praça?

- Paisagem ou proximidade da natureza
- Proximidade do rio
- Movimento de pessoas e coisas acontecendo
- Opções de lazer
- Opções de comércios e serviços
- Perto do trabalho ou do centro
- Tranquilidade e segurança
- Tipos de moradias / moradias disponíveis
- Boa infraestrutura (esgoto, água, luz, ruas, energia)
- Perto de pessoas queridas, família, amigos
- Boas/melhores opções de transporte
- Boa relação com vizinhança / relação de comunidade
- Boas memórias de algum lugar, praça, bairro
- Não tem vantagem
- Não sabe
- Outras: \_\_\_\_\_

Gostaria de/preferiria morar no bairro?

- Sim
- Não
- Depende da condição / não sabe

Qual é a importância do rio para você?

- Grande
- Média
- Pequena
- Nenhuma

Quais principais usos você faz do rio?

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Pesca ou renda | <input type="checkbox"/> Não sabe/não usa |
| <input type="checkbox"/> Uso da água    | <input type="checkbox"/> Outra opções     |
| <input type="checkbox"/> Lazer          | _____                                     |
| <input type="checkbox"/> Paisagem       | _____                                     |
| <input type="checkbox"/> Transporte     | _____                                     |

## TRANSPORTES

Com que frequência usa essas formas de deslocamento?

	A pé	Bicicleta	Barco/canoa	Carro/moto	Ônibus	Avião	Outro: _____
Diariamente	<input type="checkbox"/>						
Semanalmente	<input type="checkbox"/>						
Mensalmente	<input type="checkbox"/>						
Semestralmente	<input type="checkbox"/>						
Anualmente	<input type="checkbox"/>						
Menos de 1x ano	<input type="checkbox"/>						
Nunca	<input type="checkbox"/>						

## PROJETO PARA A PRAÇA

Qual é a sua opinião sobre o projeto atual de reformar e aumentar o Mercado Modelo para camelôs na praça e rua lateral (Sen. Lemos)?

- A favor de existir um camelódromo e do projeto atual
- A favor de criarem um camelódromo, mas não tem opinião/não conhece sobre o projeto atual da prefeitura
- A favor de melhorarem o espaço de vendas na praça e entorno, mas não gosta do projeto atual, quer outro
- Contra reforma para vendas ou feira na praça, mas algo novo deveria ser feito/construído na praça, para ter outro uso
- Contra, a praça não deveria ser alterada
- Outra: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

Sabia que a praça e todo o entorno têm objetos de séculos e milhares de anos enterrados, que podem dizer muito sobre a história da cidade?

- Sim
- Não
- Sabia de partes

As respostas foram coletadas e escritas por mim mesmo, que lia as perguntas aos entrevistados, adaptando o vocabulário a cada situação. A idade mediana dos entrevistados foi de 37,5 anos, 50% identificados com gênero masculino e outros 50%, com o gênero feminino. O grau de instrução acadêmica e o local de origem dos entrevistados parece não ter interferência significativa nas respostas. A totalidade dos entrevistados é moradora de Santarém e as faixas etárias seguem a proporção demográfica dos eleitores da cidade. 59% dos entrevistados nasceram no município de Santarém; 29%, em outros lugares do Norte do Brasil; 6%, no Centro Oeste brasileiro; e 6%, no Nordeste brasileiro. Não foi possível avaliar identificação racial nos moldes oficiais do censo. Apesar de divergências internas, é possível notar padrões gerais de respostas para pessoas pertencentes a determinados grupos sociais, a seguir identificados:

- Classe clerical e intelectual tradicional: têm fortes vínculos afetivos à cidade e demonstram apego a um passado pitoresco, seja colonial ou do início do século XX;

Sabendo disso, acha que algo deveria ser feito para encontrar ou preservar esses objetos ou vestígios antigos enterrados na praça?

- O que for feito na praça pode/deve ignorar os objetos históricos
- Antes da construção ou reforma, o sítio deve ser escavado e os objetos, retirados e preservados
- Não mexer na praça, manter como está e não escavar
- O projeto para a praça deve ser adaptado para ter também áreas de escavação, pesquisa, preservação e visita para o público
- A praça deve ser um lugar só para escavação, pesquisa, preservação e visita do público
- Outra: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

- Classe intelectual progressista: especialistas e profissionais, social e materialmente bem estabelecidos, locais e não-santarenos, voltados ao debate crítico e pragmático;
- Ativistas tradicionais: pertencentes a comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, ou grupos de artesãos. Estão especialmente voltados a questões urgentes relacionadas à continuação de seus modos de vida e garantia de seus interesses;
- Classe comercial e operários transplantados: têm origem predominantemente nordestina, demonstraram menor apreciação por heranças tradicionais e história local. Aderem fortemente à ideia de “progresso” imediatista, almejam estabilidade financeira e inserção social;
- População jovem urbana: grupo urbano mais propenso a indicar origens em comunidades tradicionais. Possuem tendências progressistas, críticas e de valorização do patrimônio, mas também é considerável uma parcela indiferente;
- População de meia-idade e idosa urbana: níveis variados de qualificação educacional e estabilidade financeira. Tendências ao conservadorismo, ceticismo e desilusão, com forte apelo ao pragmatismo moderno;
- Populações tradicionais não urbanas: têm distanciamento de discussões específicas relacionadas a intervenções no centro da cidade. Possuem grandes divergências internas, tendendo a priorizar sua sobrevivência;
- Elites coloniais e recentes: forte vocação empresarial e competitiva, com foco na manutenção ou aprimoramento do sistema, tendências conservadoras e ligação superficial a causas populares.

Claramente estes grupos se sobrepõem e podem ser significativamente heterogêneos, mas refletem orientações mais amplas apreendidas em entrevistas, conversas, percepções pessoais e visitas de campo. Com relação às sugestões para a praça, será apresentado quadro síntese de proporções para cada resposta, desagregadas pelos fatores responsáveis pela maior variabilidade: faixa etária, gênero e identificação com origens em comunidades tradicionais. Foi um consenso absoluto entre os entrevistados ser o Rio Tapajós de grande importância para todos os setores de suas vidas, demonstrando que Santarém segue tendo forte ligação, ainda que conturbada, com seus rios e dinâmicas ribeirinhas. Ainda que a imensa maioria dos entrevistados fosse moradora de bairros urbanos, 47% identificou ter origens em comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, beiradeiras, varzeiras, extrativistas ou caboclas. Entre a população com menos de 31 anos, 62% se reconheceram desta forma.

De maneira geral, os problemas mais identificados pelos entrevistados, em relação à Praça Rodrigues dos Santos e entornos, foram: ineficácia dos sistemas de saneamento básico e coleta de água; poucas áreas verdes e opções de lazer; e praças, ruas, calçadas esburacadas. Outros problemas a serem mencionados relacionam-se à iluminação pública e à inacessibilidade dos espaços. Pontos positivos da praça apontados estão intimamente relacionados ao seu entorno: centralidade urbana, proximidade da orla, opções de comércios e serviços. É possível ressaltar que apenas

6% dos entrevistados concordam em manter a praça inalterada, como está atualmente. Outros 3% são favoráveis ao projeto do camelódromo e totalmente indiferentes ao patrimônio arqueológico. Um total de 91% dos entrevistados disse ser favorável a reformas no local, precedidas por salvamento arqueológico. 24% defende que se faça apenas o salvamento arqueológico e a construção do camelódromo, nos moldes do projeto da prefeitura ou não. 29% demonstraram-se favoráveis à possibilidade de salvamento arqueológico prévio e construção de um centro comercial na praça, mas exigiram também espaços de lazer, pesquisa ou valorização da cultura tradicional, com requalificação da praça. Outros 6% defendem que a praça seja permanentemente mantida como espaço de escavação, pesquisa e preservação arqueológica, com visitas guiadas.

No entanto, foi notável perceber que a maior proporção dos entrevistados (32% do total, 69% dentre aqueles com menos de 31 anos de idade) exige salvamento arqueológico no local e é contra a criação de qualquer camelódromo na praça, com a possibilidade de ser construído no entorno. Defendem que na praça propriamente dita haja apenas espaços de lazer, pesquisa ou valorização da cultura tradicional, com requalificação deste local. Pontos de alimentação na praça não foram descartados por este grupo. Desagregando-se as proporções das respostas segundo marcadores socioeconômicos e demográficos, os fatores mais significativos na variabilidade e predisposição a determinadas reações, entre os entrevistados, foram faixa etária, gênero e identificação com origens em comunidades tradicionais. A tabela abaixo resume esta variação segundo categorias.

**Tabela 1:** Proporção de respostas dadas pelos entrevistados para finalidade da Praça Rodrigues dos Santos, Santarém, 2022. Fonte: pesquisa de campo realizada por Luis Felipe Clemente Nunes e Marli Ferreira Clemente.

O que fazer com a Praça Rodrigues dos Santos?	Faixa etária			Gênero		Pop. com vínculos expressos a comunidades tradicionais	Pop. Sem vínculos expressos a comunidades tradicionais	Total
	16 a 30 anos	31 a 64 anos	65 anos ou mais	Feminino	Masculino			
Construir ignorando artefatos	0	0	16,6%	0	6%	0	6%	3%
Salvamento prévio ao camelódromo	8%	40%	16,6%	18%	29%	25%	22%	24%
Inalteração da praça	0	7%	16,6%	12%	0	12,5%	0	6%
Salvamento + camelôs + pesquisa + esp. cultural/lazer	15%	46%	16,6%	35%	24%	12,5%	44%	29%
Salvamento + pesquisa + esp. cultural/lazer	69%	7%	16,6%	35%	29%	37,5%	28%	32%
Apenas pesquisa + escavação, preservação e visitas guiadas	8%	0	16,6%	0	12%	12,5%	0	6%

Considerando todos os fatores apresentados neste trabalho, estruturar a praça apenas como espaço de lazer, pesquisa ou valorização da cultura tradicional, com requalificação urbana, é minha sugestão para o espaço. Apesar de dificuldades em diversas escalas, há motivos para esperança e os potenciais de Santarém e da Praça Rodrigues dos Santos são muitos. Além de seu já revirado registro arqueológico ainda presente no local, a praça pode oferecer uma reconexão e valorização de histórias, memórias, demandas, vozes e matrizes culturais apagadas, mas visíveis, verdadeiras e de fundamental importância histórica, atual e para o futuro.

Portanto, acredito que a praça e entornos a serem modificados devam receber salvamento arqueológico adequado, acompanhado de licenciamento ambiental. Todas as medidas adotadas devem passar por prévia consulta pública, livre e informada à população santarena, especialmente considerando as comunidades tradicionais. Devem ser promovidos debates críticos e horizontais entre os diferentes grupos e interesses vinculados ao local, mediando-se os conflitos apontados anteriormente. Na opinião deste pesquisador, a praça deve receber requalificação urbana que permita efetivo e democrático uso público, com propostas condizentes com a valorização arqueológica; reconhecimento de demandas e memórias indígenas e tradicionais; turismo histórico e comunitário; e a geração de renda participativa. Minhas sugestões específicas e pontuais para a praça serão apresentadas na próxima parte deste trabalho.

# **PARTE II**

**Um lar para a Santarém de todos os tempos**



## 2.1 Praça Mani

Este estudo preliminar para projeto de intervenção urbana é destinado ao espaço da atual Praça Rodrigues dos Santos, localizada entre a travessa João Otaviano de Matos, travessa Senador Lemos e a rua Wilson Dias da Fonseca, no município de Santarém do Estado do Pará. Caso consideradas pertinentes, todas as iniciativas propostas neste trabalho devem, antes de qualquer outro passo, serem previamente apresentadas e discutidas junto aos grupos de interesse, amparando-se em debate coletivo, transparente e crítico-construtivo entre poder público, sociedades e específicos autores envolvidos na intervenção. Esta etapa inicial deve priorizar pormenorizações do planejamento participativo (orçamentário, programático, de cronograma, etc.) e mediar conflitos de interesses, de forma a garantir um projeto efetivo.

Propõe-se aqui um projeto de requalificação urbana socioambiental para resiliência contra o sistema moderno e colonial hegemônico. Sugere-se alterar o atual nome do lugar para Praça Mani, em homenagem poética às presenças indígenas e tradicionais da Amazônia. Mani é o nome da protagonista na história da memória indígena ancestral que explica o surgimento da mandioca. Há mais de 9 mil anos domesticada na Amazônia, com esta raiz os povos tradicionais têm desenvolvido milenares relações simbólicas, ambientais e alimentares (ÁVILA et. al., 2022). Segundo o historiador Paulo Rodrigues dos Santos (2019), a história de Mani poderia ter se originado às margens do Tapajós, ainda que seja improvável que a domesticação da mandioca tenha ocorrido originalmente aí.

Mani era uma menina indígena cujo avô materno era estimado ancião da aldeia. Inicialmente, o ancião se desagradara com a gravidez misteriosa de sua filha, que não revelava a identidade do pai da criança. E, para a surpresa de todos, Mani nasceu com a pele muito clara. Passado o espanto, a radiante menina ganhou a afeição de todos ao redor, que a amaram profundamente. Era a grande alegria do avô. Contudo, certo dia Mani amanheceu morta. Partiu repentinamente enquanto dormia, com terno semelhante. Então, em lágrimas, a mãe carinhosamente enterrou a menininha dentro da oca. Dias depois, para espanto geral, germinou ali uma planta desconhecida, que rachara a terra. Procurando por Mani, encontraram no lugar uma raiz maravilhosa, com interior muito branco. A chamaram de “Mani – oca”, mandioca. E desde então, os povos indígenas têm compartilhado deste presente deixado por Mani. Por isso, neste estudo, daqui em diante irá se referir ao atual território da Praça Rodrigues dos Santos apenas como “Praça Mani”.

Condizente com este princípio, todas as sugestões deste trabalho partem dos seguintes objetivos e partidos:

- Qualificação do espaço para multifuncionalidade e viabilização da pluralidade de modos de vida, capacitado para agregação social dinâmica e adaptativa da população do Baixo Tapajós;

- Acessibilidade e abertura ao público, para efetiva apropriação popular democrática;
- A praça é primordialmente um equipamento cultural para valorização das sociedades tradicionais atuais do Baixo Tapajós; e da história e arqueologia críticas, atualizadas, da região;
- Todas as intervenções no local devem respeitar os procedimentos legais cabíveis, especialmente em termos ambientais, de consulta popular e em preservação e musealização do registro arqueológico local;
- Prioridade, no uso e na conformação do espaço, às contribuições, demandas, histórias, afetos, simbolismos e memórias, ancestrais e atuais, das populações tradicionais do Baixo Tapajós;
- Contribuição para a melhoria de condições de reprodução social e material na região, em bases sustentáveis, favorecendo populações mais vulneráveis;
- Aproveitamento das potencialidades e estruturas locais para políticas públicas em educação, saúde, lazer, segurança e inclusão, atentas às demandas locais cabíveis, fundamentalmente incluída a educação histórico-patrimonial;
- Forte incentivo à geração de renda popular, especialmente através da culinária regional, turismo histórico-cultural comunitário e atividade comercial popular, preferencialmente voltada a elementos e necessidades locais;
- Intervenções construtivas e espaciais pautadas nos mínimos custos ambientais, sociais e fiscais possível para garantia de adequados padrões de qualidade e eficiência, utilizando-se da modularidade para compor espaços construídos;
- Decisões projetuais garantidoras de espaços seguros, confortáveis e funcionais, bem adaptados aos usos almejados, contexto cultural, condições climático-ambientais, manutenção e durabilidade;
- Identidade visual e material do espaço compatível com os princípios anteriores;
- Projeto paisagístico que priorize sombra, controle climático, flora local, manutenção de preexistências e espaços de repouso.

A primeira fase do projeto sugerido aqui é a realização de apropriado salvamento arqueológico do local da praça e entornos afetados. Para tal, recomenda-se a contratação de empresa especializada e instalação de estrutura temporária modular móvel, no auxílio à atividade de escavação e mapeamento arqueológicos. Os pormenores do processo de salvamento devem ser determinados e especificados por equipes técnicas competentes. A estrutura móvel sugerida para a fase de salvamento arqueológico será apresentada mais adiante. Já para propor a conformação definitiva da Praça Mani, segunda fase do projeto, além dos partidos mencionados, buscou-se inspiração nas bem-sucedidas experiências da Praça da República e da Praça do Museu Paraense Emilio Goeldi, ambas em Belém, utilizadas como referências.

**Imagens 53 a 57:** Fotografias da Praça do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém.

Fonte:<https://guia.melhoresdestinos.com.br/museu-paraense-emilio-goeldi-236-6598-l.html>. Guia de Destinos, autoria de Monique Renne



**Imagens 58 a 60:** Fotografias da Praça da República, Belém

Fonte:<http://www.belem.pa.gov.br/secon/site/2017/11/20/patrimonio-ordenamento-na-praca-da-republica-vai-coibir-ambulantes-irregulares/> e <https://agenciabelem.com.br/Noticia/158048/prefeitura-entrega-praca-da-republica-reformada-para-a-populacao>



## 2.2 Programa

A proposta resultante deste estudo preliminar prevê para a Praça Mani:

- Aprimoramento da infraestrutura e serviços de fornecimento de água encanada, coleta de lixo, coleta de esgoto, manutenção das vias públicas e fornecimento de energia elétrica;
- Calçadas acessíveis e contínuas no perímetro da praça, com largura mínima de dois metros;
- Implantação de novas espécies de árvores, arbustos, herbáceas e forração ao longo da praça (especificados adiante neste trabalho, no capítulo 2.3 *Paisagismo e piso*);
- Recolha de água da chuva, de forma a ser absorvida pelo solo ou usada em espelho d'água;
- Criação de espelho d'água (local apresentado em planta a seguir), utilizando-se especialmente de coleta pluvial, com a possibilidade de esguichos no espelho, de forma a prover refresco nos dias mais quentes;
- Pontos de Wi-Fi aberto, faixas de pedestre claramente demarcadas e criação de faixas elevadas (local especificado em planta a seguir), interligando de forma acessível e em maior segurança a locomoção de pedestres entre a Praça Mani, a Praça da Matriz, a orla de Santarém e o entorno;
- Manutenção do miolo vegetado atual da praça, bem como de seus passeios internos;
- Introdução e manutenção de lixeiras com coleta seletiva, bebedouro e sanitário públicos. Localização e construção dos sanitários demonstrados a seguir. Possibilidade de que junto ao lixo haja uma caçamba, para recolha de entulhos das redondezas;
- Manutenção do posto policial atual na praça, com aprimoramento da iluminação pública no local e entorno;
- Introdução de estrutura pública para lazer, descanso, contemplação e socialização: assentos, equipamentos de ginástica e brinquedos para parque infantil (localização destes elementos especificada adiante);
- Criação de abrigo coberto para ponto de ônibus ou táxi, nas proximidades da praça (local sugerido especificado em planta);
- Pequeno centro de alimentação, com quatro lanchonetes e conjuntos de mesas e cadeiras (localização e construção demonstradas a seguir);

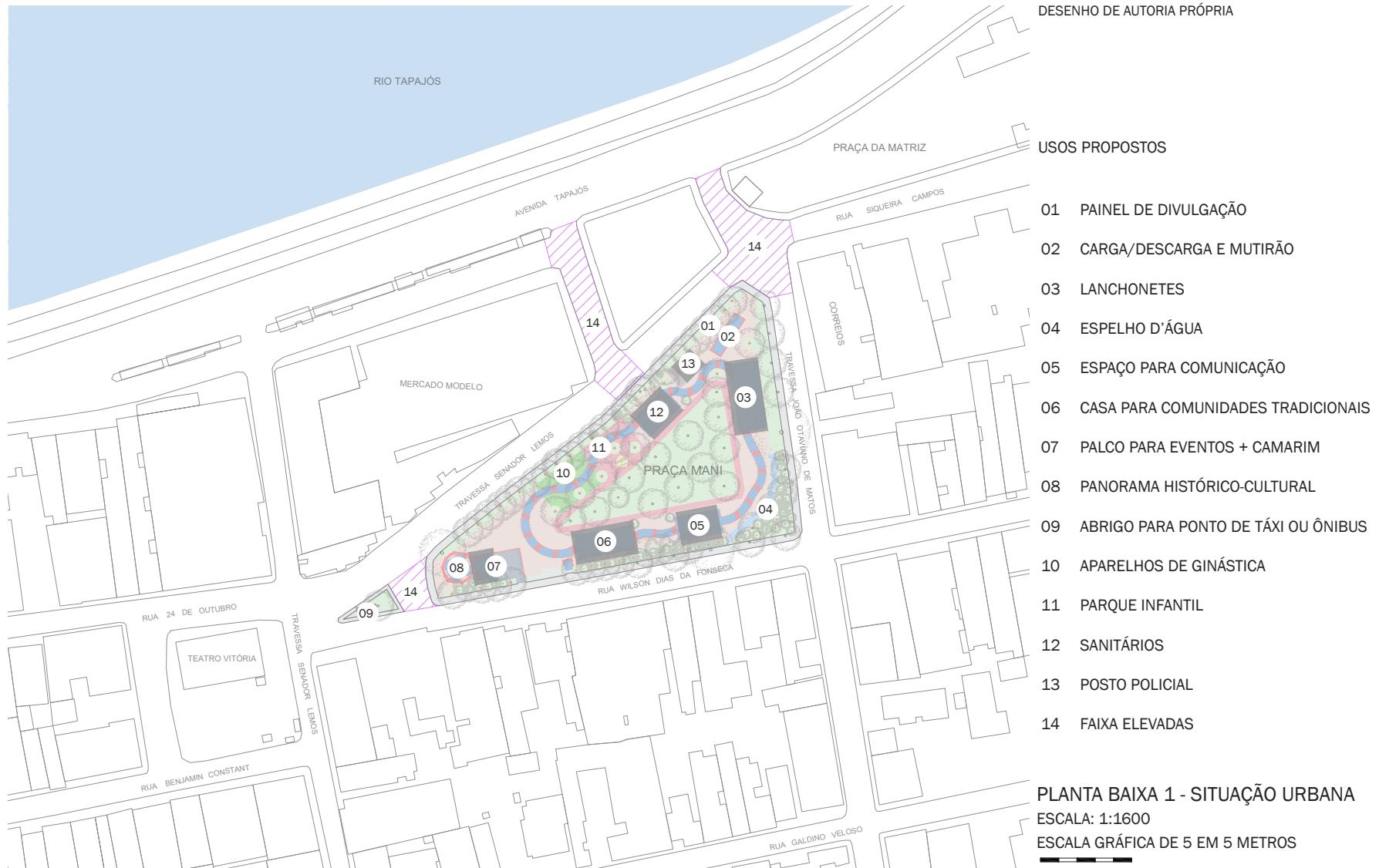
- Remoção de todas as vagas para automóveis localizadas dentro do perímetro atual da praça;
- Locais não vegetados nem concretados a serem cobertos com piso emborrachado drenante (especificações e locação adiante);
- Introdução de instalações artísticas na praça em homenagem a comunidades tradicionais do Baixo Tapajós e seus simbolismos, com idealização e implementação protagonizadas por estas populações. Sugere-se inclusive que as construções em madeira sejam cobertas com pintura de grafismos indígenas e com trançados locais;
- Criação de casa de congregação, acolhimento e cerimônias para comunidades tradicionais locais, que devem apropriar-se em definitivo do espaço e coordenar sua utilização em conjunto, amparadas pelo poder público. A casa conta com armários embutidos e deve receber intervenções de acordo com as necessidades. Permite a colocação de redes. A construção deve ser em madeira, ter portas pivotantes em formaçāo semicircular e prever pontos de iluminação e tomadas. Localização sugerida especificada a seguir;
- Circuito circular de placas, a céu aberto, apresentando um panorama histórico-cultural inclusive e crítico de Santarém, Baixo Tapajós e região, com eventos mais relevantes, história indígena, contribuições de comunidades tradicionais e personagens locais influentes. Também devem ser apresentados elementos culturais típicos, devidamente referenciados a suas origens. Localização e estrutura deste panorama apresentadas a seguir. Conteúdo e diagramação das placas podem ficar a cargo do IHGTap;
- Painel de divulgação próximo a uma das entradas da praça (local especificado adiante), com função de extroverter ou convidar à participação de atividades culturais, programas sociais e campanhas públicas inclusivas e socialmente responsáveis;
- Construção em madeira, com armários embutidos, para comunicações em rodízio: realização de palestras em assuntos públicos relevantes; aulas abertas ao público; debates entre ativistas e entidades locais; oficinas de arte, costura, carpintaria, teatro, leitura, etc. Deve ser prevista iluminação interna, pontos de tomada e mobiliário adequado;
- Palco e camarim anexo para eventos de música, teatro, manifestações e dança. Construção em madeira, camarim contando com armário embutido;
- Demarcação de espaço para carga e descarga de materiais, com a possibilidade de estacionar ônibus ou caminhão, em acesso direto à rua e proximidade relativa das principais estruturas construídas. Neste local podem funcionar estruturas temporárias, como bibliotecas móveis e trailers para campanhas de vacinação, atendimento médico ou distribuição de mantimentos;
- Durante a fase inicial de escavações arqueológicas, prevê-se a instalação de estrutura leve, temporária e desmontável, com fundação rasa.

O espaço de vendas para o camelódromo, em rua lateral à praça, não foi aqui projetado. Sugere-se, no entanto, que, caso construído, utilize o mesmo raciocínio material, estético e modular das construções prescritas neste trabalho. Salões expositivos nos moldes do Cristo Rei, em Santarém, podem ser construídos nas proximidades da praça, trazendo pontos de venda mais arejados e eficientes. Se padronizados, eventualmente, poderiam inclusive substituir o atual modelo de cubículos de camelódromo, agregando novos usos. As opções são ilimitadas, mas poderiam prever:

- comércio orgânico de pequenos produtores rurais, a preços acessíveis;
- comércio de produtos de caráter e confecção local em arte: trançados, tecelagem e serviços de calçados;
- campanhas temporárias de doação de alimentos, produtos de higiene, roupas, sapatos, medicamentos e EPIs;
- exposição temporária de arte e objetos arqueológicos;
- feiras temporárias de recrutamento de empregos e serviços, levando oportunidades para a população local, com os contratantes presentes.

Na página a seguir consta planta-baixa de situação dos principais elementos aqui descritos, previstos para a Praça Mani. No capítulo 2.5 Módulos construtivos, será descrito mais acerca de cada construção. No capítulo 2.6 Edificações, encontram-se esquemas ilustrativos pensados para cada edificação. A seguir, resumo das áreas por forma de intervenção. Área construída foi contada duas vezes, por que também recebe piso emborrachado.

DESCRIÇÃO	ÁREA (M <sup>2</sup> )
<b>ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO</b>	<b>4839,54</b>
FAIXAS ELEVADAS	1003,99
ÁREAS VEGETADAS NOVAS	680,21
ESPELHO D'ÁGUA	48,70
CONSTRUÇÃO	418,79
PISO EMBORRACHADO	2403,42
OUTRAS (CONCRETADAS)	703,22
<b>ÁREA DE PROJETO NÃO ALTERADA</b>	<b>808,90</b>
<b>ÁREA TOTAL DE PROJETO</b>	<b>5648,44</b>



## 2.3 Paisagismo e piso

As páginas a seguir, com plantas-baixas, localizam as intervenções previstas em paisagismo e colocação do piso emborrachado, incluso seu desenho. O piso proposto é tecnicamente definido como Piso Monolítico de Borracha Butílica Reciclada. Sua venda e preços podem ser consultados em:

- <https://www.piso.srv.br/piso-i-haih.asp>; <https://www.pltpisos.com.br/>;
- <https://www.crossfitpisos.com.br/aplicacao>;
- <https://www.multiplaypisos.com.br/produtos/piso-emborrachado-flex-sbr>.

O piso proposto segue as normas da ABNT 16071 e é indicado tanto para áreas internas quanto externas. É fabricado a partir de grãos coloridos de borracha butílica reciclada, borracha natural e EPDM. Parte importante desta matéria-prima vem de pneus reciclados. O piso é especialmente indicado para amortecer impactos, ser intertravado, antiderrapante, flexível e atóxico. Em arquitetura, costuma ser a principal recomendação para áreas com crianças e idosos ao ar-livre. É resistente ao desgaste do tempo e fatores climáticos, como umidade e insolação. É drenante e impede erosão, mantendo a saúde do solo do entorno. Além disso, tem estabilização UV, não sobreaquecendo ou retendo calor como o concreto. É uma opção versátil de relativamente simples instalação, sobre berço de pedregulho, e muitas possibilidades de desenhos e cores. Também tem bom isolamento acústico e fácil manutenção, apenas não permitindo solventes químicos abrasivos.

O produto especificado é uma sugestão que deverá, no caso de execução do projeto, prever aplicação de piso emborrachado com manufatura local, a partir do conhecimento dos encauchados para produção de látex local, aliado a tecnologias de beneficiamento do látex, reciclagem de borrachas sintéticas em pneus e confecção de pisos, considerando especificações, insumos, maquinários e cuidados necessários. Deve-se adaptar a produção industrial corrente destes pisos monolíticos de borracha, presente em outras regiões do país, às circunstâncias locais, agregando valor compartilhado à produção regional seringueira. Pisos emborrachados unem atualmente borracha natural às borrachas sintéticas butílica e EPDM, de origem petroquímica, recicladas de pneus.

Com relação à escolha das espécies para o paisagismo, foram selecionadas segundo o critério de relevância cultural para populações amazônicas, especialmente comunidades tradicionais. A vegetação é parte da história e cotidiano da Amazônia, sendo também procurada pela fauna local. Apesar do fator estético ter sido considerado, foram escolhidas e posicionados os espécimes segundo possibilidade de ambiência, necessidades da vegetação e aroma emitido. Com exceção da seringueira, todas as espécies são plantas alimentícias não convencionais (PANC), produzem frutos comestíveis ou apresentam importante potencial medicinal e fitoterápico. A maioria também é encontrada frequentemente no registro arqueológico de populações indígenas amazônicas.

## PISO DRENANTE EMBORRACHADO MONOLÍTICO E FORRAÇÃO VEGETAL

PÁGINA 135



\* CURVAS DE NÍVEL REPRESENTADAS DE 20 EM 20 CM  
CURVAS MESTRAS DE METRO A METRO, EM VERMELHO

DESENHO DE AUTORIA PRÓPRIA

### ESPECIES SELECIONADAS PARA FORRAÇÃO

- 01 ESPINAFRE DA AMAZÔNIA (*Alternanthera sessilis*)
- 02 JAMBÚ (*Acmella oleracea*)
- 03 HORTELÃ-GORDA (*Plectranthus amboinicus*)
- 04 MURERÉ (*Pistia stratiotes*) (AQUÁTICA)

### LEGENDA

<span style="background-color: #80E6AA; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	ÁREA VEGETADA
<span style="background-color: #0070C0; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	ESPELHO D'ÁGUA
<span style="background-color: #BDBDBD; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	ÁREA CONCRETADA
<span style="background-color: #80E6AA; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	PISO EMBORRACHADO VERDE
<span style="background-color: #C8A2C8; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	PISOS EMBORRACHADOS ROSAS
<span style="background-color: #0070C0; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	PISO EMBORRACHADO AZUL
<span style="background-color: #E63333; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	PISO EMBORRACHADO VERMELHO
<span style="background-color: #9ACD32; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span>	AREIA

### PLANTA BAIXA 2 - COBERTURA DO SOLO

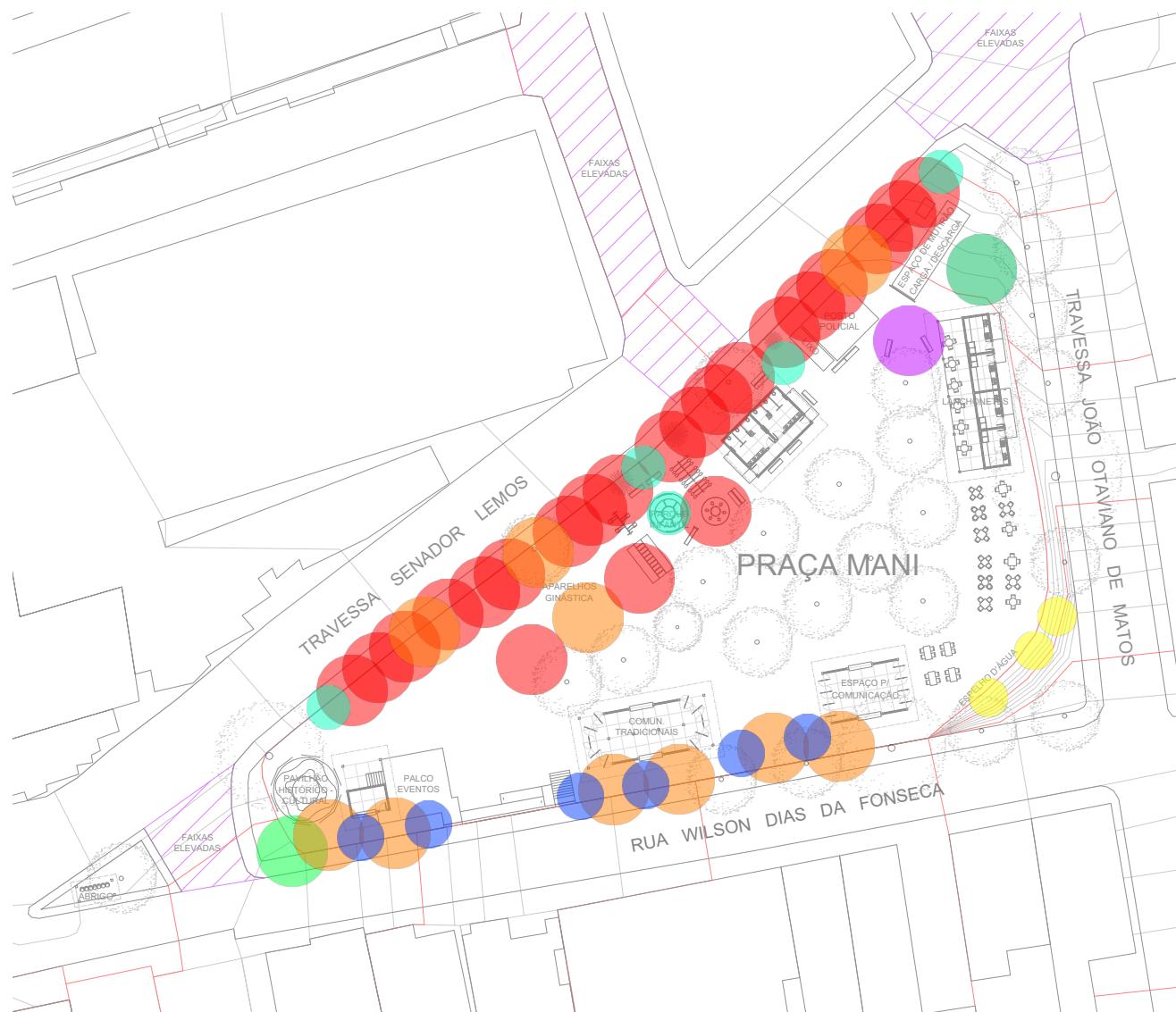
ESCALA: 1:800

ESCALA GRÁFICA DE 5 EM 5 METROS



## VEGETAÇÃO NOVA - ÁRVORES

PÁGINA 136



\* CURVAS DE NÍVEL REPRESENTADAS DE 20 EM 20 CM  
CURVAS MESTRAS DE METRO A METRO, EM VERMELHO  
DESENHO DE AUTORIA PRÓPRIA

### LEGENDA

- VEGETAÇÃO PREEXISTENTE
- SAPUCAIA (*Lecythis pisonis Cambess*)
- PATAUÁ (*Oenocarpus bataua*)
- MURICI (*Byrsonima sericea*)
- SERINGUEIRA (*Hevea brasiliensis*)
- AÇAÍ DO MATO (*Euterpe precatoria*)
- CUPUAÇU (*Theobroma grandiflorum*)
- BACABA (*Oenocarpus bacaba*)
- CUIEIRA (*Crescentia cujete*)

### PLANTA BAIXA 3 - VEGETAÇÃO

ESCALA: 1:800  
ESCALA GRÁFICA DE 5 EM 5 METROS



## VEGETAÇÃO NOVA - HERBÁCEAS E ARBUSTIVAS

PÁGINA 137



\* CURVAS DE NÍVEL REPRESENTADAS DE 20 EM 20 CM  
CURVAS MESTRAS DE METRO A METRO, EM VERMELHO

DESENHO DE AUTORIA PRÓPRIA

### LEGENDA

- VEGETAÇÃO PREEXISTENTE
- ANINGUA-AÇU (*Montrichardia linifera*)
- ARRUDA (*Ruta graveolens*)
- BUXIXO-AZEDO (*Aciotis circaeifolia*)
- CIDREIRA (*Lippia Alba*)
- SARA-TUDO (*Justicia acuminatissima*)

### PLANTA BAIXA 4 - VEGETAÇÃO

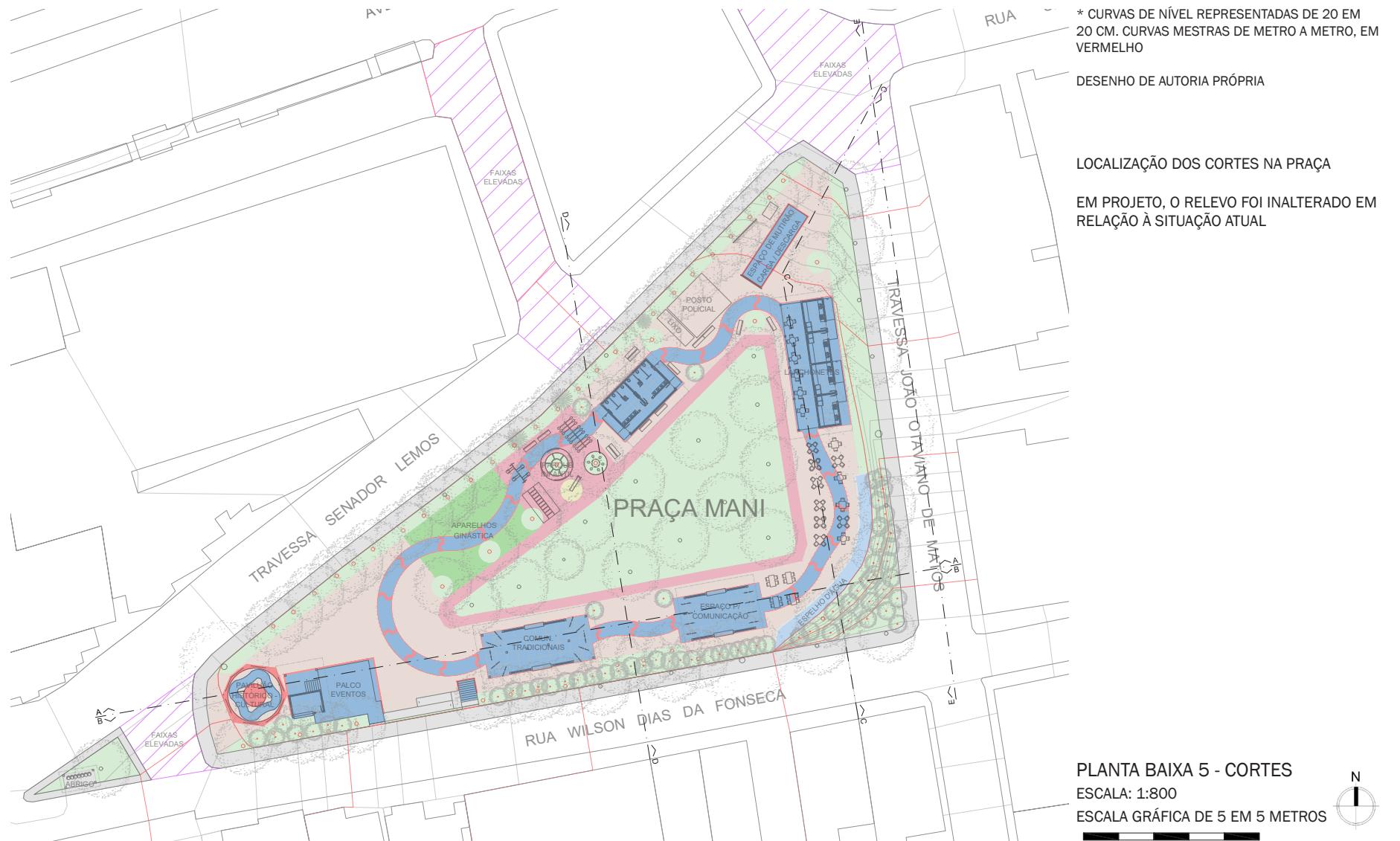
ESCALA: 1:800

ESCALA GRÁFICA DE 5 EM 5 METROS



## 2.4 RELEVO E CORTES

PÁGINA 138



## CORTE AA



ESCALA: 1:500

ESCALA GRÁFICA 25 METROS



- REPRESENTAÇÃO GENÉRICA DA VEGETAÇÃO PREEXISTENTE E DAS NOVAS ESPÉCIES PREVISTAS EM PROJETO,  
PORTANTO, TAMANHO E FORMATO DAS ÁRVORES PODEM NÃO CORRESPONDER ÀS PROPORÇÕES REAIS;  
- FORRAÇÃO VEGETAL NÃO FOI REPRESENTADA EM CORTES, MAS É ELEMENTO SIGNIFICATIVO NA PAISAGEM;  
- FORMAÇÕES ARBUSTIVAS PREEXISTENTES E MOBILIÁRIO DA PRAÇA TAMBÉM NÃO FORAM REPRESENTADOS.  
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA

## CORTE BB



## CORTES

PÁGINA 140

CORTE CC



ESCALA: 1:500  
ESCALA GRÁFICA 25 METROS



- REPRESENTAÇÃO GENÉRICA DA VEGETAÇÃO PREEXISTENTE E DAS NOVAS ESPÉCIES PREVISTAS EM PROJETO,  
PORTANTO, TAMANHO E FORMATO DAS ÁRVORES PODEM NÃO CORRESPONDER ÀS PROPORÇÕES REAIS;  
- FORRAÇÃO VEGETAL NÃO FOI REPRESENTADA EM CORTES, MAS É ELEMENTO SIGNIFICATIVO NA PAISAGEM;  
- FORMAÇÕES ARBUSTIVAS PREEXISTENTES E MOBILIÁRIO DA PRAÇA TAMBÉM NÃO FORAM REPRESENTADOS.  
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA

CORTE DD



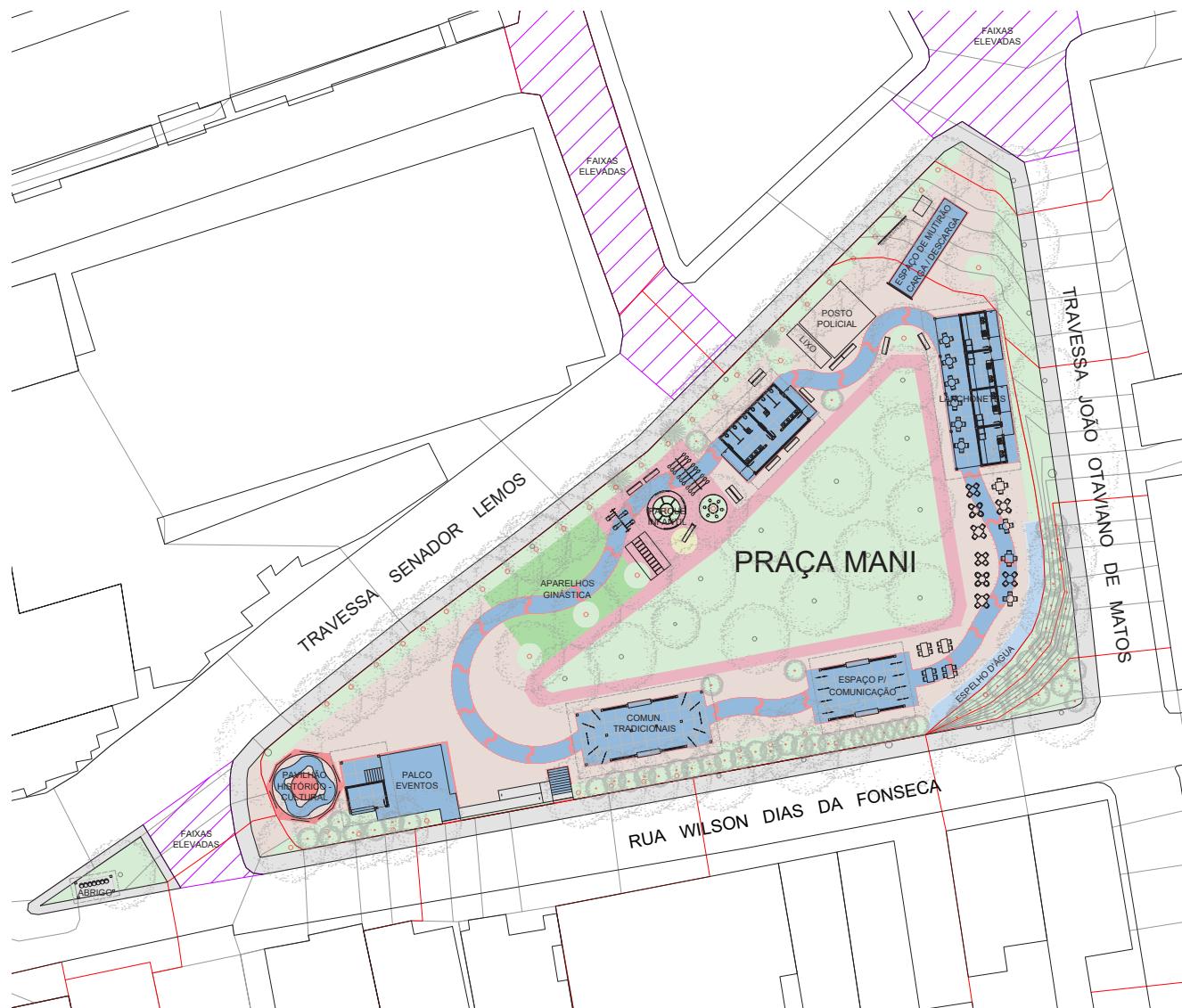
**CORTE EE**

## 2.5 Módulos construtivos

A concepção dos espaços edificados foi inspirada pelas malocas tapajônicas, estruturas em madeira descritas por cronistas, em relatos mencionados em capítulos anteriores. A planta do projeto construtivo e seus encaixes esquematizados serão apresentados em desenhos a seguir. Todas as edificações projetadas aqui foram idealizadas com peças modulares, de encaixes facilitados, aprimorando a racionalidade do canteiro de obras e diminuindo prejuízos. As fundações são rasas e permitem que, no caso de mudanças futuras, haja pouco transtorno. Também as dimensões das edificações, em planta, são conformadas em módulos de 1,5 metro x 1,5 metro, permitindo replicabilidade e adaptabilidade do modelo. Este segue escalas compatíveis com a ergonomia de corpos humanos e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Todos os componentes de madeira devem prever tratamento químico adequado antes de serem utilizados.

As paredes são estruturalmente reforçadas e internamente vazadas, sem comprometimento da vedação, o que permite a passagem de tubulação e instalação elétrica. A estrutura é predominantemente em madeira laminada colada (MLC), material durável e com estabilidade dimensional, garantindo vencer grandes vãos a um baixo custo ambiental. Além disso, é altamente resistente ao fogo, intempéries e cargas accidentais, com baixo peso próprio. Tem pouca necessidade de manutenção e é resiliente a abrasões químicas. Forro foi previsto para os sanitários e o camarim. A cobertura sugerida para os telhados é palha de piaçava tratada. Este material possui boa eficiência energética e resistência a intempéries, com durabilidade de até dez anos. Para segurança das lanchonetes e do módulo de apoio às escavações, ambas edificações possuem aberturas de madeira em sanfona, que podem ser devidamente trancadas após o horário de funcionamento.

Tanto o espaço de comunicações quanto a casa para comunidades tradicionais contam com aberturas pivotantes, em madeira. Podem ser usadas como portas, quando abertas. Já quando fechadas, comportam-se como paredes, podendo servir de apoio para projeções ou lousas móveis. Todas as construções contam com aberturas superiores para ventilação, sem comprometimento da privacidade.



\* CURVAS DE NÍVEL REPRESENTADAS DE 20 EM 20 CM  
CURVAS MESTRAS DE METRO A METRO, EM VERMELHO  
DESENHO DE AUTORIA PRÓPRIA

## LEGENDA

- ● VEGETAÇÃO PREEXISTENTE
- ● VEGETAÇÃO NOVA
- COZINHA PARA LANCHONETES
- ○ MOBILIÁRIO DE SANITÁRIO
- BANCOS DE PRAÇA
- PORTAS PIVOTANTES
- PORTAS CONVENCIONAIS
- PAREDES DE MADEIRA
- ARMÁRIOS EMBUTIDOS E PILARES
- EIXOS CONSTRUTIVOS
- PROJEÇÃO DE COBERTURA
- CONJUNTOS DE MESAS E CADEIRAS
- ESCADAS
- RAMPAS

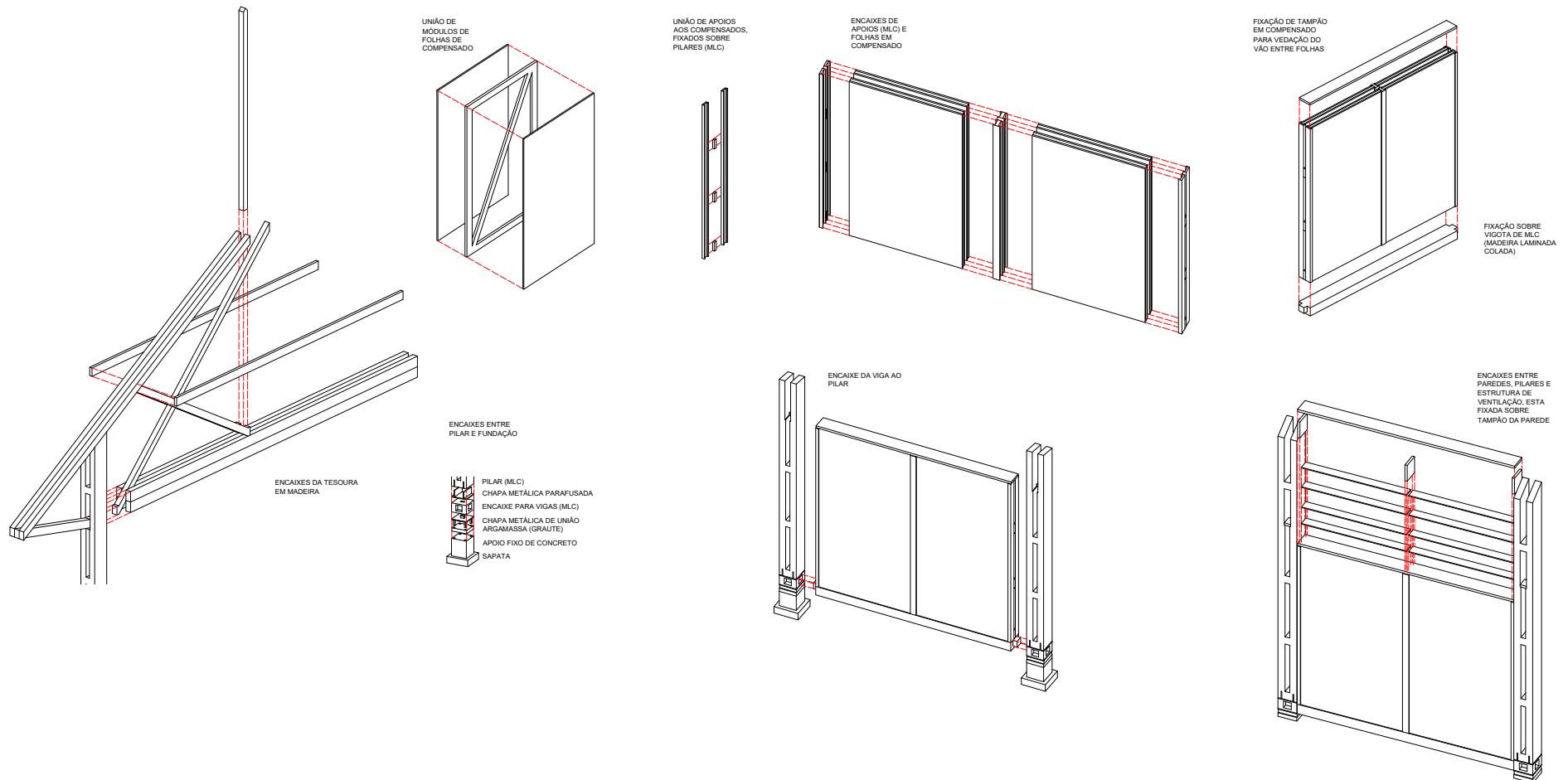
PLANTA BAIXA 6 - PRAÇA MANI

ESCALA: 1:800

ESCALA GRÁFICA DE 5 EM 5 METROS



DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA



ESQUEMA 1 - ENCAIXES MODULARES

ESCALA: 1:100

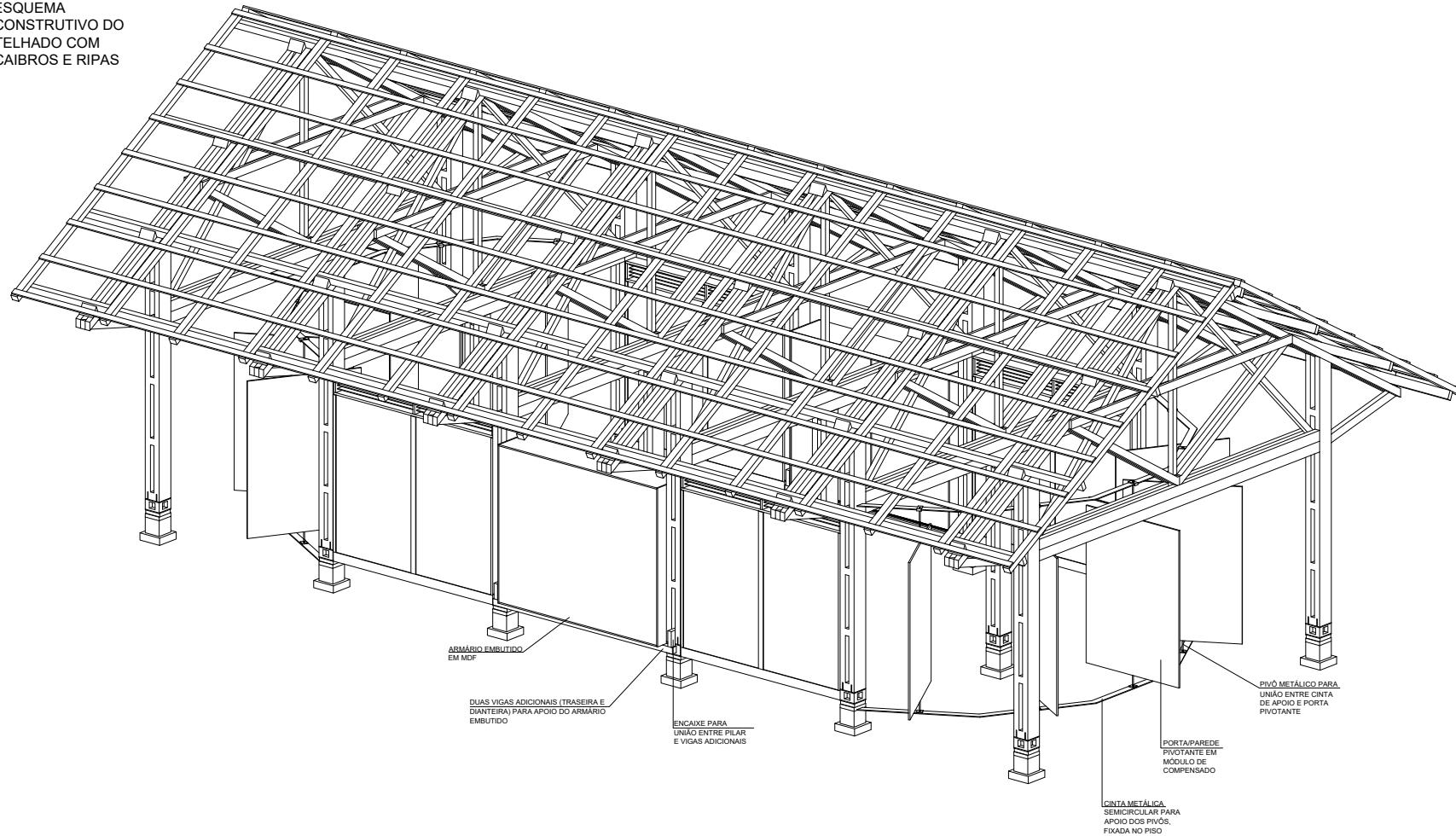


## ENCAIXES MODULARES

PÁGINA 145

DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA

ESQUEMA  
CONSTRUTIVO DO  
TELHADO COM  
CAIBROS E RIPAS



ESQUEMA 2 - PIVÔ E ARMÁRIOS

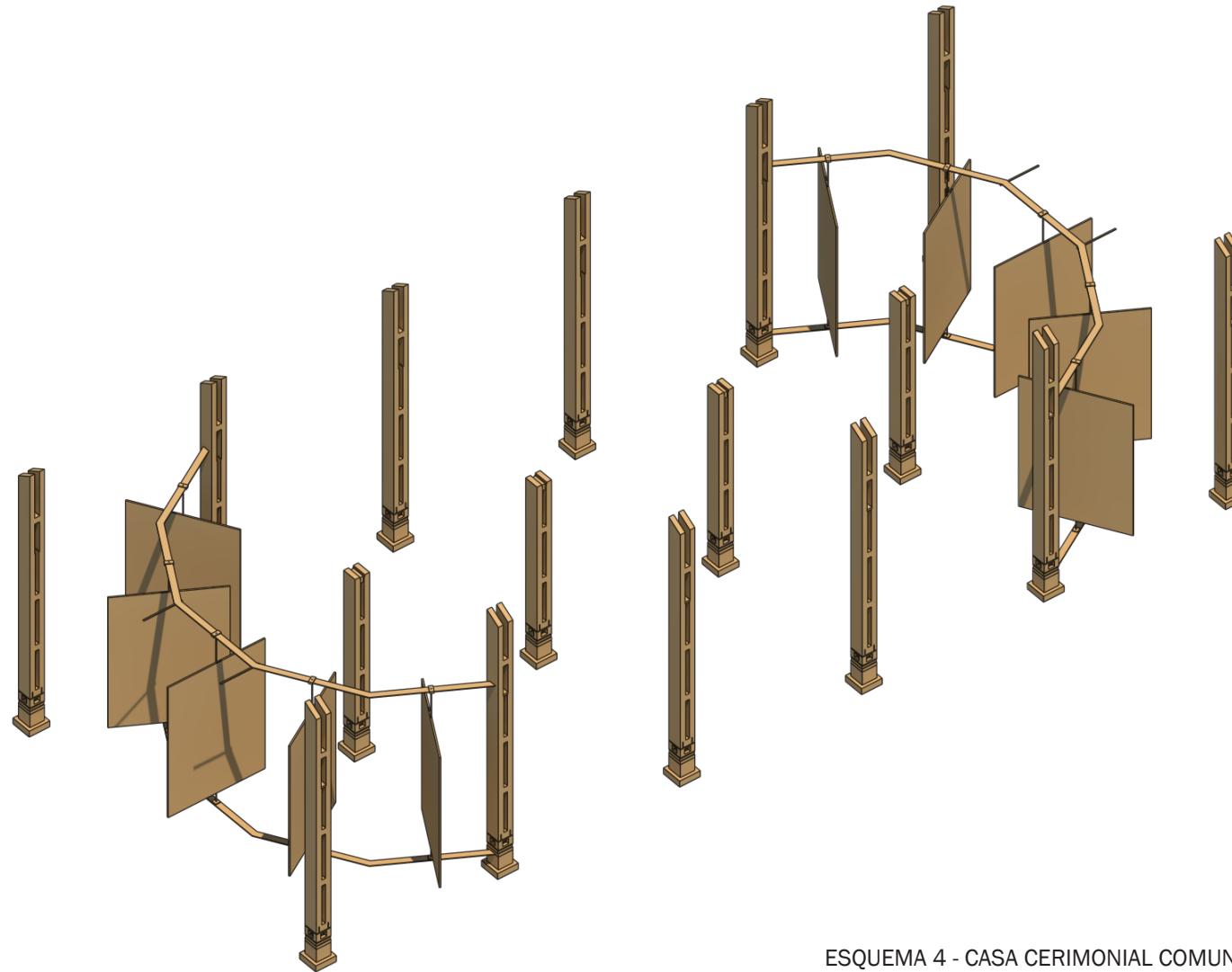
ESCALA: 1:100





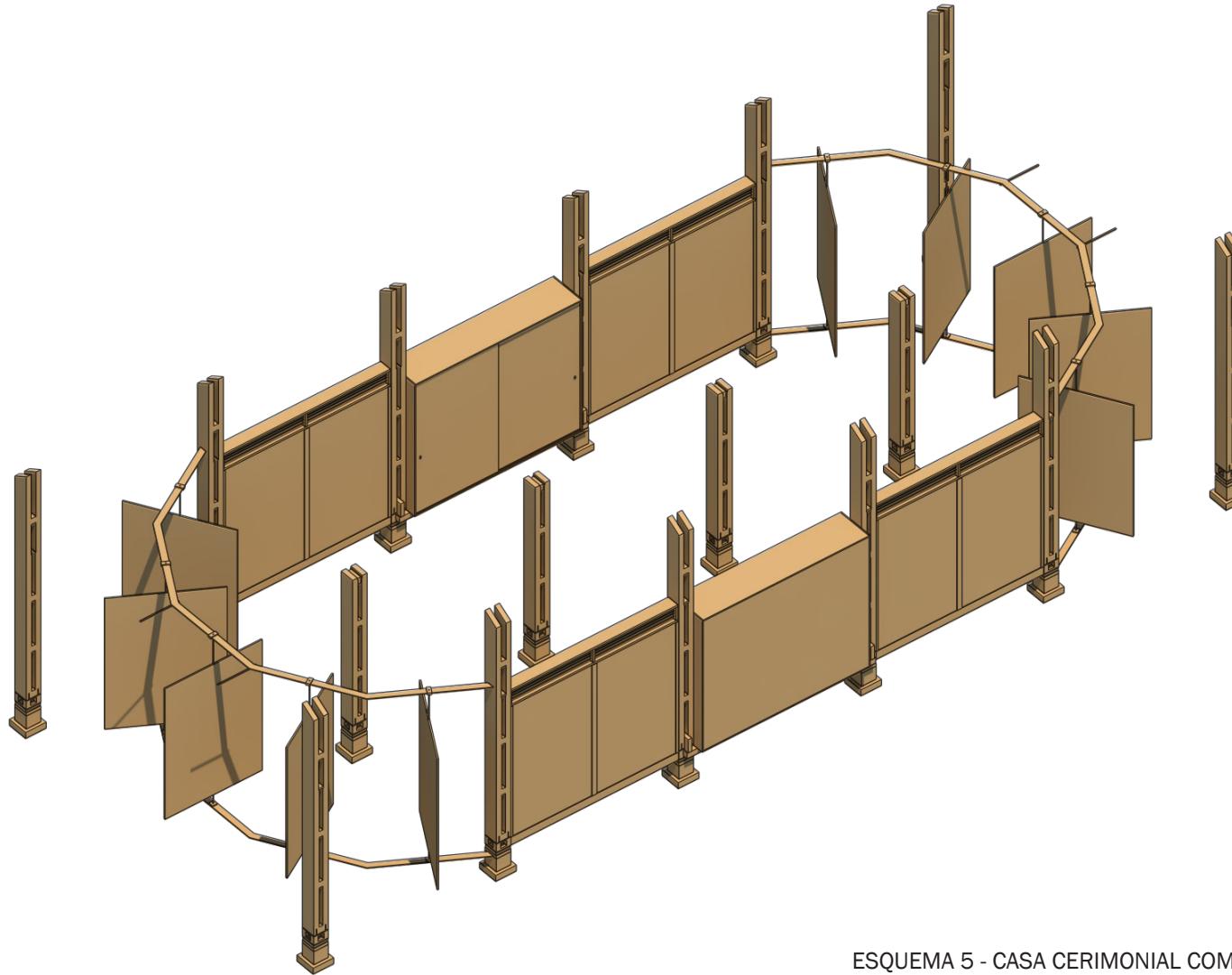
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 3 - CASA CERIMONIAL COMUNIDADES TRAD.: FUNDAÇÃO + BASES PILARES



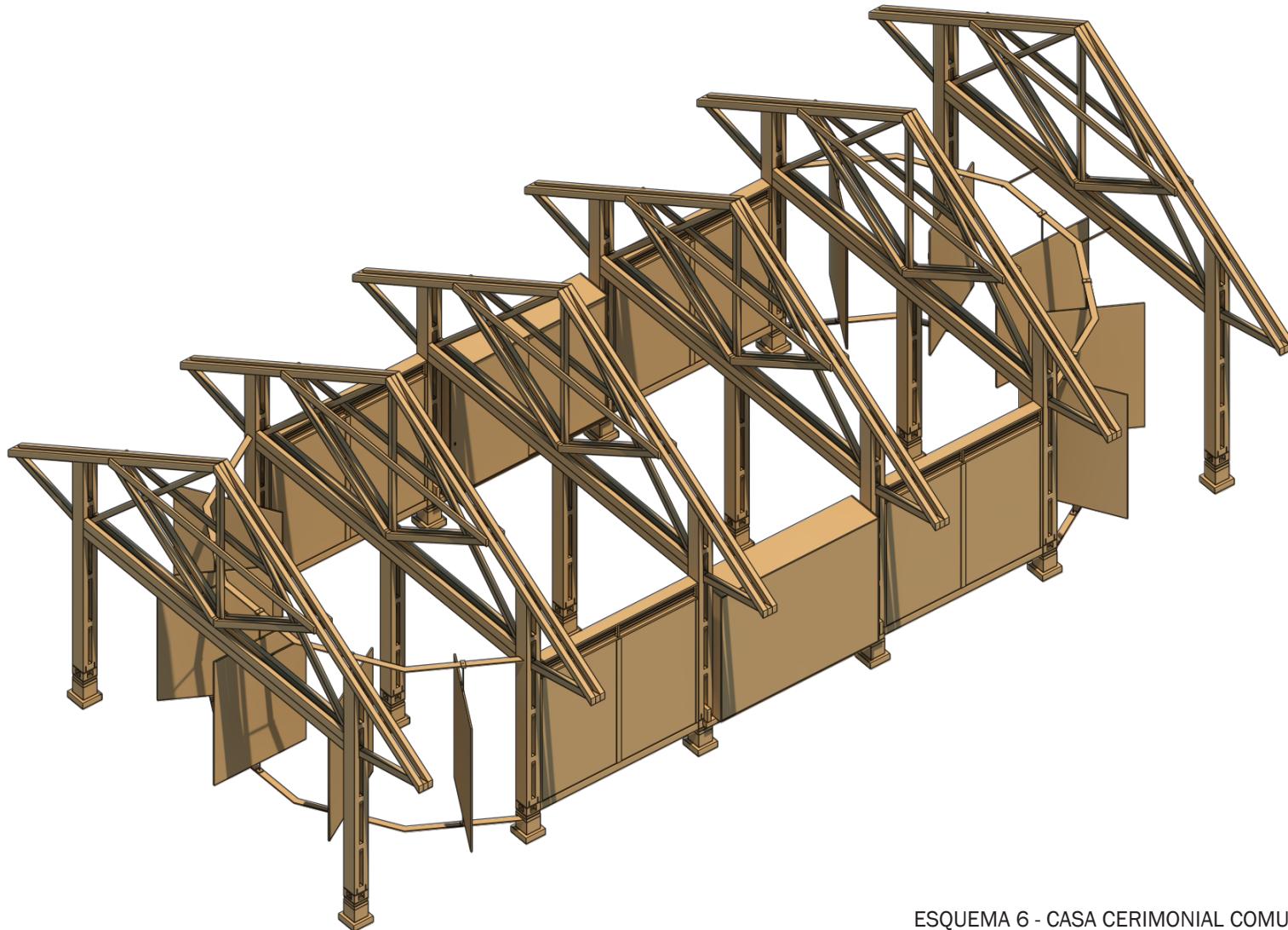
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 4 - CASA CERIMONIAL COMUNIDADES TRAD.: PILARES + PORTAS



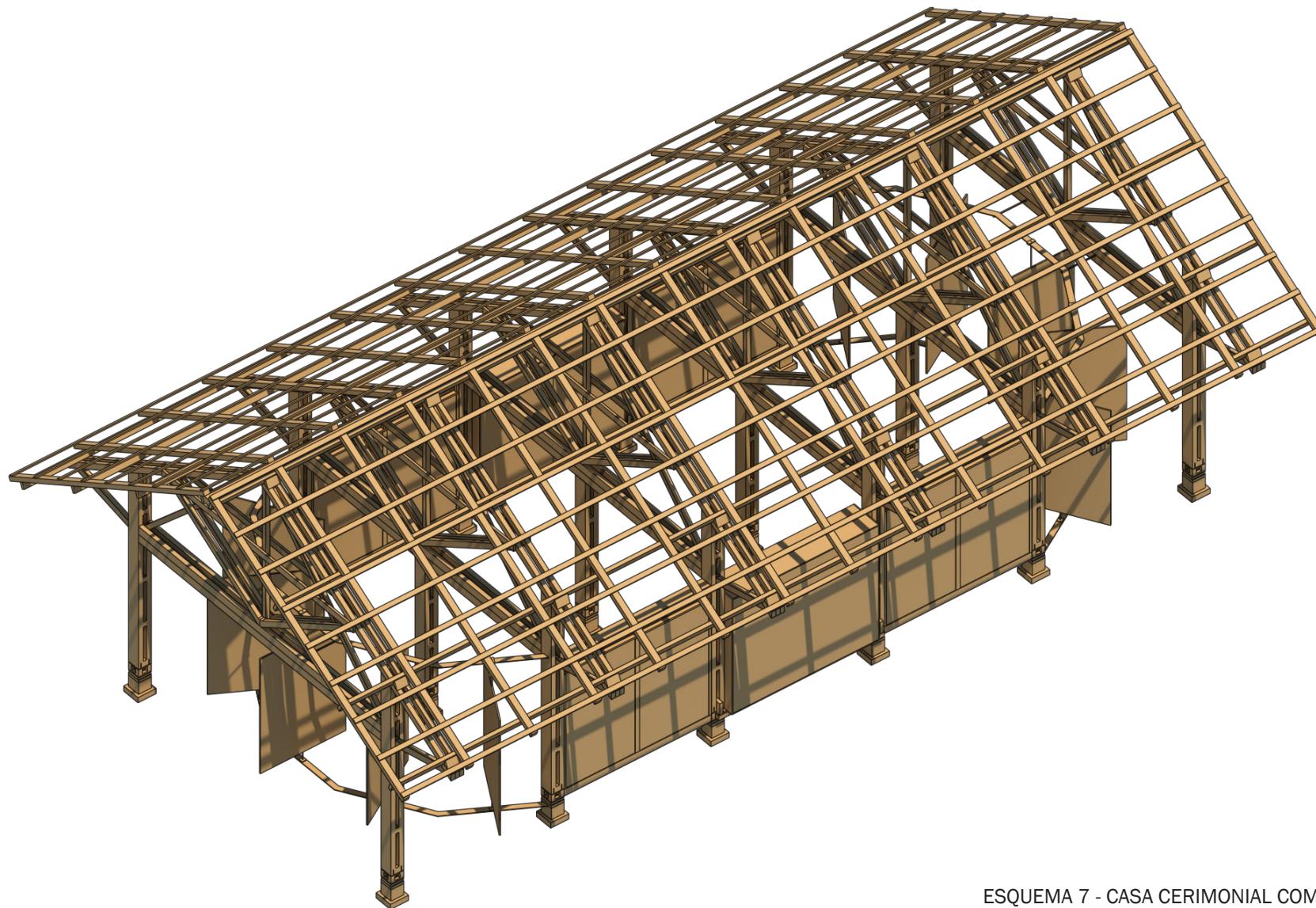
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 5 - CASA CERIMONIAL COMUNIDADES TRAD.: PAREDES + ARMÁRIOS



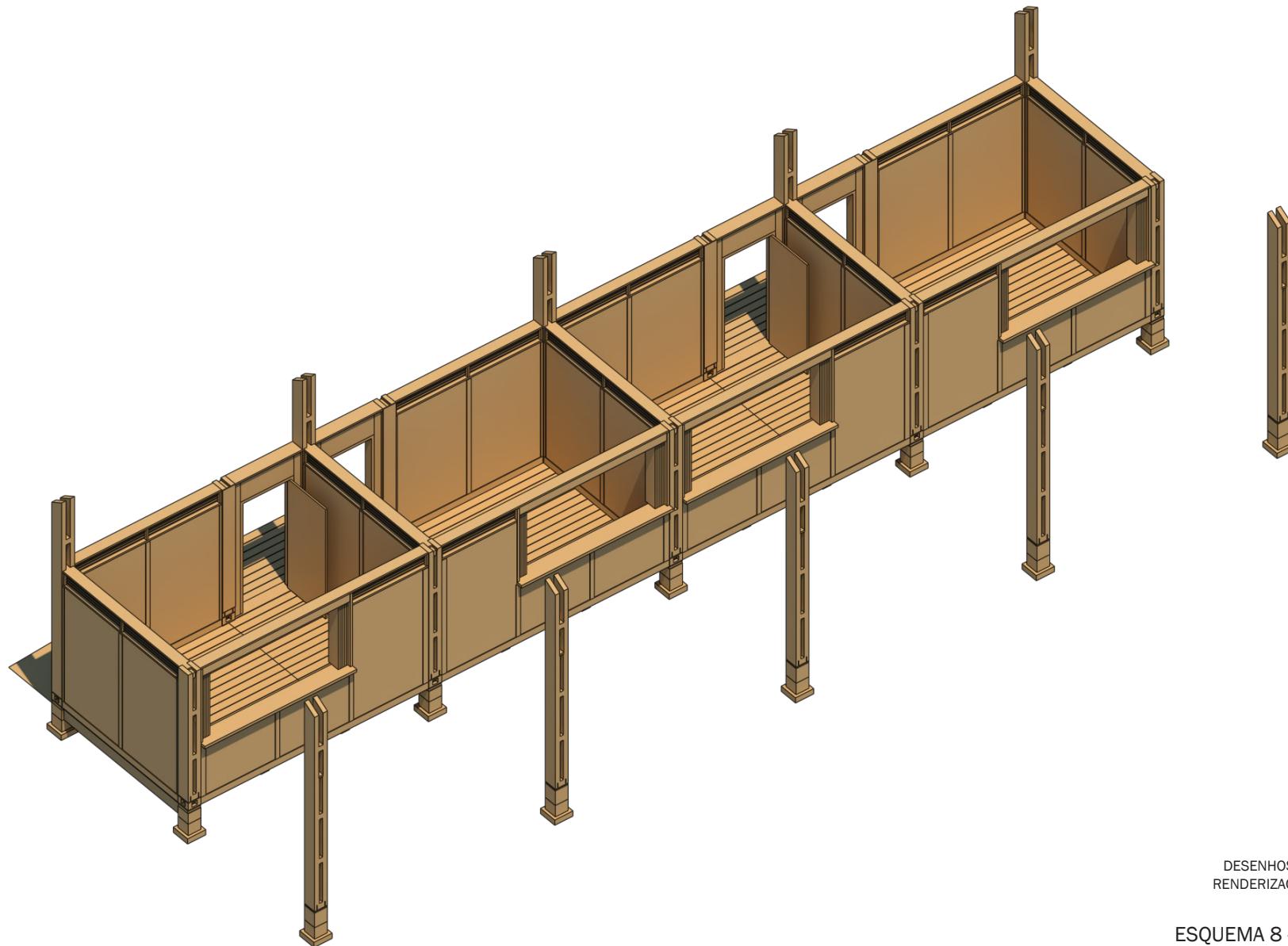
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 6 - CASA CERIMONIAL COMUNIDADES TRAD.: TESOURAS



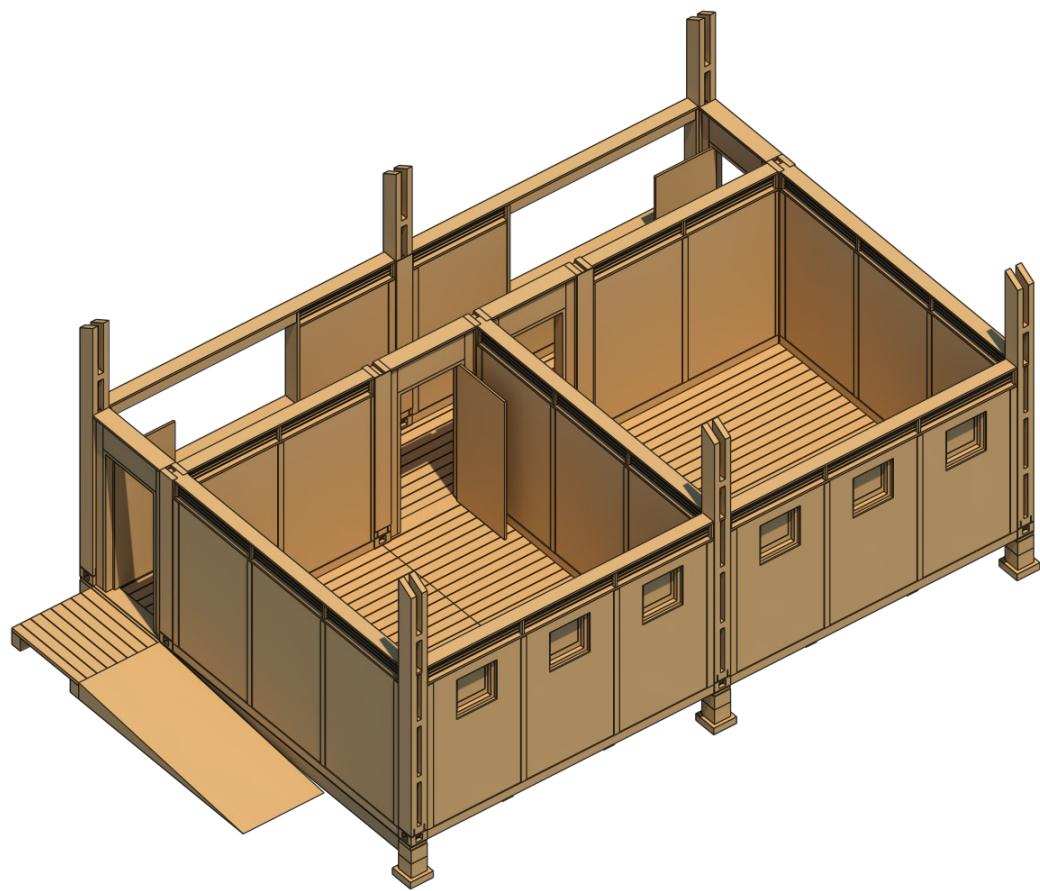
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 7 - CASA CERIMONIAL COMUNIDADES TRAD.: TELHADO



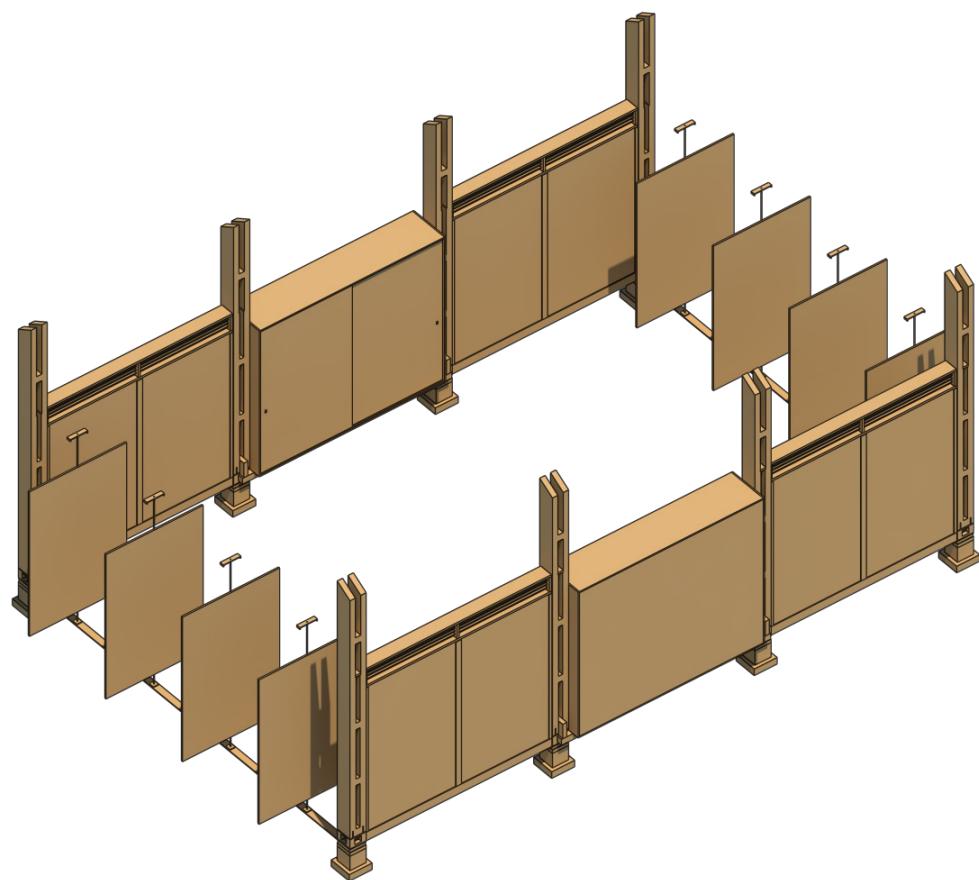
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 8 - LANCHONETES



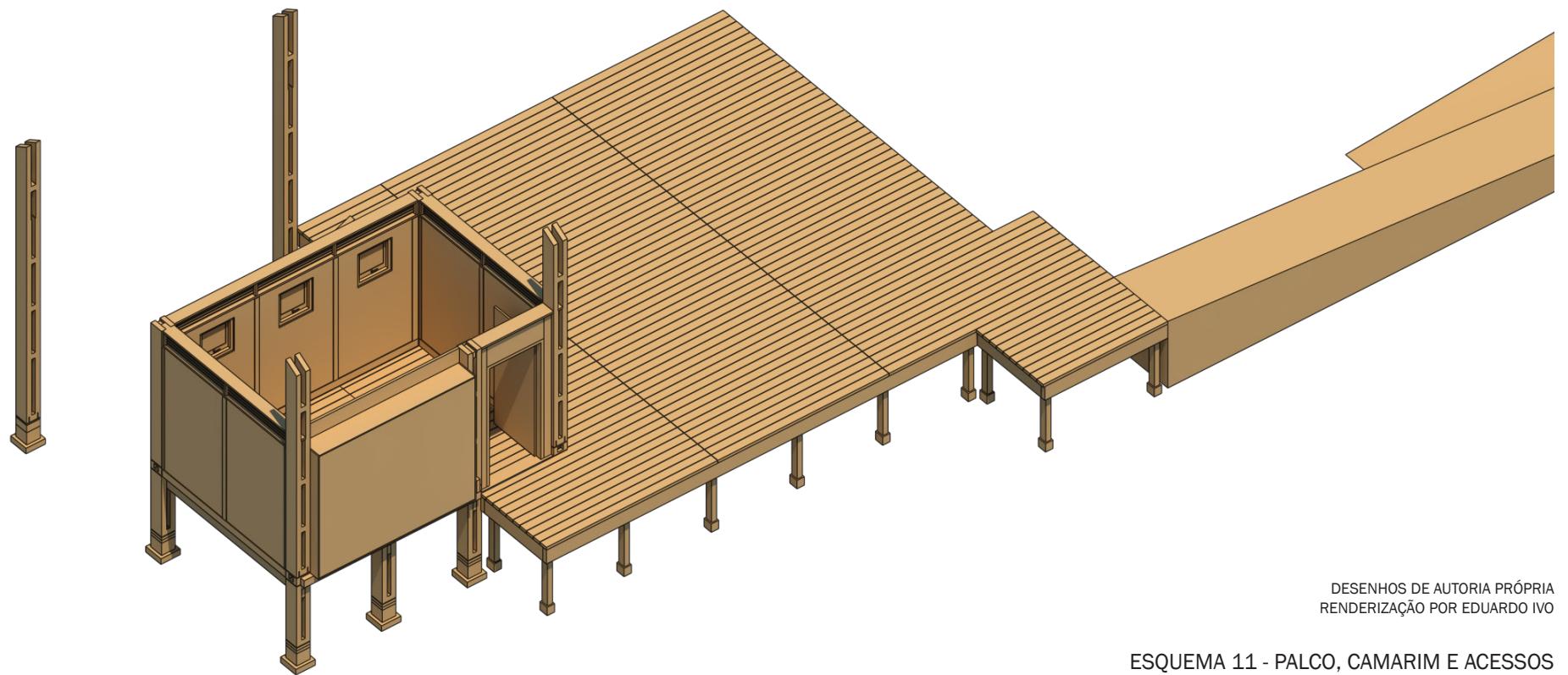
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 9 - SANITÁRIOS



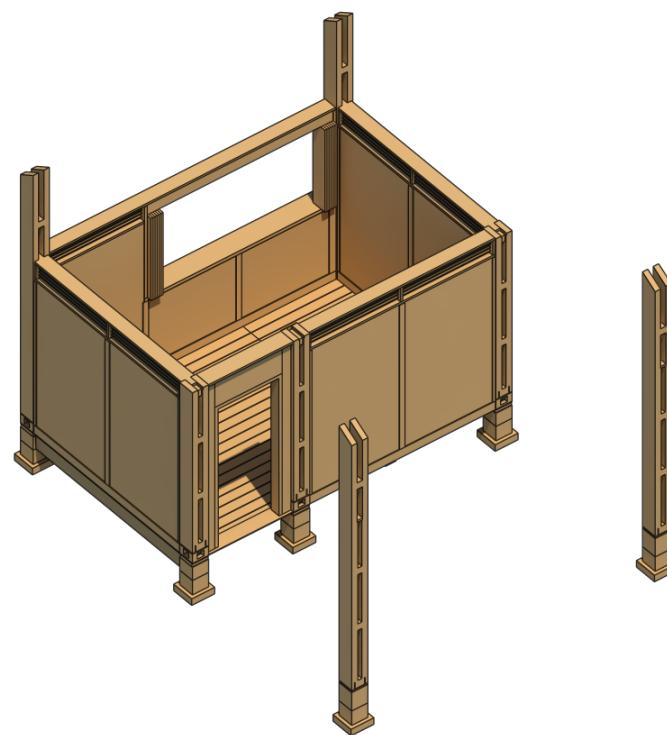
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 10 - ESPAÇO PARA COMUNICAÇÃO



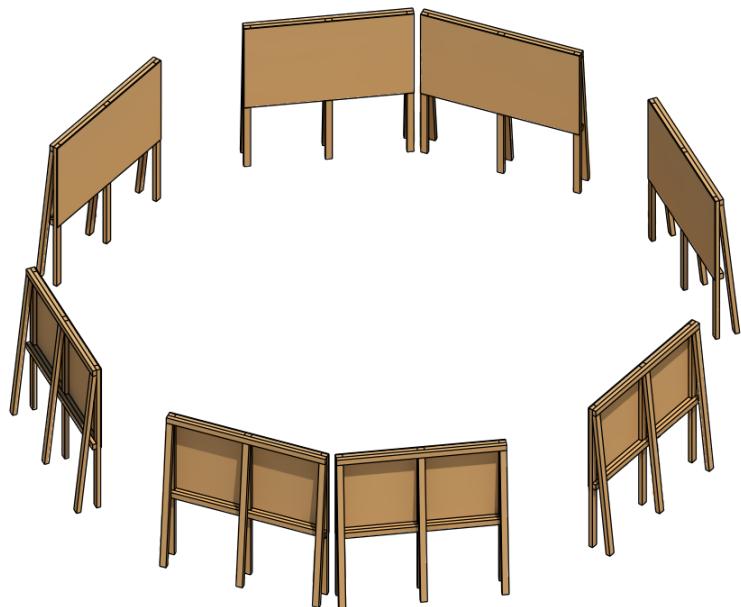
DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 11 - PALCO, CAMARIM E ACESSOS



DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 12 - BASE DE APOIO MÓVEL PARA ESCAVAÇÕES



DESENHOS DE AUTORIA PRÓPRIA  
RENDERIZAÇÃO POR EDUARDO IVO

ESQUEMA 13 - PANORAMA HISTÓRICO-CULTURAL CIRCULAR

## Conclusão

O Baixo Tapajós é uma região cultural historicamente definida por processos políticos diversos e circunscrita por barreiras e elementos naturais, indissociáveis da Bacia Amazônica e da calha do Rio Tapajós, com seus afluentes. Conforma-se, então, um conjunto de paisagens híbridas, interligadas, cronologicamente interpostas, globalmente conectadas, ligadas a diferentes lógicas de vivência e de continuidade temporal, cultural, territorial. São dinâmicas, em constante atualização, e sob interferências mútuas múltiplas, por vezes antagônicas. Ou seja, um palimpsesto ocupacional, que se mantém há milênios. Desde a invasão colonial, o Baixo Tapajós mantém seu potencial humano, cosmológico, cultural, ecológico e conectivo ao restante da América. Estas condições são a grande riqueza da região, e também os alvos de maior assédio pelas constantes empreitadas coloniais, que seguem atualizadas. A região tem sido capaz de reagir a crescentes choques sistêmicos e absorver novas matrizes culturais, que continuam sendo combinadas às lógicas, memórias e contribuições indígenas, para criar vivências, afetos e identidades diversas, híbridas e mestiças em variados graus, pela região. As histórias e materialidades do Baixo Tapajós são resultados de contínuas resiliências, adaptabilidades, agressões e mediações entre multifacetados agentes e camadas de significados, em diferentes escalas de atuação global-local.

Apesar de definidos em parâmetros assimétricos de poder, e pontuados por agressões, massacres e servidões, todos os processos sistêmicos coloniais e modernos configurados no Baixo Tapajós passaram e passam por mediações e adaptações junto à presença tradicional e elementos naturais da região. Os portugueses não teriam sobrevivido na Amazônia sem os conhecimentos indígenas, muito menos teriam sido capazes de coordenar a exploração do território sob diferentes ciclos econômicos. Da navegação à culinária e medicina, nos cuidados domésticos e na produção econômica, da diplomacia ao comércio, atuaram fundamentalmente indígenas, afrodescendentes, beradeiros e ribeirinhos mestiços para viabilizar o sistema. Estas pessoas optavam por diferentes formas de interação, convivência e intervenção, agindo coletiva e individualmente dentro de suas capacidades de atualização e resistência. Neste sentido, os missionários jesuítas (1661-1759) foram agentes importantes de transculturação e intermediação para instalação de parâmetros hegemônicos, mas reajustados.

Santarém, seu entorno e a Amazônia vivem em constante fricção, entre disputas por diferentes projetos de futuros. A história da cidade protagoniza ciclos de resistência contra hegemônicos e submissão imposta. Recebeu a Missão de N. S. da Conceição, mas operou fluxos migratórios indígenas para localidades defensivas; adotou o mercantilismo colonial sob monopólio lusitano e a anexação ao Império do Brasil, mas participouativamente da cabanagem e esteve sob a tolerância da Mundurukânia. Integrou a pacificação pós-cabanagem, o ciclo da borracha e os processos de mecanização e manufatura do século XIX e início do século XX. No entanto, foi

irreduzível na luta abolicionista e na manutenção de comunidades tradicionais como quilombos, aldeias indígenas e assentamentos ribeirinhos e beradeiros. Ao longo do século XX, recebeu muitas ondas de povoamento e colônias agrícolas familiares, mas parte considerável deste contingente foi absorvido pelas matrizes tradicionais e tornou-se caboclo, extrativista, ribeirinho, beradeiro ou camponês em pequenas propriedades familiares. Viu crescer o assédio da mineração, exploração de madeira, empreendimentos energéticos e logísticos. Porém, também ganhou renovada luta de comunidades tradicionais pela preservação de seus territórios e identidades.

Santarém, nos últimos 50 anos, entrou definitivamente no urbanismo extensivo e espraiamento urbano. Aglutinaram-se recursos de forma desigual, absorvendo de forma predatória as comunidades rurais do entorno, inseridas na lógica de cidade ou mesmo alcançadas pela mancha urbana. Porém, parte significativa da população não tem perspectivas de inserção qualificada no sistema e resiste à sua margem, sob lógicas não modernas e antagonistas ao Estado e capitalismo. Paralelamente, a monocultura da soja, desde os anos 1990, vem abocanhando crescente quantidade de terras, em disputas desiguais. Politicamente, isto é amparado por avivamento de mentalidades militaristas, uma recorrência na história da região. Está em curso um plano de ecocídio na Amazônia, com aumento dos impactos ambientais e sociais sentidos também no Tapajós, resultado da intensificação desmedida da exploração expropriatória contemporânea, em bases insustentáveis. Inviabiliza-se a capacidade de reprodução social tradicional, identidades, memória e história. Por outro lado, também se dificulta a inserção econômica sustentável destas comunidades.

E nada disto é novidade: segue uma retórica de mais de quinhentos anos, que vê a Amazônia como local vazio, de meros recursos econômicos, esperando para serem dominados e explorados. É a perfeita tábula rasa da modernidade, sobre a qual sempre se tentou impor planos megalomaníacos e onde são mais escancaradas as contradições da Ordem Global, internalizadas ainda mais em regime Sul-Sul. É, sim, sem precedentes a escala de ameaças e destruição enfrentadas atualmente pela Amazônia e por ecossistemas e comunidades tradicionais do mundo, resistindo a crescentemente desiguais operações sistêmicas. Contudo, há motivos para esperança e reforço da resistência. Parte considerável da sociedade santarena, especialmente as porções mais jovens, segue atenta, consciente e mobilizada em favor de pautas progressistas, da vida, de relações sustentáveis com o meio-ambiente e da valorização de comunidades tradicionais, suas contribuições e memórias. Isto é parte de um fenômeno mundial, com repercussões locais. Recentes ganhos são notáveis em legislação, políticas públicas e organizações populares em bases participativas e democráticas, apesar de anos de desmontes institucionais em escalas variadas.

Portanto, cabe a nós, como aliados, seguir somando a estas contribuições coletivas e globais por novos futuros possíveis, talvez incluindo aí a Praça Mani, com suas homenagens às janelas infinitas entre mundos pautados na lógica da diversidade e mediação com o universo, para além do humanismo puro. Minha contribuição simbólica fica registrada no desenho da cobra-rio para o piso da praça, em detalhes e grafismos vermelhos, inspirados pela arqueologia das Terras Baixas sul-americanas.

## Bibliografia

ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (orgs.). **OCEKADI: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós.** Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA : Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de. **A Arqueologia dos Fermentados: a etnica história dos Tupi-Guarani.** São Paulo: Estudos Avançados 29 (83), 2015.

ALVES, Marcony. **Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 11-36, jan.-abr. 2018.

ARAÚJO, Fabrício Rodrigo Silva de. A Vulnerabilidade Social no Estado do Pará. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva. **Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira.** Brasília: IPEA, 2017.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos.** São Paulo: Anais do Museu Paulista, 2012, v.20, n.1, pp. 41-76.

AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues; MIRANDA, Maria Arminda; MARTINS, Maria do Rosário. **Diáspora e Redescoberta das Coleções de Alexandre Rodrigues Ferreira.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ARENZ, Karl; CAMPOS, Vitória dos Santos; CRIADO, Mauricio Rabelo; MORAES, Claude de Paula; PY-DANIEL, Anne Rapp. **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia.** Belém: Governo Federal, Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Federal do Oeste do Pará, Arqueologia nas Escolas: Histórias da Amazônia, 2017.

ARENZ, Heinz Karl. **Anticabocismo.** São Cristóvão: Revista de Estudos de Cultura, Universidade Federal de Sergipe, n.3, Set./Dez. 2015.

ÁVILA, Julia V. da C.; AMARAL, Anderson Márcio; STEWARD, Angela M.; et. al. Adaptations of Pre-Columbian Manioc Storage Techniques as Strategies to Adapt to Extreme Climatic Events in Amazonian Floodplains. **Human Ecology**, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10745-022-00357-x>

ÁVILA, Julia V. da C.; SANTOS, Jéssica P. G. dos; AMARAL, Anderson Márcio; BERTIN, Vinicius M.; STEWARD, Angela M. **Mudanças climáticas na Amazônia: impactos e estratégias de ribeirinhos de várzea e paleovárzea.** Tefé - AM: FAPEAM; IDSM; INPA, 2021.

BALÉE, William; ERICKSON, Clark. *Time and Complexity in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 2006.

BARRETO, Cristiana. Do teso marajoara ao sambódromo: agências e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15(3), e20190106, 2020. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0106.

\_\_\_\_\_. *Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga*. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-30042009-095746/pt-br.php>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BARRETO, Cristiana; McEWAN, Colin; NEVES, Eduardo. *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

BARRETO, Cristiana; et. al.. *Koriabo: from Caribbean Sea to the Amazon River*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2021. Disponível em: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/publicacao/koriabo-from-the-caribbean-sea-to-the-amazon-river-2020>>.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. *Santarém: Dinâmicas da ocupação e uso do território (1542-2020)*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BAUMGARTEN, Jens Michael. *Barroco Global – aspectos transculturais e transhistóricos: algumas reflexões preliminares*. Guarulhos: UNIFESP RHAA, 2015.

BELLUZZO, Ana Maria. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 3. Ed., 2000.

BETTENDORFF, João Filipe [1698]. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 115, 2010.

BEZERRA, Márcia. *Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/34462550/Bezerra\\_M\\_Teto\\_e\\_Afeto\\_sobre\\_as\\_pessoas\\_as\\_coisas\\_e\\_a\\_arqueologia\\_na\\_Amaz%C3%84nia\\_Bel%C3%A9m\\_GK\\_Noronha\\_2017?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/34462550/Bezerra_M_Teto_e_Afeto_sobre_as_pessoas_as_coisas_e_a_arqueologia_na_Amaz%C3%84nia_Bel%C3%A9m_GK_Noronha_2017?email_work_card=title)>. Acesso em 11 jun. 2022.

BRASIL, Raymundo Pereira. *O Rio Tapajós: na exposição nacional de borracha de 1913 no Rio de Janeiro*. Itaituba: Coleção Acervo do CNG, 1913.

\_\_\_\_\_. *Os Sertões do Rio Tapajós*. Itaituba: Secção de Obras d'a Provincia do Pará, 1910.

BUENO, Beatriz P. S. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. *Labor e Engenho*, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 242-262, 2017. DOI: 10.20396/labore.v11i3.8649556. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8649556>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CAMPBELL, Lyle. Classification of the indigenous languages of South America. In: GRONDONA, Verónica; CAMPBELL, Lyle. **The Indigenous Languages of South America**. The World of Linguistics. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. 2 ed., pp. 59–166.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona X.; RODRIGUES, Roberta Menezes; VENTURA NETO, Raul da Silva. **Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará**. Curitiba: Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 12, 2020.

CESARINO, Pedro N.; KRENAK, Ailton. **As alianças afetivas**. 21 de agosto de 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/37323976/As\\_alian%C3%A7as\\_afetivas\\_entrevista\\_com\\_Ailton\\_Krenak\\_por\\_Pedro\\_Cesarino](https://www.academia.edu/37323976/As_alian%C3%A7as_afetivas_entrevista_com_Ailton_Krenak_por_Pedro_Cesarino)>. Acesso em 7 de maio de 2022.

CHAMBERLAIN, Alexander F. **Linguistic Stocks of South American Indians, with Distribution-Map**. Arlington, Virginia: American Anthropologist Journal, American Anthropological Association, 1913. 15 ed., pp. 236–247.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz; MELO, Vanice Siqueira de. **Ruralidades indígenas na Amazônia colonial**. Belém: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., v. 15, n. 1, e20190027, 2020.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Ubu editora, [1974]2020. Cap. 11, pp. 166-190.

CLEMENT, C. R.; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J.; JUNQUEIRA, A. B.; NEVES, E. G.; TEIXEIRA, W. G.; WOODS, W. I. **The domestication of Amazonia before European conquest**. JSTOR: Proceedings: Biological Sciences, 2015, vol. 282, no.1812, pp. 1–9. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43602222>>.

COSTA, Graciete. Guerra da. **Fortificações na Amazônia**. Rio de Janeiro: Revista Navigator, n. 20, 2014.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **Santarém: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia**. Belém: NAEA, 2014.

COUDREAU, Henri [1895-1896]. **Viagem ao Tapajós**. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1977.

COUDREAU, Henri [1895-1896]. [Mapa] **Voyage au Tapajoz**. Paris: A. Lahure, 1897.

DANIEL, Padre João [1776]. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, v.2, 2004.

DAVIS, Mike. **Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World**. Londres, Nova Iorque: Verso Publishing, 2001.

DEÁK, Csaba. **Acumulação entravada no Brasil – E a crise dos anos 80**. São Paulo: Espaço & Debates 32:32-46, 1991.

ELLEN, R. & FISCHER, M.D. Introduction: On the concept of cultural transmission. In: R. Ellen, S.J. Lycett & S.E. Johns, eds., **Understanding Cultural Transmission in Anthropology. A Critical Synthesis**. New York, Oxford: Berghahn, p. 1-54, 2013.

FEARNSIDE, P.M. **Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans**. Ambio, 2015, 44: pp. 426-439. Doi: 10.1007/s13280-015-0642-z

FERREIRA. Alexandre Rodrigues [1756-1815]. **Viagem ao Brasil: a expedição philosophica pelas capitâncias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá**. org. FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro; TEIXEIRA, Dante Martins. Petrópolis: Kapa Editorial, 2006.

FERREIRA, Amanda Estefânia De M.; VIEIRA, Ima Célia G. **Urban sustainability in the metropolitan region of Santarém, Pará, Brazil in the years 2000 and 2010**. Economía, Sociedad y Territorio, vol. xviii, núm. 58, 2018, pp. 763-795. DOI: <http://dx.doi.org/10.22136/est20181238>

FREITAS, L. S.; TRAVASSOS, H. V. B.; VINAGRE, M. V. A.; PONTE, M. J. M.; TOURINHO, H. L. Z.. Expansão da mancha urbana de Santarém: Análise de 1984 a 2020. **Naturae**, v.3, n.1, p.1-10, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6441.2021.001.0001>.

FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Trad. Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, 2007.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

G1 Santarém e Região. **Estudo histórico sobre Praça Rodrigues dos Santos é apresentado pelo IHGTap**. Santarém: Portal G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/01/21/estudo-historico-sobre-praca-rodrigues-dos-santos-e-apresentado-pelo-ihgtap.ghtml>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GALLOIS, D. T. **Rede de Relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2005.

GOMES, Denise Maria C. **A Arte do Sonho: arqueologia urbana em Santarém, Baixo Amazonas**. In: NAVARRO, A. G.; FUNARI, R. dos S. **Memória, cultura material e sensibilidade: estudos em homenagem a Pedro Paulo Funari**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, São Luís-MA: Edufma, 2021, pp. 383-399.

\_\_\_\_\_. **Cronologia e conexões culturais na Amazônia: as sociedades formativas da região de Santarém - PA**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2011.

\_\_\_\_\_. **Politics and Ritual in Large Villages in Santarém, Lower Amazon, Brazil**. Cambridge: **Cambridge Archaeological Journal**, 27(2), 2017, pp. 275-293. doi:10.1017/S0959774316000627

GOMES, Denise Maria C.; MUNIZ, Tiago Silva A. **Identidades Materializadas na Amazônia Colonial: A cerâmica dos séculos XVIII e XIX do sítio Aldeia, Santarém, PA.** Belo Horizonte: VESTÍGIOS - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v. 11, n.2, jul.- dez. 2017. ISSN (online) 2316-9699.

GUAPINDAIA, V.L.C. **Além da margem do rio - a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA.** Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.

HAGEN, Victor Wolfgang Von. **South America called them.** Nova Iorque: Duell, Sloan and Pearce, 1945.

HARRIS, Mark. **Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia.** Trad. e rev. Andre Sicchieri Bailão, Marta Amoroso. Saint Andrews: University of St Andrews, São Paulo: Revista de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2015, v. 58, n. 1, pp.33-68.

HARTT, Charles Frederic. **Brazil, the Amazons and the Coast.** Providence – Rhode Island: The Library of Brown University, 1879.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, História e Transformação: a cultura Xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (orgs.). **Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, pp. 21-62.

\_\_\_\_\_. **The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000.** New York, London: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, M. J.; PETERSEN, J. B.; NEVES, E. G. Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archaeological Examples from Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, **Latin American Antiquity**, 10(4), 1999, pp. 353–376. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/971962>>.

HILBERT, P.P. A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná. Publicação do **Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará**, 9, 1955.

HILBERT, P.P.; K. HILBERT. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** 75(2), p. 1-15, 1980.

HOEFLER, Scott William. **Políticas de Conservação Ambiental e de Identidade Étnica no século XXI: Perspectivas da Ecologia Política, da História Ambiental e da Ontologia Relacional.** Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, UERJ, jan./jun. 2021, n. 49, pp. 44-84.

IBGE. Catedral de Nossa Senhora da Conceição: Santarém, Pará. Rio de Janeiro: **Biblioteca Digital do IBGE**, 2021. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445321&view=detalhes>>. Acesso em 20 nov. 2022.

INSTITUTO Chico Mendes. **Unidades de Conservação Federal e Mineração na Bacia do Tapajós**. Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente, 2013.

INSTITUTO Socioambiental - ISA. **Os Munduruku**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>>. Última modificação em 2021.

JÁCOME, C. P. **Dos Waiwai aos pooco – fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo, 2017.

JÁCOME, Camila Pereira; VALLE, Raoni; ROCHA, Bruna; PINHEIRO, Natálya; LIMA, Márcio Amaral. **Laudo do Estado de Conservação e Impactos sobre o Sítio Arqueológico Aldeia na área da Praça Rodrigues dos Santos, Santarém (PA)**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará e Ministério Público, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. Trad.: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

\_\_\_\_\_. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATHRAP, D.W. **The Upper Amazon**. Southampton: Thames & Hudson, 1970.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Serafim. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1760. Lisboa: Edições Brotéria, 1953.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

LIMA, Anderson Márcio Amaral; MORAES, Claude de Paula; SÁ, Mayara dos Santos Ramos de. **Os discos perfurados do período Tapajônico: análise tecnológica e questões contextuais**. Belém: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 15, n. 3, e20190104, 2020.

LIMA, Anderson Márcio Amaral; STENBORG, Per; SCHAAAN, Denise P. Precolumbian land use and settlement pattern in the Santarém region, lower Amazon. **Amazônica** 4/1, p. 222- 250, 2012.

LIMA, Helena Pinto; NEVES, Eduardo Góes. Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancóide na Amazônia Central. In: **Revista Museu Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 205-230, 2011.

LIMA, Helena Pinto; NEVES, Eduardo Góes; PETERSEN, James B. La Fase Açutuba: Um novo complexo cerâmico na Amazônia Central. In: GNECCO, Cristóbal; HABER,

Alejandro. **Arqueología Sul-Americana.** Catamarca: Universidad del Cauca, Departamento de Antropología; Universidad Nacional de Catamarca, Facultad de Humanidades e World Archaeological Congress, v. 2, n. 1, pp. 28-54, janeiro 2006.

LOURES, Rosamaria Santana Paes. **GOVERNO KARODAYBI: O movimento IperegAyū e a resistência Munduruku.** Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 14(4), 2000.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Cuias, Cachimbos, Muiraquitãs: a arqueologia amazônica e as artes do período colonial ao Modernismo.** In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, Belém do Pará: Ed. MPEG, 2017, pp. 403-426.

\_\_\_\_\_. **Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará, 1653–1759.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, outubro de 2009 (tese de doutorado). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-28042010-115311/pt-br.php>>

\_\_\_\_\_. **Uma cartela multicolor: objetos, práticas artísticas dos indígenas e intercâmbios culturais nas Missões jesuíticas da Amazônia colonial.** In: Revista Caiana, Buenos Aires, n. 8, 1 sem. 2016. Disponível em: <[http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_1.php&obj=233&vol=8](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_1.php&obj=233&vol=8)>.

MARTINS, Renata Maria de Almeida; MIGLIACCIO, Luciano (orgs.). **No embalo da rede. Trocas culturais, história e geografia artística do Barroco na América Portuguesa.** Sevilha: Universo Barroco Iberoamericano, v. 13, 2020.

MARTORANO, Lucieta G.; COSTA, Douglas C.; MORAES, José R. da S. C. de; LISBOA, Leila; STOLF, Rubismar. **Dinâmica temporal da pegada hídrica por cultivar de soja em pólo de grãos no Oeste do Pará, Amazônia.** Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science, out. 2018.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira. 1500 – 1930.** São Paulo: Metalivros, 2009.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina. La Herida colonial y la opción Decolonial.** Barcelona, Gedisa Editorial, 2007.

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: M. Santos, M. A. Souza, & M. L. Silveira (Eds.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1. ed., pp. 169-181, 1994.

MORAES, Claude de Paula; NEVES, Eduardo Góes. **O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central.** *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.I.], v. 4, n. 1, p. 122-148, jun. 2012. ISSN 2176-0675.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850).** Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

MUNIZ, João de Palma. *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*, Volume IX, 1912.

NASCIMENTO, Flavia Brito; SCIFONI, Simone. **A Paisagem Cultural como paradigma para a proteção: a experiência do vale do Ribeira-SP**. Revista CPC, n.10, pp. 29-48, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc>>.

NEVES, E.G. A Arqueologia da Amazônia Central e a Classificação na Arqueologia Amazônica. In: E. PEREIRA, V. GUAPINDAIA, eds., *Arqueologia Amazônica 2*. Belém: MPEG/ IPHAN/ SECULT, pp. 53-72, 2010.

\_\_\_\_\_. A cidade de todos os tempos. In: *Revista National Geographic Brasil*, pp. 78-90, 2015.

\_\_\_\_\_. Archaeological Cultures and Past Identities in the Pre-colonial Central Amazon. In: HILL, Jonathan D.; HORNBORG, Alf (orgs). *Ethnicity in ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University Press of Colorado, 2011, pp.31-56. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt46ntwr>>.

\_\_\_\_\_. La Inciencia Permanente: La Amazonia bajo el insistente destino de la incompletitud. Trad.: Ximena Suárez Villagrán. In: CAMPAGNO, Marcelo. *Pierre Clastres y las sociedades antiguas*. Buenos Aires: Programa de Estudios sobre Formas de Sociedad y Configuraciones Estatales en la Antigüedad. Universidad de Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 65-79, 2000.

\_\_\_\_\_. Não Existe Neolítico ao sul do Equador: as primeiras cerâmicas amazônicas e sua falta de relação com a agricultura. In: BARRETO, Cristiana; BETANCOURT, Carla Jaimes; LIMA, Helena Pinto (orgs.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, IPHAN, 2016, pp. 32-39.

\_\_\_\_\_. Rethinking the role of agriculture and language expansion for ancient Amazonians. In: PEARCE, A. J.; BERESFORD-JONES, D. G.; HEGGARTY, P. (orgs.). *Rethinking the Andes–Amazonia Divide: A cross-disciplinary exploration*. Londres: UCL Press, JSTOR, 2020, pp. 211–220. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctv13xps7k.24>>.

\_\_\_\_\_. *Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu Editora, Edusp, 2022.

\_\_\_\_\_. Was Agriculture a Key Productive Activity in Pre-Colonial Amazonia? The Stable Productive Basis for Social Equality in the Central Amazon. In: BRONDÍZIO, Eduardo S.; MORAN, Emilio F. (orgs). *Human-Environment Interactions: Current and Future Decisions*. Berlim: Springer Dordrecht Heidelberg, 2013, pp. 371-388.

NEVES, Eduardo G.; GUAPINDAIA, Vera L. C.; LIMA, Helena Pinto; COSTA, Bernardo L. S.; GOMES, Jaqueline. A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas. In: ROSTAIN, S. *Amazonía*:

**Memorias de las Conferencias Magistrales del 3er Encuentro de Arqueología Amazónica.** Traducción. Quito: Ministerio Coordinador de Conocimiento y Talento Humano e IKIAM, Secretaría Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación, Tercer Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica, 2014. pp. 137-158.

**NIMUENDAJÚ, Curt.** **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes.** 1943, 2017. 1 mapa. Rio de Janeiro: IBGE-IPHAN, Belém: Museu Paraense Emílio. Escala 1:2.500.000.

\_\_\_\_\_. Os Tapajós. São Paulo: Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo, v.1, n.1, pp. 53-61, 1953.

**NORONHA, José Monteiro de [1768].** **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província.** Belém, 1862.

**PATACA, Ermelinda Moutinho.** **Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português: Entre práticas e representações científicas e artísticas.** Tese (Livre-Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

**PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia.** O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, [S.I.], v. 15, n. 2, mar. 2013. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/719>>. Acesso em: 13 jul. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i2.719>.

**PENA, Domingos Ferreira.** **A Região Ocidental da Província do Pará.** Belém: Pará, Typographia do Diário de Belém, 1869.

**PINHO, Erick Rodrigo Porto; SILVA, Emerson Duarte; PEREIRA, Mateus Gualberto; SOUZA, Wandicleia Lopes de.** **Análise da cadeia produtiva do látex na comunidade Maguari, Belterra, Pará, sob a perspectiva da inovação schumpeteriana.** Santarém: Revista Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, v.4, n.7, p. 30-47, Jan/Jun 2020.

**PORRO, Antônio.** **Dicionário Étnico-Histórico da Amazônica Colonial.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2007.

**PRATT, Mary Louise [1992].** Viajantes e Viajados. In: **Ojos Imperiales: literatura de viajes y transculturación.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

**QUIJANO.** Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** In. **Perú Indígena.** Lima: vol. 13, no. 29, 1992.

**RIBEIRO, Nelson de Figueiredo.** **A Questão Geopolítica da Amazônia – Da Soberania Difusa à Soberania Restrita.** Brasília: Senado Federal, 2005. Acesso online em 04 de julho de 2022: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1112/000746688.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>.

ROCHA, Bruna. *Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajos River*. Tese de doutorado. Londres: University College London, 2017.

ROCHA, Bruna C. da; MOREIRA, Fernanda C.; TORRES, Maurício. Histórias Entrelaçadas: indígenas, beiradeiros e colonos acima das cachoeiras do Tapajós. In: COLARES, Paula de M.; CARNEIRO, Denize de S.; CALIXTO, Hector R. da S. **Políticas, concepções e práticas de ação afirmativa: reflexões a partir de uma universidade Amazônica**. Brasília: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021, pp.41-63.

ROCHA, Bruna C. da; OLIVEIRA, Vinícius H. de. Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (orgs.). **OCEKADI: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016, pp. 395-415.

RODRIGUES, Luciana Lavareda; BLANCO, Claudio. **Vazão de pico em uma bacia hidrográfica com diferentes níveis de urbanização em Santarém/PA**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, ago. a set. 2018, v. 9, n. 7, pp. 62-75. DOI:[10.6008/CBPC2179-6858.2018.007.0007](https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2018.007.0007).

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, pp. 53-86, 1992.

\_\_\_\_\_. **The Development of Prehistoric Complex Societies: Amazonia, A Tropical Forest**. Chicago: University of Illinois at Chicago and Field Museum of Natural History, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Rise and Fall of Amazonian Chiefdoms**. L'Homme, 1993.

ROOSEVELT, A.C., HOUSLEY, R.A., IMAZIO DA SILVEIRA, M.I., MARANCA, S. & JOHNSON, R. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science** 254/5038, p. 1621-1624, 1991.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. Lima da; MACHADO, C. L.; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; SILVEIRA, M. I. da; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. **Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of America**, **Science**, vol. 272: 372-84, 1996.

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluente original. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Tradutora: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p. 105-151.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de [1774-1775]. **Diário da viagem ... da Capitania de S. Jozé do Rio Negro** (Ia. ed. Lisboa, 1825) e Relação geographica e histórica do Rio Branco.

SANTARÉM, Município. **Plano Municipal Estratégico de Santarém**, 2017.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena / Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2019.

SCHAAN, Denise. **Os Filhos da Serpente: Rito, Mito e Subsistência nos Cacicados da Ilha de Marajó**. Cali: International Journal of South American Archaeology, Archaeodiversity Research Group & Syllaba Press. 1:50-56, 2007.

SCHMIDT, M. A Formação da Terra Preta: análises de sedimentos e solos no contexto arqueológico. In: M. MAGALHÃES, ed., **Amazônia Antropogênica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém - PA, p. 121- 176, 2015.

SCOTT, James. **Against the grain: A Deep History of Earliest States**. New Haven and London: Yale University Press, 2017.

SHEPARD, Glenn H.; LEVI, Taal; NEVES, Eduardo Góes; PERES, Carlos A.; YU, Douglas W. **Hunting in Ancient and Modern Amazonia: Rethinking Sustainability**. Arlington: American Anthropologist, 2012, vol. 114, no. 4, pp. 652–667. ISSN 0002-7294.

SHOCK, Myrtle; MORAES, Claude de Paula. **A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holocene**. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio-ago. 2019.

SILVA, Emerson Nobre da. **Objetos e imagens no Marajó Antigo: Agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas**. Orientador: Paulo Antonio Dantas De Blasis. 2017. 254 f. Tese (Pós-graduação em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Maria Julia V. da. **A Vulnerabilidade Socioambiental no Contexto Socioespacial Urbano de Santarém-PA**. Salvador: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas - UrbFavelas, 2018.

SOUZA, Alexandre F.; SOUZA, Karla Juliette P. S. **Woody plant subregions of Amazon forest**. Journal of Ecology, Wiley-Blackwell, British Ecological Society, 2020. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/340725344\\_Woody\\_plant\\_subregions\\_of\\_the\\_Amazon\\_forest](https://www.researchgate.net/publication/340725344_Woody_plant_subregions_of_the_Amazon_forest).

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. Ph. von [1819-20]. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Trad., de L.F. Lahmeyer. 3a. ed., São Paulo, 1976, vol. 3.

STARK, M. **The Archaeology of Social Boundaries**. Washington: Smithsonian Institution, 1998.

STENBORG, P. (2016). Archaeological Research at Hinterland Sites on the Belterra Plateau, Pará. In: P. STENBORG, ed., **Beyond Waters: Archaeology and Environmental History of the Amazonian Inland**. Gothenburg: University of Gothenburg, p. 113-126, 2016.

SULIMAN, Sara da Silva. **O Capuchinho e os Munduruku: Um estudo sobre a missão do Baixo Tapajós (Pará, 1848-1855)**. Tese (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

SYMANSKI, L. C. P., & GOMES, D. M. C. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 20(2), p. 053-090, 2012.

TEIXEIRA, Barbara E. S.; SANTOS, Thiago S. dos; TERRA, Ademir. A Transformação do Território a partir do Uso da Terra no Município de Santarém Pará. In: SCANTIMBURGO, André; PIRES, Marcos C.; PAULINO, Luís A.; GUMIERO, Rafael G.; FERNANDES, Silvia A. de S. **Dossiê Amazônia: crise ambiental e perspectivas de desenvolvimento nacional e sustentável**. UNESP, v. 7, n. 3, 2019, pp. 99-108.

TESSARO, Piero Alessandro B. **Archaeology with the City**. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3712>>.

THE NATURE CONSERVANCY BRASIL. **Atlas Tapajós 3D: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Bem-Estar Humano na Bacia do Tapajós**. São Paulo: The Nature Conservancy, 2018.

\_\_\_\_\_. **Conservação da Bacia do Tapajós: Uma Visão de Sustentabilidade**. São Paulo: The Nature Conservancy, 2019.

TOCANTINS, Antônio Manoel Gonçalves. **Estudo sobre a Tribo Munduruku**. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil. Tomo XL, parte segunda, p. 73-161. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1877.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)**. Manaus: Editora Valer, 2009, ed. 22.

VALE GOMES, Taynara do.; CARDOSO, Ana Cláudia D.; COELHO, Helder S.; OLIVEIRA, Kamila D. **Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações**. São Paulo: Cad. Metrop., v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez 2017.

VALE GOMES, T. do; CARDOSO, A. C. D. Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20170219, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.A003>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada**. Cuiabá: ACENO – Revista de Antropologia do Centro Oeste, v.5, n.10, 2018, pp. 247-264. Trad.: Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. Acesso em 9 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8341>>

\_\_\_\_\_. **A inconstância da alma selvagem: O Encontro de Católicos e Canibais no Brasil do século XVI**. Prickly Paradigm Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perspectivismo Ameríndio**. The Journal of the Royal Anthropological Institute, Vol. 4 (3), 1998.

WALLACE, Russel [1853]. **Viagens pelos Rios Amazonas e Negro**. Trad. Eugênio Amado, 1979.

WORLD Wide Fund for Nature. **Por entre estradas e varadouro: o caminho das pedras para o mercado sustentável da borracha amazônica**. Brasília: WWF Brasil, 2015.

Bases de dados georreferenciados consultadas para mapas:

- MapBiomas;
- Instituto Terra Brasilis;
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- MMA – Ministério do Meio Ambiente;
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio;
- SEMURB – Secretaria de Urbanismo do Município de Santarém.

